

PEDRO ROQUE GIEHL

**O VALOR SOCIAL GERADO E PERCEBIDO
EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOCIOINCLUSIVOS: UM ESTUDO DE
MÚLTIPLOS CASOS**

São Leopoldo, junho de 2014

PEDRO ROQUE GIEHL

**O VALOR SOCIAL GERADO E PERCEBIDO
EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOCIOINCLUSIVOS: UM ESTUDO DE
MÚLTIPLOS CASOS**

Tese de Doutorado em Administração,
apresentada como requisito parcial para
a obtenção do título de Doutor pelo
Programa de Pós-Graduação em
Administração da Universidade do Vale
dos Sinos / UNISINOS.

Orientador: *Dr. Luiz Paulo Bignetti*

São Leopoldo, junho de 2014.

G454v Giehl, Pedro Roque
O valor social gerado e percebido em empreendimentos econômicos
socioinclusivos: um estudo de múltiplos casos / Pedro Roque Giehl. --
São Leopoldo, 2014.
192 f. ; 30cm.

Tese (Doutorado em Administração) -- Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Administração, São
Leopoldo, RS, 2014.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Bignetti.

1. Empreendedorismo - Valor social. 2. Inovação social. 3.
Empreendimento econômico socioinclusivo. 4. Empreendedorismo -
Inclusão social. I. Título. II. Bignetti, Luiz Paulo.

CDU 658.012.4

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos poderosos anjos da minha vida: Darlene, Dioges e Dieli, que sabem, como ninguém, como este doutorado foi intenso e extenso, e o compreenderam, apoiaram e viveram como parte deles que é.

À minha mãe, Maria, que em vida só vi batalhar, e ao meu avô, Jorge, que se fez professor sem nunca ter sido aluno. Na vida, aprenderam e, para ela, educaram.

Ao nosso mestre, Dr. Bignetti, com todo amor e carinho e os votos de que esta pesquisa seja digna da grandiosidade de sua orientação. A solidão de sua ausência, na etapa final desta caminhada, só não é maior que a esperança, a torcida e a certeza de que logo estaremos juntos e, mais uma vez, compartilharemos de sua generosa sabedoria e dedicação convicta à inovação social e à educação e pesquisa.

Aos que se importam com as injustiças e tentam fazer a diferença na vida e na realidade de pessoas, vítimas da múltipla exclusão e da miséria humana e do mundo.

AGRADECIMENTOS

Ao PPGA da UNISINOS, sua coordenação e professores, pelas ricas oportunidades de convívio e aprendizagem. Em especial, às professoras Dr^a Yeda Swirski de Souza e Dr^a Claudia Cristina Bitencourt, pela generosa dedicação na mediação e concertação das soluções necessárias.

Ao meu orientador Dr. Luiz Paulo Bignetti, que, com a sabedoria e a paciência dos grandes mestres, soube tornar a caminhada da pesquisa, o tanto quanto possível, um agradável passeio de enriquecimento pessoal e acadêmico.

Ao professor Dr. Norberto Hoppen, que, na genialidade e generosidade dos grandes seres humanos e competentes acadêmicos, revisou e indicou sábios caminhos de chegada desta pesquisa.

Aos integrantes da banca pela leitura, análise e contribuições para a continuidade das pesquisas.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Esta tese analisa a forma como a inovação e o empreendedorismo social geram valor ao promoverem a mudança nas realidades e nas vidas de pessoas, superando as condições de múltipla vulnerabilidade e exclusão. Trata-se de um estudo caracterizador e comparativo de três organizações econômicas socialmente inclusivas: **CooperGet, CataVida e Rede Industrial de Confecção Solidária**. Estas organizações foram viabilizadas pela intervenção de agentes empreendedores sociais, respectivamente: empresário, gestão pública municipal e organização da sociedade civil. O propósito principal deste estudo reside em analisar como o valor social é gerado e em identificar como ele é percebido pelos empreendedores e pelos participantes beneficiados. A pesquisa encontra respaldo nos centros acadêmicos de Inovação e Empreendedorismo Social, e nas teorias econômicas e sociais voltadas a promover o desenvolvimento econômico e social, de forma integral e sustentável, para além da racionalidade voltada ao autointeresse. Tais perspectivas se inscrevem na clássica e contemporânea Sociologia Econômica, que identifica a sociedade e a economia como mutuamente enraizadas e imbricadas, e na Economia Social, voltada a construir soluções econômicas e sociais para os problemas gerados na economia de mercado mundializada e excludente. A realização da pesquisa se deu através da coleta de dados primários e secundários, cuja análise foi com base em referenciais da Análise de Conteúdo e, complementarmente, nos estudos discursivos, para se observar manifestações no nível da linguagem, no que diz respeito a sentidos e efeitos de sentidos a partir de aspectos sociais, culturais e históricos de sujeitos, bem como para pensar nas suas condições de produção

discursiva. Os resultados do estudo revelam significativas mudanças na realidade e na vida dos participantes, indicando complexos e diversificados processos de geração e percepção de valor social. No entanto, ainda persistem elementos contraditórios que dificultam as novas práticas sociais, tais como, a alienação, a baixa autoestima, a dependência e o oportunismo, mostrando que o novo *habitus*, fruto de uma consciência de sujeitos emancipados, pode ser um porvir em curso, com seus desafios e contradições, mas que, por hora, ainda revelam processos dependentes dos agentes empreendedores.

ABSTRACT

This thesis examines the way innovation and social entrepreneurship create value by fostering change in people's realities and the lives, overcoming the conditions of multiple vulnerability and exclusion. This is a characterized and comparative study of three social inclusive economic organizations: **CooperGet**, **CataVida** and **Rede Industrial de Confecção Solidária**. These organizations were made possible by the active involvement of social entrepreneurs, respectively: entrepreneur, municipal public administration and civil society organization. The main purpose of this study is to analyze how the social value is generated and identify how it is perceived by the entrepreneurs and benefit participants. The research finds support in the academic centers of Innovation and Social Entrepreneurship and the economic and social theories aimed at promoting economic and social development in a comprehensive and sustainable manner, beyond rationality focused on self-interest. Such perspectives are based on classical and contemporary Economic Sociology, which identifies the society and the economy as mutually rooted and intertwined, as well as on the Social Economy, aimed at building economic and social solutions to the problems generated in the globalized and exclusionary economy market. The research was made through the primary and secondary data whose analysis was based on references of Content Analysis and complementarily in discourse studies, to observe demonstrations at the language level, as regards the senses and effects of meaning from social, cultural and historical aspects of the subjects and to think in their conditions of discursive production. The study results reveal

significant changes in reality and in the lives of participants, indicating complex and diverse processes of generation and perception of social value. However, there are still contradictory elements that hinder the new social practices, such as alienation, low self-esteem, dependency and opportunism, showing that the new *habitus*, the result of an awareness of emancipated individuals, may be a future in progress, with its challenges and contradictions, but for now, still reveal processes dependent on entrepreneurs agents.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	011
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	014
1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO	017
1.2.1 Objetivo Geral	017
1.2.2 Objetivos Específicos	017
1.3 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	018
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	023
2.1 INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL	024
2.1.1 Diferenças entre Inovação Social e Inovação Tecnológica	025
2.1.2 Contexto da Inovação Social	028
2.1.3 Características da Inovação Social	032
2.1.4 Empreendedorismo Social	039
2.1.5 Ações Empreendedoras Socioeconômicas	047
2.2 VALOR SOCIAL EM EMPREENDIMENTO SOCIOINCLUSIVOS	057
2.2.1 Geração de Valor em Empreendimentos Socialmente Inclusivos	057
2.2.2 Pobreza e Vulnerabilidade: a desestruturação da sociedade	066
2.2.3 Valor Social e Reestruturação Inclusiva	069
3. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	075
3.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	077
3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE	085
4. EMPREENDEDORISMO DE INCLUSÃO SOCIAL: OS CASOS DA PESQUISA	090
4.1 CATAVIDA: DA INVISIBILIDADE À INCLUSÃO PRODUTIVA DOS	

CATADORES	090
4.1.1 Iniciativas Empreendedoras e Dinâmica Produtiva e Relacional do CataVida	093
4.1.2 Impacto na Vida dos Trabalhadores da Catação	099
4.2 <i>VILLAGET E COOPERGET: DA VULNERABILIDADE DEPENDENTE À INCLUSÃO EMANCIPATÓRIA DE JOVENS E ADOLESCENTES</i>	102
4.2.1 Iniciativas Empreendedoras e Dinâmica Produtiva e Relacional da CooperGet	105
4.2.2 Impacto na Vida dos Jovens	110
4.3 <i>REDE INDUSTRIAL DE CONFECÇÃO SOLIDÁRIA: A CONQUISTA FEMININA DE UMA NOVA CHANCE DE INSERÇÃO PRODUTIVA</i>	112
4.3.1 Iniciativas Empreendedoras e Dinâmica Produtiva e Relacional da RICS	115
4.3.2 Impacto na vida das Mulheres	120
5. O VALOR SOCIAL GERADO E PERCEBIDO NOS EMPREENDIMENTOS.	127
5.1 ASSOCIAÇÃO E COOPERAÇÃO	128
5.2 PARTICIPAÇÃO E AUTOGESTÃO	138
5.3 EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DOS PARTICIPANTES	148
5.4 SUSTENTABILIDADE DO PROCESSO	159
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
8. ANEXOS	191
8.1 LISTA DE QUADROS	191
8.2 LISTA DAS ENTREVISTAS	192
8.2.1 Empreendedores	192
8.2.2 Trabalhadores dos Empreendimentos Estudados	192

1. INTRODUÇÃO

O valor gerado na Inovação e no Empreendedorismo Social é uma temática que extrapola as referências racionais de desempenho para além da viabilidade meramente econômica e em expressão monetária. Ele requer e viabiliza uma análise mais abrangente de racionalidade que inclui os processos e impactos de transformação das realidades e a constituição de novas práticas sociais pelas pessoas beneficiadas com os empreendimentos socialmente inclusivos.

Esta temática contribui para o diálogo de aproximação e para a integração de referenciais historicamente distanciados pela especialização funcionalista das ciências econômicas e sociais. A reaproximação da racionalidade econômica com os referenciais da racionalidade substantiva viabiliza a ampliação das leituras de oportunidades e do desempenho econômico para além do autointeresse. Permite a inclusão das reais necessidades humanas, do bem-estar social e da sustentabilidade ambiental como elementos das referências teóricas formuladoras e das práticas produtivas das organizações e dos sistemas de produção e consumo (SEN, 2010). Da mesma forma, a Inovação e o Empreendedorismo Social pressupõem que os resultados e seus processos geradores sejam indissociáveis e integrem uma mesma racionalidade, pois a finalidade e os meios são consubstanciados em um mesmo processo quando se trata da emancipação humana e da inclusão social (BUBER, 2008).

A racionalidade orientada pelo autointeresse limitou o enfoque e a abrangência das noções de eficiência, eficácia e efetividade na capacidade de resolução de questões sociais, econômicas e ambientais. Tais questões estão essencial e mutuamente implicadas, e as tentativas de separação ou subordinação são racionalmente artificiais e limitadoras na interpretação das suas realidades (SEN, 2010; YUNUS, 2007).

Os estudos, nesse sentido, requerem uma composição metodológica que viabiliza a leitura de elementos objetivamente tangíveis, em conjunto com outros de natureza subjetiva e simbólica, uma vez que o valor social não se refere só à capacidade de mobilização de recursos e à instalação de ativos organizacionais, com agregação de valor a eles. Refere-se, principalmente, à capacidade de esses recursos produzirem mudanças transformadoras nas condições de vida das pessoas.

Em termos gerais, a Inovação e o Empreendedorismo Social se caracterizam por abarcar um conjunto diverso de iniciativas que têm, em comum, a capacidade de serem criativas na busca de soluções para os problemas sociais e, com isso, criarem e agregarem valor às realidades e às pessoas envolvidas. Essa criação do valor social está associada às substantivas transformações das realidades e à mudança das atitudes e práticas sociais, pela institucionalização de novos *habitus* (CAJAIBA-SANTANA, 2013; BOURDIEU, 2004). Os empreendimentos da Economia Social e Solidária são exemplos especialmente interessantes na demonstração da geração de valor social, porque mobilizam os indivíduos a se engajarem na busca de vantagens cooperativas no mercado, para compensar suas desvantagens econômicas e, com isso, conseguem lograr êxito na inserção emancipatória de pessoas em vulnerabilidade social.

A inovação e o empreendimento aparecem, nas bibliografias, como categorias temáticas independentes, interrelacionadas ou implicadas mutuamente. Para fins deste estudo, adota-se o referencial de mútua implicação, compreendendo-se a inovação como o processo e o empreendimento como a capacidade individual e coletiva da iniciativa em realização. Dessa forma, a inovação social é aqui assumida como sendo o processo e “o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais, através da participação e da cooperação dos atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral” (BIGNETTI, 2011, p. 04).

O empreendedorismo é um conceito consolidado, no universo das ciências econômicas e administrativas, no sentido mais restrito da geração ou agregação racional de valor econômico, na exploração de negócios. Sem perder este referencial, mas ampliando o enfoque racional e redirecionando sua aplicação, o conceito passou a ser adotado no sentido de viabilizar iniciativas resolutivas de situações problemáticas da realidade social. Nesse sentido, as noções de empreendedorismo mantêm as acepções de engajamento resolutivo e racional, buscando a eficiência, eficácia e efetividade nos processos e a economia de recursos, mas com enfoques diferenciados de racionalidade. Enquanto que os empreendimentos econômicos têm como referencial orientador a busca de valor econômico novo ou agregado, traduzido em remuneração do capital investido, o empreendedorismo social persegue a construção do valor social, razão pela qual desencadeia e mantém as ações (DEES, 2001).

Como se trata de categorias teóricas que derivam de explicações das realidades econômicas, quando atribuídas ao social, necessitam de complementaridades explicativas e de redefinições, uma vez que a realidade social tende a ser mais abrangente que a econômica. Sendo assim, um dos referenciais centrais que a revisão teórica aponta é a busca de uma racionalidade abrangente e integrada (HORKHEIMER, 2013; SANTOS, 2004) e a compreensão de que as relações sociais e econômicas são essencial e mutuamente enraizadas, e se implicam em termos de condições, processos e desempenho (GRANOVETTER, 1985; SWEDBERG, 2005).

Mesmo que um conjunto de ferramentas e de sistemas de análise e avaliação esteja presente na literatura, ainda há dificuldades em identificar formas mais objetivas de categorização e aferimento do valor social. As metodologias desenvolvidas nas ciências sociais puras e aplicadas para mensuração de indicadores mostram-se limitadas quando aplicadas a essa realidade. Por isso, o presente estudo aponta para a perspectiva de, pela análise das percepções expressas na linguagem dos atores envolvidos, contribuir para o entendimento do valor social pela mudança dos *habitus* dos participantes.

Dessa forma, desdobrou-se o estudo em três casos típicos de empreendedorismo socioinclusivo, viabilizados com a presença ativa de agentes empreendedores externos em interação emancipatória das populações socialmente excluídas. Estes casos permitiram a identificação e caracterização dos agentes empreendedores, tipificados nas bibliografias especializadas, quando se trata da constituição de organizações de inclusão produtiva, a saber: os indivíduos, as gestões públicas e as organizações da sociedade civil. Os empreendimentos

estudados têm trajetórias organizativas diferentes e processos de gestão distintos que permitem estabelecer algumas categorias de análise comuns e algumas diferenciações substanciais. Os casos estudados são: a *VillaGet*, o *CataVida* e a *Rede Industrial de Confeccção Solidária (RICS)* e seus respectivos empreendedores – um empresário e designer, a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e a Organização Não Governamental Guayi.

Buscou-se desenvolver esse estudo de múltiplos casos ancorado na Análise de Conteúdo, com aprofundamento interpretativo das percepções individuais e sociais expressas na linguagem falada e escrita, utilizando fundamentos teóricos e metodológicos dos estudos das linguagens, especialmente da Análise de Discurso. A diferenciação dos atores por papel viabilizador dos empreendimentos permitiu estabelecer e explorar elementos interpretativos de identidade e diferenciação na leitura das realidades e dos avanços obtidos com os empreendimentos, contribuindo para o avanço teórico na temática, principalmente no que tange à percepção do valor social gerado nos processos e nos resultados.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Os trabalhos de pesquisa podem surgir do desconforto do pesquisador, traduzido em inquietude, angústia e, por vezes, ansiedade diante de realidades ainda não desveladas suficientemente e a responsabilidade de tomar para si a oportunidade em fazê-lo. Situação sobre a qual Bourdieu (2000) afirma ser necessário se expor e correr riscos. Estudar a forma como, em empreendimentos econômicos socioinclusivos, o valor social é gerado a partir de iniciativas de agentes de origens e características distintas – e como esse valor é percebido pelos beneficiários – se reveste de instigante atualidade.

O estudo do valor social gerado em empreendimentos econômicos socioinclusivos mostrou-se, portanto, ao mesmo tempo, rico e desafiador, pela complexidade dos seus elementos teóricos e empíricos, pelo caráter exploratório e interpretativo, tendo em vista a especificidade da problemática e pela dificuldade em encontrar estudos similares que pudessem viabilizar uma análise comparativa. Procedeu-se a uma leitura simultânea de elementos econômicos e sociais das realidades, com interpretação da percepção manifestada pelos participantes envolvidos, em distintos papéis de empreendedores sociais e de

beneficiados nos empreendimentos, sobre os processos e os impactos gerados nas realidades e sobre eles mesmos. Isso se deu através do estabelecimento de referenciais de análise que permitiram identificar e captar elementos objetivos das realidades e também manifestações das representações imaginárias e simbólicas, na materialidade discursiva dos atores envolvidos.

Os casos foram escolhidos pela tipicidade dos agentes empreendedores e por algumas similaridades dos públicos beneficiados. Dentre os diversos agentes empreendedores da inovação social, os identificados como mais típicos pelas bibliografias são os **indivíduos**, normalmente empresários ou profissionais liberais; as **administrações públicas** com programas socialmente inclusivos, para além da assistência social; e as **organizações da sociedade civil com interesse público**. Dentre as experiências de Economia Social e Solidária viabilizadas pelos empreendedores, optou-se por estudar três empreendimentos com atividades econômicas distintas, mas todas com a finalidade de promover a inclusão produtiva de populações econômica e socialmente excluídas e em intensa, múltipla e contínua vulnerabilidade social.

Nestas realidades, as condições sociais e materiais do autoempreendedorismo emancipatório estão dificultadas – quando não inviabilizadas – e, em decorrência, os empreendedores são fundamentais para iniciar, manter e desenvolver os empreendimentos. Eles mobilizam e alocam os recursos necessários, ancoram a credibilidade dos contratos e são diretivos nos processos organizacionais, cumprindo o papel normatizador ‘externo’ das práticas e das relações a serem institucionalizadas nos empreendimentos. A participação dos empreendedores como vetores externos pode ser temporária ou contínua, até que as condições de autogestão estejam viabilizadas e eles façam a escolha pelo distanciamento emancipador das coletividades. Nas experiências estudadas, os empreendedores continuam presentes e muito ativos, o que viabilizou a leitura do processo de interação ativa dos distintos sujeitos.

Dessa forma, realizou-se o estudo em três empreendimentos econômicos de inclusão socioprodutiva com bases características da Economia Social e Solidária e que foram viabilizados por empreendedores de bases sociais diferentes, conforme apresentados no seguinte quadro resumo.

Quadro 1 - Resumo de Aplicação do Estudo

Empreendimentos	Beneficiados	Descrição Resumida dos Empreendimentos
<p>CooperGet e VillaGet</p> <p>Empreendido por empresário de Design e Confeccção de Novo Hamburgo – RS.</p>	<p>Jovens e adolescentes em vulnerabilidade socioterritorial de tráfico e consumo de drogas.</p>	<p>O empreendimento tem como objetivo resgatar os jovens e adolescentes dos contextos de violência do tráfico e consumo de drogas para incluí-los comunitária e produtivamente.</p> <p>Ele está localizado na Vila Getúlio Vargas, no município de Novo Hamburgo/RS, e desenvolve projetos integrados de inclusão socioprodutiva, dentre os quais a CooperGet, geradora de trabalho e renda para os jovens, e que foi o foco do presente estudo.</p>
<p>CataVida</p> <p>Empreendido pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo – RS.</p>	<p>Trabalhadores da coleta e triagem de resíduos sólidos.</p>	<p>O empreendimento foi instituído e viabilizado como forma de humanizar o trabalho de coleta e triagem dos resíduos sólidos na Central de Reciclagem (CR) e nos entrepostos de coleta seletiva.</p> <p>O empreendimento funciona em convênio com a Cooperativa Coolabore que associou os catadores e tem acompanhamento direto e cotidiano da Gestão Pública Municipal.</p>
<p>Rede Industrial de Confeccção Solidária (RICS)</p> <p>Empreendida pela ONG Guayi, de Porto Alegre – RS.</p>	<p>Mulheres pobres, parte delas detentas e ex-detentas do sistema prisional.</p>	<p>A RICS é formada por empresas solidárias de Porto Alegre e região, com a finalidade de promover a inclusão socioprodutiva de mulheres em situação de múltipla vulnerabilidade socioterritorial.</p> <p>Ela funciona como rede de empresas independentes e articuladas entre si, para o cumprimento de contratos conjuntos de fornecimento.</p>

As três experiências estudadas aparecem como referências nacionais de inclusão socioprodutiva de populações em múltipla vulnerabilidade e exclusão social. Elas estão em fase de consolidação interna e de difusão das metodologias organizativas para outras realidades. A VillaGet está dentre as experiências em evidência de empreendimentos socioinclusivos e sustentáveis, no cenário dos eventos da Copa do Mundo, e como perspectiva de contribuição na pacificação de territórios violentos, como os do Rio de Janeiro. A RICS/Guayi está em processo de implantação de projeto nacional de incubação de redes de

empresas de mulheres em vulnerabilidade social, em convênio com o Governo Federal. E o CataVida é referência de empreendimento socioambiental para municípios metropolitanos, tendo obtido seis prêmios nacionais em reconhecimento ao seu desempenho.

Portanto, acredita-se ter conseguido identificar e estudar três experiências típicas de Inovação e Empreendedorismo Social com as condições de revelar evidências para compreender os processos de geração do valor social. Nelas estão representados os principais agentes empreendedores da inovação social, na atualidade, em experiências comuns de inclusão socioprodutiva, em realidades e populações em múltipla vulnerabilidade e exclusão social. Nessas experiências, buscou-se investigar a seguinte questão de pesquisa: **Como o valor social é gerado e percebido em empreendimentos econômicos socioinclusivos?**

1.2 OBJETIVOS DO ESTUDO

O estudo realizado sobre o problema de pesquisa, acima apresentado, tem os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a forma como o valor social é gerado e percebido pelos empreendedores e pelos participantes beneficiados em organizações econômicas de inclusão socioprodutiva.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever as iniciativas e os processos de organização dos três empreendimentos socioinclusivos.
- b) Captar as diversas vozes que emergem como memória coletiva em meio às relações produtivas e organizacionais.
- c) Caracterizar os elementos de mudança nas posturas e nas práticas sociais de cooperação e autogestão institucionalizadas nos empreendimentos.
- d) Identificar aspectos organizativos e relacionais inovadores, replicáveis como aprendizagem em outras realidades.
- e) Analisar os impactos produzidos pelos empreendimentos na vida e na realidade dos participantes.

1.3 JUSTIFICATIVAS DO ESTUDO

O presente estudo é inspirado e motivado nas inquietudes do pesquisador, que se alinham às críticas de pensadores internacionais sobre as contradições das estruturas e dos sistemas socioeconômicos, que mantêm grandes contingentes populacionais em exclusão e vulnerabilidade social, enquanto cresce a geração e o acúmulo de riqueza no mundo. Dentre esses autores, destacam-se *Pierre Bourdieu, Anthony Giddens, Amartya Sen, Theodor Adorno, Jünger Habermas e Max Horkheimer, Zygmunt Bauman, Giovany Cajaiba-Santana, Gregory Dees, Frank Moulaert, Geoff Mulgan, Muhammad Yunus.*

Tal inquietude busca se somar à capacidade de muitos em transformar as angústias e ansiedades em pesquisas sobre as iniciativas de empreendedores, que tomam para si a responsabilidade de produzir mudanças que as realidades lhes inspiram e oportunizam. E, ao fazer estas pesquisas, acabam por contribuir na qualificação do entendimento da realidade e dos processos empreendedores, e na difusão das experiências. São, assim, no entender de Orlandi (2003) e de Bourdieu (2008), estudos essencialmente engajados, em que, por maior que seja o esforço do pesquisador em se distanciar, ele acaba por compartilhar elementos simbólicos das relações nas realidades, os quais pode negar ou assumir, mas não permanecer imune da influência à sua própria consciência.

Dessa forma, a pesquisa assume a condição de engajamento contributivo, que não só busca entender as realidades, mas também contribuir no esforço resolutivo de problemáticas nelas existentes. Ao assumir tal condição e caráter, o pesquisador ressalta especial motivação no desenvolvimento da presente pesquisa, dada a condição de sua interpeleção com os processos de criação de valor social.

Por um lado, a pesquisa se justifica pela importância contemporânea do tema. A temática da criação de valor social em empreendimentos de inovação social tem crescente relevância no meio acadêmico e nos espaços institucionais formuladores de políticas e estratégias de superação das contradições sociais, econômicas e ambientais em escala mundial. Os conceitos de valor social têm aparecido, com maior frequência, em documentos dos organismos mundiais para indicar a necessária atenção às iniciativas e aos processos inclusores das populações e de superação das desigualdades estruturais no mundo. O termo também é usado para se referir a realidades de valor simbólico histórico-cultural e de

relevância socioambiental para os povos, e que extrapolam a pragmática racionalidade econômica e as formas monetárias de mensuração.

Por outro lado, embora ainda exista um primado pelas acepções tradicionais de geração das novidades inovadoras, baseadas em produtos ou processos para geração de valor econômico e aquisição de diferenciais competitivos no mercado, crescem as pesquisas e as formulações teóricas de Inovação e Empreendedorismo Social. Essa temática emerge no mundo com a perspectiva de reverter os critérios orientadores dos processos econômicos para maior inclusão social, em termos gerais, e como forma de identificar oportunidades de viabilizar novas e criativas soluções para problemas em realidades sociais específicas. Nessas pesquisas, o valor é identificado como o resultado ou o impacto gerado pelas iniciativas empreendedoras de inovação social nas realidades e na vida das pessoas.

De fato, esse tipo de estudo se faz necessário porque os avanços econômicos e tecnológicos não geram o desenvolvimento das sociedades. Ao contrário, ampliam o fosso da exclusão, em que a lógica da destruição criativa de Schumpeter (1988), para as empresas e cadeias industriais, também se aplica para vastas camadas sociais, mas como ‘destruição destrutiva’. Estas populações são economicamente inaptas para a adoção desses novos processos produtivos e tecnológicos, a não ser que sejam viabilizadas mediações de inclusão produtiva. Bourdieu *et al* (2012) alertam para a condição de subproletariado de amplas parcelas da população mundial, na medida em que se complexificam as tecnologias produtivas e as exigências de habilitações e competências laborais. Dessa forma, os clássicos proletários teriam sido substituídos por qualificados e criativos operários, em decréscimo expressivo de número e crescente formação profissional, excluindo estruturalmente dos sistemas àqueles que não tiveram o perfil pessoal e profissional adequados. A tais condições estruturais somam-se fatores circunstanciais e territoriais específicas, ampliando a vulnerabilidade e tornando a exclusão múltipla e de mais difícil reversão.

Dessa forma, a Inovação e o Empreendedorismo Social são formas de se buscar ampliar o enfoque das oportunidades empreendedoras voltadas à resolução de problemas sociais da atualidade, com o acúmulo de ferramentas existentes nas ciências econômicas e sociais. Assim, a presente pesquisa pretende se integrar e colaborar com os esforços acadêmicos dos centros de estudos nacionais e internacionais que se propõem a contribuir na construção de soluções para problemas sociais. São exemplos, nesse sentido, o CRISES (*Centre de Recherche sur les Innovations Sociales*) do Canadá, o Programa de Inovação

Social do INSEAD (*Institut Européen d'Administration des Affaires*) e a *Stanford Innovation Review* dos Estados Unidos da América.

Em mapeamento de pesquisas na temática de Inovação e Empreendedorismo Social, Short *et al* (2009) identificaram 152 artigos nas principais revistas especializadas em nível internacional, sendo que quase a metade deles estão publicados em revistas de Administração e Negócios. Esse crescimento, no entanto, é identificado por Dacin *et al* (2011) como desafiador, porque requer que a temática se enriqueça e consolide como teoria e fundamentação metodológica. Para os autores, a sensibilidade e a mobilização acadêmica em torno do tema ainda não se confirmaram em produções científicas que avançassem as teorias e consolidassem o campo de estudo.

As publicações especializadas têm focado os processos organizativos e os resultados alcançados nas distintas realidades, em que os empreendimentos são desenvolvidos e as metodologias de difusão adotadas. Dentre as realidades e os casos destacados nas publicações, estão: a inclusão produtiva, através da qualificação profissional e da economia social e solidária; o desenvolvimento local e territorial; a urbanização de favelas; a transição da assistência para a autonomia social em realidades de pobreza extrema; a cooperação na agricultura familiar. Muitas delas têm a participação ativa de agentes empreendedores com a função de vetores externos temporários ou permanentes de mobilização dos recursos e ancoragem organizativa e funcional. Outras se caracterizam pela auto-organização das comunidades e dos grupos sociais. É possível citar ainda experiências que encontram eco divulgador e articulador em movimentos e redes internacionais, como o *Fórum Social Mundial*, com edições anuais alternadas em gerais e temáticas, desde 2001; e o *Movimento Mundial Quem se Importa*, que acompanha e divulga experiências resolutivas de empreendedorismo social.

No Brasil, nas duas últimas décadas, consolidaram-se experiências de Inovação e Empreendedorismo Social, voltadas principalmente à inclusão produtiva de populações excluídas do mercado e em vulnerabilidade social. As pesquisas acadêmicas têm buscado interpretar e caracterizar estas experiências, sistematizando-as e interligando-as em tematização comum à luz das teorias existentes e desafiando o avanço delas. Entretanto, diferente dos principais centros especializados na temática em outros países, ainda são poucos os estudos no campo da Administração sobre tais realidades, como identificado e caracterizado por Bignetti (2011). Neste campo de estudos, ainda predominam as pesquisas na

concepção restritiva da inovação voltada à competitividade das empresas e indústrias no mercado, o que despoticiza as experiências e as ciências sociais aplicadas.

Cabe ressaltar que alguns Programas de Pós-Graduação em Administração estão constituindo observatórios, grupos e programas de pesquisa focados na temática. O PIESO (Grupo de Pesquisa em Empreendedorismo e Inovação Social) do PPGA da UNISINOS é um dos pioneiros, nesse sentido, no Brasil, e seu esforço já viabilizou um conjunto de pesquisas acadêmicas, dentre às quais o presente estudo.

Tanto os centros de pesquisa como os autores individuais têm empreendido esforços no sentido de estabelecer as bases teóricas e as categorias conceituais de análise para a temática, que encontram respaldo nas formulações e reformulações das ciências econômicas e sociais contemporâneas. Contudo, por se tratar de questões de relevante complexidade e estudos essencialmente interdisciplinares, muitas das formulações teóricas ainda estão em fase de amadurecimento aplicativo e consolidação referencial.

A presente pesquisa deseja contribuir no esforço de ampliação das bases teóricas através do estudo aplicado em três típicas e complexas experiências de criação e agregação de valor social às realidades e às pessoas envolvidas nos inovadores processos de empreendedorismo social. Nessas experiências, identificaram-se e caracterizaram-se as ações empreendedoras, os processos organizativos e relacionais, e os resultados obtidos em termos de impactos nas realidades das pessoas e nas mudanças das relações instituídas nas organizações. Assumiu-se o pressuposto teórico de que o sucesso de empreendimentos sociais está na capacidade de modificar integralmente as realidades (DEES, 2001) e instituir novas relações sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2013). Dessa forma, na medida em que os empreendimentos conseguem implementar os processos relacionais capazes de reestruturar os sistemas sociais e modificar os *habitus*, pode-se identificar a criação de valor social. A mudança do *habitus* ocorre quando os indivíduos assumem, como valores próprios, as normativas relacionais propostas pelos empreendedores. Nesse sentido, as teorias do *Habitus* de Bourdieu (2004) e da Estruturação Social de Giddens (2009) são fundamentais para a compreensão dos processos e a composição dos mecanismos de percepção das mudanças.

Assim, como ainda não existem sistemas estruturados e confiáveis de aferimento do valor social, nesta pesquisa se coloca a perspectiva de contribuir na sistematização da questão, através de categorias interrelacionadas de análise, que poderão servir para

estabelecer, em outros estudos, molduras e referenciais de aferimento. Este estudo foi desenvolvido em três experiências típicas e expressivas de Inovação e Empreendedorismo Social, e pode contribuir para entender a questão do valor social. Acredita-se que o valor social tenha sido identificado como expectativa, processo e resultado. Em outras palavras, como expectativa e razão motivacional da mobilização dos recursos e das ações pelos empreendedores; como processo realizado na forma organizativa e relacional da produção; e como resultado nas mudanças substanciais das realidades, das posturas e das relações entre os participantes.

Em suma, pode-se dizer que este estudo se justifica pela relevância e atualidade do tema, pelos avanços teóricos viabilizados na sua aplicação e pela contribuição que traz para futuras pesquisas do Programa de Pós-Graduação, ao qual se vincula e integra.

Esta tese está organizada da seguinte forma: seguindo-se a esta Introdução, procede-se, no Capítulo 2, a uma ampla discussão da base teórica acerca dos temas da Inovação, do Empreendedorismo Social e da criação de Valor Social; no Capítulo 3, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; no Capítulo 4, são caracterizados individualmente os três casos e analisados os dados obtidos sobre os impactos na realidade e na vida dos participantes desses empreendimentos, como valor social criado; e, por fim, nas Considerações Finais, são apresentadas as principais conclusões e contribuições com vistas ao avanço de pesquisas na temática.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A temática do presente estudo se inscreve na triangulação dialógica de categorias conceituais que podem ser tomadas como independentes ou mutuamente implicadas: a Inovação, o Empreendedorismo e o Valor Social. Estas categorias têm suas acepções consolidadas no universo das ciências econômicas e estão em crescente aplicação em estudos sobre as iniciativas e os processos inovadores de transformação de realidades sociais, condição que se aplica a esta pesquisa.

A adoção de categorias consolidadas nas ciências econômicas para estudar os processos empreendedores de mudanças sociais dialoga com os fundamentos teóricos que entendem as realidades e os comportamentos sociais e econômicos como mutuamente imbricados ou enraizados (GRANOVETER, 1985; SWEDBERG, 2005). Dessa forma, o empreendedorismo econômico e o empreendedorismo social não podem ser tomados como dicotomias excludentes entre si, mas como um *continuum* de realidades e comportamentos, onde o puramente social e o puramente econômico não existem, em termos absolutos e excludentes, mas em situações mais ou menos distanciadas de suas condições típicas. E, mesmo nos casos extremos da sua tipicidade há elementos comuns de ambos (AUSTIN, STEVENSON e WEI-SKILLERN, 2006).

Por outro lado, as clássicas fronteiras entre as organizações privadas e instituições públicas e entre empresas competitivas e organizações sem fins lucrativos se diluíram imensamente nas últimas décadas (YUNUS, 2007). Essas aproximações viabilizam a realização de empreendimentos especializados, em termos de missão econômica, social ou

pública, e a realização de empreendimentos essencialmente integrados ou híbridos de finalidades (MULGAN *et al*, 2007).

Entretanto, cabe ressaltar que o econômico, o social e o público, a despeito da diluição de suas fronteiras, continuam sendo complexos e especializados campos científicos, como também integram realidades organizacionais distintas desses campos. O que aqui se ressalta é a oportunidade do uso comum de referenciais teóricos e ferramentas de análise, diferenciando-se, porém, as suas acepções e suas aplicações nos distintos campos (DEES, 2009; MOULAERT e NUSSBAUMER, 2008).

Assim, as acepções de inovação, de empreendedorismo e de valor, consolidadas nas ciências econômicas, são aplicadas para definir e explicitar as realidades, as ações, os comportamentos e os resultados de transformação social. Discute-se a Inovação e o Empreendedorismo Social como mutuamente implicados em oportunidades de realizar novas e criativas transformações, agregando-se valor social às realidades e às pessoas.

Nesse sentido, apresenta-se, no presente capítulo, uma abordagem teórica a partir da literatura especializada sobre essas temáticas, discutindo a inovação e o empreendedorismo social, nos primeiros tópicos, e seguindo para a geração de valor social, nos tópicos seguintes.

2.1 INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Os conceitos de inovação e de empreendedorismo estão majoritariamente aplicados nas ciências econômicas e ligados à capacidade de geração de diferenciais competitivos das empresas no mercado. Entretanto, suas acepções não são restritivas e estão em crescente adoção para explicitar a capacidade de inovar e empreender para a resolução de problemas em realidades sociais.

A inovação e o empreendedorismo social se viabilizam em oportunidades advindas das realidades econômicas e sociais, em que as dinâmicas de mercado são falhas e as ações das instituições do Estado são limitadas ou ausentes, causando a exclusão social. Nesse contexto, os problemas gerados nas estruturas e nos sistemas socioeconômicos são insumos das inovações e os empreendimentos podem levar a promover mudanças estruturais nos sistemas ou compensar as condições de acesso, para que os indivíduos possam ser neles incluídos (AUSTIN, STEVENSON e WEI-SKILLERN, 2006). Dessa forma, determinados

problemas sociais, que são ameaças e riscos para investimentos econômicos de empresas e/ou ações infraestruturais para os órgãos governamentais, podem se traduzir em excelentes oportunidades para empreendimentos sociais inovadores (MULGAN *et al*, 2007).

Nesse sentido, o empreendedorismo assume a condição de força e elo viabilizador da inovação, que se traduz na mudança criativa de realidades sociais opressoras e excludentes. Essa compreensão está mais detalhada nos tópicos que seguem.

2.1.1 Diferença entre Inovação Social e Inovação Tecnológica

O termo *inovação* tem vasta aplicação nos diversos campos do conhecimento científico, em que remete às noções de novidade pela geração de algo novo ou pela renovação de algo já existente. A palavra deriva do termo latino *innovatio*, usado para se referir a métodos de realização ou a objetos criados e que não existiam anteriormente naqueles padrões. Assim, o termo *inovação* designa “qualquer pensamento, comportamento ou coisa que é nova por ser qualitativamente diferente das formas existentes” (FGV, 1986, p. 607).

Dessa forma, inovar pode assumir o significado de criar algo totalmente novo; de tornar novo algo já existente pela renovação substancial; ou ainda, de fazer algo igual ao já existente, mas com métodos ou com elementos diferentes. A condição de novidade pode estar, portanto, consubstanciada na composição dos elementos integrantes e na metodologia adotada na realização de produtos e processos (HOUAISS *et al*, 2001).

Se, por um lado, as inovações implicam mudanças relevantes no contexto e aos agentes que as produzem; por outro lado, a inovação pode assumir a condição de processo ou de resultado. Enquanto processo, expressa a ação de fazer o novo de forma diferente. Já o resultado é tido como a introdução de uma nova coisa (produto) ou uma nova forma de proceder (processo) e de se relacionar no mercado, nas relações sociais ou nas instituições públicas e privadas. Contudo, a introdução de um novo produto pode alterar um conjunto de processos, da mesma forma que um novo processo pode viabilizar a introdução de um conjunto de produtos. Em outras palavras, a inovação tem previsibilidade limitada em termos de potencial de impacto e difusão, seja ela incremental e progressista ou geradora de ruptura radical com os padrões anteriores (FGV, 1986).

Nesse sentido, as pesquisas sobre inovação estiveram dentre as principais temáticas do século XX, predominando o enfoque tecnológico, como retrato da predominância da velocidade e da frequência das mudanças econômicas. Porém, as mudanças sociais podem ter ultrapassado, em substancialidade e velocidade, as mudanças tecnológicas, nas últimas décadas. Isso ajudaria a explicar o crescimento das pesquisas e a complexidade que suas temáticas adquiriram na identificação de realidades sociais e dos empreendedores como vetores das suas mudanças (CAJAIBA-SANTANA, 2013).

A inovação tecnológica está associada ao contexto competitivo da revolução e evolução industrial, vinculando-se com as ideias de introdução de novos produtos e novos processos para gerar e manter diferenciais competitivos no mercado. Essas inovações podem ser agrupadas em três tipos diferentes, de acordo com a capacidade da produção de impacto na economia e na sociedade: (1) Inovações incrementais: são aquelas que ocorrem de forma constante nos setores produtivos, melhorando os produtos e os processos existentes; (2) Inovações radicais: são intermitentes e sua difusão incide sobre os ciclos econômicos de longo prazo, pela introdução de novos materiais e/ou processos que repercutem sobre um vasto leque de inovações incrementais; e (3) Revoluções tecnológicas: são as que alteram o paradigma tecnológico dos setores produtivos, pois não se limitam a produtos e processos, mas originam um conjunto de novas atividades, alterando a cadeia de valor, pela incidência nas estruturas e nos custos de produção e de distribuição. São, portanto, transformações profundas nas bases tecnoprodutivas e têm amplas consequências em todos os setores da economia e da sociedade (FREEMAN; SOETE, 1988).

A concepção da inovação como revolução tecnológica assume a concepção de desenvolvimento econômico em saltos de inovação, que rompem com os estados de estagnação e fluxos circulares da economia, de Schumpeter (1988). Os saltos seriam viabilizados pela introdução de inovações que representam a geração de mudanças substanciais, conduzindo os processos produtivos a patamares e relações superiores. As condições sociais e materiais da inovação já estariam ativa ou inativamente disponíveis nas sociedades e, na maioria dos casos, nos sistemas produtivos, como meios empregados despotencializadamente nas dinâmicas econômicas. Por isso, os saltos do desenvolvimento dependem de novas maneiras de usar, combinar e alocar estes meios, o que, em linhas gerais, é realizado por novos atores econômicos, gerando a descontinuidade e a eliminação dos processos e das relações anteriores.

Os fatores indutores da inovação aparecem, na bibliografia, como a conjugação entre os elementos de mercado, a institucionalidade favorável – como sistemas nacionais de inovação – e as condições sociais com aptidões em absorver as inovações, com ênfase maior em um ou outro fator, de acordo com as associações teóricas as quais se associam. Nas ênfases dos fatores de mercado, ressalta-se que elas são viabilizadas em função da demanda para atendimento a novos consumidores ou adequação dos processos produtivos aos impulsos das inovações tecnológicas obtidas nas indústrias (DOSI, 2006).

Contudo, mesmo reconhecendo as induções advindas dos fatores ambientais das indústrias, das dinâmicas de mercado e dos sistemas nacionais, Schumpeter (1988) enfatiza o protagonismo empreendedor dos indivíduos nos processos de inovação, pois seriam os produtores a iniciar as mudanças econômicas mais significativas e a influenciar o mercado a adotar as novidades.

Por outro lado, o ritmo da difusão ou a velocidade com que as inovações são adotadas pelos agentes econômicos e pela sociedade não são constantes e nem uniformes, pois dependem, dentre outros fatores, da dinâmica de mercado e da aptidão e capacidade tecnológica da sociedade. Essas aptidões e capacidades se referem ao conhecimento necessário para assimilar, utilizar, adaptar e mudar as tecnologias para as necessidades das organizações e das pessoas. Tal conhecimento não se restringe ao uso e aproveitamento da novidade proposta, mas “à competência com a qual ele é empregado nos investimentos, na produção e na criação de novos conhecimentos” (KIM, 2005, p.17).

Portanto, a capacidade de absorção e difusão dependeria das aptidões existentes não só para assimilar a novidade, mas partir desta para gerar novos conhecimentos com potencialidade de criação e recriação. Já a competência diria respeito à capacidade de reconhecer e assumir as inovações, quando elas ocorrem, pois o atraso na imitação proporciona lucros de monopólio aos inovadores. Assim, o benefício da inovação seria maior na cadeia quanto mais estiverem desenvolvidas as capacidades de criação, assimilação, recriação das inovações, gerando a dinâmica de inovação constante, com eventuais saltos qualitativos, na perspectiva schumpeteriana (NELSON, 2006).

A inovação tecnológica e produtiva não pode ser entendida como em oposição ou confronto com o desenvolvimento social das sociedades. Ao contrário, eles se pressupõem e se complementam mutuamente, pois o desenvolvimento social depende de condições

econômicas favoráveis, que, por sua vez, são viabilizadas e potencializadas pelas condições e capacidades adquiridas no desenvolvimento das sociedades (FURTADO, 1999). Entretanto, o equilíbrio entre os dois – no sentido de maximizar o bem-estar social com a dinâmica inovadora da economia – não se viabiliza em dinâmicas de mercado, mas pela capacidade das sociedades gerirem, através das suas instituições, as mediações estratégicas do desenvolvimento (TOURAINÉ, 2009). Ou seja, os fatores que levam ao crescimento econômico não são suficientes por si para promover a inclusão das pessoas e evitar contradições socioeconômicas. Ao contrário, pode viabilizar a maximização da geração de valor econômico expropriado e concentrado nas classes sociais dominantes dos sistemas de produção (MÉSZÁROS, 2002; MARX, 2002).

Por isso, o desenvolvimento equilibrado da sociedade requer a ampliação dos referenciais de inovação para a constituição de estruturas sociais e sistemas socioprodutivos com missão social. Ou seja, estruturas que primem pela viabilização de sistemas sem exclusão, ao mesmo tempo, em que promove a inclusão, enquanto existirem realidades de pessoas excluídas (SANTOS, 2007). Essa concepção se aproxima das acepções da economia do bem estar de Sen (1999) e é a essência da Inovação Social, caracterizada nos tópicos que seguem.

2.1.2 Contexto da Inovação Social

Os conceitos e as práticas de inovação social são antigos, mas emergem mais fortemente a partir da segunda metade do século XX, em um contexto social, econômico, político e cultural que se caracteriza pela existência conjugada de quatro fatores principais: (1) a contradição dos processos econômicos orientados no mercado liberal, gerando crises cíclicas e ampliando a exclusão produtiva, econômica e social de contingentes populacionais; (2) as limitações dos estados nacionais e dos organismos mundiais na promoção da efetiva inclusão social; (3) as evidências da escassez e da insustentabilidade dos recursos naturais, exigindo novos modelos de produção e de consumo; e (4) as limitações e o fracasso dos projetos estruturais alternativos ao capitalismo, colocando em questão as principais ideologias e utopias de transformação estrutural dos sistemas sociais (GIDDENS; HUTTON, 2004; BOURDIEU, 2012).

Essa realidade é definida por Bourdieu (2012) como **a miséria humana e do mundo**, por ainda existirem grandes contradições nas estruturas econômicas e sociais e para as quais o conhecimento e as escolhas racionais se revelam incapazes de produzir soluções efetivas. Dentre as contradições, os autores destacam a grande capacidade de geração de riqueza e a viabilização de altíssimo padrão de consumo para restritas parcelas sociais, enquanto persiste a pobreza absoluta e a múltipla exclusão de massivos contingentes populacionais. Nos argumentos dos autores, essas contradições existem em escala global e se devem principalmente à presença limitada dos estados nacionais e dos organismos mundiais, na regulação das relações econômicas e na promoção da emancipação social das populações excluídas. Essa atuação limitada não é compreendida como de incapacidade institucional, mas como enfoque político liberal, seja nas gestões públicas em nível nacional, seja na orientação dos organismos e instâncias deliberativas em escala mundial.

Essa visão é compartilhada por Arantes *et al* (2002), quando critica o enfoque único e mercadológico dos organismos nacionais e internacionais para a solução de problemas econômicos, sociais e infraestruturais das cidades, das regiões e dos países. Haveria, portanto, um consenso liberal na indicação de soluções padronizadas e ligadas à dinâmica de mercado, para um leque diferenciado de realidades, inclusive nos serviços públicos essenciais. Para os autores, as soluções reais dependeriam da ampliação do enfoque interpretativo dos problemas e das realidades, e da adoção de medidas resolutivas integrais e duradouras. Isso passaria por ampliar e qualificar as estruturas e as instituições governamentais, para serem eficientes, mas sem renunciar à condição e à missão de serem públicas e socialmente comprometidas.

De fato, o perfil das realidades sociais requer a ampliação da capacidade interpretativa e da efetivação de resoluções criativas, para além das abordagens neoliberais, pois estas tendem a ignorar o fato do desenvolvimento ser profundamente histórico e ter especificidades locais e complexas configurações institucionais (MOULAERT *et al*, 2007).

Nesse sentido, Harvey (2013) argumenta sobre a necessidade do foco inovador não se restringir a variáveis exógenas das realidades e promover as mudanças endógenas dos sistemas, pois as novidades precisariam ressignificar as capacidades das pessoas, das organizações e das instituições, acumulando qualificadores da vida a serem retidos nos territórios. Dessa forma, evita-se, por exemplo, que o capital social e organizacional gerado nos espaços sociais em transformação seja expropriado pelas dinâmicas de mercado do trabalho. Porém, quando isso não ocorre, a inclusão dos indivíduos é viabilizada, sem que

sejam modificadas as realidades em que a exclusão ocorre, gerando resultados pouco resolutivos.

Apesar da crítica ao mercado, como referencial solucionador, há certa unanimidade, nas bibliografias, em identificá-lo como um dos reguladores principais das dinâmicas econômicas e da vida social contemporânea. Assim, as soluções inovadoras para realidades sociais acabam, de alguma forma, dialogando com essas perspectivas, mesmo que limitando ou ampliando sua dinâmica e influência. Nesse sentido, Drucker (2007) afirma que, em todas as perspectivas atualmente formuladas, identifica-se o mercado como um dos elementos centrais das realidades sociais e econômicas, e mesmo as sociedades pós-capitalistas¹ seriam regidas pela sua dinâmica.

Por outro lado, várias correntes teóricas da filosofia e das ciências sociais argumentam que os limites da racionalidade não estariam restritos às leituras orientadas unicamente na perspectiva da dinâmica de mercado. No entender delas, vive-se, na atualidade, uma profunda crise ou uma enfermidade da razão, a ponto de se configurar um quadro de ‘eclipse’ de referenciais de humanidade, de eticidade e de validação universal do conhecimento racional.

A razão jamais dirigiu verdadeiramente a realidade social, mas hoje está tão completamente expurgada de quaisquer tendências ou preferências específicas que renunciou, por fim, até mesmo à tarefa de julgar a ações e o modo de vida do homem. Entregou-os à sanção suprema dos interesses em conflito aos quais nosso mundo parece estar realmente abandonado. (HORKHEIMER, 2013, p.15)

Nesse sentido, o autor (*Idem*, p. 182) enuncia que o pensamento parece ter sido reduzido ao nível de processos industriais massivos e programado para ficar restrito a determinadas composições, funções e desempenhos, como se o conhecimento fosse uma parcela capaz de ser produzida e reproduzida em série, com composição, formato e finalidade previsível. Esses processos geram “o tolhimento dos pensamentos e das ações humanas pelas formas do industrialismo extremamente desenvolvido, o declínio da ideia de indivíduo sob o impacto do mecanismo avassalador da cultura de massas” (HORKHEIMER, 2013, p.182).

¹ Para Peter Drucker, a propriedade anônima dos ativos das corporações não se traduz mais em poder real nas empresas e nos sistemas sociais e econômicos. Este poder estaria compartilhado e diluído com os gestores profissionais e que tendem a seguir as dinâmicas reguladoras do mercado, fortemente contagiado pelas rápidas mudanças sociais. Dessa forma, afirma estar-se vivenciando na atualidade uma sociedade pós-capitalista, que diferente do estimado pelas correntes teóricas do marxismo clássico, não é socialista. Seria, portanto, um pós-capitalismo de mercado.

Dessa forma, pela ausência de sujeitos racionais reais (indivíduos e instituições), cria-se as condições para o estabelecimento de falsos consensos, enquanto que o pensamento programado pela ciência e pela razão instrumental contribuem para a validação de falsas verdades e elementos solucionadores limitados (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Nas palavras de Horkheimer (2011, p. 181),

Assim, o transtorno da razão vai muito além das óbvias deformações que a caracterizam na época atual. A razão só pode compreender a sua racionalidade pela reflexão sobre a enfermidade do mundo como algo produzido e reproduzido pelo homem; com essa autocrítica, a razão permanecerá ao mesmo tempo fiel a si mesma, pela preservação e aplicação, sem motivações ulteriores, do princípio da verdade que devemos apenas à razão.

Em perspectiva idêntica, Habermas (2008) argumenta que a racionalidade não pode mais ser tida como absoluta e monolítica, como pretendiam o racionalismo e o cientificismo modernos. A complexidade do mundo e das relações e a fragilidade da razão exigem que ela seja necessariamente dialógica. O autor propõe o agir comunicativo que permitiria a ampliação racional, pela incorporação da multiplicidade e da pluralidade dos conhecimentos e, com isso, viabilizaria a universalidade validada. Para isso, seria necessário estabelecer e validar os princípios orientadores – ou o consenso normativo – dos diálogos de superação das parcialidades racionais.

O autor defende esse diálogo racional como prática interna das instituições de ensino e pesquisa, para torná-las guardiãs da racionalidade, mas também como prática interorganizacional e interinstitucional, como agir relacional entre indivíduos e entre grupos sociais, políticos e culturais. Da mesma forma, recomenda este agir comunicativo e racional entre as nações, como forma de elevar o conhecimento da diversidade e o aprofundamento qualificador das soluções dos problemas do mundo e da humanidade (HABERMAS, 2007).

Entretanto, como se trata da proposição de um agir comunicativo racional normatizado, acaba se tornando um diálogo de especialistas e diálogos interdisciplinares entre especialidades. Segundo Dussel (2002 e 2003), isso restringe os interlocutores e limita o conhecimento da realidade e da alteridade protagonista dos excluídos das ‘comunidades do direito de fala’. Para o autor, o processo esclarecedor das realidades é o que permite também manifestar e incluir a alteridade diversa dos sujeitos sociais e adotar dinâmicas libertárias das relações e das estruturas opressivas. Os processos que permitem entender as realidades e as

formas de transformá-las não se separam, pois compõem a mesma totalidade inclusora ou, em condição inversa, a totalidade de sujeitos negados e de estruturas e relações excludoras.

Sobre essa questão, Boaventura Santos *et al* (2004) defendem o paradigma do conhecimento prudente, com fundamentos teóricos, conceituais e epistemológicos orientados a uma racionalidade plural e voltada a emancipar os indivíduos e as sociedades. Para os autores, todos os conhecimentos – inclusive, os físicos – são socialmente construídos e estão imbricados com os contextos e as relações sociais e seus valores, crenças e ideologias. E, embora influenciados pelos contextos, os conhecimentos deveriam levar a romper com eles, para emancipar e empoderar coletivamente as pessoas e viabilizar a construção de realidades inclusoras. O conhecimento racional deveria ser apropriado pelas pessoas e levar à formação de um novo senso comum emancipador dos indivíduos e qualificador das realidades, o que é uma das características centrais da Inovação Social.

2.1.3 Características da Inovação Social

As acepções de racionalidade dialógica e emancipatória, discutidas no tópico anterior, estão presentes nos referenciais formuladores e nas práticas de Inovação Social. Nesse sentido, Sen (1999; 2010) afirma que parte significativa das soluções para o desenvolvimento equilibrado do mundo poderia advir da ampliação dos referenciais de racionalidade econômica, incluindo fatores que potencializassem a liberdade, o bem-estar humano e a sustentabilidade ambiental. Para o autor, a Economia perde em capacidade referencial por ter se especializado demais como ciência e se afastado das leituras orientadas na Ética. Assim, o enfoque racional teria ficado restrito à clássica leitura do *homo economicus* e sua natureza egoísta, de maximização do desempenho econômico e financeiro no mercado. O autor entende que o conhecimento deveria fazer interpretações das realidades e das oportunidades de forma mais abrangentes para a identificação e a realização de negócios, além da identificação e resolução de problemas socioambientais.

De fato, as realidades sociais e suas contradições são oportunidades para se desenvolverem novas e criativas soluções. Dessa forma, a inovação social pode ser entendida como o processo e o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais, com a finalidade de gerar soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (BIGNETTI, 2011).

Segundo Mulgan (2006), enquanto as novidades empresariais são motivadas pela maximização do lucro em dinâmicas de mercado, a inovação social se refere às atividades e aos serviços inovadores, que têm por objetivo atender a necessidades sociais. Elas são viabilizadas e difundidas predominantemente por organizações, cujos objetivos principais são sociais, mas também por empreendedores sociais individuais, por organizações empresariais e por instituições públicas. “O ponto de partida para a inovação é sempre a ideia de uma necessidade que não está sendo atendida, juntamente com uma idéia de como o atendimento poderia ser provido²”, afirma o autor (*Idem*, p.149). Às vezes, as necessidades são complexas. Mas, na maioria das vezes, são evidentes e óbvias, tais como a fome, a falta de moradia, a doença, o desemprego, a dependência química, a violência urbana, dentre outras.

Em termos gerais, a forma como as inovações são aceitas e difundidas depende, em parte, das características das novidades em si. Nesse sentido, Mulgan *et al* (2007) elencam as principais características que as inovações deveriam ter para uma difusão mais ágil:

- a) A existência de vantagens relativas: a inovação tem que ser comprovadamente superior às alternativas para atender às mesmas realidades. Em alguns casos, isto pode ser rapidamente evidenciado pelos participantes mobilizados para ajudar e pelos participantes beneficiados. Outras vezes, as vantagens se mantêm ocultas por longos períodos, revelando seu desempenho apenas em médio e longo prazo.
- b) O aferimento de resultados observáveis: as evidências de impactos alcançados de mudança nas realidades são, em alguns casos, a melhor maneira de demonstrar vantagem relativa. No entanto, essas evidências podem ser ignoradas ou relativizadas, se não se encaixarem na expectativa dos protagonistas da inovação. Nesse sentido, um dos grandes desafios é o desenvolvimento de formas eficazes de percepção e aferimentos dos valores gerados nos empreendimentos de inovação social, realidade para a qual esta pesquisa quer contribuir.
- c) A compatibilidade com as realidades e as condições complementares: as inovações precisam ser compatíveis com as aptidões e capacidades que já existem. Quanto mais uma novidade for compatível com o já existente, maior será a viabilização da sua rápida expansão. Os elementos críticos para a absorção das inovações podem ser culturais; a ausência de capacidades de entendimento, comunicação e relacionamento; dentre outros.

² Tradução nossa.

- d) A baixa concorrência: a eficácia da oferta depende muito das alternativas existentes. Dessa forma, as inovações sociais tendem a crescer se a demanda for real, se houver ausência ou insuficiência de ofertas similares e se as condições complementares forem favoráveis. Os governos e suas políticas são variáveis a serem observadas, pois podem ser viabilizadoras de ações centrais ou complementares em temáticas sociais, bem como podem inviabilizar iniciativas, se sua presença for efetiva.
- e) A simplicidade: as inovações são mais viáveis quando não requerem longos e caros treinamentos ou adaptação de instalações. As ideias se propagam mais facilmente quando há otimização de estruturas e condições complementares favoráveis. Quando as modificações nos *habitus* relacionais e nas estruturas existentes nas realidades forem de difícil viabilização, pode comprometer a adesão às novidades.

Diante disso, Cajaiba-Santana (2013) alerta que as inovações sociais não podem ser confundidas com os processos empresariais de mobilização e de envolvimento social na co-criação tecnológica, em dinâmicas de mercado. Esses seriam apenas processos metodológicos de construção coletiva da inovação econômica, com aplicação inovadora do marketing de relacionamento. Da mesma forma, o autor afirma que a inovação social não pode assumir acepções restritas e duvidosas, como a da geração de instrumentos destinados a resolver determinados problemas sociais, como a da criação de novos serviços, equipamentos ou produtos. Isso daria uma compreensão limitada e instrumental, uma vez que a resposta para um problema social pode também advir de inovações essencialmente técnicas e de finalidade econômica. Segundo o autor, o que caracteriza essencialmente a inovação social e a diferencia de todas as demais inovações é sua capacidade de institucionalizar novas práticas sociais nas realidades. Por isso, as inovações seriam majoritariamente imateriais e processuais. Os resultados materiais, tais como os ativos das organizações e os ganhos econômicos dos indivíduos participantes, caso venham a ser gerados, seriam apenas suplementares e viabilizadores das novas práticas.

Assim, as inovações sociais se manifestam como mudanças nas atitudes, nos comportamentos e nas percepções dos indivíduos participantes, resultando em novas práticas sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2013) ou em novos *habitus* relacionais reestruturadores da constituição social, frutos de novas consciências da realidade (BOURDIEU, 2004; GIDDENS, 2009).

Trata-se de mudanças que podem ser provocadas por agentes geradores da inovação, mas não podem e nem devem ser controladas por eles, uma vez que é desejável que as mesmas levem à emancipação dos indivíduos e, decorrentemente, a múltiplas iniciativas transformadoras das realidades e das pessoas. Portanto, a mais evidente característica da inovação social é a mudança nas realidades sociais como processo e como resultado. “*We are not only talking about changes in the way social agents act and interact with each other, but also changes in the social context in which these actions take place through the creation of new institutions and new social systems*”³ (CAJAIBA-SANTANA, 2013, p.55).

Como as inovações sociais são essencialmente criações abertas, as ideias costumam ser modificadas antes mesmo de serem colocadas em prática e tendem a receber constantes contribuições durante o desenvolvimento das experiências. A maioria das inovações começa mal formada e raramente alcança sucesso na primeira versão ou tentativa. Assim, as ideias socialmente inovadoras adquirem maior propulsão difusora, na capacidade de crescer, aperfeiçoando-se constantemente. Sem essa capacidade, as iniciativas podem evoluir, se encontrarem nichos de demanda e oferta suficiente para atendê-la, mas dificilmente alcançarão a escala suficiente para desafiar e modificar a realidade (MULGAN *et al*, 2007).

Sendo assim, a difusão de uma inovação social traz em si ou consigo as condições processuais da evolução e da autossuperação. Essas mudanças permitem a moldagem das iniciativas a novas realidades e a peculiaridades metodológicas dos agentes realizadores das ações. A evolução das ideias inovadoras relaciona-se principalmente às necessidades adaptativas das distintas realidades, às convicções dos agentes e às aptidões e capacidades dos participantes em superar criativamente as noções anteriores. Nesse sentido, a inovação social se assemelha às inovações empresariais, pois em ambas a demanda e as capacidades são condições centrais da evolução e diferenciação no mercado (MULGAN *et al*, 2007).

Assim, mesmo que as inovações sejam pontuais e destinadas a realidades específicas, podem se associar a outras iniciativas, potencializando e ampliando as conquistas. Da mesma forma, o envolvimento em conquistas parciais pode contribuir para a mudança da consciência política e cidadã dos participantes, levando-os ao empenho para atender a

³ “Nós não só estamos falando de mudanças na forma como os agentes sociais agem e interagem uns com os outros, mas também de mudanças no contexto social em que essas ações ocorrem, por meio da criação de novas instituições e novos sistemas sociais”(Tradução nossa).

necessidades que antes nem percebiam. E, esses processos de conscientização acabam por dialogar com mudanças cada vez mais estruturais e sistêmicas das realidades sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2013; BOURDIEU, 2004).

A inovação social apresenta-se com uma perspectiva programática, intermediária entre as concepções modernas de utopia, vinculadas às rupturas estruturais dos sistemas sociais, por um lado, e ao pragmatismo ativista pós-moderno, segundo o qual, os grandes projetos sociais não têm mais viabilidade histórica, contemporânea e futura, por outro. No dizer de Moulaert *et al* (2007, p. 196), ao mesmo tempo em que se opõe ao discurso e à lógica neoliberal de economia e desenvolvimento, “*the Social Innovation view cannot simply be classified as idealistically utopian. In fact, it is strongly embedded in the logic and practice of social struggle, which has grown as a reaction against alienation processes to which large groups (...) are falling victim*”⁴.

Sendo assim, as recomendações metodológicas da inovação social atentam para a coerência sistemática e comprometida entre as práticas sociais e os princípios programáticos especificados nas teorias. A preocupação dos autores está em as experiências não se distanciarem dos referenciais teóricos, a ponto de não permitirem a indicação da substancialidade das mudanças e, da mesma forma, as formulações conceituais não se distanciarem das realidades, a ponto de não permitirem a ação resolutiva concreta e específica. Dessa forma, em cada realidade, realiza-se um processo inovador específico, com a dinâmica protagonista dos atores sociais envolvidos, enquanto que as dimensões e os princípios programáticos da inovação social podem ser difundidos e verificados em outras realidades (MULGAN, 2007; ANDREW e KLEIN, 2010).

Esses processos de inovação para mudanças em realidades sociais remetem necessariamente às diferenciadas compreensões de sociedade civil, suas aptidões e capacidades realizadoras. Ela é apresentada como capital social, essencialmente enraizada nas diversas realidades socioeconômicas e culturais, tornando-se elemento diferenciador na capacidade organizativa dos territórios produtivos e sociais (PUTNAM, 1996; COLEMAN, 1990). Por outro lado, na gestão do poder nas sociedades, é referida como integrante do Estado ampliado, formando uma unidade (indissociável) na diversidade com a sociedade

⁴ a inovação social não pode ser simplesmente classificada como idealisticamente utópica. De fato, ela está fortemente ligada à lógica e à prática da luta social, que cresceu como uma reação aos processos de alienação dos quais os grandes grupos (...) se tornaram vítimas (Tradução nossa).

política (GRAMSCI, 2000) e como intermediária entre o Estado e a sociedade como um todo, cumprindo funções mediadoras nos processos recontratualistas, demandando necessidades e percepções inovativas nas estruturas e nas relações sociais institucionalizadas (BOBBIO, 2000a).

Para Moulaert e Nussbaumer (2008), a capacidade inovadora das sociedades depende do capital social acumulado nelas. Este estaria expresso na qualidade das relações sociais dentro das comunidades, das organizações e das instituições. Em nível individual, o capital humano designaria a soma das vantagens pessoalmente obtidas pela formação e pelas redes de relacionamento acumuladas no pertencimento a grupos sociais e organizações. Porém, distinta da dimensão individual e tendo em conta as dimensões econômica, política, cultural e simbólica, o capital social é um atributo das estruturas e das relações dos atores sociais.

Nesse sentido, Andrew e Klein (2010) apresentam as principais características situacionais e relacionais que permitem a criação, a retenção e o acúmulo de capital social em determinadas realidades: (1) as redes amplas, contínuas e qualificadas de relacionamentos interpessoais; (2) a adoção e consolidação das normas da reciprocidade que incentivam a colaboração solidária como atitude pessoal e relacional; e (3) a confiança conquistada na estabilidade das relações pessoais, organizacionais e institucionais. Para os autores, existe uma relação cíclica e causal em que o capital social é gerador e é gerado nos processos de inovação social. Dessa maneira, as realidades intensas em capital social têm mais capacidade inovadora e resolutiva dos seus problemas. Da mesma forma, a inovação social leva a formar e acumular capital humano e social nas realidades que transforma, fortalecendo a sociedade civil.

Contudo, muitas das concepções contemporâneas de sociedade civil flexibilizam a vinculação e a relação com os territórios locais e os estados nacionais, pela realidade da globalização em curso. Nesse sentido, afirma-se a perspectiva da formação da sociedade civil mundializada e conscientizada em torno de temas e princípios universais da civilidade, da sustentabilidade e da justiça social (GIDDENS, 1996). Esta funcionaria em formato de redes sociais diversificadas e dinamicamente articuladas em escala global, tendo a informação como centro de acesso e de gestão do poder político (CASTELLS, 1999; 2007). Sendo assim, as referências geradoras organizacionais e institucionais deixariam de ser a identidade nacional e

passariam a ser programáticas em torno de causas e de problemas universais, que podem ou não estar territorialmente localizados, mas são percebidos como transcendentais às localidades.

Dessa maneira, as questões problemáticas ligadas à pobreza, à falta de água potável, à habitação, à saúde, à poluição, dentre outras, embora estejam mais densamente localizadas em determinados territórios, são entendidas por Hutton e Giddens (2004), por Santos (2011), por Bourdieu *et al* (2012) e por Bauman (2011), como problemas do mundo e da humanidade. E como tais, deveriam ser pautas resolutivas das organizações e instâncias públicas mundiais e dos fóruns das redes da sociedade civil mundial.

No entanto, essas acepções de sociedade civil não necessariamente são excludentes entre si, mas integram o que Boiser (1996) chama de ‘dialéticas relacionais da mesma realidade global’. Isso porque as sociedades locais e a sociedade global, os estados nacionais e os organismos internacionais – e seus múltiplos desdobramentos – seriam elementos de uma mesma realidade indissociável. Nesse sentido, o local e o global integrariam o mesmo contexto e, mais do que se excluir mutuamente, se afirmariam na unidade da diversidade. Ou seja, os formatos diversificados das localidades teriam aflorado mais com a dinâmica econômica, social e política mundializada, como afirmação identificadora do diverso dentro do todo, na medida em que cresce a percepção de pertencimento solidário ao todo global.

É nesse contexto e com o forte protagonismo da sociedade civil mundializada e enraizada nas realidades locais, que emerge a inovação social, com a perspectiva de construir ações resolutivas de problemas e viabilizar a implantação de novas práticas sociais. Essa inovação adota como referência algumas das noções consolidadas na gestão empresarial, como as noções de eficiência, eficácia e efetividade, embora com acepções de desempenho vinculadas à transformação das realidades e das pessoas envolvidas (DEES, 2009). Essas noções são adotadas na inovação social como elementos de uma racionalidade mais estratégica e ampliada, que recompõe as partes indissociáveis do desenvolvimento: a Sociedade, a Economia e os Recursos Ambientais, como dinâmicas essencialmente implicadas mutuamente e eticamente subordinadas à viabilização do bem-estar humano e social sustentável. Da mesma forma, recompõe a unidade indissociável entre os meios e os fins nas escolhas e nos processos realizadores (SEN, 1999; 2010). Os agentes viabilizadores dessas inovações são os empreendedores sociais, que caracterizaremos no tópico seguinte.

2.1.4 Empreendedorismo Social

As raízes mais remotas do que atualmente se designa como ‘inovação e empreendedorismo social’ remete à chamada caridade científica ou ação social sistemática e estratégica da Era Vitoriana tardia na Inglaterra, no final do século XIX (DEES, 2009). Trata-se do período no qual se buscava qualificar a efetiva inclusão das pessoas para além do assistencialismo e da ajuda eventual, através das organizações mutualistas dos operários, das ações governamentais, das empresas e dos empresários em apoio às famílias em desemprego massivo e estrutural (HUBERMANN, 1986). De fato, ao longo da História da Humanidade muitos são os atores que poderiam ser enquadrados como empreendedores sociais e muitas são as ações de inovação social, cujas motivações e realizações podem estabelecer relações de identidade e diferenciação com os atuais atores e processos (PARENTE *et al*, 2011).

As características do empreendedorismo social são, em parte, semelhantes ao econômico e empresarial, principalmente no que se refere ao comportamento dos agentes empreendedores. Nesse sentido, as condições do empreendedorismo e as características de empreendedor aparecem nos dicionários como associadas à atitude de iniciativa e capacidade de ação resolutiva de indivíduos, de grupos, de organizações e de instituições públicas sobre questões da realidade.

O termo empreendedor (*entrepreneur*) teve origem na França, no século XVII, designando pessoas ousadas e empenhadas em estimular o progresso econômico com novas formas de ser e agir. Contudo, foi com o economista Jean-Baptiste Say (1783), no século XIX, que o conceito passou a ser vinculado com os empresários como indivíduos realizadores, capazes de mobilizar e mover recursos em baixa produtividade ou agregação de valor, para áreas e processos de desempenho superior.

Para Sandrini (1999), tanto os indivíduos empreendedores quanto os profissionais da gestão poderiam ser os agentes que proporcionariam o deslocamento de recursos com inovação para maior desempenho. Entretanto, o que diferenciaria os empreendedores é o fato de eles assumirem para si o risco integral sobre os recursos mobilizados e a responsabilidade pelas formas de alocação destes.

Na teoria econômica de Schumpeter (1976), o conceito de empreendedor está associado à capacidade da inovação revolucionária de empresários, capazes de incidir decisivamente na dinâmica do desenvolvimento econômico. Os empreendedores seriam, portanto, os agentes das mudanças substanciais da economia, por estabelecerem os novos padrões produtivos e por explorem novos mercados, rompendo com os ciclos circulares e com a estabilidade, e ocorram saltos de avanço.

Essa identidade de empreendedor, advinda da tradição Say-Schumpeter, pode ser adotada como acepção de caracterização dos empreendedores sociais, como catalisadores das inovações para a transformação das realidades (DEES, 2001). Nessa tradição, é evidenciado o papel e a característica do indivíduo realizador e responsável pelas iniciativas. Sobre tal condição, Bornstein (2006) afirma ter sido negada ou negligenciada nas abordagens das ciências econômicas e sociais. Para o autor, são os indivíduos os atores centrais para que o empreendedorismo transformador ocorra, mesmo quando for através das organizações e das instituições. Seriam eles os responsáveis por tornarem as organizações realizadoras, embora reconheça que o perfil e a cultura organizacional e os espaços ocupados pelos indivíduos, nas estruturas de poder, podem facilitar ou dificultar a postura e a ação empreendedora.

De forma análoga, Drucker (2003) descreve os empreendedores como indivíduos sempre atentos e capazes de aproveitar as oportunidades para criar mudanças na busca de desempenhos superiores. Para isso, os empreendedores não se limitariam a seus próprios recursos e talentos, nem às suas capacidades para empreender. Eles se caracterizariam por mobilizar e alocar os recursos e as condições possíveis em função dos seus objetivos. Nesse sentido, o centro de referência do autor não necessariamente está na geração da inovação, mas na exploração de oportunidades geradas pelas constantes mudanças nos processos produtivos, nas dinâmicas econômicas e na vida social. O que também é um atributo virtuoso, reconhecido por Dees (2001) para os empreendedores sociais, como sujeitos atentos a perceber e explorar oportunidades quando se apresentam nas realidades.

Sendo assim, o empreendedorismo busca as oportunidades de provocar impactos e elevação do desempenho pelas mais diversas formas e nos mais diversos setores onde a criação de novas possibilidades seja necessária e viável. Portanto, independente do tamanho da ação, do resultado gerado, do setor (econômico, social, cultural, institucional) em que ocorra, o que caracteriza a condição empreendedora é a criação de algo novo e diferente ou o

aproveitamento da oportunidade para gerar mais valor. Nesse sentido, Drucker (2003, p. 36) afirma que

o empreendedor vê a mudança, como norma e como sendo sadia. Geralmente ele não provoca a mudança por si mesmo. Mas, é isto que define o empreendedor e o empreendimento, o empreendedor sempre está buscando a mudança, reage a ela, e a explora como sendo uma oportunidade.

Dessa forma, mesmo sendo da essência do empreendedorismo correr riscos sobre os investimentos necessários, não é o grau de risco que qualifica um empreendimento, mas os resultados viabilizados nele. Nesse sentido, o autor (*Idem*, p.37) entende que todo empreendimento bem sucedido é aquele cujos retornos sejam suficientes para compensar qualquer risco, mas que

seja uma atividade consideravelmente menos arriscada que a otimização. Realmente, nada pode ser tão arriscado quanto otimizar recursos em áreas onde o caminho apropriado e lucrativo é a inovação, isto é, onde as oportunidades para a inovação já existem. Teoricamente, a atividade empreendedora deve ser a menos arriscada, e não a alternativa mais arriscada. (2003, p.37)

Assim, mesmo tendo a inovação como instrumento específico do espírito empreendedor, Drucker (2003) diferencia suas acepções das de Schumpeter, recomendando o foco na administração das oportunidades empreendedoras como a verdadeira forma inovadora. Nesses processos, “existem tantas organizações empreendedoras com percentual alto de acertos, que não justifica a crença nos altos riscos de empreender e inovar” (*Idem*, p. 46). Contudo, as iniciativas mais arriscadas seriam aquelas em que empreendedores desconhecem os processos dos quais são os protagonistas. Logo, o empreendedorismo inovador se caracteriza pelo ato de mobilizar recursos e contemplá-los com a nova capacidade de agregar valor e novos recursos, dentro de um espectro abrangente de possibilidades e realizações (DRUCKER, 2003).

Para Dees (2001), as noções de oportunidades de Peter Drucker estão no centro de muitas das atuais definições de empreendedorismo social e não seriam de contraposição às noções de Say e Schumpeter, pois assumem as noções de transferir recursos para áreas de maior rendimento e contemplam a inovação, embora enfatizem mais os elementos de gestão. Nesse sentido, Dees *et al* (2004) afirma que a visão e a gestão inovadora baseada nas oportunidades significa assumir presumidamente a chance de criar valor e, desta forma, o

comportamento empreendedor está em focar nas possibilidades e não nos problemas advindos das mudanças econômicas e sociais.

De fato, as oportunidades não se restringem à criação e ao desenvolvimento de novos e lucrativos negócios. Para Drucker (1985; 2007), nem todas as oportunidades são empresariais e para fins lucrativos. Elas podem ser sociais ou público-institucionais e, assim, terem fins não lucrativos mas de geração de outros diferenciais qualificadores da vida social e institucional. Logo, a condição empreendedora é dada pela oportunidade de criar ou de captar a novidade e agir convenientemente sobre ela. Esta concepção aponta para os elementos de gestão empreendedora dos processos e das organizações para os fins desejados.

A eficiência administrativa é ainda um dos maiores desafios dos empreendimentos sociais. As ferramentas desenvolvidas na gestão empresarial em dinâmicas de mercado podem contribuir sobremaneira para que os empreendimentos sociais tenham maior eficiência processual e efetividade nos resultados (DEES, 2001). Essas ferramentas podem ser úteis para identificar e qualificar oportunidades inovadoras, para a gestão dos processos e das organizações e para o estabelecimento de parâmetros de desempenho. Dessa forma, contribuirão para a maximização da mobilização e alocação racional dos recursos, com foco nos resultados desejados. Porém, a maior contribuição do senso empresarial para a gestão de processos sociais pode estar na percepção do permanente aperfeiçoamento das ideias inovadoras (MULGAN, 2007).

No setor público, especificamente, o comportamento empreendedor se dá quando o agente público se notabiliza pela proatividade inovadora, na reestruturação do ambiente organizacional e no desenvolvimento de processos diferenciados, correndo os riscos sobre eles (CURRIE *et al*, 2008; SADLER, 2000). Os empreendedores públicos, portanto, se caracterizam pelas iniciativas, pelas medidas de risco e pela capacidade de mobilizar e coordenar ações dependentes de outras pessoas e instâncias para cumprir as metas (SCHNEIDER *et al*, 1995). Eles se diferenciam pelo exercício da liderança proativa no seio oficial e pela ampliação das condições de poder para realizar oportunidades inovadoras (CURRIE *et al*, 2008).

No entanto, a prática de gestões eficientes e focadas em resultados ainda não é uma realidade para muitas instituições públicas e a maioria das organizações da sociedade civil. Segundo Teixeira (2004), o esforço empreendedor da sociedade civil ainda resulta em

um alto índice de processos organizativos deficitários e com baixa capacidade de sobrevivência e ampliação, geralmente causada por fragilidades internas.

As deficiências na gestão organizacional destas entidades, a pressão para buscarem sua autossustentação financeira, a escassez de apoio técnico e a grande diversidade de membros que compõem suas estruturas são restrições a um maior desenvolvimento do terceiro setor. (2004, p.7)

Dessa forma, Dees (2001) afirma ser inteiramente possível estabelecer a compreensão do empreendedorismo social, tendo como base a tradição das teorias e acepções econômicas e empresariais, pois o perfil e as características dos empreendedores seriam idênticos, distinguindo-se basicamente pelas missões que se propõem a atingir. Assim, os empreendedores sociais seriam identificados como ‘empresários’ com missão social.

Ademais, as fronteiras dos setores e dos processos econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais e vários outros, estão cada vez mais diluídas pela mútua implicação setorial e processual (YUNUS, 2008). Sendo assim, os diálogos e as triangulações intersetoriais são academicamente desejáveis, explicitando-se e preservando-se das diferenças, para não incorrer em transposições apressadas de campos de estudo (BOURDIEU, 1989).

Todavia, a missão é elemento central na forma como os empreendedores sociais percebem, avaliam e se posicionam diante das oportunidades. A geração de riqueza não é o critério central para as escolhas. A condição material é apenas uma condicionante de viabilização dos meios de atendimento das demandas sociais. A riqueza não é percebida como geradora de novas riquezas, mas como financiadora da inclusão social. É o impacto desejado na missão que se torna o critério central das escolhas e das alocações dos recursos. Se a geração de riqueza for possível nos processos de inclusão, facilitará a consolidação e difusão dos empreendimentos, mas não será essa a sua finalidade (YUNUS, 2007; SPIEGEL, 2010).

Portanto, o empreendedorismo social depende fundamentalmente de sujeitos empreendedores que, enquanto indivíduos, estão interpelados por causas sociais. Estes, quando estão dentro de organizações e instituições propensas à inovação social, fazem a diferença tornando-as socialmente empreendedoras (BORNSTEIN, 2006). Trata-se de indivíduos que, por si ou através de organizações, mobilizam e alocam os recursos para modificar realidades sociais específicas ou gerais, de acordo com suas leituras e convicções das demandas existentes. Assim, correm os riscos sobre os recursos mobilizados e sobre a

repercussão objetiva e subjetiva das iniciativas nas realidades e nas vidas das pessoas envolvidas. Da mesma forma como no universo empresarial, os riscos podem ser melhor compartilhados, se os processos decisórios foram coletivamente estabelecidos. Contudo, como os empreendedores tendem a ter visões e iniciativas arrojadas, os riscos são proporcionais e as repercussões acabam por atingi-los por mérito pessoal, mesmo dentro da coletividade (DEES *et al*, 2004).

No entanto, os empreendedores sociais não podem ser confundidos com ativistas sociais ou comunitários a serviço de causas políticas, religiosas ou de outra natureza ideológica ou crente. Eles se diferenciam pela visão estratégica e pela racionalidade processual e de gestão, focando não na prestação do serviço em si, mas na obtenção de resultados reais. Esse retorno pode se dar em impacto imediato ou de médio e longo prazos e, por isso, a estratégia operacional deve estar ajustada à estimativa de retorno, viabilizando a forma contínua e sustentável das iniciativas (DEES, 2009).

Assim como os empreendedores econômicos, caracterizados por Drucker (2003), os empreendedores sociais não se limitam aos próprios recursos para realizar seus intentos. Caracterizam-se pela habilidade em fazer mais com menos e atrair os recursos de outras fontes. Em outras palavras, valem-se da racionalidade administrativa para usar recursos escassos de forma eficiente, bem como operam em redes de cooperação para realizar mais com menos esforços. Dessa forma, distanciam-se das tradicionais filantropias e das ações de responsabilidade social como estratégia de negócios. Eles assumem os riscos das operações e gerenciam os processos de modo a reduzir as falhas e os efeitos destas sobre os resultados buscados (DEES, 2001).

Contudo, a captação dos recursos não se dá através da mesma dinâmica de mercados de capitais para os empreendimentos sociais. Mesmo que existam fundos de caráter social vinculados a grupos de investidores de capital, eles costumam sobrevalorizar os riscos de aventura dos empreendedores em realidades complexas e com baixa possibilidade de retorno em curto prazo. Por isso, as principais fontes de recursos são públicas e de organizações de interesse social, tais como as fundações. São elas que criam e mantêm o chamado mercado de capitais filantrópicos e tendem a ser mais sensíveis a demonstrativos de desempenhos de médio e longo prazos, tornando-se, em muitos casos, parceiros estáveis dos empreendimentos (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006) .

Por outro lado, é necessário atentar para a realidade de que as fontes de financiamento podem se tornar armadilhas políticas para os empreendimentos sociais. Há, de fato, governos com interesse em reduzir despesas públicas diretas e veem, nesses empreendimentos, a oportunidade em atender demandas sociais, com maior eficiência e menores custos e, através da gestão dos recursos, podem, eventualmente, influenciar os enfoques metodológicos e o direcionamento dos resultados. O mesmo pode ocorrer com fontes privadas de financiamento de projetos sociais, quando limitam a autonomia dos empreendedores em termos de metodologia e desempenho, até porque muitas das fundações são ideologicamente posicionadas e usam os recursos para impor suas ideias. Dessa forma, existe a possibilidade de o empreendedorismo social ser tomado por uma nova versão de serviços sociais terceirizados para governos e corporações empresariais, papel que o 'terceiro setor' ainda cumpre, mas com pouca eficiência e custos relativamente altos (SHAW; BRUIN, 2013).

Dessa forma, os empreendimentos só podem ser considerados sociais quando a sua finalidade principal for a da geração de benefícios a populações específicas ou a sociedade como um todo. Assim, um empreendedor social pode desenvolver ações combinadas com outros atores em parcerias inovadoras. Contudo, quando a missão social não for a finalidade majoritária das ações empreendedoras ou quando houver ingerência delimitadora por indução ou coação externa, a essência do empreendedorismo social se inviabiliza, pois passa a integrar um conjunto mais amplo de ações e que podem não ser socialmente empreendedoras, mas de reforço ao controle sociopolítico (LAVANGA; SCHÜTZLE, 2013).

Sendo assim, ressalta-se a condição de autonomia diretiva dos empreendedores, que pode até ser compartilhada com outros empreendedores e com investidores comprometidos, se isso potencializar a condição realizadora e o protagonismo diretivo (SHAW; BRUIN, 2013). Caso contrário, anula-se o que é a essência característica da condição empreendedora: a habilidade e a capacidade realizadora, com autonomia e riscos, e se torna uma relação subordinada de prestação de serviços (STEVENSON; JARILLO, 1991).

Contudo, além da demanda, o empreendedorismo social requer algumas condições socioeconômicas e políticas propensas para a sua expansão. Bornstein (2006) destaca as seguintes condições, viabilizadas na segunda metade do século XX, na maioria dos países do mundo: (1) o desenvolvimento econômico, com significativo aumento da renda *per*

capita e a geração contínua de excedentes, cuja riqueza, somada aos recursos públicos, financia inúmeras iniciativas empreendedoras; (2) a formação de capital social, viabilizada através da democratização das relações políticas e da estabilidade institucional, gera um tecido social sensível às causas sociais e capaz de complexas organizações e iniciativas; (3) os avanços científicos ampliam os recursos e o tempo de vida das pessoas, de formas a estas terem mais liberdade para se dedicarem a causas não ligadas à sobrevivência. De fato, durante o século XX, a expectativa de vida cresceu 40 anos, nos países periféricos, e a renda *per capita* aumentou mais de 700%, favorecendo o surgimento e o crescimento de empreendimentos socialmente orientados.

Cabe ressaltar que a dinâmica de mercado não é só econômica e empresarial. Existe também a dinâmica do mercado socialmente orientado, em que as escolhas tendem a se dar entre as opções com os melhores diferenciais. Nesse sentido, a lógica racional se manifesta pela melhor oferta para atender a demanda social não atendida. Assim como os mercados econômicos tendem a funcionar como espaços de manifestação das oportunidades e testes das inovações para criação de valor econômico com maior intensidade, os mercados socialmente orientados desafiam para a geração de maior valor social agregado. Como resultado, em ambos os mercados, é o melhor demonstrativo de desempenho, torna-se fundamental constituir formas de aferimento e percepção dos valores gerados nos empreendimentos. Em termos econômicos, estes valores são demonstrados em remuneração monetária do capital investido. Nos empreendimentos sociais, o valor gerado é a geração e agregação de valor social nas realidades e as vidas das pessoas envolvidas, conforme veremos em tópico específico de valor social (SANDRINI, 2005; DEES, 2009).

Todavia, mesmo que os recursos existam para os investimentos, eles tendem a ser relativamente escassos e os empreendedores necessitam mobilizá-los em competição com outros e para oportunidades concorrentes entre si. Os processos de escolha e viabilização, mesmo quando os recursos forem próprios dos empreendedores, passam por sistemáticas eletivas de priorização, cujas opções tendem a seguir critérios explícitos ou implícitos de racionalidade. Assim, a lógica tende a ser a dos empreendedores que podem pagar mais pelos recursos, que são aqueles que podem colocar os recursos para exploração de valores mais elevados, conforme determinado no mercado em valores sociais ou em valores econômicos (SANDRINI, 2005).

2.1.5 Ações Empreendedoras Socioeconômicas

A economia da social e solidária é uma das formas mais proeminentes de inovação e empreendedorismo socioinclusivo da atualidade, principalmente porque contribui para a inclusão produtiva e a emancipação de populações em situação de múltipla exclusão. As experiências organizativas e as atividades econômicas são as mais variadas, bem como o desempenho tem sido desde a economia popular da sobrevivência até as complexas empresas de autogestão, com operação no mercado mundial.

Os conceitos, no meio acadêmico, nas instituições governamentais e nos fóruns da sociedade civil, têm adotado diversas nomenclaturas para definir aproximadamente experiências de uma mesma realidade. Assim o mesmo fenômeno tem sido apresentado como ‘economia solidária’, ‘economia social’, ‘socioeconomia solidária’, ‘humanoeconomia’, ‘economia popular e solidária’, ‘economia de proximidade’, ‘economia de comunhão’, dentre várias outras, para caracterizar as “práticas de relações econômicas e sociais que tentam propiciar a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo” (FBES, 2014).

Por causa da diversidade das experiências, de nomenclatura e de acepções conceituais, o Fórum Social Mundial de 2001, em Porto Alegre, criou uma comissão representativa das redes nacionais que indicou a adoção da definição de ‘Economia Social e Solidária’⁵ como a mais expressiva dessa forma diversificada de organização econômica. Também estabeleceu os princípios orientadores mínimos a serem adotados pelos fóruns nacionais e regionais como identidade. Essa demarcação apresentou-se como necessária para que houvesse maior coesão do movimento e para viabilizar o enquadramento nas políticas públicas dos governos nacionais e nos organismos mundiais de promoção da inclusão produtiva. Dessa forma, a Economia Social e Solidária assumiu a caracterização da diversidade de origem dos empreendimentos, das culturas e da dinâmica organizativa, mas também estabeleceu os pontos de convergência em cinco aspectos que tal economia tem em comum: (1) a valorização social do trabalho humano; (2) a satisfação plena das necessidades

⁵ Essa escolha seguiu a lógica da maior abrangência (economia social), conjugado com a expressão de cooperação coletiva (solidária) para demonstrar que não se trata apenas de empreendimentos modestos (economia popular), mas também de ousadas redes internacionais de produção e comercialização. Da mesma forma evitou-se adotar o termo ‘cooperativismo’ pelo entendimento de que em vários países essas organizações se desviaram dos princípios originais, tornando-se empresas e sistemas com foco econômico. Para fins dessa pesquisa adota-se a referência de Economia Social e Solidária porque permite melhor caracterizar os princípios normatizadores das relações que os empreendedores buscam institucionalizar nos empreendimentos sociais. Contudo, não se desconhece as demais terminologias que abarcam aproximadamente os mesmos fenômenos.

de todos, como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; (3) o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade; (4) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e (5) os valores da cooperação e da solidariedade (FSM, 2001; FBES, 2014).

Nesse sentido, pode se estabelecer uma articulação com a seguinte afirmação de Mendell (2008) sobre a economia social:

Como um todo, a economia social se refere ao conjunto de atividades e organizações decorrentes do empreendedorismo coletivo, organizado em torno dos seguintes princípios e regras de funcionamento: 1) o propósito de uma economia social é servir os seus membros ou a comunidade, em vez de simplesmente fazer lucros; 2) opera independente ou no cumprimento de políticas públicas do Estado; 3) promove um processo de gestão democrática, envolvendo todos os usuários e/ou trabalhadores através de seus estatutos e do jeito que fazer negócios; 4) defende a primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na distribuição de seu excedente e suas receitas; 5) baseia suas atividades nos princípios de participação e empoderamento individual e coletivo. Assim, a economia social abrange todos os movimentos e associações cooperativas e mútuos. A economia social pode ser desenvolvido em todos os setores que atendem às necessidades das pessoas e das comunidades. (MENDELL, 2008 *apud* Andrew; Klein, 2010, p.18-19)⁶

A economia social e solidária tem inspirações em diversas teorias e práticas socioeconômicas. Dentre as principais fontes, estão: (1) as formulações dos chamados ‘socialistas utópicos’ e suas experiências organizacionais de economia da cooperação, que originaram o Cooperativismo Moderno; (2) os princípios e as práticas da reciprocidade, presentes na teoria de Karl Polanyi, e que foram identificadas nas relações dos povos nativos e nas vivências das atuais comunidades populares; (3) a teoria econômica do bem-estar humano e da racionalidade ampliada de Amartya Sen e do desenvolvimento solidário de Muhammad Yunus; dentre outras. Dessa forma, assume-se como uma economia fundada em relações de colaboração solidária entre os indivíduos e as organizações e que opera por valores sociais e culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica e da geração de riqueza (SCHNEIDER, 2004).

Para Singer (2000), as clássicas formulações da economia da cooperação foram aperfeiçoadas e recriadas à luz das teorias econômicas e sociais, e das práticas organizativas em diferentes contextos socioculturais e econômicos, resultando em formas complexas e

⁶ Tradução nossa.

eficientes de organização social da produção, do comércio e do consumo. Essa forma econômica, segundo o autor, é uma estratégia de enfrentamento das múltiplas formas de exclusão social e da precarização das relações de trabalho em diversos setores econômicos, ao mesmo tempo em que pode ser um projeto alternativo de desenvolvimento global.

A Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG) é, no entender de Singer (2000), uma das principais experiências de economia social solidária do mundo na atualidade. Ela é formada por mais de 40 mil empreendimentos vinculados, sendo muitas delas empresas recuperadas e tornadas cooperativas dos trabalhadores ex-empregados. Grande parte delas obteve significativo crescimento e qualificação produtiva após o estado falimentar, tornando-se empresas eficientes e competitivas no mercado. Para o autor, esse sucesso se deve ao fato de elas adotarem um conjunto de ferramentas organizacionais e de gestão de exploração dos diferenciais cooperativos, baseados nos princípios da autogestão. Na coleção dos cadernos de formação da ANTEAG (2002), estão explicitados tais princípios, que são os mesmos aplicados e difundidos como práticas sociais e *habitus* nos empreendimentos estudados nesta pesquisa. Segue a apresentação resumida destes princípios:

a) A Participação e Autogestão:

As empresas são constituídas tendo como base a propriedade coletiva do capital e a isonomia de poder entre os associados. Diferente das sociedades de capital, as empresas autogestionárias assumem a condição de igualdade no processo de poder decisório, independente do número de cotas ou de ações que associado seja proprietário.

Essas empresas não têm sócios exclusivos de capital e nem relações assalariadas de trabalho. Assim, os sócios precisam estar vinculados profissionalmente aos empreendimentos, exercendo as atividades demandas nelas e, na medida em que novas funções são criadas, novos associados são aceitos ou buscados. À proporção que diminuem estruturalmente os postos de trabalho, reduz-se também o quadro de associados, de formas a se manter, apenas em caráter temporário, sócios não profissionalizados e trabalhadores assalariados ou serviços terceirizados. Dessa maneira, a ANTEG também recomenda às empresas associadas a adotarem critérios sociais e universais, quando for necessário afastar alguém ou incluir um novo associado.

A remuneração dos associados costuma ser estabelecida seguindo os critérios de merecimento por tempo de trabalho e diferenciação por funções e cargos de maior responsabilidade técnica ou de gestão. Assim, são criados planos de remuneração que incentivam a permanência nas organizações e a qualificação para ocupar as funções mais complexas. Já os cargos de direção e gerência costumam ser de mandatos temporários, providos através da eleição direta dentre os associados. Dessa forma, as estruturas de gestão tendem a ser da inclusão dialógica da diversidade, uma vez que as eleições setoriais se dão em processos independentes das eleições gerais. Ademais, a ANTEAG recomenda a adoção da proporcionalidade da representação qualificada, sempre que algum pretendente ou grupo atingir mais de trinta por cento dos votos.

Dessa forma, criam-se, nas empresas, as condições para relações baseadas na democracia participativa real, porque não há vínculos de subordinação institucionalizada. Em tese, todos são igualmente responsáveis pelos processos decisórios e iguais por mérito nos direitos de remuneração por trabalho realizado e na distribuição das sobras no final do exercício, uma vez que a propriedade do capital não é remunerada. Da mesma forma, estaria assegurado o direito à divergência, com uso intenso do direito da isegoria nas diversas instâncias deliberativas das organizações.

Sobre esta formulação da ANTEAG, Webler (2010, p.75) alerta que a democracia autogestionária “depende não apenas da organização de uma estrutura que possibilite a participação de todos os associados, mas da efetiva opção pelas práticas participativas destes.” Essas escolhas dependeriam muito das experiências vivenciadas anteriormente, tornadas aprendizagem relacional, e da estabilidade existencial dos indivíduos frente a situações de conflito, pois experiências desqualificadas de trabalho e situações de pobreza tendem a aguçar o instinto da sobrevivência associativa, mesmo que às custas de posturas de resignação da alteridade.

De fato, as empresas autogestionárias lidam, na prática institucionalizada, com o afloramento da participação e do conflito, preconizado por autores das teorias da Administração, como Mary Follet (GRAHAM, 1997) e Blau e Scott (1970) e por Habermas (1995), na filosofia e nas ciências sociais, tornando-os complexificadores das relações organizacionais e dinamizadores dos processos de inovação constante. Revelam-se também, nas organizações autogestionárias, como desafios e potenciais desagregadores das relações

internas e paralisadores dos processos decisórios, quando a gestão não for eficiente na organização e gestão das diferenças (SINGER, 2000).

b) A Cooperação Solidária:

A colaboração entre as pessoas tem sido uma das temáticas recorrentes das ciências da administração, mantendo-se como uma prática de difícil institucionalização nas organizações pela baixa capacidade de contemplar os interesses específicos dos indivíduos que os leva a cooperar ou operar conjuntamente (OLSON, 2011).

Para a ANTEAG (2002), a colaboração é um nível básico de cooperação, quando os indivíduos cumprem funções complementares uns aos outros, nas organizações e na sociedade, percebendo-se mutuamente dependentes, ou quando são estimulados e orientados a fazê-lo. Essa acepção se aproxima das noções de solidariedade mecânica de Durkheim (2007), que adviria automaticamente da divisão social do trabalho e que poderia se constituir em solidariedade orgânica, na medida em que os agentes econômicos e sociais estivessem inseridos em regras coletivamente elaboradas pelas sociedades e assumidas como *habitus* pelos indivíduos.

Todavia, a cooperação proposta em empreendimentos socioinclusivos alicerça-se em realidades em que a efetiva colaboração dos indivíduos é pressuposto de viabilização das organizações, das quais são coletivamente proprietários e delas dependem economicamente (ANTEAG, 2002). Dessa forma, a cooperação fica desnudada dos fetiches que Marx e Engels (2004) afirma existirem nas empresas, onde a propriedade do capital é separada da propriedade da força de trabalho. De fato, em empresas convencionais, a mobilização cooperativa poderia ser apenas uma forma de geração de sobrevalor, que não necessariamente beneficiaria a quem o gerou.

Dessa forma, as relações de solidariedade cooperativa são propostas para serem intensas e permanentes, e em função do atendimento a interesses coletivos reais e vitais: a viabilização econômica do empreendimento do qual os indivíduos são proprietários e de cujo desempenho depende a inclusão social deles. Assim, a cooperação, mais do que uma escolha relacional dos indivíduos, apresenta-se como a prática social necessária e capaz de proporcionar diferenciais competitivos das organizações no mercado e isso retorna

integralmente em benefício de quem coopera em remuneração direta ou em capitalização da organização (ANTEAG, 2002).

Entretanto, para que essa prática social da cooperação seja institucionalizada nas organizações, a autogestão precisa ser uma realidade efetiva em termos de propriedade coletiva do capital e de democracia participativa (SINGER, 2000). Por isso, os processos decisórios coletivos e a transparência sobre a dinâmica econômica e seus resultados tendem a ser os maiores propulsores motivacionais das práticas da cooperação interna e externa das organizações (ICAZA, 2004). Assim, de acordo com Gaiger (2004),

a gestão e o trabalho partilhados funcionam em circuitos complementares que se reforçam mutuamente. Ambos introjetam nos trabalhadores o sentimento de responsabilidade pelos resultados do empreendimento, pela renda de cada um e pela sobrevivência de todos. (2004, p. 390)

Sendo assim, a institucionalização das práticas sociais de solidariedade cooperativa, em rotinas e estruturas internas de poder, e em redes de cooperação interorganizacionais, contribuem, sobremaneira, para a consolidação de novos *habitus* relacionais. Ela serve como a memorização coletiva dos valores da realidade vivenciada e ressignificada em práticas sociais em conscientização (Bosi, 2003; Bourdieu, 2004) e que Cajaiba-Santana (2013) recomenda como medida de identificação e qualificação da Inovação Social.

c) A Emancipação econômica e social das pessoas:

As pessoas são o centro dos empreendimentos de inclusão produtiva. É em função delas que se organizam e funcionam as organizações de inovação social, tendo como a principal finalidade a satisfação plena das necessidades reais dos participantes (ANDREW; KLEIN, 2010) e a geração do seu protagonismo em novas práticas sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2013).

A ANTEAG (2002) afirma que, no centro da economia social e solidária, está a emancipação dos indivíduos participantes. Esta é entendida como o reconhecimento da total liberdade e capacidade de as pessoas tomarem as decisões e promoverem as realizações necessárias nos empreendimentos. Isso ao significa que a associação entenda que as pessoas estejam aptas e capacitadas para todas as demandas. Ao contrário, ela entende que todos

precisam de capacitação permanente como forma de ampliação das aptidões e, com isso, a ampliação da autonomia. Porém, afirma como princípio de democracia participativa a condição de isonomia dos participantes, legitimando o conhecimento, a cultura e a capacidade técnica de todos. Sem isso, a democracia seria falsa e a emancipação não seria um processo real, porque se manteria a tutela constante do saber tecnológico ou político sobre os participantes.

Entretanto, as condições integrais de justiça requerem que os indivíduos possam ser responsabilizados no limite das suas aptidões, principalmente quando se trata de decisões e processos tecnológicos e habilitações gerenciais específicas. Nesse sentido, seria falso e irresponsável exigir da coletividade a atestação de validade em situações que requerem conhecimentos técnicos específicos. O que é inteiramente diferente de manter os participantes alienados sobre os significados decisórios e as implicações que estas trazem para a organização (ANTEAG, 2002).

Dessa forma, os empreendimentos sociais têm um papel pedagógico de emancipação importante de desmistificar o conhecimento técnico e gerencial, desafiando para ousadia da aprendizagem participativa. Isso significa desalojar os diversos conhecimentos e seus atores para um diálogo esclarecedor e emancipatório pela curiosidade epistemológica, em que todos os profissionais têm algo a ensinar e algo a aprender (FREIRE, 1996). De fato, o conhecimento pessoal e profissional é sempre limitado e o ambiente organizacional pode contribuir para a expansão das aptidões e capacidades dos indivíduos. Nesse sentido, quanto mais socialmente inclusivo for um processo produtivo, maior será a autonomia conquistada pelos seus participantes, seja pelo capital humano e social internalizado na organização, seja pela agregação de potencialidades pessoais e profissionais nos indivíduos, dando-lhes maior autonomia, inclusive para deixar o empreendimento, se tal lhes for mais vantajoso (ANTEAG, 2002).

d) A Sustentabilidade:

A sustentabilidade é compreendida, nos empreendimentos de inovação social, em linhas gerais, de duas maneiras, não necessariamente excludentes nas bibliografias. Um conjunto de autores valoriza a preservação dos recursos da diversidade ambiental como uma área de pesquisa e atuação da inovação social, entendendo que a inclusão social passa por

readequar os processos de produção e os hábitos de consumo, valorizando integralmente a vida. Outros entendem a sustentabilidade como a viabilidade econômica e social contínua dos empreendimentos.

Em termos gerais e como princípio, a ANTEAG (2002) entende que as duas preocupações se complementam entre si e devem estar presentes nos processos produtivos de cooperação autogestionária e na gestão pública e institucional. Mas, dedica mais espaço, nos seus materiais de formação, à preocupação com a sustentabilidade dos empreendimentos. Nesse sentido, suas formulações se assemelham às de Dees (2001; 2009) e Mulgan (2007), indicando o uso das aperfeiçoadas ferramentas de gestão empresarial para ampliar a capacidade de produção e controle. Apenas na área da gestão financeira e contábil, desenvolveram ferramentas próprias de organização e controle coletivo, com a preocupação de tornar mais acessíveis e transparentes as informações nos e sobre os empreendimentos. Porém, mesmo nela, o enfoque se dá pelo o uso dos instrumentos que possam dar o máximo de racionalização produtiva e gerencial para melhor desempenho econômico de finalidade e missão social.

Sendo assim, os desafios da sustentabilidade dos processos produtivos de inclusão social passam pela sua viabilização em dinâmicas econômicas de mercado, com eventuais aportes institucionais e de políticas públicas diferenciadas. Afora eventuais apoios e promoção, os empreendimentos de economia social e solidária são desafiados a competir com todas as demais empresas do seu setor produtivo, o que representa acumular um conjunto de diferenciais negativos de partida e que precisam ser compensados pela competência cooperativa (ANTEAG, 2002). Esses diferenciais negativos são relacionados ao capital humano e social, em realidades de múltipla exclusão social, em que, de modo geral, os participantes estão em condições, definidas por Bourdieu (2012), de subproletariado, devido à sua baixa qualificação pessoal e profissional.

Nesse sentido, a sustentabilidade dos empreendimentos depende muito do agregado de valor social que consegue produzir e reter. Essa questão será aprofundada em tópico posterior, pois se trata da questão central da presente pesquisa.

Cabe ainda ressaltar que os empreendimentos de inclusão produtiva podem ser viabilizados pela ação auto-organizativa de grupos sociais e de comunidades, pela ação empreendedora de atores externos às realidades – sejam eles agentes públicos, privados e

organizações da sociedade civil – ou, por experiências híbridas, em que os atores externos cumprem funções de apoio e fomento ao protagonismo realizador das comunidades. Nesse sentido, segue curta explicitação de cada uma dessas iniciativas empreendedoras.

a) A auto-organização empreendedora:

Os empreendimentos de auto-organização são mais frequentes em realidades com maior capital social e capacidade de mobilização dos recursos iniciais necessários. São exemplos dessa tipologia os empreendimentos comunitários, as cooperativas de produção agropecuária, os empreendimentos da Economia Popular e Solidária, dentre outras.

b) O Empreendedorismo social externo:

A ação empreendedora externa às realidades ocorre principalmente em realidades em que a múltipla exclusão social destruiu as bases estruturais das sociedades e limitou muito o senso e a capacidade de ação sócio-organizativa autônoma. Em tais realidades, o vetor ou empreendedor externo é fundamental para alavancar as condições organizativas iniciais, bem como para acompanhar o desenvolvimento do processo e do empreendimento, até que a emancipação viabilize a organização com autonomia. Em casos de alta destruição das estruturas constitutivas da sociedade, a autonomia pode não ser viabilizada, mesmo com grandes agregados de valor e capital social à realidade.

c) A forma híbrida de empreendedorismo social:

As formas híbridas são caracterizadas por empreendimentos sociais viabilizados por iniciativa de auto-organização, mas com apoio de organizações ou instituições externas às realidades. Nessas experiências, a maioria dos recursos de viabilização dos empreendimentos é oriunda da própria realidade e o apoio externo se restringe ao apoio qualificador interno e à promoção da conexão das experiências com redes de cooperação e expansão.

Segundo Lévesque (2006), nos diversos formatos do empreendedorismo socioinclusivo, os principais aportes vêm de três perfis empreendedores: (1) as instituições da gestão pública direta e as organizações públicas indiretas, como as empresas e fundações públicas; (2) os empresários individualmente ou através de suas empresas privadas ou sociocomunitárias; e (3) as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e organizações não governamentais (ONGs) ou o chamado Terceiro Setor. Tais empreendedores podem cumprir papéis muito diversificados de apoio, promoção e fomento

nos processos e nas iniciativas socioinclusivas, tendo uma presença mínima nos casos de auto-organização, prospecção e promoção qualificadora, nas experiências híbridas, e de total comprometimento, nos casos de empreendedorismo externo.

Sendo assim, Mulgan (2007) afirma que a viabilização das iniciativas e o envolvimento dos empreendedores dependem principalmente da demanda da realidade, da capacidade e da disponibilidade dos agentes ofertarem as estruturas e os serviços necessários. As inovações são implementadas apenas se o reconhecimento de uma necessidade passa a ser compartilhada por pessoas ou organizações com o poder de pagar pelas iniciativas resolutivas. Dessa forma, se uma demanda social for maior que a oferta disponível em atendê-la, ela dificilmente será atendida naquele momento histórico. O mesmo ocorreria em realidade de baixa demanda, quando os empreendedores estão se desafiando a atender demandas maiores ou mais complexas.

O empreendedorismo social viabiliza um leque vasto de realizações, por iniciativas de pessoas, organizações e instituições, cujas capacidades resolutivas despertaram o interesse e a interação de importantes centros acadêmicos. Assim, esse empreendedorismo socialmente dirigido se constitui um campo interdisciplinar de estudo, que se relaciona a uma série de áreas consolidadas de estudo, incluindo empreendedorismo, inovação social e a gestão sem fins lucrativos. Contudo, como se trata de um campo emergente e em consolidação das suas referências, percebe-se como evidente a necessidade de maior clareza das definições conceituais, através de estudos aplicados em realidades concretas, principalmente porque as bases desse campo advêm da reaplicação conceitual de outros campos (DACIN; DACIN; TRACEY, 2011).

Nesse sentido, a presente pesquisa se soma ao esforço interpretativo e caracterizador da inovação e do empreendedorismo social por um estudo aplicado em três experiências. Casos estes que se caracterizam como empreendimentos econômicos socioinclusivos de populações em múltipla exclusão social e com a presença intensa de agentes empreendedores externos. Esses atores externos tiveram atuação na mobilização e alocação dos recursos, e continuam com papel institucionalizador externo das práticas sociais internas, agregando valor social às vidas e às realidades das pessoas, conforme está caracterizado no próximo tópico.

2.2 VALOR SOCIAL EM EMPREENDIMENTO SOCIOINCLUSIVOS

A geração de valor é uma das temáticas centrais das ciências da administração e se refere aos agregados viabilizados em empreendimentos econômicos, sociais, culturais, públicos ou mistos, identificando a eficiência, a eficácia e a efetividade dos resultados obtidos com determinados investimentos em produtos, processos e serviços.

As acepções de valor econômico estão mais presentes e consolidadas nas bibliografias, em que costumam aparecer como os ganhos de capital e outras formas de rendimentos obtidos nos empreendimentos (SANDRINI, 2005). Esses valores podem ser estabelecidos com relativa objetividade e calculados em termos monetários (DEES, 2001), embora haja elementos constitutivos de valor que transcendem esta condição, tais como a produção e troca de valores simbólicos (BOURDIEU, 2011) e os impactos socioambientais envolvidos nos processos produtivos e relacionais das organizações, das cadeias e dos territórios envolvidos (SOJA, 1993).

O valor social, objeto dessa pesquisa, tem seu significado ligado à identificação de agregados gerados na realidade e na vida das pessoas, por empreendimentos socialmente direcionados, viabilizando impactos ou efeitos resolutivos de problemas sociais (DEES, 2001; CAIJABA-SANTANA, 2013). Esse referencial de valor, embora tenha inspirações e lógicas identificadoras comuns com o valor econômico, tem substanciais diferenças de geração e percepção, as quais são objeto de análise dos tópicos que seguem.

2.2.1 Geração de Valor em Empreendimentos Socialmente Inclusivos

As acepções de valor social partem do princípio de que a sociedade e a economia são mutuamente enraizadas, pois as ações humanas ocorrem imergidas em estruturas e relações socioeconômicas. Dessa forma, mesmo as relações mais puramente econômicas e em processos de mercado têm suas causalidades influenciadas socialmente (GRANOVETER, 1985; MARTES, 2009), bem como as mais puras relações sociais estão economicamente condicionadas (MÉSZÁROS, 2002).

Contudo, o enraizamento não significa que as ações humanas não possam ser tipificadas como sociais ou econômicas pela sua orientação causal majoritária. Sendo assim, as ações econômicas caracterizam-se por serem orientadas pelas oportunidades em atender utilidades aos indivíduos; enquanto que as ações sociais podem ser orientadas por interesses e razões as mais diversas, inclusive pela cultura e pelos hábitos, oriundos das relações socialmente instituídas (SWEDBERG, 2005). Dessa forma, o autor apresenta e segue as orientações metodológicas de Weber (1997; 1999) de tipificar as ações dos agentes sociais em tipos racionais de intencionalidades e de procedimentos. Assim, afirma existirem ações econômicas e ações sociais como tipos ideais e formas intermediárias, como as ações sociais economicamente orientadas e as ações econômicas socialmente orientadas.

As ações tipicamente sociais distanciam-se da lógica de disputa exigida para as relações econômicas nas dinâmicas de mercado, uma vez que não se trata de práticas de barganha negocial, em que um agente necessariamente deixa de ganhar no nível da sua expectativa. No entanto, também elas são orientadas por interesses dos indivíduos e podem gerar relações de influência e poder, cuja intensidade coercitiva também é limitada por regras socialmente instituídas e regulamentadas pelo Estado de Direito (SWEDBERG, 2005).

Dessa maneira, as ações humanas e organizacionais, nas sociedades constituídas e regulamentadas no direito, estão impedidas do uso de elementos de força para alcançar seus objetivos. O monopólio do uso legítimo da força - inclusive da violência física - para defender suas concepções e interesses é do Estado, dentro dos limites geográficos do seu território e em formas estabelecidas em lei. Esse “direito ao emprego da coação física pode ser assumido por outras instituições, na medida em que o Estado lhes permite. Contudo, o Estado é a fonte única do direito de recorrer à força” (WEBER, 2003, p.9).

Cabe ressaltar que, nas acepções atuais, a legitimidade do poder estatal não só está condicionada à sua legítima constituição por legislação ou merecimento carismático – como atribuída por Max Weber aos estados modernos – mas também pelos pressupostos basilares da virtude e da justiça pessoal e universal, como orientação do exercício do poder (ARENDDT, 2000; BOBBIO, 2000b). Nesse sentido, Chauí (2006 e 2011) argumenta que a legitimidade do poder público está principalmente na eticidade do seu exercício, pela conjugação da metodologia relacional com o conteúdo programático. Ou seja, a composição da ética *na política*, expressa na lisura e na democracia do exercício do poder, com a *ética da política*, entendida como o conteúdo orientador de finalidade das estruturas e da gestão

pública. Para a autora, a finalidade principal da atividade política e da gestão pública, em todas as instâncias nacionais e internacionais, é a ampliação das condições estruturais de emancipação humana e de viabilização da igualdade entre as pessoas. Dessa maneira, a legitimidade estaria condicionada pela orientação de meio e finalidade da ação política e da gestão pública, cabendo à ação social de cidadania a reivindicação de modificação, sempre quando tal não for atendido.

Nesse sentido, na medida em que se consolida a prática social e política da democracia, a ordem legal das sociedades tende à inovação constante pela existência de instituições de mediação e concertação dos interesses existentes na Sociedade com as condições de assimilação institucional no Estado. Nesse sentido, na medida em que os interesses forem institucionalizados, são incorporadas às concepções defendidas pelos estados, como possibilidades e como limitações para a ação dos agentes naqueles respectivos territórios (BOBBIO, 2000a).

Dessa forma, os governos, como gestores relacionais dos estados, são os responsáveis por viabilizar a maioria das inovações institucionais, que incidem diretamente sobre as condições viabilizadoras de iniciativas econômicas e sociais. Para North (1999), o Estado é o ator que especifica a estrutura jurídica e o caráter de execução para o direito de propriedade e para as relações contratuais de negócios, enquanto que os governos controlam as estruturas e as políticas do ambiente produtivo. Assim, os estados e os governos seriam os responsáveis por grande parte da eficiência econômica dos países, uma vez que suas políticas podem maximizar ou minimizar as oportunidades e os custos transacionais. Da mesma forma, Giddens (2009) e Bourdieu *et al* (2012) reconhecem os Estados e suas políticas governamentais como os principais indutores do desenvolvimento econômico e social, e como responsáveis pela regulação da amplitude e do alcance das ações sociais, tanto em atendimento aos próprios interesses, quanto na viabilização de processos e projetos do bem comum.

Sendo assim, os estados e os governos integram as variáveis racionais das iniciativas e das ações dos agentes sociais, seja pela capacidade indutora das condições de desenvolvimento econômico e social, seja como âncoras reguladoras das relações humanas, organizacionais e interorganizacionais. Integram, portanto, as referências identificadoras de oportunidades e compõem os elementos viabilizadoras dos resultados das iniciativas empreendedoras.

Cabe ressaltar, entretanto, que o comportamento racional dos agentes não é aqui entendido como um pressuposto da natureza pessoal e social, e orientado unicamente para a maximização do autointeresse, como concebem as teorias econômicas clássicas e neoclássicas. Acredita-se que as orientações racionais para a inovação e o empreendedorismo social sejam socialmente enraizadas e, por isso, com fortes componentes de historicidade sociocultural, como afirmava Weber (1999); ou, nos argumentos de Polanyi (1980), quando afirma que o egoísmo individualista não se revelou como atitude naturalmente enraizada nas relações sociais. Para este autor, a orientação racional de reciprocidade revelou-se mais presente nas dinâmicas econômicas e sociais das diversas sociedades primitivas e nas relações sociais contemporâneas do autor, do que a racionalidade baseada no interesse individual. Dessa maneira, as escolhas racionais dos agentes teriam naturalmente em conta um conjunto de referenciais mais abrangentes do que a otimização do desempenho econômico. Essas clássicas acepções podem ter influenciado fortemente a concepção de *embeddedness* ou imersão⁷ social das ações e relações econômicas de Granovetter (1985), somando-se à concepção de racionalidade ampliada defendida por Sen (2010) para o desenvolvimento integral das sociedades.

Nesse sentido, os empreendimentos sociais não têm, na dinâmica de mercado, os referenciais justificadores da mobilização dos recursos e nem os elementos verificadores de seus resultados. A sua perspectiva está em gerar melhorias sociais, para beneficiados que necessitam delas, mas que não podem pagar por elas. Assim, a lógica é inversa a das dinâmicas de mercado e, embora seus resultados sejam de difícil estabelecimento, precisam ser percebidos como suficientes, para justificar os recursos mobilizados e alocados na sua criação (SPIEGEL, 2010).

Da mesma forma que os empreendedores econômicos, caracterizados por Drucker (2003), os empreendedores sociais não se limitam aos próprios recursos para realizar seus intentos. Caracterizam-se pela habilidade em fazer mais com menos e atrair os recursos de outras fontes. Em outras palavras, valem-se da racionalidade administrativa para usar recursos escassos de forma eficiente e operam em redes de cooperação para realizar mais com menos esforços. Assim, segundo Dees (2001), distanciam-se das tradicionais filantropias e das ações de responsabilidade social com estratégia de negócios. Eles assumem os riscos calculados das

⁷ O termo inglês *embeddedness* é traduzido como imersão por Ana Cristina Braga Martes no livro *Redes e Sociologia Econômica*, onde o artigo “*Economic action and social structure: the problem of embeddedness*” de Mark Granovetter está publicado. A organizadora do livro salienta a origem do termo em Polanyi com a concepção de imersão, com a conotação de enraizamento social das ações e relações econômicas.

operações e gerenciam os processos de modo a reduzir as falhas e os efeitos destas sobre os resultados buscados.

Sobre isso, Dees (2001), argumenta que, assim como a eficiência de um negócio não pode ser medido pela capacidade da mobilização dos recursos iniciais e pela capacidade de mantê-lo em operação, o sucesso de um empreendimento social também não está na viabilização dos investimentos e na manutenção das estruturas e ações sociais. Para o autor, a comprovação da eficiência desses empreendimentos está na capacidade de gerar as efetivas melhorias sociais às quais se propôs. A continuidade dependeria muito dos critérios de percepção e aferimento de desempenho de quem viabiliza os recursos e de quem executa as ações. Essa percepção não necessariamente estaria associada ao desempenho, até porque a capacidade mobilizadora de recursos pode dar indicações falhas de criação de valor aos investidores, principalmente quando tiverem baixo conhecimento das realidades e pouco compromisso com os impactos sociais reais. Esse seria o caso de organizações filantrópicas, de indivíduos e de empresas com ações beneficentes, mas sem leitura estratégica e sem compromisso com a transformação das realidades. O fato de grande parte dos recursos alocados em projetos sociais serem passíveis de abatimento em tributos públicos pode minimizar o rigor com a finalidade e a atenção com os efetivos resultados obtidos com os investimentos, o que abriria um leque de oportunidades para investimentos duvidosos e toda sorte de aproveitadores das causas sociais (DEES, 2001).

Contudo, os investidores comprometidos com a mudança das realidades, tendem a se aproximar dos empreendedores mais ousados e dinâmicos, e tendem a exigir diagnósticos das realidades para estabelecer critérios avaliativos de desempenho. Essas exigências, mais do que ameaças, são oportunidades e elementos qualificadores dos empreendimentos sociais auxiliando na geração de diferenciais comparativos (MULGAN, 2007).

Dessa forma, a adoção da missão em criar e manter valor social é a essência característica dos empreendedores sociais e os distingue dos empreendedores de negócios e das empresas socialmente responsáveis. No empreendimento social, a missão social é o centro e sua realização não está vinculada ou condicionada a criar retornos econômicos (diretos e indiretos) para os empreendedores. Sua escolha e sua realização se dão com foco no atingimento dos resultados propostos pela missão em si, em uma visão de certa gratuidade individual, em benefício de uma coletividade que demanda, cuja retribuição econômica é

inviabilizada e o resultado social pode ser de altos riscos (MULGAN, 2007; DEES *et al*, 2004).

Entretanto, a condição de gratuidade dos empreendedores e, mesmo os empreendimentos e organizações sem fins lucrativos, não significa que sejam obrigatoriamente não rentáveis. Tal acepção se refere à distribuição dos resultados econômicos quando for o caso de serem socialmente gerados. As sobras são reinvestidas e não distribuídas com critérios das empresas privadas e com a finalidade de remuneração do capital, mas com critérios sociais (MELO *et al*, 2003). No caso das empresas sociais, o critério mais adotado é o da devolução dos recursos aos investidores até o limite de uma remuneração mínima do capital (YUNUS, 2007). Já nos empreendimentos econômicos socioinclusivos, a distribuição dos excedentes gerados se dá por critérios de participação do trabalho e da cooperação com o empreendimento, independente da propriedade do capital. Ou seja, na autogestão cooperativa, a remuneração do trabalho se sobrepõe à remuneração do capital (SCHNEIDER, 2003; SINGER, 2000).

Sendo assim, o bom desempenho econômico dos empreendedores sociais, com atividades rentáveis, viabiliza os investimentos próprios em estruturas e em novos projetos sociais. Porém, a prática de gestões eficientes e focadas em resultados ainda não é uma realidade para a maioria destas organizações. “As deficiências na gestão organizacional destas entidades, a pressão para buscarem a autossustentação financeira, a escassez de apoio técnico e a grande diversidade de membros que compõem suas estruturas são restrições a um maior desenvolvimento” (TEIXEIRA, 2004, p. 7). Parte das dificuldades da gestão racional dos empreendimentos e das organizações sociais, segundo Wood e Leighton (2012), é a cultura organizacional oriunda da dedicação voluntária de gestores e profissionais, dificultando o estabelecimento das metas de desempenho e os procedimentos eficientes para atingi-las.

A profissionalização dos empreendimentos sociais, nos argumentos de Spiegel (2010), seria uma das variáveis mais relevantes de qualidade e diferenciação competitiva. Segundo o autor, mesmo que a missão dos empreendedores sociais seja a de promover a mudança social e que, para tal, seja possível estabelecer redes de cooperação com outros empreendedores e com outras organizações, eles competem entre si pelos recursos e pelas oportunidades de fazer mais e melhor com eles. Para isso, necessitariam disputar no mercado os profissionais mais eficientes e comprometidos com as causas sociais, pois não faria

organizações sociais qualificadas sem gestão eficiente e estratégica, e sem profissionais qualificados e satisfeitos com suas carreiras.

Dessa forma, os empreendedores sociais – como indivíduos, organizações e instituições – assumem a missão e o risco de proporcionar melhorias sociais reais nas realidades, beneficiando os participantes. Essa é a melhor forma de tornar os empreendimentos atraentes, porque geram retorno para si e para os investidores e parceiros (DEES, 2001). Essa capacidade representa gerar e agregar valor nas realidades e nas vidas das pessoas. *“El valor social es el resultado generado cuando los recursos, procesos y políticas se combinan para generar mejoras en la vida de las personas o de la sociedad en su conjunto”*⁸ (GARCIA, 2010).

O valor social gerado e agregado pode ser identificado nas mudanças objetivas das realidades e nas práticas e relações sociais modificadas, sendo essa a finalidade essencial da inovação e do empreendedorismo social (CAJAIBA-SANTANA, 2013). Dentre os indicadores objetivos de mudanças nas realidades, as bibliografias costumam destacar a melhoria de renda dos grupos familiares e sua inclusão no mercado de consumo; os dados de saúde, alimentação, educação; a redução da criminalidade e melhoria da sensação de segurança; a redução da taxa de natalidade; a elevação da expectativa de vida. Há também ensaios de identificação dos índices de felicidade e bem-estar pessoal e social, como aprimoramento dos indicadores econômicos e sociais básicos.

No entanto, deve-se reconhecer a fragilidade da mensuração objetiva do valor social agregado, pois persistem as dificuldades em estabelecer critérios e formas de medição, principalmente ao se tentar estabelecer comparativos de desempenho frente aos recursos investidos. De fato, as bases de cálculo são de difícil estabelecimento, além de serem essencialmente polêmicos, pois, mesmo para as melhorias sociais que podem ser objetivamente medidas, é controverso atribuir-lhes a condição de resultado de determinadas intervenções, além do fato da maior parte do valor ser essencialmente simbólico (DEES *et al*, 2004; AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, 2006).

Os limites das medidas do valor gerado contribuem na dificuldade em estabelecer indicadores e critérios referenciais de avaliação do desempenho dos empreendimentos e das

⁸ O valor social é o resultado gerado quando recursos, processos e políticas são combinados para gerar melhorias na vida dos indivíduos ou a sociedade como um todo. (Tradução nossa)

organizações sociais (FICHER *et al*, 2003). Soma-se a isso a condição de gestão voluntária, a descontinuidade dos projetos e processos organizativos e a dependência de fontes irregulares de investimentos e tem-se o atual quadro de ineficiência estrutural do chamado Terceiro Setor, bem como a falência de muitos empreendimentos sociais (IOSCHPE, 2005).

Em vista disso, um conjunto de esforços foi realizado, nos meios acadêmicos e nas fundações especializadas, em criar ferramentas e indicadores de aferimento do desempenho das organizações sociais. Um dos mais reconhecidos é o da Fundação Norte-Americana *The Roberts Enterprise Development Fund* (REDF), que lançou, em 1996, a ferramenta de avaliação do desempenho de entidades sem fins lucrativos: *Social Return on Investment* (SROI). Essa metodologia estabelece a relação entre o montante investido em uma entidade filantrópica e os resultados obtidos. Embora tenha sido aplicado e testado em várias organizações, o SROI é ainda visto, em 2013, pela fundação como o início da discussão sobre a temática e que está longe de ser uma ferramenta completa e universalmente aplicável.

Uma das polêmicas sobre o SROI está no seu propósito principal em mensurar o valor econômico adicionado às realidades sociais. Ele não tenta capturar e quantificar todos os aspectos da criação de valor social, porque tem suas bases muito ligadas à análise contábil dos empreendimentos. Supõe que o sucesso de uma entidade social poderia ser medido pela sua capacidade de arrecadar doações e pelo tamanho de seu ativo. Entretanto, não necessariamente existe relação entre a arrecadação e o valor social gerado. Existe um valor econômico adicionado à organização, enquanto que o valor social está vinculado ao benefício gerado para as parcelas sociais envolvidas nos empreendimentos viabilizados com os recursos captados (FREGONESI *et al*, 2005; DEES, 2001).

O desempenho final, contudo, não pode ser separado da capacidade empreendedora das organizações, das instituições ou dos indivíduos que contribuíram para sua realização. A gestão eficaz e eficiente do empreendedor é importante para a captação dos recursos e para o sucesso nos empreendimentos, mesmo não sendo as condições únicas para o desempenho. As falhas nesse tipo de sistema estão na dificuldade ou na impossibilidade do valor social ser traduzido em unidades monetárias e, por isso, elas não pode ser usadas como formas adequadas para conceituar e dimensionar o valor socialmente gerado (DEES, 2001).

As medidas, nesse sentido, devem se vincular à demonstração da capacidade de resolução de problemas sociais reais, ao empoderamento e à habilitação emancipatória do

tecido social envolvido, modificando as suas posturas e as suas relações sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2013). Dito de outra forma, elas devem viabilizar “*a novel solution to a social problem that is more effective, efficient, sustainable, or just than existing solutions and for which the value created accrues primarily to society as a whole rather than private individuals*”⁹ (PHILLS JR. *et al*, 2008, p.58).

Portanto, o valor social é criado quando realizações socialmente empreendedoras trazem melhorias qualitativas na vida das pessoas de uma realidade específica ou para a sociedade como um todo. O desempenho na geração de ativos das organizações e dos indivíduos que empreendem é suplementar para a sustentabilidade dos processos e a viabilização de novos investimentos (DEES, 2001; CAJAIBA-SANTANA, 2013).

Os empreendimentos sociais podem ocorrer gerando valores econômicos e patrimoniais, principalmente quando se trata de processos de inclusão produtiva, como os casos em estudo nesta pesquisa. Nestes casos, a capacidade de gerar valor econômico é condição fundamental para a inclusão social dos participantes. Logo, tais valores econômicos incorporam elementos de valor social, na medida em que são gerados e apropriados coletivamente pelos participantes do empreendimento. E essa apropriação viabiliza a inserção social, da mesma forma que o processo produtivo, gerador do valor econômico, configura-se como elemento central da mudança das relações sociais e dos *habitus* relacionais (HESPANHA, 2010). Trata-se de valores que são definidos, por Aureswald (2009), como socioeconômicos, porque são viabilizados em atividades econômicas, mas com finalidades sociais. Essas atividades são consideradas importantes pelo autor por serem eficientes na inclusão produtiva e viabilizam a economia de recursos públicos destinados à assistência social.

Por fim, cabe ressaltar que, pela diversidade das formas empreendedoras, o valor gerado pode ser percebido com referenciais diferentes por investidores, por empreendedores e por participantes beneficiados, até porque a expectativa sobre os resultados e o impacto resultante das ações podem ser bem distintos entre os atores envolvidos. De fato, enquanto que, para os participantes beneficiados, o empreendimento pode modificar integralmente suas realidades e suas vidas, para os investidores, pode ser uma forma caridosa de investir recursos e, para o empreendedor, pode ser a realização de uma ideia traduzida em missão (YUNUS,

⁹ “uma nova solução para um problema social que é mais eficaz, eficiente, sustentável, que as soluções existentes e, para o qual, o valor criado acumula principalmente para a sociedade como um todo ao invés de gerar benefícios particulares. (Tradução nossa)

2008). Em relação à percepção de valor gerado, ela precisa ser o suficiente para manter os empreendedores empenhados e para manter os investidores motivados a destinar recursos. Dessa maneira, a leitura racional das realidades, a clareza sobre os procedimentos metodológicos e sobre a captação e alocação dos recursos para modificá-las, e a capacidade de leitura do impacto obtido pelos empreendedores mostram-se como linhas condutoras dos ciclos virtuosos do empreendedorismo social. Mesmo que um conjunto de variáveis não possam ser controlados pelos agentes empreendedores, eles são os atores centrais da governança possível e necessária dos processos e da leitura dos resultados (ANDREW e KLEIN, 2010).

Por outro lado, as mudanças geradas pelos empreendimentos sociais não são apenas das realidades e das condições de vida, mas das próprias pessoas que as integram. As pessoas e as realidades sociais estão essencial e mutuamente implicadas, e nelas formam suas compreensões e as expressam nas linguagens (WEBLER, 2010). Assim, fazer o estudo das realidades transformadas e do valor social nelas agregadas implica ver também como os sujeitos envolvidos percebem as mudanças ocorridas e se percebem nesses processos. Esses elementos de consciência processual da realidade viabilizam o diálogo com os dados quantitativos de desempenho econômico e social, como aproximações dinâmicas de uma mesma realidade objetiva e subjetiva socialmente construída.

2.2.2 Pobreza e Vulnerabilidade: a desestruturação da sociedade

Os conceitos de pobreza, vulnerabilidade e exclusão social aparecem em algumas bibliografias como sinônimos ou na relação simplificada de causa e efeito. Na realidade, trata-se de complexas categorias independentes e que, por estruturas e dinâmicas socioeconômicas, podem associar-se cumulativamente na realidade de pessoas e grupos sociais. A condição de vulnerabilidade é da fragilidade que torna as pessoas susceptíveis ou expostas a riscos advindos de realidades sociais, econômicas, políticas, ambientais e/ou territoriais. Esta condição pode ser advinda de um ou mais fatores causadores, tornando a fragilidade e o risco maior pela cumulatividade de elementos, porque amplia o impacto na medida em que diminui a capacidade de reação e empreendimento por si de ações resolutivas na/da realidade social (FGV, 1986).

Compreende-se, dessa forma, que os fatores de risco impactam distintamente em forma e intensidade as populações em vulnerabilidade. Por exemplo, as crianças, as mulheres e os idosos são sujeitos em situação de vulnerabilidade, porque lhes podem ser atribuídos carências e/ou diferenças físicas, frente a estruturas e relações com predominância da força e competitividade. E, se esta condição for cumulativa de pobreza, deficiência física e/ou mental, carência em formação básica ou profissional, elementos de localidade, cultura dependente, dentre outros, complexifica-se e amplia-se a condição de fragilidade, bem como dificulta-se os processos de ação resolutiva, por reação interna ou por apoio externo, à realidade (LIBÓRIO; KOLLER, 2009). Esta condição de cumulatividade de fatores é o que caracteriza as situações de múltipla vulnerabilidade social, atribuída aos casos desta pesquisa.

Entretanto, a condição de vulnerável não significa a exclusão social em si. Esta se caracteriza pela ruptura das relações de filiação, vínculo ou pertencimento societário, inviabilizando a integração de relações de cidadania e igualdade. A condição de excluído pode ser assumida por iniciativa de indivíduos que rompem, voluntariamente ou por razões passionais, com os elementos disciplinadores da coesão e solidariedade societária, aos quais se associa e desassocia como sujeito livre. Tal atitude de isolamento, exclusão ou restrição de convívio, e circulação entre indivíduos e grupos sociais baseia-se na escolha individual ou coletiva das sociedades liberais (KOWARICK, 2009).

Entretanto, o estado de exclusão, na maioria dos casos, se dá em processos inversos à escolha, quando, por distintas maneiras ou fatores, as pessoas são banidas das condições de sociabilidade, perdendo sua condição emancipatória e de liberdade de escolha. Por isso, a exclusão não pode ser desvinculada das relações da sua determinação e que, na ampla maioria dos casos contemporâneos, se relaciona com a deterioração das relações econômicas de mercado, com as fragilidades das políticas e das estruturas pública de regulação e compensação, e com os modelos excludentes de inovação tecnológica (GARCIA, 2010; BOURDIEU, 2012). Isso, associado a relações sociais de baixa coesão solidária, a referenciais éticos fragmentados e individualistas, e a capacidade de reinvenção das formas de expropriação e acúmulo de capital e riqueza (BAUMAN, 2011 e 2009), cria o atual estado de exclusão social.

No centro dos processos excludentes, está o modelo econômico baseado em relações globais de mercado, que gera o encurtamento crucial dos diferenciais competitivos, exigindo das cadeias produtivas uma dinâmica de permanente e acelerada inovação. Esta

inovação exige a aptidão tecnológica e operacional em complexificação (KIM, 2005), excluindo contingentes significativos da população, sem as capacidades básicas necessárias. Condição esta que é agravada pela deteriorização das condições e relações de trabalho no universo do subproletariado profissional, que, além de não dispôr das aptidões e capacidades inclusivas, é submetido à ilusão ideológica de uma falsa ascensão social, que, por sua vez, o leva à renúncia inconsciente de soluções coletivas, típicas de proletariado (BOURDIEU, 2012).

De fato, o Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas de 2012 indica que cerca de 1,57 bilhão de pessoas vivem em condições de pobreza multidimensional¹⁰, o que corresponde a trinta por cento (30%) da população mundial. Segundo a mesma fonte, a metade dos ativos mundiais pertence a dois por cento (2%) da população adulta, enquanto que os cinquenta por cento (50%) de adultos mais pobres do mundo detêm um por cento (1%) da riqueza. Esta distribuição desigual da riqueza se dá também por países e pelas regiões, pois noventa por cento (90%) da riqueza mundial é da propriedade de moradores da América do Norte, da Europa e dos dois países mais ricos da Ásia-Pacífico – o Japão e a Austrália. A América do Norte, embora tenha apenas seis por cento (6%) da população adulta mundial, possui trinta e quatro por cento (34%) dos ativos mundiais, concentrados principalmente nos Estados Unidos da América.

Tais contradições existem em escala global e se devem à presença limitada dos Estados e dos organismos mundiais, na regulação das relações econômicas e na promoção da emancipação social das populações excluídas. Essa condição chega ao ‘estado de demissão’ – quando a presença de órgãos governamentais se confunde com a ilegalidade, a corrupção e a violência, pois, ao invés de contribuir para equilibrar as relações entre desiguais, amplia as forças opressoras (LENOIR, 2012).

A ausência substantiva do Estado em territórios de pobreza cria as condições para o desenvolvimento da ‘*hustler economy*’, na qual as relações sociais e econômicas se caracterizam por laços e elementos de um *continuum* entre o lícito e o ilícito; entre a liberdade de escolha e a submissão pela força; entre o convencimento e a prática coercitiva da violência;

¹⁰ O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) da ONU indica as carências em várias dimensões, como saúde, educação e renda e que criam múltiplas vulnerabilidades sociais. No caso do Brasil 2,7% da população ainda se encontra em pobreza multidimensional.

entre a autonomia dos indivíduos e graus avançados de dependência; dentre outros. O mundo do *hustling* é o território controlado por agentes *hustlers*, com fortes laços de dependência e relações associativas de fidelidade subordinada das populações, uma vez que, de um jeito ou de outro, todos acabam dependendo de produtos e serviços deles ou da sua autorização para práticas da mesma natureza (WACQUANT, 2012).

Nessas realidades, não há as condições estruturais e relacionais de igualdade e cidadania. Os sistemas de relações são baseados na disponibilidade real do uso da força para impor a vontade e o cumprimento dos contratos da *hustler economy*, porque o Estado abdicou dessa condição e, com isso, condenou esses territórios à reestruturação com base nos recursos e no poder existente. E, esse poder, via de regra não se baseia na civilidade conquistada pela Humanidade esclarecida, mas pelas formas mais primitivas de controle dos territórios (BOURGOIS, 2012).

Essas realidades de múltipla exclusão constituem os desafios e as oportunidades reais de criação de valor social pela inovação e empreendedorismo socioinclusivo. De fato, os públicos dos três casos, objetos desse estudo, são oriundos de relações tipicamente *hustlers* e os empreendedores sociais se desafiam para agregar valor a estas realidades e às pessoas nelas inseridas.

2.2.3 Valor Social e Reestruturação Inclusiva

Como visto no tópico anterior, as realidades de pobreza não só vulnerabilizam as pessoas pela ausência contínua de recursos necessários à sobrevivência pessoal e social, mas também geram a desestruturação das bases dos sistemas sociais constituídos, que viabilizam a condição de sujeitos. Estes sistemas são compreendidos, por Bourdieu (2004) e por Giddens (2009), como estruturas que orientam as condutas coletivas dos agentes e que, por sua vez, são dotados de capacidades para reestruturá-las. Embora as perspectivas de análise dos autores tenham divergências entre si, são aqui tomadas como dialógicas, porque partem da concepção comum da mutabilidade dos sistemas e de que os sujeitos sociais são os atores dessas transformações, ao mesmo tempo em que, enquanto indivíduos, são condicionados (e não determinados) pelas estruturas e sistemas em modificações.

Nesse sentido, Giddens (2009) apresenta a teoria da estruturação como a ‘dualidade da estrutura’, compreendendo que as regras e os recursos presentes na produção e reprodução da ação social são, ao mesmo tempo, os meios de reprodução do sistema. Isso porque ocorreria uma relação dual de retroalimentação e superação entre os agentes e a estrutura, em processos de estruturação contínua. E, nesses processos de estruturação, seriam criadas formas de fundamentação sobre os processos produzidos e reproduzidos na interação social, que exercem, ao mesmo tempo, as funções de justificação e reforço, por um lado, e instigadoras da mudança, por outro.

Dessa forma, a estrutura social pode ser compreendida pela sua dualidade de ser simultaneamente a condição e o resultado das ações, de ser a viabilizadora e a constringedora da intervenção dos agentes sociais. Assim se diferencia do sistema social que é o conjunto das práticas sociais e relações entre os atores e as coletividades, reproduzidas em um tempo e um espaço “como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidades cognoscitivas” (GIDDENS, 2009, p.20).

Essas formulações se aproximam da concepção de *habitus* de Bourdieu (2004), expressando os valores simbólicos formados na ação relacional e interativa dos sujeitos entre si e com as realidades, na constante dialética de submissão e subversão em relação às limitações e possibilidades socioestruturais. Dessa forma, o *habitus* é compreendido como produto da relação dialética entre a exterioridade (a sociedade) e a interioridade (o indivíduo), e ambos em processos de transformação e em mútuo condicionamento.

Sendo assim, o processo de formação dos *habitus* individuais é mediado pela coexistência de diferentes instâncias nas realidades sociais, capazes de produzir valores referenciais de identidade. Estas instâncias coexistem em intensa relação de interdependência entre si e com a atuação de agentes sociais, cultural e politicamente posicionados e limitados pelos recursos disponíveis. Ou seja, as relações das instâncias e dos agentes podem ser de alinhamento de posições ou em oposição entre si, de continuidade ou de ruptura da estrutura social (BOURDIEU, 2001).

As noções de instâncias, em Bourdieu (2004), se vinculam ao conceito de campo social, em que as relações de sociabilização se compõem e recompõem, tendo ‘espaços e mecanismos’ impessoais e legitimados como referências institucionalizadoras, tais como, as escolas, as religiões, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, dentre outros. É,

nessas relações, que o *habitus* se forma, como identidade social, que se revela simultânea ou alternadamente consciente ou inconsciente e que é retroalimentado pelo vínculo à sistemática de contínua orientação, capaz de influenciar fortemente as posturas dos indivíduos e suas escolhas.

Cabe ressaltar que o termo latino *habitus* foi aplicado para traduzir a noção aristotélica de *hexis*, compreendendo as características adquiridas pelo corpo e pela alma, nos processos de intensa aprendizagem (REALE; ANTISERI, 2007a). O uso na acepção mais próxima de Bourdieu está na Sociologia de Durkheim (2011), na qual o conceito designa a aprendizagem em estado interior e profundo, capaz de orientar, de forma duradoura, as ações dos indivíduos. Essa referência foi aplicada para caracterizar a influência única e contínua que os estudantes adquiririam na aprendizagem em uma ‘instituição total’, como um internato religioso. Para o sociólogo, nessas instituições, a educação seria capaz de produzir efeitos profundos e duradouros dos valores sociais interiorizados, viabilizado pelas formas de sociabilidade a que os indivíduos foram submetidos.

Em Bourdieu (2004), o conceito de *habitus* abarca as dinâmicas relacionais e comportamentais, socialmente condicionadas, dos sujeitos e das estruturas sociais. Assim, o *habitus* é definido como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona, a cada momento, como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas” (2004, p.65).

Embora em perspectivas um tanto quanto diferentes, os conceitos do ‘*habitus*’ de Bourdieu (2004) e de ‘Estruturação’ de Giddens (2009) fornecem bases referenciais que ajudam a entender as formas de dominação e de exclusão nos contextos sociais de múltipla vulnerabilidade, bem como as formas de modificação das realidades e a institucionalização de novas práticas sociais, pela inovação empreendedora de geração de valor social. Ambas as teorias entendem a vida social em uma relação dialética de estruturada e estruturante, e as realidades como sistemas históricos, formados por movimentos dualistas de interiorização do externo e de exteriorização do interno. São, portanto, acepções complementares importantes às teorias do empreendedorismo e da inovação social, anteriormente discutidas, uma vez que viabilizam explicitar melhor as categorias de análise para identificar os processo de geração de valor social.

Nesse sentido, ambas as teorias afirmam que, em qualquer realidade, as relações de dominação não são absolutas, porque não existe a unilateralidade das relações de poder. Assim, toda relação entre dominadores e dominados é compreendida com certa reciprocidade e influência. Para Giddens (2009), mesmo nos contextos de alta opressão, a relação antagônica e complementar da dualidade entre autonomia e dependência viabiliza a condição de agência, que pode levar a subverter as estruturas. De acordo com Ortiz (2013), em perspectiva semelhante, Bourdieu afirma que não existe relação de poder sem resistência e sem luta de contraposição, mesmo que em estado temporário e circunstancial ou permanente de inatividade.

O estado de inatividade pode ser ampliado em tempo e intensidade pela ausência de instâncias mobilizadoras de desvelamento dos fetiches justificadores das realidades e suas relações opressoras, expressos pelos dominadores para que os dominados os assumam como deles ou como fatalmente necessários nas relações existentes (BOURDIEU, 2012). Esse processo de conscientização é caracterizado como a construção da contra-hegemonia ideológica em Gramsci (2000) e como processo de superação da consciência alienada, segundo em Iasi (2002 e 2006). Nos processos de empreendedorismo social, muitas das ações são de desvelamento das realidades e a composição de condições de reação diante delas, viabilizando novas posturas e relações sociais ou constituindo a condição de sujeitos sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2013; MOULAERT *et al*, 2007).

De fato, Iasi (2002), partindo da clássica concepção marxista, criou uma categorização de consciências da realidade dos indivíduos em contextos opressivos e de luta de classes. Estes ‘estados de consciência’ seriam essencialmente dialéticos, nos processos de percepção e desvelamento ou esclarecimento das contradições da realidade e nos comportamentos assumidos. Em outras palavras, as formas com que os indivíduos descobririam as realidades são as mais diversas e peculiares, mas necessariamente passariam pela experimentação evidente das contradições e ainda precisariam ser auxiliados por processos coletivos e de explicitação, ou instâncias de mobilização e esclarecimento de Bourdieu (2012).

Já o comportamento da consciência se caracteriza pela dualidade contraditória de avanço e recuo na condição de autonomia e dependência. Segundo Iasi (2002), a consciência dos indivíduos pode dar saltos qualitativos de esclarecimento das realidades, da mesma forma em que pode ‘recuar’ para posturas de consciência *em si* e até a alienação após ter atingido

uma condição de consciência *para si*. O que possibilitaria a manutenção das consciências *para si* em realidades de contraposição, em transformação ou em realidades já transformadas seria a convivência esclarecedora de iguais em *habitus* e em processos estratégicos comuns e em graus avançados de exigência de coesão.

O quadro 2 caracteriza os processos de consciência, diferenciando as visões de mundo que as pessoas podem ter e as formas com que se posicionam diante das realidades e seus desafios históricos.

Quadro 2: Características dos Tipos de Consciência

Visões de mundo	Características
Consciência alienada	As pessoas com consciência alienada caracterizam-se pela percepção de submissão, apatia e/ou fatalidade em relação aos processos, às normas e aos mecanismos de poder. As relações são compreendidas como pré-determinadas e, por isso, cabe aos indivíduos se adaptar a elas.
Consciência em si	As pessoas com consciência em si percebem-se integrando as organizações e suas estruturas relacionais de poder. Nelas percebem a incompletude da realização de suas expectativas, manifestadas para elas como contradições da realidade. Sobre estas, formulam críticas sem, porém, se habilitar por iniciativas resolutivas. Dessa forma, a consciência em si leva às pessoas a negar realidades; mas, como não se percebem empoderadas e responsabilizadas pelas mudanças, reivindicam as soluções de outros.
Consciência para si	As pessoas com consciência para si percebem-se pertencentes e integradas aos processos organizacionais e suas relações. Nas limitações e nas contradições que se revelam, buscam compreender as causas relacionais e agir sobre elas para transformá-las. Sendo assim, caracterizam-se por empreender soluções para os problemas que identificam.

Fonte: adaptado de Iasi (2002)

Dessa forma, a ruptura com as lógicas internas da dominação ocorre com a inviabilização das categorias explicativas dos opressores e a criação de novos sistemas simbólicos de significado relacional da sociabilidade desejada ou conquistada. Com isso, as formas opressoras tornam-se deslegitimadas e irreconhecíveis como relações de sentido, deixando de integrar o *habitus* (BOURDIEU, 2000). Assim, as novas relações espaço-temporais são os fundamentos para produção e reprodução da vida social em estruturação, e são viabilizadores das condições de agentes e seus sentidos explicativos (GIDDENS, 2009).

Sendo assim, os empreendedores sociais cumprem simultaneamente múltiplos papéis, durante os processos de modificação das realidades e na reestruturação de novas práticas sociais e relacionais, tais como: (1) de instâncias esclarecedoras e mobilizadoras sobre as realidades de opressão; (2) de provedores das condições materiais dos empreendimentos; (3) de referência normatizadora das novas práticas e relações sociais a serem institucionalizadas; (4) de gestores estratégicos dos processos; dentre outros. Então, os empreendedores se tornam os principais agentes nas fases de concepção e implantação, podendo ter o papel protagonista diminuído, à proporção que os participantes beneficiados assumem a condição autogestionária dos processos empreendidos.

Dessa forma, entende-se que o valor social terá sido criado em empreendimentos socialmente inovadores, na medida em que demonstram a capacidade de instituir novas práticas sociais e relacionais, frutos de um *habitus* das transformações ocorridas e traduzidas em expressões de sociabilidade adquirida. A estas demonstrações somam-se indicadores objetivos de desempenho de sustentabilidade dos empreendimentos e de melhoria da qualidade básica de vida dos participantes. Tais referenciais revisados na fundamentação teórica servem para analisar os processos e seu desempenho nos três casos estudados.

Assim, a inovação e o empreendedorismo social são compreendidos, nesta pesquisa, como processos geradores da mudança criativa de realidades sociais e das vidas humanas. A sua eficiência é revelada na efetiva capacidade de gerar e agregar valor social nas realidades, nas atitudes e nos comportamentos dos indivíduos participantes, resultando em novas práticas sociais de sujeitos emancipados. Esse é o enfoque que perpassa toda pesquisa e está detalhado na seção 3.2 das referências de análise dos casos estudados.

3. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O foco da presente pesquisa está em identificar as formas como o valor social é gerado e percebido pelos empreendedores e pelos participantes de organizações econômicas socialmente inclusivas. Trata-se de uma abordagem de caráter analítico-interpretativo que buscou viabilizar a intermediação dialógica entre a reflexão, a análise e a interpretação, conduzindo à apresentação de diversos aspectos das temáticas. Mas também traz alguns elementos quantitativos, como referenciais indicadores de desempenho, contribuindo nas leituras interpretativas. A questão central colocada na pesquisa é: **Como o valor social é gerado e percebido em empreendimentos econômicos socioinclusivos?**

Esta pesquisa envolveu o estudo de múltiplos casos de empreendedorismo socioinclusivo e emancipatório de populações em múltiplas vulnerabilidades sociais, na região metropolitana de Porto Alegre.

Por estudo de caso, entende-se a estratégia de pesquisa e análise espacial e temporal que considera as condições, os eventos, os atores e suas implicações em uma situação particular (EISENHARDT, 1989). Essa modalidade de pesquisa é recomendada por Triviños (1987) em estudos, em que existem relações dinâmicas do mundo real com os sujeitos envolvidos e que permitem interpretar os fenômenos e atribuir-lhes significados.

Nesse sentido, Yin (2001) ressalta o poder diferenciador dos estudos de caso pela viabilidade em lidar com uma variedade grande de evidências empíricas na investigação de

“um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (2001, p. 32-33). Tal condição se mostra evidente na pesquisa realizada, pois as fronteiras entre os fenômenos estudados e seus contextos são demasiado tênues para serem tomadas como realidades divisíveis.

Da mesma forma, Eisenhardt (1989) recomenda a modalidade de estudos de caso como forma de desenvolver e aperfeiçoar teorias, uma vez que permite a contínua dinâmica interativa entre a capacidade interpretativa e explicativa das teorias existentes e a complexidade da realidade empírica. A autora considera essa modalidade de estudo particularmente relevante para teorias em consolidação e fenômenos expressivos de novas realidades, e alerta para o cuidado de que as proposições teóricas não influenciem de forma limitadora, nos resultados das pesquisas.

Dentre as recomendações metodológicas para qualificar os estudos de caso, Yin (2001) e Eisenhardt (1989) sugerem atenção a quatro aspectos centrais, a saber:

- A **validade do construto**, estabelecendo adequadas medidas operacionais para os conceitos que estão em estudo. Assim, dentre as formas para aumentar a validade do construto, estão a utilização de várias fontes de evidências, permitindo estabelecer diversas linhas convergentes de investigação.
- A **validade interna** com o estabelecimento de relações casuais, demonstrando que há condições que levem a outras condições de forma coerente e diferenciadas das relações espúrias. Esta recomendação costuma ser aplicada para estudos explanatórios ou casuais e, só como atenção complementar, em estudos exploratórios e descritivos como é o caso desta pesquisa
- A **validade externa** com a verificação se as descobertas do estudo são generalizáveis em termos teóricos para além do universo específico do fenômeno estudado. Trata-se de manter uma visão holística dos fenômenos ao capturar dados e percepções de atores específicos.
- A **confiabilidade** com a demonstração de que as operações do estudo podem ser repetidas satisfatoriamente em fenômenos similares.

No estudo desenvolvido, buscou-se atentar a estes aspectos indicados pelos autores para estudos desta natureza. Optou-se pelo desenvolvimento da pesquisa em múltiplos casos, conforme facultado por Yin (2001) e recomendado por Eisenhardt (1989) para situações em que seja possível viabilizar a explicitação de uma temática através de análise comparativa e diferenciadora dos contextos, dos atores e dos processos. Condições estas viabilizadas nos casos estudados.

Dessa forma, a pesquisa é de três casos com atores e processos históricos distintos, mas que têm algumas similaridades, permitindo a análise identificadora das particularidades e o estabelecimento de elementos comparativos convergentes e divergentes sobre o mesmo fenômeno. Por isso realizou-se a captação de dados, a apresentação e a análise individualizada e diferenciada e, posteriormente, a identificação de elementos comparativos nos resultados obtidos, de acordo com a proposição optativa de Triviños (1987) e Yin (2001) para o estudo de múltiplos casos.

3.1 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Os critérios adotados para a seleção dos casos foi a conjugação da tipicidade dos empreendedores sociais mais presentes na bibliografia (uma gestão pública, um indivíduo empresário e uma organização da sociedade civil), com o perfil do público diverso na sua origem e identificado pela condição de múltipla exclusão social e, serem experiências em consolidação de inclusão produtiva, em atividades econômicas distintas. Assim, definiu-se o estudo nos seguintes casos: CataVida, a VillaGet e a Rede Industrial de Confeccção solidária.

Na coleta de dados para a constituição do corpus, utilizaram-se várias fontes complementares entre si, seguindo as orientações de Yin (2001) e Eisenhardt (1989) para a utilização de evidências provenientes de duas ou mais fontes, mas que convergem em relação ao mesmo conjunto de fatos esclarecedores do fenômeno. Nesse sentido, destacam-se as seguintes fontes de estudo:

- a) A **documentação**, que são significativas fontes em si e são relevantes também para corroborar, valorizar ou confirmar as evidências oriundas de outras fontes (YIN, 2001). Dentre os documentos estudados, estão os estatutos e regimentos

das organizações, os memorandos das coordenações, as minutas e atas de reuniões e assembleias, os relatórios de desempenho, os apontamentos e as instruções normativas e administrativas, os relatórios de seminários de formação e avaliação, os recortes de jornais com matérias e artigos publicados, os filmes e documentários produzidos em caráter educativo e noticioso.

- b) Os **registros em arquivos**, que são tomados como fontes complementares de evidências (YIN, 2001). No presente estudo, foram obtidos registros em formato eletrônico *on line* ou fornecidos em arquivos PDF, constando informações sobre obras e serviços realizados, tabelas de desempenho, orçamentos de obras e melhorias nas estruturas e equipamentos, listagem de associados, registros de remuneração por cotas partes, dentre outros.
- c) As **entrevistas**, que estão dentre as fontes mais importantes de informações em estudos de caso. Elas podem se dar de diversas formas e modalidades, que vão desde entrevista abertas até totalmente estruturadas e abrangendo uma representação focal até a totalidade do público, de acordo com os objetivos das pesquisas (TRIVIÑOS, 1987; YIN, 2001). Neste trabalho, escolheu-se a técnica de entrevistas semiestruturadas com os empreendedores sociais e um público representativo de associados de cada uma das organizações, tendo como critério fundamental o de terem vivenciado integralmente as experiências. Seguiram-se, nestas entrevistas, as orientações de Triviños (1987), valorizando as questões de foco do pesquisador (entrevistador), ao mesmo tempo em que se permitiu a liberdade e espontaneidade dos entrevistados, enriquecendo a investigação, em um processo de diálogo esclarecedor e organizado.
- d) A **observação direta**, através de visitas agendadas e improvisadas aos locais das organizações e a participação de assembleias, reuniões e eventos. Isto oportunizou a verificação do ambiente organizacional, as condições e relações interpessoais e de trabalho e o exercício do poder. O acompanhamento de momentos de trabalho e dos eventos logrou manifestações espontâneas de elementos da vida organizacional e da metamorfose dos *habitus* dos participantes. Estas observações e relações diretas são úteis na complementaridade das demais fontes (YIN, 2001) e indispensáveis para se

obter informações reais do cotidiano e da vida das populações oprimidas e excluídas das sociedades e suas representações sociais (BOSI, 2003).

No quadro abaixo, apresenta-se um resumo das ferramentas de coleta e os principais resultados obtidos no estudo em campo.

Quadro 3 – Ferramentas e Resultados na Pesquisa de Campo

Ferramentas	Resultados obtidos
<p>Entrevistas individuais: - com 2 gestores públicos e 11 catadores do CataVida; com o empreendedor e 2 jovens da CooperGet; com 2 dirigentes da ONG Guayi e 6 mulheres da RICS.</p> <p>Entrevista em grupos: - com 5 grupos, totalizando 23 mulheres da RICS (que preferiram não conversar individualmente); com 1 grupo de 11 catadores do CataVida (reentrevistados); com 1 grupo de 4 jovens da CooperGet. Total: 51 entrevistados/cerca de 35 horas.</p>	<p>A manifestação das percepções sobre: - a origem e o desenvolvimento dos empreendimentos; - as motivações associativas, participativas e cooperativas; - os processos organizativos, relacionais e de produção; - os resultados obtidos e o impacto socioinclusivo; - as fragilidades organizacionais; - as convicções e incertezas sobre o presente e o futuro dos participantes e das organizações.</p>
<p>Acompanhamento e leitura das atas de: - 6 reuniões na Central de Reciclagem (CR) e 2 assembleias dos associados da Coolabore do CataVida; 2 reuniões do conselho de administração da RICS e a de uma atividade de recreação; 2 reuniões da CooperGet. Total: 12 atividades/ cerca de 25 horas.</p>	<p>A verificação de manifestações sobre: - as relações de poder e o processo decisório nas organizações; - os mecanismos e as atitudes pedagógicas de reforço do <i>habitus</i> relacional desejado; - o conteúdo e a forma de apresentação das pautas de reivindicação e proposição como indicadores de consciência participativa.</p>
<p>Acompanhamento a: - trabalho de coleta na rua: 4 vezes em 3 horas (do início ao término do trajeto) e 4 participações do trabalho de triagem de materiais na CR do CataVida de 2 horas; - 5 participações em atividades produtivas e comerciais da CooperGet, de 2 horas cada; - 4 momentos de atividades produtivas das empresas da RICS em diferentes setores produção, controle de qualidade e a avaliação de desempenho, de 1 hora cada. Total: 17 atividades, somando em torno de 34 horas</p>	<p>A manifestação espontânea sobre: - a autopercepção dos participantes, sua função profissional e sua relação com a organização; - a percepção da sociedade sobre o trabalho, a organização e a vida das populações em vulnerabilidade social; - as percepções e leituras de vida, das realidades, dos sonhos e das angústias do presente e do futuro; - as relações de cooperação solidária e de competição individualista. - os conflitos relacionais advindos dos contextos sociais internos e externos às organizações.</p>

<p>Participação em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 3 eventos públicos do CataVida; - 2 feiras internacionais do calçado, juntamente com a CooperGet/VillaGet; - 1 festa de confraternização da RICS <p>Total: 6 eventos, somando em torno de 8 horas.</p>	<p>A verificação de manifestações de lideranças políticas e empresariais sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as organizações e seu papel social e as expectativas em relação a elas; - a postura relacional e as manifestações públicas de trabalhadores dos empreendimentos.
<p>Análise documental:</p> <p><u>CataVida</u>: leitura de 42 atas de reuniões do Comitê Gestor do CataVida; de 12 atas de assembleias da Coolabore; do Estatuto, do Regimento; dos contratos da Prefeitura com a Coolabore.</p> <p><u>VillaGet/CooperGet</u>: leitura de 2 atas de assembleias e de 3 atas de reuniões da diretoria; do antigo e novo Estatuto.</p> <p><u>RICS</u>: leitura de 12 atas de reuniões do Conselho Gestor; do Regimento de Funcionamento; e de contratos firmados.</p>	<p>A leitura e interpretação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - do processo histórico dos empreendimentos e sua metodologia organizativa; - de evidências das escolhas estratégicas em contextos de impasse; - dos contextos e processos de construção das convicções programáticas dos projetos e seus desdobramentos pedagógicos, normativos e de gestão; - dos mecanismos e das rotinas disciplinadoras das práticas relacionais
<p>Análise de registros:</p> <p><u>CataVida</u>: exame de 5 reportagens especiais e 2 documentários televisivos; leitura de 4 artigos e 18 matérias de jornais; e análise dos materiais dos Cursos de Formação.</p> <p><u>VillaGet</u>: exame de 2 reportagens especiais e 1 documentário televisivo; leitura de 2 artigos e 9 matérias de jornais.</p> <p><u>RICS</u>: exame de 2 documentários televisivos; leitura de 3 artigos e 7 matérias de jornais; e análise das apostilas de Cursos de Formação.</p>	<p>A leitura e interpretação sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a maneira como os meios de comunicação social apresentaram e repercutiram acontecimentos e momentos específicos dos empreendimentos; - a leitura processual e do desempenho obtido pelos empreendimentos, nos documentários e artigos; - o significado que a imprensa, como mecanismo social, atribuiu aos empreendimentos e suas conquistas; - o status comparativo com empreendimentos similares em termos de metodologia e desempenho.

Os dados obtidos nas ferramentas de estudo foram registrados de forma sistemática para que a sua riqueza não se perdesse no decorrer do processo de pesquisa, conforme sugerido por Silva *et al* (2006). Dessa forma, adotou-se o registro das visitas e do acompanhamento de eventos em diários de campo; as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, sendo marcados alguns aspectos da linguagem não verbal, significativos para esta pesquisa, como pausas, choros, soluços, interrupções, dentre outros; e os documentos e registros foram organizados em pastas temáticas, cujas consultas pudessem ser refeitas e registradas.

Cabe ressaltar que as experiências estudadas produziram intensas e extensas metamorfoses socioeconômicas na vida das pessoas. Entretanto, como os processos são

relativamente recentes, as memórias das relações opressoras ainda estão evidentes e tendem a aflorar emotivamente nos indivíduos participantes. Dessa forma, várias das entrevistas não puderam ocorrer nos momentos e da maneira planejados, pois eram frequentemente interrompidas por bloqueios emotivos e impossibilidade de continuidade, principalmente no caso do CataVida, onde as inovações sociais empreendidas são muito gritantes e evidentes no cotidiano das pessoas. Dessa maneira, um conjunto de aproximações e mediações se tornaram necessárias para que os elos de confiança e as relações mais duráveis e de paciência oportunizassem manifestações mais completas e sinceras. Seguiu-se nisso as posturas metodológicas recomendadas por Bosi (2003) e Weil (1979), que afirmam que a condição excluída nas relações produtivas representa também a exclusão cultural e relacional e seus signos explicativos. Dessa maneira, as relações comunicacionais se dão também em processos mediados de acesso de interlocução e de tradução interpretativa de vozes da exclusão.

Sendo assim, buscou-se aproximar as condições de pesquisa ao cotidiano relacional, respeitando o tempo e os rituais dos indivíduos e das organizações, para que os nexos comunicativos pudessem fluir mais naturalmente. Isso significa dizer que os procedimentos de entrevista e de observação foram adaptados às realidades encontradas nas unidades dos empreendimentos. Assim, os diálogos durante as atividades de produção e comércio mostraram-se eficazes na CooperGet, a participação em atividades de coleta e triagem e o compartilhamento de lanches e café no ambiente de trabalho do CataVida, ergueram pontes comunicacionais. Nesses dois casos, a comunicação dependeu muito de elementos de identificação dos participantes com o pesquisador para resultar em diálogos espontâneos e sinceros. Já no caso da RICS, as condições sociais e organizacionais são intensas em desconfianças interpessoais, principalmente para as mulheres detentas e ex-detentas. Por isso, o que leva à criação de elos relacionais confiáveis pode ser a diferenciação e não a identificação. A comunicação e as relações entre ‘próximos’, em realidades de criminalidade, tende a levar a um jogo dissimulador e engano mútuo, porque se baseia na relação instrumental e utilitária. Os elos de confiança tendem a ser criados em relação a indivíduos ‘iguais’ (integrantes da mesma organização ou de organizações do mesmo *status*) e com os ‘diferentes’ ou indivíduos fora do universo da criminalidade e que merecem credibilidade pelo que representam ser (NASCIMENTO, 2011).

Dessa forma, a pesquisa buscou mediar os processos com as realidades, mantendo, contudo, um padrão referencial comum de captação de dados e evidências para que as realidades pudessem ser reveladas e comparadas entre elas (VIEIRA; ZOUAIN, 2006). Ou

seja, ao mesmo tempo em que aceitou realizar as entrevistas coletivas nos grupos da RICS, mapeou e entrevistou individualmente as pessoas que pudessem ser fontes diferenciadas. Da mesma forma, em realidades em que a entrevista direta não se viabilizou optou-se por fazer o diálogo livre e o registro como memória de observação do pesquisador.

Com isso, os objetivos e a questão de pesquisa, foram transformados em referências instigantes específicas de posicionamento metodológico dos diálogos e das observações do pesquisador, nas oportunidades de captação de dados e evidências, evitando a dispersão e a oscilação focal, que é comum em pesquisas dessa complexidade, conforme alertado por Silva *et al* (2006). Assim, nas entrevistas, na observação direta, nos estudos documentais e dos registros, o foco da pesquisa atentou para as seguintes questões centrais, de acordo com as fontes:

Dos empreendedores:

1. A identificação pessoal com as causas sociais e com as temáticas e contextos específicos do empreendimento.
2. As motivações que levaram a investir e a manter-se engajados naqueles empreendimentos.
3. As formas como identificam as oportunidades resolutivas em realidades sociais.
4. Como percebem e medem o desempenho do empreendimento socioeconômico.
5. O que serve de referência para identificar o sucesso do empreendimento.
6. O nível de autonomia decisória das organizações e o comprometimento deliberativo do empreendedor.
7. Os conteúdos formadores de nova sociabilidade pessoal e relacional e os mecanismos de sua institucionalização como práticas sociais.
8. As rotinas de acompanhamento da organização, as relações de poder e as instâncias de diálogo e concertação de opiniões e vontades.
9. A existência de preocupação com a emancipação econômica e social dos participantes e sua autonomia em relação ao empreendedor e a organização.
10. Se existem e a caracterização dos processos de formação de lideranças e gestores das atividades produtivas.
11. Se existem e a caracterização de processo de fomento à participação sociopolítica e cidadã dos integrantes das organizações.

Dos participantes beneficiados:

1. Os contextos e as trajetórias pessoais que levaram os indivíduos a necessitar de projetos inovação e empreendedorismo social.
2. O que fez com que as pessoas se associassem aos empreendimentos e continuem participando deles, frente a outras opções de atividades e organizações econômicas.
3. Como identificam os resultados alcançados pela organização e quais dos fatores que associam com a ideia de sucesso do empreendimento.
4. O que a mudou nas vidas participantes com a participação no empreendimento se imaginam ter alcançado isso em outra atividade ou organização.
5. Como percebem as mudanças em suas vidas, se creditam a totalidade ou parte das conquistas ao empreendimento e às suas iniciativas e conquistas pessoais.
6. Como se percebem em relação ao presente e o futuro em termos de autonomia ou dependência em relação ao empreendimento e a outras iniciativas de assistência ou inclusão social.
7. De que maneiras percebem e avaliam os processos decisórios e a implantação das deliberações, em especial, o quanto se percebem protagonistas ou dependentes em relação aos empreendedores e às direções das organizações.
8. O quanto conhecem e referenciam as decisões das organizações às instâncias deliberativas.
9. Como caracterizam as relações internas da organização e as razões para cooperar com os outros.
10. Como percebemos conflitos e as divergências internas das organizações e destas com os empreendedores e de que maneiras acham que podem ser tratados.
11. Do que e de quem depende o funcionamento da organização.
12. Como percebem a sustentabilidade da organização.

Das Organizações:

1. As aceções de retorno esperado nas motivações de criação da organização.
2. Os processos de constituição dos empreendimentos e seus formatos organizativos.
3. As instâncias e os processos deliberativos internos e os mecanismos de democratização do poder.
4. As relações e os vínculos de comprometimento com os empreendedores.
5. As formas de institucionalização das práticas sociais da cooperação e autogestão.

6. Mecanismos de planejamento, aferimento e gestão do desempenho econômico e social.
7. Os critérios de remuneração dos associados e de capitalização das organizações.
8. Identificação de atividades de formação de capital humano e social e mecanismos de empoderamento dos indivíduos.
9. As preocupações com a viabilidade econômica e social e os processos de planejamento da sustentabilidade das organizações.
10. Os mecanismos de avaliação e sistematização dos processos organizativos e relacionais internos e dos contextos externos.

Este conjunto de questões esteve presente de forma conjugada e integrada como leitura sistêmica e estrutural das realidades, dos empreendimentos e dos indivíduos neles integrados e por eles interpelados em dinâmica de mútuo condicionamento, conforme a Teoria da Estruturação Social de Giddens (2009) e do *Habitus* de Bourdieu (2004). Assim, embora se buscasse evidências específicas em cada um dos atores, entende-se os empreendedores, os participantes beneficiados e as organizações como integrantes de uma totalidade estruturada e em estruturação.

O esforço interpretativo dos dados da pesquisa se deu através da Análise de Conteúdo, mantendo, porém, a atenção a elementos de viés discursivo, no sentido de entender as percepções de valor social evidenciadas nas linguagens dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos. Dessa forma, foi possível observar sentidos mobilizados por eles, tais como aspectos de cunho social, histórico e ideológico presentes nas falas e práticas relacionais e ainda as condições sociais de produção discursiva (COURTINE, 1981; BOSI, 2003). A estratégia de complementaridade interpretativa é recomendada para atender o que Miles e Huberman (1994) identificam como o grande desafio das pesquisas qualitativas: encontrar formas de descrever coerentemente e produzir explicações abrangentes, inclusive sobre as contradições inerentes à vida pessoal e social das realidades estudadas.

3.2 REFERÊNCIAS DE ANÁLISE

A metodologia da Análise de Conteúdo é utilizada nesta pesquisa, com atenções complementares aos significados discursivos, para dar conta do percurso de observação, análise e interpretação dos dados que constituem o corpus de análise, buscando entender os sentidos dos textos e o como estes significam pelas posições e interações dos sujeitos. Sendo assim, está se trabalhando o triângulo sujeito – discurso – sentido, que se articulam em condições sócio, histórico, econômico e cultural de determinadas realidades (ORLANDI, 2003).

Nesse sentido, embora se busque manter uma perspectiva holística de análise, adotaram-se referenciais interpretativos que viabilizem o agrupamento temático das percepções manifestadas pelos indivíduos participantes do estudo. Dessa forma, tenta-se manter a complexidade do enfoque temático e, através de guias organizativas de identificação de elementos, um enfoque específico dos elementos considerados centrais na leitura do desempenho dos empreendimentos em termos de formação de novos *habitus* dos participantes.

Estas categorias de análise são a forma como os indivíduos e as organizações se posicionam e se percebem nas relações dos valores organizativos centrais, propostos e institucionalizados pelos empreendedores, apresentados aqui da seguinte forma: a Associação e Cooperação, a Participação e Autogestão, a Emancipação e Autonomia, e a Sustentabilidade dos Processos. Compreende-se que são valores mutuamente implicados e em graus diferenciados de manifestação, através dos quais, pode se permitir a identificação do valor social gerado em termos de mudança das realidades e das pessoas.

Cabe ressaltar que as mudanças geradas nos empreendimentos sociais não são apenas das realidades e das condições de vida, mas das próprias pessoas que as integram. As pessoas e as realidades sociais estão essencial e mutuamente implicadas, e nelas formam suas compreensões e as expressam no nível das linguagens, em suas práticas discursivas (WEBLER, 2010; COURTINE, 1981). Assim, ao fazer o estudo das realidades transformadas e do valor social nelas agregadas, implica ver também como os sujeitos envolvidos percebem as mudanças ocorridas e como se percebem nesses processos. Esses elementos de consciência processual da realidade viabilizam o confronto dialógico com dados quantitativos de

desempenho econômico e social, como aproximações dinâmicas de uma mesma realidade objetiva e subjetiva socialmente construída.

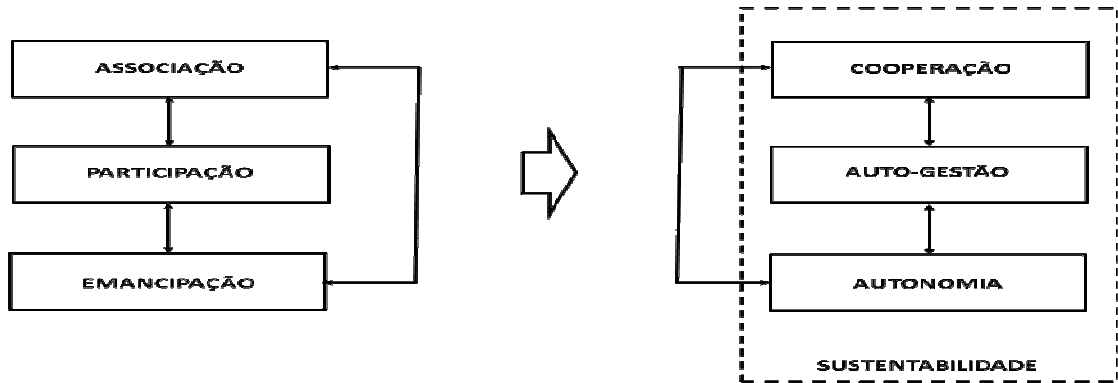
Nesse sentido, as acepções do *habitus* de Bourdieu (2013 e 2011) e da estruturação social de Giddens (2009) anteriormente discutidas, permite estudar as relações comportamentais dos agentes (empreendedores e cooperados/beneficiados nos empreendimentos) e suas vinculações com as estruturas e os condicionamentos sociais e culturais envolvidos. Isto porque existem múltiplas e dialéticas relações entre os sujeitos, as sociedades e as realidades, com mútuos condicionamentos interativos dos *habitus* individuais e das estruturas dos campos socialmente determinados. Assim, a teoria do *habitus* permite estabelecer algumas referências de análise em estudos de realidades específicas, como nesta pesquisa, indicando referências de mudança comportamental e, assim, o agregado de valor gerado nos empreendimentos sociais.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a realidade e as relações sociais nelas existentes estão essencialmente implicadas com o imaginário dos indivíduos participantes. E sua condição histórica indica que as mudanças de realidades condicionam os novos *habitus*, como expressões da sociabilidade adquirida (BOURDIEU, 2013).

Assim, as referências de análise podem indicar as práticas institucionalizadas nas organizações, por orientação normativa externa dos empreendedores, e as percepções dos atores participantes identificam elementos do *habitus* em mudança ou já consolidado (BOURDIEU, 2011), fruto da nova sociabilidade relacional, institucionalizada pelo empreendimento e objetivada na realidade organizacional (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Neles podem estar indicados fatores de valor social agregado na realidade e na vida dos participantes, ao assumirem e perceberem o *habitus* em mudança na relação com os demais, com o empreendimento e com o contexto da realidade social.

Para tanto, organizou-se o quadro a seguir para esboçar a indicação de algumas categorias referências vistas nas manifestações dos participantes da pesquisa e nas evidências das fontes secundárias do estudo. Trata-se de categorias de análise como referência, sem tolher ou limitar o universo de curiosidade sobre os dados do estudo, conforme recomenda Eisenhardt (1989), em seus estudos de casos de caráter exploratório, mas como orientadoras do percurso de análise.

5 – Figura 1 - Práticas Sociais como Resultado



Assim sendo, a presente pesquisa prima por apresentar o estudo de empreendimentos sociais, analisando a forma como os empreendedores geram as inovações sociais e promovem a mudança das realidades de múltipla exclusão e, com isso, promovem a mudança também das pessoas dessas realidades. A mudança das pessoas pode ser verificada pela adoção de *habitus* pessoais e relacionais, como a **cooperação**, a **participação autogestionária** e a conquista da **autonomia**, distanciando-se dos *habitus* percebidos em ambientes de socioexclusão. Ao mesmo tempo, o estudo identificou como os empreendedores e os participantes beneficiados percebem e se comprometem com a **sustentabilidade do processo e do empreendimento**. E, neste conjunto de referenciais, acredita-se ter sido possível identificar a geração de valor pelos empreendimentos.

Assim, se identificou as mudanças socioeconômicas viabilizadas pelos empreendimentos sociais e como essas impactaram a vida dos indivíduos participantes e suas unidades familiares. Esses impactos como resultados, são identificados como a mudança das realidades em termos novas condições socioeconômicas de consumo, mobilidade e autonomia de escolhas, mas também nas mudanças comportamentais, pela adoção de novas atitudes e práticas sociais, resultantes das formas relacionais propostas e institucionalizadas nos empreendimentos.

Nesse sentido, o estudo dos casos permitiu a identificação da mudança da realidade das pessoas participantes e de seus núcleos familiares, e a manifestação das percepções sobre o valor social gerado no processo organizativo dos empreendimentos. Tais dados estão apresentados nos tópicos que seguem, tendo primeiro a apresentação

individualizada dos três casos estudados e, posteriormente, a análise do impacto gerado pelos empreendimentos em termos de mudança da realidade e das pessoas envolvidas.

4. EMPREENDEDORISMO DE INCLUSÃO SOCIAL:

OS CASOS DA PESQUISA

Os empreendimentos estudados revelaram complexidades organizativas e relacionais de processos semelhantes e diferenciados, permitindo a caracterização de identificação e posterior diferenciação na análise dos dados. Cabe ressaltar que se trata de casos de empreendedorismo social externo, em realidades de múltipla exclusão, cuja população associada tem baixa capacidade de auto-organização. Dessa forma, os empreendedores cumprem papel relevante na consolidação das organizações e seus processos produtivos e na formação de novos *habitus* individuais e relacionais.

Os casos são apresentados separadamente nesse tópico, destacando-se seus contextos e os processos de implantação, organização e produção e o impacto gerado na vida dos participantes.

4.1 CATAVIDA: DA INVISIBILIDADE À INCLUSÃO PRODUTIVA DOS CATADORES

Os catadores, embora prestem relevantes serviços urbanos, integram as categorias sociais da invisibilidade pública. Eles não costumam estar contemplados nos projetos das cidades nem nos planejamentos das gestões públicas, e sua existência passa despercebida no

imaginário coletivo. Essa invisibilidade ocorre principalmente pela sua exclusão das relações sociais de consumo e pelo estigma do seu ofício profissional (GACHET, 2012). De fato, a atividade profissional da catação associa os indivíduos ao lixo, como aqueles que sobrevivem das sobras, por não estarem habilitados a exercer atividades reconhecidas como integrantes dos sistemas produtivos.

O trabalho de catação costuma ocorrer de forma informal, sem vínculos com mecanismos de profissionalização ou de formalização da atividade, nem vínculos com comércio dos produtos. Suas atividades integram relações do universo *hustling*, que, devido à ausência de normatização e monopólio de empresas de reciclagem, ampliam as relações de exclusão e dependência. Da mesma forma, a atividade é associada a serviços marginais, como a receptação e distribuição de materiais de origem criminosa, levando a considerar os catadores como pessoas potencialmente perigosas e das quais é necessário manter uma distância segura (GACHET, 2012).

Esses e outros aspectos contribuem para que os trabalhadores da catação se tornem socialmente invisíveis, sofram toda uma carga de preconceitos e tenham sua condição de realização humana dificultada. Mesmo quando esse trabalho é exercido de forma organizada em associações e cooperativas integradas em sistemas regulares de coleta, triagem e comércio, a discriminação social persiste e suas pautas são de difícil tradução em políticas públicas (COSTA, 2008).

Dessa forma, os catadores e suas questões só costumam ter visibilidade pública quando se tornam problemas na rotina de desenvolvimento e de funcionamento das cidades (COSTA, 2008). Nesse sentido, com frequência, questões de catadores e seus familiares ocupam espaços noticiosos da imprensa e dos debates políticos, tais como: ‘atrapalham o trânsito dos carros’; ‘atrapalham a instalação de empreendimentos, uma vez que suas casas e seus depósitos estão localizados em espaços de interesse imobiliário’; surgem incêndios nos depósitos de materiais e casas. As questões dos trabalhadores na catação dificilmente aparecem como pautas positivas ou propositivas de inclusão social e solução de problemas urbanos.

A questão dos catadores na cidade de Novo Hamburgo apareceu, para a gestão pública municipal, em janeiro e fevereiro de 2008, em início de mandato governamental, de duas formas diferentes. Uma, através de denúncias de moradores de áreas nobres da cidade de

que frequentemente sacos de lixo e carroças apareciam e permaneciam por dias nas calçadas e em terrenos baldios. A verificação feita pelos agentes públicos identificou que, junto com o material, estavam famílias ambulantes de catadores, que coletavam o material reciclável e o concentravam em pontos combinados, lugares em que os comerciantes vinham comprá-lo semanalmente. A permanência junto ao material era uma medida necessária para que este não fosse furtado ou queimado. Segundo a assistente social da época e atual gerente do CataVida, “a maioria dessas famílias sequer tinha um local de referência de moradia. Eram moradoras de rua nômades, que se deslocavam de acordo com o potencial de obtenção de material. Outras moravam em vilas distantes dos locais propensos à atividade de catação e por isso ficavam na rua a semana toda”.

A outra situação foi revelada através da manifestação do Ministério Público, denunciando a prática de relações de *‘trabalho escravo e em condições absolutamente desumanas’* na Central de Reciclagem (CR), que é uma área pública de depósito temporário de resíduos sólidos, concedida à Cooperativa de Catadores de Novo Hamburgo para a triagem de materiais. Esta realidade foi confirmada e caracterizada pela Comissão de Diagnóstico Socioterritorial, nomeada pelo prefeito, que diz em seu relatório que:

escondida da cidade e do poder público, encontra-se uma realidade absurdamente degradante e assustadoramente desumana. Há a exploração irregular do trabalho de 52 pessoas, em condições absolutamente degradantes. Eles comem o lixo e o levam para suas famílias, porque recebem entre 150 e 200 reais por mês, o que é bem menos de meio salário mínimo. Eles são sujeitados a toda sorte de manipulações, coações, violências e constrangimentos.

Na realidade, a cooperativa era uma estrutura de fachada para a realização de diversas atividades ilícitas e outras de legalidade duvidosa, típicas de um território *hustling*, onde as realidades de miséria e a ausência do Estado viabilizam relações sociais de dependência e ocultação da criminalidade.

De fato, em termos gerais, o que naquela realidade viabilizou as condições da submissão foi a confluência de fatores e de condições objetivas e subjetivas da mesma realidade social, ‘instituída’ como um típico território *hustling*, invisível ao Estado e à Sociedade. Dentre as principais condições, estão: (1) as de trabalhadores sem formação básica (analfabeta, na maioria), o que tornava sua empregabilidade quase impossível em outras atividades; (2) um número significativo de dependentes sem renda, exigindo a entrada imediata e continuada de recursos para manter seu provimento; (3) a ausência de documentos

pessoais e o desconhecimento de como obtê-los, mantendo as famílias fora dos sistemas públicos de assistência social; (4) a ausência de fiscalização pública do contrato de concessão e das relações da CR; e, (5) a capacidade coercitiva imune da gestão do território, permitindo um ambiente de temor e inibição da alteridade, pela ausência institucional do poder público.

Os fatores que criaram e reforçaram estas condições relacionais foram interrompidos através da intervenção institucional externa, o que ativou, mobilizou e potencializou as capacidades internas. E, dessa forma, o município empreendeu uma experiência bem sucedida de gestão socioambiental de resíduos sólidos, priorizando a inclusão das pessoas das duas realidades e ampliando para os demais trabalhadores da catação do município.

4.1.1 Iniciativas Empreendedoras e Dinâmica Produtiva e Relacional do CataVida

A realidade das famílias de catadores nômades e a ação do Ministério Público sobre as condições de vida e as relações na Central de Reciclagem (CR) geraram intensa repercussão social e política na cidade, principalmente nas organizações e instituições de defesa e proteção dos direitos humanos e de assistência social. Segundo o prefeito, “era a típica questão que não permite discussões políticas ou identificação pública de responsabilidades. Acabávamos de assumir o governo e esta ‘batata assava’ em nossas mãos e não teria nada de digno e descente a ser feito, a não ser agir e mudar a realidade”.

A situação mais tensa era a da CR e seu entorno ilícito, pois responsabilizava o poder público pelo território concedido. Dentre as soluções mais evidentes, nos pareceres técnicos e jurídicos estavam a desativação da CR e a inclusão das famílias no Cadastro Único da Assistência Social, pois viabilizaria a sustentação básica e a moradia das famílias. Assim, o assistencialismo apresentava-se não só como uma possibilidade, mas como a alternativa inicial mais lógica e viável. Segundo o prefeito da época, havia uma convicção da incapacidade de reação daquele tecido social e, por isso, as soluções fora da assistência social apresentavam-se como muito difíceis.

Porém, no meio daquele caos, víamos a oportunidade de reorganizar a CR e de redefinir o sistema de coleta de lixo da cidade e, ao mesmo tempo, humanizar e qualificar as relações de trabalho, incluindo os trabalhadores e suas famílias com mais dignidade do que pela assistência. A assistência, por

si, é sempre um caminho sem emancipação das pessoas. Por isso, empreendemos um processo e uma organização mais abrangente de inclusão das pessoas e com o aperfeiçoamento do sistema de coleta e triagem.

Entretanto, a implantação do novo processo estava limitada pelos contratos existentes com empresas, decorrentes de licitações e pela impossibilidade de destinação de recursos orçamentários duplos para o mesmo serviço ou para a estruturação de um sistema paralelo. Para o prefeito, a inovação foi possível com a releitura jurídica do sistema contratado, pois este pagava especificamente os serviços de coleta, transporte e depósito à empresa. E, como não previa a exclusividade da prestação do serviço, permitia praticar os mesmos valores para os mesmos serviços a outras organizações. Segundo o prefeito,

os catadores não são pagos nessas atividades e nem incluídos estrategicamente nos sistemas de coleta das cidades. Também não eram na nossa, porque estes sistemas seguem certo padrão que acaba favorecendo as empresas de prestação de serviços urbanos. Nós queríamos mudar isso e encontramos uma brecha legal para incluir os catadores no sistema, enquanto não pudesse ser criado um novo.

Sendo assim, a prefeitura passou a remunerar os catadores nas mesmas condições da empresa contratada pela coleta, transporte e depósito, deixando o material para ser comercializado ao final. Inclusive na CR, onde o resíduo sólido da cidade é depositado transitoriamente, os trabalhadores fazem a triagem e são remunerados nos mesmos termos, para a retirada de material antes de ser levado ao aterro sanitário metropolitano. Isso deu aos trabalhadores da triagem uma condição de remuneração mínima, estável e diferenciada, contribuindo para a viabilidade econômica da atividade, pois “a cidadania é material! Não há inclusão na pobreza e na assistência [*Pausa*]. Eles precisavam ter condições econômicas viáveis e suporte institucional. Foi isso que viabilizamos de forma contínua até hoje” (Prefeito na época).

No entanto, restava ainda a constituição jurídica do empreendimento que precisava viabilizar a ancoragem contratual com a prefeitura e ter uma gestão processual de inclusão dos trabalhadores da catação. Em um primeiro momento, os gestores avaliaram a possibilidade de fomentar uma empresa privada ou constituir uma empresa pública que pudesse contratar ou formalizar os catadores como profissionais autônomos e ainda assumir futuramente todo o sistema. Porém, a fragilidade dos contratos de trabalho e a difícil inclusão daquele público específico, somadas à baixa capacidade de interação pública sobre as empresas privadas, por um lado, e as experiências de empresas públicas existentes, por outro,

levou-os a desistir dessas ideias. De acordo com o prefeito, “sabíamos que seria um erro deixar os catadores se organizarem livremente em nova cooperativa, pois reproduziriam as suas experiências de opressão e violência. Por isso, era imprescindível garantir um ator organizador externo”.

Essa convicção do empreendedor social era refutada por lideranças políticas da base aliada e dos movimentos sociais, que defendiam o autoempreendedorismo solidário e autogestionário, como processo de inclusão produtiva e de emancipação de populações socialmente excluídas. Segundo o prefeito, por mais que os gestores públicos tivessem autonomia e responsabilidade decisória, não seria adequado iniciar um empreendimento dessa complexidade, sem os consensos estruturadores com os aliados estratégicos.

Dessa forma, a escolha dos gestores acabou sendo uma solução intermediária entre a auto-organização dos trabalhadores e a constituição de uma empresa pública: um convênio com a Coolabore (Cooperativa de Construção Civil e Limpeza Urbana) de Campo Bom. Esta tinha experiência operacional e cultura organizacional que acumulara capital humano e social capaz de gerir a implantação e o desenvolvimento de relações de cooperação autogestionária internas e permitir o acompanhamento externo de gestores públicos. Assim, estabeleceu-se um contrato por convênio e a cooperativa instalou uma unidade na cidade, viabilizando a associação dos trabalhadores e a estruturação do novo processo.

A governança da gestão compartilhada se deu através do Comitê Gestor do CataVida, formado pela Prefeitura, pela Coolabore e por instituições parceiras convidadas. Esta instância se revelou importante para a concertação de interesses conflitivos, para a harmonização dos fluxos e dos procedimentos, e para a gestão estratégica de projetos e processos, consolidando uma relação de confiança e estabilidade institucional.

Paralelamente ao processo de intervenção na CR, foi realizado o cadastramento das famílias de catadores e sua inclusão no Sistema de Assistência Social. Segundo a gerente do CataVida,

a primeira coisa foi a chegada do poder público em espaços sociais onde ele nunca estivera, equilibrando as relações e dando acesso às condições mínimas da existência humana, como saúde, segurança alimentar, registro e documentação civil e profissional. As pessoas passaram a existir como cidadãos e eles precisavam se perceber e se sentir assim, para buscar mais. E esse mais, poderia vir com a profissionalização e a organização produtiva. Mas havia esse básico que precisávamos fazer por eles ou eles não fariam nada além do que estavam fazendo ou até recuariam disso.

Viabilizada a assistência às famílias, a Prefeitura promoveu um amplo programa de formação profissional remunerado para quem quisesse aderir ao novo sistema. A remuneração para o estudo precisava ser maior do que obteriam com a atividade de catação para que optassem por participar dos cursos e das atividades de inserção comunitária. Segundo o prefeito, foi necessário compreender que “as escolhas das pessoas pobres são orientadas pela vantagem imediata. É como se fossem contratadas para estudar. Isso é trabalho para elas e só vão se for mais vantajoso que outra atividade. As escolhas estratégicas são privilégio de quem não é pobre”.

Segundo os registros do CataVida, foram formados 255 trabalhadores, em processos que duraram entre três e seis meses. Os conteúdos e o processo de ensino-aprendizagem foram estabelecidos em parceria com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Reciclagem, tendo conteúdos interdisciplinares de: formação humana e cidadania participativa; noções de gestão de conflitos e convívio social; noções de organização e gestão dos processos de coleta, triagem, organização e comercialização de materiais; noções de finanças pessoais; dentre outros. Durante o período de formação, eram desenvolvidas atividades de integração sociocomunitárias e de cidadania, tais como: participação em assembleias do Orçamento Participativo; realização de mutirões de limpeza, nas vilas, em residência dos participantes; campanhas de divulgação de programas públicos; campanhas de doação de sangue; visita a experiências organizativas e de trabalho com triagem e reaproveitamento de materiais; participação de solenidades e eventos públicos; dentre outras.

Esse processo de interrupção na rotina de trabalho, o convívio com pessoas de outras realidades comunitárias, a prestação de serviços públicos e a valorização social, foi destacado em documentos, registros e entrevistas, como processo de socialização e de edificação de novas relações humanas, fundamentais para a reorganização produtiva por vir.

Dessa forma, com a institucionalização do CataVida como empreendimento catalisador do conjunto das ações públicas, com o arranjo organizacional viabilizado e com os catadores capacitados, reiniciaram-se as atividades produtivas na CR em junho de 2009. Tal funcionamento se deu em caráter provisório, com a instalação de espaços transitórios de infraestrutura e convívio, tais como a portaria, o escritório, os banheiros e o refeitório, dentre outros. A estrutura produtiva foi adequada com a reforma do pavilhão e com a instalação de uma plataforma, tendo esteira de triagem, prensa de material e equipamentos de proteção individual, além de outras estruturas e outros equipamentos básicos. Parte da reforma foi feita

com o trabalho dos catadores durante o processo de formação. Essa estrutura permitiu testar e aperfeiçoar o processo produtivo e as relações de poder e trabalho, como nova realidade organizacional.

Em março de 2011, a gestão pública entregou a nova CR, com pavilhão ampliado e equipado com três esteiras de triagem, abastecidas por tração mecânica, três prensas, regulação por agrupamento de tipologia de materiais, espaços de armazenagem por perfil de material, carrinhos para as bombonas e elevador de carga, dentre outros. Os espaços de convivência foram ampliados e qualificados, com a instalação de novo refeitório, cozinha, vestiários, bebedouros e locais de convívio.

Desde o retorno às atividades produtivas, as relações foram gradativamente incorporando os princípios da autogestão, promovendo a participação e exigindo a responsabilidade pela realização das melhorias no ambiente e no processo. Para o prefeito,

a noção de que o investimento feito pelo poder público na vida deles e na estrutura produtiva havia encerrado um ciclo que se mostrou importante. Eles precisavam saber que tudo a melhorar dali para diante teria que ser feito ou conquistado por eles. Nós queríamos que eles tivessem iniciativa! Isso foi como que decretar a maioria e a emancipação deles, e isso não foi fácil para nós e nem para eles, porque fazer com eles era muito mais trabalhoso e lento. O impulso era sempre o de fazer por eles e entregar, cumprir os prazos, as metas... Mas era necessário empoderá-los em todos os sentidos, para que aprendessem e ousassem fazer por sua conta. Então, o que nós passamos a fazer foi indicar caminhos e dar suporte técnico para a Coolabore participar de editais, contrair financiamentos, disputar o orçamento público, fazer um bom planejamento financeiro dos sócios e da Cooperativa.

Isso desafiou os catadores a atentarem para a produtividade a fim de obter maior remuneração, a fazerem investimentos, a serem ofensivos na captação de recursos em editais e a disputarem os recursos públicos nos processos do Orçamento Participativo no Município e da Consulta Popular no Estado. Para as disputas dos orçamentos públicos, os catadores necessitavam do apoio das comunidades e, para isso, desenvolveram campanhas e aproximações das escolas, associações, clubes e participaram ativamente em eventos municipais, obtendo uma visibilidade pública positiva na cidade.

As crianças são até hoje nosso público-alvo. Ao ganhar elas, sensibilizam-se as famílias. Elas entendem a questão ambiental e se engajam nas causas dos catadores. Com elas, os catadores podem ser simples e diretos, indicando a forma de cada um ajudar: entregar o lixo classificado e votar nos projetos do CataVida. (Gerente do CataVida)

Assim, o CataVida captou recursos externos para a aquisição de trator esteira, de carrinhos motorizados e de caminhão para coleta seletiva e viabilização dos prédios equipados para a instalação de quatro interpostos de coleta seletiva, nas principais regiões da cidade.

A criação dos interpostos viabilizou uma nova frente de trabalho: a dos agentes ambientais de coleta seletiva. Iniciado em 2011, cada interposto tem em torno de 20 agentes e um território definido, onde é implantado um processo sistemático de sensibilização social e recolhimento do material reciclável. Os agentes criam uma relação de aproximação e confiança com as comunidades, escolas, empresas e condomínios, potencializando o trabalho. A condição social de ‘agentes ambientais’ claramente identificados, treinados para uma abordagem apropriada e uma relação construtiva de respeito, mostrou-se edificadora de uma atividade socialmente reconhecida.

Os processos decisórios são orientados na democracia autogestionária, fomentando a participação ativa interna e exigindo a mobilização comunitária para suas demandas e projetos. Assim, a participação não é só um processo permitido, mas amplamente fomentado e exigido pelos empreendedores e pelos gestores da cooperativa.

A remuneração dos associados pelo empreendimento se dá por desempenho da unidade de trabalho e por turnos trabalhados. Dessa forma, os trabalhadores que mantiveram o trabalho, nos dois turnos dos cinco dias semanais, obtiveram uma renda média mensal superior a R\$ 2.000,00 (dois mil), na CR, e de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos mil), como agentes ambientais nos interpostos, no segundo semestre de 2013. Essa remuneração é muito superior a projetos similares e se deve principalmente aos seguintes fatores: (1) a prefeitura remunera a Coolabore pelo volume de material captado e triado; (2) a CR opera em ‘escala industrial’, triando quase todo material recolhido na cidade diariamente; (3) os interpostos conseguiram organizar pontos de captação (eco pontos) em escolas, clubes, associações, empresas e condomínios, captando um volume crescente de material reciclável; (4) a negociação qualificada e o comércio em volumes de larga escala de materiais padronizados, viabilizando a obtenção de preço superior no mercado; (5) o CataVida conseguiu captar significativos recursos externos para os investimentos, permitindo priorizar a remuneração dos trabalhadores; e, (6) o permanente apoio institucional da prefeitura, com equipe técnica e canalização de negócios vantajosos à cooperativa, tais como, os convênios com centros comerciais, ‘eco pontos’, dentre outros.

Dessa forma, as ações empreendedoras, desenvolvidas pelos gestores públicos, de forma conjugada, acabaram por gerar soluções inovadoras para a problemática de marginalidade social e invisibilidade pública, em que os trabalhadores da catação e suas famílias se encontravam. Essas ações básicas de assistência e inserção, somadas ao arranjo organizativo e institucional, possibilitou o início de um novo processo produtivo, com foco em desempenho econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

4.1.2 Impacto na Vida dos Trabalhadores da Catação

A realidade atual do empreendimento social CataVida permite estabelecer um contraste evidente com as condições anteriores a ele e avaliar as modificações ocorridas nas vidas dos trabalhadores da catação. Alguns desses contrastes são bem objetivos, como a remuneração e, a conseqüente, capacidade de consumo e a mobilidade social adquirida pelas famílias dos trabalhadores. Outros elementos são subjetivos e mostram a forma como os participantes se percebem e a leitura que fazem da realidade e do processo que gerou essa metamorfose. Seguem algumas falas representativas, obtidas nas entrevistas e na observação direta, que trazem elementos indicadores de agregação de valor social à realidade e às pessoas participantes do caso. Optou-se por não fazer a transcrição *verbatim* literal para facilitar a leitura, contudo, cuidou-se para manter o sentido literal dos enunciados.

Antes do empreendimento CataVida, a miséria era realidade cotidiana das famílias e as dificuldades para o atendimento das necessidades básicas eram extremas. A dignidade era subordinada à fome, como confidencia uma trabalhadora de 48 anos, que vivera a realidade da CR durante oito anos:

Cansei de vê filha menina de mulher daqui se prostituí por comida. [Pausa] Isto daqui era o inferno que só! [Pausa] você hoje não imagina. [Solução intenso] Aqui não tinha banheiro e as mulheres tinham que fazer as necessidades no mato [Pausa e indicação do mato]. Tinha que ir em bando pra não se pega pelos machos [Choro] A brutalidade aqui era muito grande, moço!

Outra trabalhadora contou satisfeita que agora todos bebem água limpa e gelada, e trabalham oito horas por dia, pois antes trabalhavam mais de 12 horas por dia, em condições insalubres, expostos ao forte frio, no inverno, e ao calor, no verão. Frequentemente ficavam

sem água e, quando tinham, era suja e quente, retirada de um tacho onde a água armazenada vinha do telhado e de um caminhão pipa.

Os trabalhadores costumam falar da realidade com orgulho e do período anterior com pesar. Uma das mulheres, com seis anos de trabalho na CR, falou na entrevista que ali “vivia-se com o que se conseguia. Eram sete ou oito bocas para alimentar, com menos de 200 reais por mês. O dono ganhava muito com o material e com os outros negócios e dizia que não dava nada, que estava tirando do dele para nos pagar”. E acrescenta: “A gente não podia reclamar. [Pausa] Ele era o dono daqui. E não ter isso, seria pior, seria nada, seria a fome”.

Outro trabalhador, com 20 anos na CR, afirma que tentaram, algumas vezes, trocar a direção da cooperativa e denunciar tudo, mas as pessoas recuavam diante das ameaças a eles e suas famílias, e explica: “Para enfrentar eles [*a direção*], só um grupo forte, armado e preparado pra guerra”. Realmente, o constrangimento e a violência integravam a metodologia organizativa e a gestão do poder na CR antiga.

De fato, a segurança dos familiares era e continua sendo uma preocupação constante, pois os trabalhadores da catação sabem que a ‘cidade e suas vidas são ligadas e que toda ação tem suas reações’. Por isso, até a atualidade, a Prefeitura acompanha com cuidado as situações de conflito e de afastamento de pessoas, pois podem se transformar em conflitos passionais. Essa metodologia pôde ser verificada na observação direta, quando um associado foi afastado ‘temporariamente’ por alcoolismo e conflito de rua. O coordenador da unidade explicou que não é possível “manter pessoas que canalizam agressões de rua para o CataVida, pois já está difícil conseguir a aceitação e o respeito da comunidade pela atividade profissional”. O afastamento ‘temporário’ é uma forma menos drástica de desligamento e inibe o rancor e a raiva, explica a assistente social da Prefeitura. “Fica sempre a esperança de que, se fizer tratamento e se o comportamento fora for adequado, poderá um dia voltar. Embora essa volta seja muito difícil para quem comete infrações graves, mas aí as situações de conflito direto já se distanciaram”. Dentre as infrações graves, expressas nos documentos, estão: o desvio de material, o assédio e constrangimento sexual, o consumo de bebidas e entorpecentes nos horários de trabalho, atitudes de risco para os colegas.

Talvez o fato mais marcante daquela realidade seja o relato coletivo da ‘mulher que quase matou por um coração de boi’. Este fato é contado em partes, cujos detalhes variam, como expressão daquilo que Bosi (2003) chama de ‘reaparição de uma realidade

localizada no espírito daquela comunidade intersubjetiva’. Contam que em um dia chuvoso de inverno, o caminhão descarregou uma carga grande de lixo e nela havia um coração de boi. Ao vê-lo, os catadores largaram tudo para disputá-lo à força. Nesse momento, uma mulher puxou a faca e ameaçou matar a quem não a deixasse levar o coração para seus filhos. Um dos homens mais antigos dali fez o seguinte acréscimo, com grande emoção, ao relato:

Teve coisa braba aqui, professor! A fome era grande, a carência era muita e ninguém sabia de nós. [*Longa e sofrível pausa*] Dói quando a gente lembra o ocorrido. [*Pausa*] Ela era boa pessoa. Há anos que a conhecia. Mas a fome, a fome dói [*Esforço para não chorar*] e dói muito mais, quando é fome de filho. [*Pausa*] Quando se faz isso, se vive assim... a gente é bicho!

Os relatos dos catadores e os dados dos documentos e registros mostram uma evidente mudança da realidade. A atual CR em pouco pode ser comparada àquela situação de miserabilidade e exclusão. Lá existem, na atualidade, profissionais orgulhosos e participativos. Os relatos expressam a percepção dessa metamorfose vivenciada e revelam elementos de um novo *habitus* em formação, fruto das mudanças na realidade e das pessoas participantes dessa. Uma das formas de percepção é a da inclusão dos associados ao mercado de consumo, como afirma uma das trabalhadoras de 38 anos: “hoje nós existimos para o comércio. Nós compramos as coisas que queremos, com dinheiro na mão e com cartão de crédito, porque ganhamos bem pelo nosso trabalho, temos documentos, residência e tudo mais”. Outro trabalhador de 48 anos diz que conseguiu comprar uma casa numa região melhor do que o beco onde morava, que está mobiliando a casa e adquiriu uma moto para levar o filho à escola e para vir ao trabalho.

De fato, a maioria dos trabalhadores da cooperativa conseguiu ser inscrita no Programa ‘Minha Casa, Minha Vida’ e, com isso, obteve uma condição melhor de residência. Os que haviam sido inscritos no Programa ‘Bolsa Família’ e recebiam um rancho mensal da Prefeitura, no início do empreendimento, agora não se enquadram mais nos programas compensatórios e podem usufruir da renda para adquirir bens e serviços.

Um dos retratos da mudança da realidade econômica pode ser verificado nas pautas das reuniões e assembleias, quando foram discutidos planos de saúde privada, condomínio residencial e colônia de férias para os familiares dos cooperados. Essas pautas são típicas das necessidades de bem-estar na escala de Maslow e costumam estar na expectativa da classe média e de categorias profissionais com remuneração estável.

Entretanto, a mudança também é das pessoas participantes do empreendimento. Elas saíram da situação de múltipla vulnerabilidade e invisibilidade pública, e passaram à condição de sujeitos sociais inclusos em processos participativos e de cooperação solidária, que exigem nova sociabilidade e aptidões relacionais resultantes de uma consciência da autogestão.

Como a metamorfose do *habitus* decorre das mudanças geradas na realidade, as percepções dos indivíduos sobre os fatos e os acontecimentos ainda tendem a expressar um processo de adequação endógena à ação empreendedora exógena, na qual se percebem como sujeitos autorizados, mas dependentes. São participativos e cooperadores porque isto lhes é proposto e cobrado, e não está como uma prática pessoal assimilada e consciente. Ou seja, tem-se ainda um processo de consciência em si e não para si da maioria dos participantes, com uma forte dependência do empreendedor social externo. Esses elementos serão aprofundados no tópico seguinte, na análise dos dados, comparando-se a sua presença também nos demais casos estudados.

4.2 VILLAGET E COOPERGET: DA VULNERABILIDADE DEPENDENTE À INCLUSÃO EMANCIPATÓRIA DE JOVENS E ADOLESCENTES

A pobreza e a conseqüente vulnerabilidade social tendem a vitimar mais os jovens, os adolescentes e as crianças, porque estes grupos são mais susceptíveis a um conjunto de fatores complementares da realidade e que diminui a capacidade de ações reativas próprias. Essa vulnerabilidade é ampliada, quando a pobreza vem associada ao contexto socioterritorial do comércio e consumo de entorpecentes. Isso ocorre porque há intensos e contínuos estímulos indutores para a adesão ao consumo e/ou à associação ao comércio, criando vínculos de dependência de difícil ruptura (SCHENKES; MINAYO, 2005; e ABRAMOVAY *et al*, 2002).

A adesão ao consumo pode ocorrer pelas mais diversas formas e motivações, mas costuma gerar a gradativa dependência química, de difícil superação por tratamento em clínicas especializadas e quase impossível como iniciativa individual. Os dados do Ministério da Saúde indicam que o índice de efetiva recuperação de dependentes internados em clínicas

especializadas é menor do que 10% e é muito baixo o número de internações. Isso ocorre porque, pela legislação brasileira, a internação somente pode ocorrer de forma explicitamente voluntária dos dependentes, agravado pela baixa disponibilidade das estruturas públicas de tratamento. Assim, a dependência química costuma criar consequências devastadoras para os indivíduos e seu entorno social, dentre outras razões, pelo alto custo financeiro do vício e, no caso de unidades familiares pobres, acaba sendo sustentado com atividades ilícitas. Ademais as substâncias sintéticas geram rápida e intensa dependência, com forte impacto na saúde do dependente, podendo levar à morte, em poucos anos de consumo (KOLLER, 1999).

Por outro lado, a associação ao comércio de entorpecentes pode apresentar-se como uma oportunidade de inclusão econômica, pois oferece aos indivíduos planos de carreira, com ascensão por merecimento, mas em contratos *hustling*, em que a fidelidade é testada e cobrada de forma absoluta. Esses contratos, via de regra, não podem ser rompidos impunemente e só deixam de existir com o desaparecimento do *hustler* e sua linha sucessória direta e real, quebrando unilateralmente a relação de confiança e dependência (WACQUANT, 2012).

Como consequência fatal dessas relações de dependência, os estudos especializados são unânimes em indicar o crescimento dos índices de assassinatos da população pobre e jovem de 15 anos a 24 anos, no Brasil, na América Latina e em outras regiões do mundo. Os jovens e os adolescentes são, ao mesmo tempo, os principais atores e as vítimas da criminalidade violenta, por essas complexas formas de adesão dependente.

Cabe ressaltar que a pobreza é um fator independente na relação com a criminalidade e com a dependência química. Nem todas as populações pobres são criminosas e dependentes químicas. Da mesma forma, ao se superar um, não necessariamente se resolvem os demais. Os argumentos aqui repertoriados examinam a forma como a coexistência desses fatores, num mesmo espaço socioterritorial, multiplica a vulnerabilidade das populações e, principalmente, dos jovens e dos adolescentes. Da mesma forma, os empreendimentos resolutivos das realidades precisam contemplar esta diversidade complexa e dinâmica de fatores de exclusão social para que as iniciativas possam ter eficácia.

A Vila Getúlio Vargas, da cidade de Novo Hamburgo, em 1998, era uma das mais pobres e violentas da região do Vale do Rio dos Sinos. Formada majoritariamente com acelerada ocupação irregular, sem infraestrutura urbana e com frágeis serviços públicos de

saúde, educação e segurança. A formação desta vila se deu em um processo de crescimento urbano desordenado, com a migração de grandes contingentes populacionais advindos, principalmente das regiões Norte e Noroeste gaúcho, excluídos da atividade agrícola, por causa da mecanização do campo e reordenamento econômico urbano nas décadas de 1960 e 1970. Eram, portanto, pessoas com baixa formação básica e profissional, buscando espaço na indústria calçadista em ciclos de crise constante. O desemprego ou subemprego dessas populações exigia a localização de baixo custo habitacional e isso levou à formação dos bolsões de pobreza nas periferias urbanas da região metropolitana, em particular do Vale do Rio dos Sinos (GIEHL, 2002).

A capacidade de empregabilidade da indústria coureiro-calçadista despencou nas décadas de 1990 e 2000, com a introdução de sistemas produtivos automatizados, a concentração produtiva em grandes unidades fabris e o deslocamento de empresas para outras regiões do Brasil e para países asiáticos. Com isso, o desemprego estrutural se tornou uma realidade para milhares de famílias, atingindo de forma mais irreversível as pessoas sem formação básica, pela ausência de aptidões para a reconversão profissional. Dessa forma, a luta pela sobrevivência passou a ser o centro da vida de milhares de unidades familiares e mobilizou para tal também a energia infanto-juvenil.

Assim sendo, os depoimentos dos jovens da Vila Getúlio Vargas, que deu origem ao nome do Instituto VillaGet, ilustram a tarefa cotidiana das crianças: trazer algum dinheiro para casa. Tarefa esta compartilhada pelos pais em alguns casos e, em outros, o desânimo existencial e os vícios os autodispensavam ou impediam para tal. Segundo, um dos jovens da CooperGet,

nas famílias não se perguntava sobre a origem do dinheiro, apenas castigavam por não conseguir ele e recompensavam por trazer. A gente tinha que dar um jeito e tentava de todas as formas. O mais rápido e garantido, não é vendendo balas, lavando carro, fazendo serviço. Isso dava pouco, quase nada! Teve muita gurizada, conhecida, que vendiam bagulho para a bandidagem. As gurias mais descoladas e lindas se prostituíam para conseguir algum. Alguns guris também acabavam tentando algo assim [*Pausa*]. Muitos começavam a usar droga e se ferraram de vez.

Foi nesse ambiente social que, em 1998, um empresário e designer iniciou um trabalho comunitário por motivações religiosas. Segundo ele, queria organizar uma comunidade religiosa evangélica, socialmente comprometida, para ajudar às famílias a viverem melhor. Contudo, as pessoas, mais do que uma igreja, precisavam de comida,

moradia, saúde e assistência social, mas as políticas públicas e as estruturas governamentais estavam ausentes, até porque se tratava de uma área majoritariamente ocupada de forma irregular. Por isso, o empreendedor social mobilizou um grupo de voluntários para desenvolver diversas atividades de apoio, por disponibilidade de viabilização, sempre menor que a demanda. As principais eram a distribuição de comida, atendimento médico e dentário, auxílio na obtenção de documentos, assessoria jurídica para situações de disputa imobiliária, encaminhamento para eventuais vagas de emprego, dentre outras.

Estas ações, embora fossem importantes para as famílias e mobilizavam a comunidade, não eram resolutivas da realidade social, principalmente porque não resolviam um dos principais problemas: os altos índices de criminalidade e de exclusão socioproductiva dos jovens e adolescentes. Diante disso, em 2004, o empresário propôs e fomentou a criação do Instituto VillaGet, com a finalidade de desenvolver a qualificação profissional de jovens e adolescentes e, em 2008, motivou a criação da CooperGet, como empreendimento econômico dos jovens. As duas estruturas organizativas foram viabilizadas com financiamento do empresário e com recursos mobilizados por ele.

Tais iniciativas modificaram a realidade de centenas de jovens e adolescentes, e contribuíram para a resolução de outros problemas socioterritoriais da Vila, atraindo também a atenção do poder público para a regularização fundiária e o provimento das estruturas públicas de saúde, educação e segurança. No próximo tópico, essas iniciativas empreendedoras do empresário e sua dinâmica organizativa serão caracterizadas.

4.2.1 Iniciativas Empreendedoras e Dinâmica Produtiva e Relacional da CooperGet

A VillaGet se tornou uma referência de processo socioinclusivo de jovens e adolescentes, inseridos em múltipla vulnerabilidade social, e de sustentabilidade ambiental pelo uso de insumos de reaproveitamento de materiais. A CooperGet fabrica um leque importante calçados e acessórios com design e marca próprias, cujo padrão foi desenvolvido pelo empreendedor, em parceria com empresas internacionais que associam a moda com a sustentabilidade e a inclusão social.

Recentemente a preocupação passou a ser a de conjugar um conjunto de fatores mutuamente dependentes e que, por vezes, se apresentam como dilemas. Dentre esses fatores, estão a necessidade de a CooperGet crescer em produtividade, associar mais jovens para cumprir sua missão social e, ao mesmo tempo, manter a qualidade dos produtos e a difusão da sua marca e grife.

Nesse sentido, a expansão no mercado fica limitada, porque as redes de distribuição estão associadas a marcas de grandes fábricas. Outras redes de lojas exigem a adoção dos seus padrões de produtos e marcas. Em ambos os casos, perder-se-ia a autonomia organizacional e do processo decisório. Por isso, a expansão está acontecendo de forma mais lenta ampliando o mercado com lojas próprias e redes de lojas identificadas com a marca e os produtos. Entretanto, a expansão própria exige maior estrutura organizacional para cobrir as atividades comerciais, elevando os custos. Ademais, persistem algumas dificuldades de regularidade e estabilidade produtiva na cooperativa pelo perfil do público trabalhador.

A filosofia de inclusão continua sendo a dos indivíduos e por interesses que possam aguçar o despertar da participação. Segundo o empreendedor, a maioria dos adolescentes e dos jovens é cativada pela oportunidade do jogo de futebol semanal, onde tem orientação de jogo e lanche no intervalo. É ali que eles percebem que não têm tênis para jogar. O empreendedor diz que:

Não damos tênis a eles. Ensinamos e ajudamos a eles fazerem o seu tênis e o calçado da sua família, nas oficinas do Instituto VillaGet, com materiais disponíveis. Isso impressiona a gurizada e traz muitos aos cursos de capacitação profissional, onde se trabalha a filosofia do empreendedorismo. Ou seja, 'assumir o controle da sua vida, dos seus sonhos e de uma carreira profissional'. Depois dos cursos, podem se associar à CooperGet, obter emprego nas empresas da região, que reconhecem nossos cursos, abrir um pequeno negócio e assim vai! Para nós não interessa assistencialismo! As atividades assistenciais servem como captação de público, para agregar autonomia e consciência à vida deles. Dessa forma, o instituto e a cooperativa são espaços fomentadores de tudo isso, pois mostram que é possível inventar, fazer e resolver problemas.

De fato, a forma organizativa é um sistema simples e de fácil ingresso, permanência leve e saída com algum valor social agregado para os jovens e adolescentes. Não há grandes preocupações com as rotinas e rituais, o que dá mais leveza relacional de 'portas sempre abertas' para a entrada e a saída das oficinas e dos projetos do Instituto. Como consequência, há uma alta rotatividade de público e uma instabilidade organizativa dos eventos, pois é impossível prever o número de participantes. Para uma jovem beneficiada e

atual voluntária do Instituto, essa dinâmica é fundamental, porque as razões que fazem os jovens e adolescentes estabelecerem contatos são as mais diversas e, se a dinâmica fosse pesada, perder-se-ia a oportunidades de aproximação e de diálogo. Segundo ela,

é muito difícil para um adolescente buscar ajuda quando é vítima de violência, quando é dependente químico ou quando precisa trabalhar e não consegue... eles sempre tentam resolver sozinhos e, na maioria das vezes, resolvem de forma desastrosa. Por isso, não se pode perder a oportunidade quando surge uma ponte e isso acontece das mais diversas formas, como na balada ou no jogo de futebol do Instituto ou na abordagem da rua. Por isso o segredo está na receptividade leve, no encaminhamento e no acompanhamento correto, apadrinhando as causas para ajudar a resolver. Não resolver por eles e nem tornar difícil demais, pois o fardo já é grande.

No entanto, no nível dos cursos de qualificação profissional e do trabalho na cooperativa, as relações são de cobrança, rotinas, dedicação e produtividade. Os cursos têm controle de frequência e processos de mensuração do desempenho em aprendizagem teórica e aplicada. O desempenho nos cursos é um dos indicadores centrais para a associação à CooperGet. A cooperativa observa os alunos e convida os profissionais com perfil desejado a se associarem ou a prestarem serviços. Os demais podem solicitar a associação, mas apenas serão aceitos os que tiveram comportamento e desempenho aproximados com a filosofia e a dinâmica funcional da cooperativa.

Para o empreendedor, a livre associação dos princípios do cooperativismo deve ser compreendida como escolha livre dos indivíduos e não como compromisso de associação da organização. A associação deve ser uma permanente conquista individual pela dedicação e postura relacional dos indivíduos. Dessa forma, para uma cooperativa ser competitiva no mercado, ela precisa ter o direito de escolher quem associar, quem manter e também quem não serve, da mesma forma que qualquer empresa privada que contrata e demite. Segundo ele, o fato de ser um empreendimento de caráter socioinclusivo não pode ser motivo para de incompetência, baixa produtividade e ausência de compromisso com a organização. Ao contrário, “precisa ser capaz de fazer mais e melhor e com menos recursos, porque essa é a realidade desse tipo de organização. Compete-se no mercado com menos recursos e, por isso, o fator humano precisa ser o diferencial”.

A CooperGet tem uma unidade consolidada de projeção e produção e uma rede de lojas, das quais duas são próprias e, as demais, comercializam os produtos. A participação em feiras nacionais e internacionais do setor ampliou a difusão da marca e oportunizou novos contratos de fornecimento. O atendimento a esses contratos é feito por produção dos

cooperativados e aprendizes, com o aproveitamento de estruturas no contraturno de empresas parceiras, naquelas atividades em que a cooperativa não está equipada, como a preparação de reaproveitamento de materiais em estufas e colagem de pressão. Essas parcerias reduzem os custos de produção e mantêm o padrão de qualidade dos produtos, mas é também um fator de dependência de empresas com quem a cooperativa tem relações de co-operação e, na medida em que a produção cresce, pode inviabilizar as parcerias.

A partir sua fundação, a CooperGet fomentava uma dinâmica interna de participação autogestionária e relações de cooperação solidária. Entretanto, muitos dos processos decisórios dependiam do empreendedor e dos associados adultos voluntários, que não trabalhavam e não dependiam do desempenho da cooperativa. Sua associação tinha a finalidade de dar estabilidade organizacional interna e credibilidade contratual externa, uma vez que o perfil dos jovens suscitava conflitos internos e instabilidade por desconfiança externa. Ademais, a rotatividade dos associados trabalhadores na cooperativa, dificultava desempenho em volume de produção e padrão de qualidade diminuindo a remuneração e inviabilizando a manutenção de talentos. Da mesma forma, a perda de qualidade comprometia a credibilidade do empreendedor, responsável pela quase totalidade dos contratos obtidos até então. Estava em curso, portanto, um ciclo vicioso de estagnação da cooperativa e que poderia levar a comprometer todo empreendimento social ou, na pior das hipóteses, despotencializar seu alcance e desempenho.

Nesse contexto, em meados de 2013, o empreendedor propôs uma reformulação estratégica da cooperativa e passou a dedicar-se integralmente a ela como sócio- trabalhador. Para isso, deixou uma bem sucedida sociedade empresarial de capital internacional, onde estava vinculado há mais de 10 anos. Como sócio-trabalhador, passou a receber a mesma remuneração dos demais jovens associados, por desempenho produtivo da cooperativa. Segundo ele,

foi a decisão mais difícil e radical que já tomei na vida. Foi contra todas as ponderações e recomendações dos meus amigos e da minha família. Passei a receber algo em torno de 10% da minha remuneração anterior e minha família teria que adequar seu padrão de consumo a isso. Mas foi consciente da responsabilidade e do papel que eu teria a cumprir no processo de consolidação do empreendimento VillaGet e da CooperGet. Não vi nenhuma alternativa que não fosse minha dedicação direta e integral para mostrar aos jovens e ao mercado que estamos falando sério e que estamos totalmente comprometidos com essa ideia.

A reestruturação da cooperativa foi igualmente radical e polêmica, viabilizada somente pela influência decisiva do empreendedor. As principais medidas foram:

1. A reformulação do estatuto, adequando-o à nova legislação brasileira.
2. A diminuição do número de sócios, mantendo apenas trabalhadores associados com efetiva e integral dedicação aos negócios da cooperativa. Com isso, houve o afastamento dos associados voluntários e daqueles que eventualmente prestavam serviços. Com isso, a CooperGet tentou se aproximar da condição de empreendimento autogestionário e competitivo.
3. A reestruturação organizativa e funcional, dando maior dinamicidade ao processo decisório e autonomia gerencial aos setores.
4. A organização gradativa de unidades produtivas autônomas, que permitam consolidar processos produtivos e organizacionais com determinados sócios, sem fechar a entrada de novos associados, vinculados a outras unidades. Como a remuneração seria por desempenho das unidades, viabilizar-se-ia a atração e manutenção dos talentos e incentiva-se a produtividade e desempenho em cada uma delas.

A unidade central ou matriz, na qual o empreendedor ficou vinculado, passou a ser a referência organizadora das demais unidades, prospectando negócios e consolidando mercados. As demais unidades, na medida da sua estruturação, passaram a assumir a produção dentro de metas de fornecimento e assumiram também serviços de produção terceirizada para outras empresas. Isso viabilizou a inclusão produtiva de jovens, logo após a formação profissional, sem comprometer o padrão de qualidade dos produtos da marca VillaGet.

Com a reestruturação da CooperGet, a gestão da inovação e da especificação dos produtos e dos processos produtivos, o Marketing de relacionamento e a abertura de novos mercados foram assumidos diretamente pelo empreendedor. A gerência do processo produtivo, a gestão financeira e comercial, a gestão de novos núcleos de capacitação e produção foi assumida por jovens formados dentro do empreendimento. Com isso, está sendo viabilizado um processo de expansão dos negócios, através das redes organizacionais e institucionais que colocaram o empreendimento no circuito comercial da Copa 2014, Olimpíada 2016 e outros eventos internacionais, onde empresas comercializam os produtos com a marca e grife socioambiental da VillaGet.

Assim, em dezembro de 2013, havia doze jovens sócios da cooperativa e vinte e oito em programas de qualificação profissional com a perspectiva de ingressar na atividade produtiva. Havia duas unidades de produtivas em instalação: uma unidade no Bairro Santo Afonso, integrado com o Programa Território da Paz e outra unidade no Bairro Canudos, próximo do Instituto VillaGet.

Em termos de difusão há, ainda, diálogos e parcerias em construção que podem levar o empreendimento social a outras cidades com realidades territoriais idênticas, tais como, São Leopoldo, Canoas, Caxias do Sul e Porto Alegre. Também está em curso um estudo para implantar processos idênticos em favelas da cidade do Rio de Janeiro, onde o empreendedor fez visitas e palestras, convidado pelos governos estadual e municipal e por organizações da sociedade civil.

4.2.2 Impacto na Vida dos Jovens

O empreendimento VillaGet modificou a vida de centenas de jovens. Não há registros da quantidade total de jovens e adolescentes que participaram das oficinas e dos cursos de qualificação profissional. Apenas uma minoria dos formados permaneceu na cooperativa, até porque a capacidade de geração dos postos de trabalho foi sempre inferior à demanda. Por isso, o empreendimento fomenta a empregabilidade em empresas parceiras, priorizando aquelas que têm a capacidade de receber, apoiar e manter jovens com os traços sociais daqueles contextos. Nesse sentido, a relação que o empreendimento tem com a maioria dos jovens não é regular e nem orgânica, mas de apoio eventual e circunstancial, principalmente quando há percalços nos processos de inclusão. Segundo um dos jovens, “a Villa é nossa casa principal. Quando surgem problemas, quando se perde a linha é para lá que se volta e começa de novo [*Pausa*]. Muita gurizada se perde quando a droga fala mais alto que as ideias. Perdem o controle, porque resistir é difícil nesse mundo”.

Nesse sentido, o empreendimento VillaGet especializou e qualificou muitos de seus serviços e a compreensão das suas funções. Opera em redes de cooperação com as instituições públicas e as demais organizações comunitárias. Assim, serve de referência de captação e encaminhamento de indivíduos para uma série de problemas sociais, mas se concentra naquilo que parece ser a missão central: a acolhida e o encaminhamento para a inclusão produtiva de jovens e adolescentes.

Com isso, o impacto que as oportunidades da VillaGet geram na vida dos jovens pode ser identificado no depoimento de uma jovem de 24 anos, estudante de Administração. Segundo ela,

os pais mandam as crianças e adolescentes para a rua e exigem receber algum dinheiro no final do dia. É a contribuição para o sustento da família e seus vícios [*Pausa*]. Como conseguir o dinheiro não é da preocupação das famílias, é da escolha das crianças. Pode ser a venda de balas, de maconha, do corpo. Qualquer forma é aceitável naquele ambiente [*Longa pausa e forte emoção*] Encontrar a VillaGet no meio desse caminho, é tudo! Não há nada mais importante. Nada é melhor. Deve-se tudo a ela.

Outro jovem de 26 anos, instrutor de cursos de qualificação profissional, afirma que, para ele, havia dois caminhos: a venda de drogas e o roubo, isso porque a prostituição seria difícil. Em suas palavras, “a sorte foi que apareceu uma terceira e isso me levou ao SENAI, e esse me colocou no mundo da produção industrial”. Assim como estes dois, há dezenas de depoimentos de pessoas beneficiadas e muitas situações difíceis puderam ser verificadas na observação direta, como, por exemplo, a recaída de jovens no consumo de entorpecentes, após anos de investimento neles, colocando a perder lotes de produção e/ou colocando em risco a cooperativa. Diz o empreendedor que “quem entra num trabalho desses, precisa estar preparado para tudo, até para ver salva a vida de um jovem. E, quando isso ocorre, não há ganho maior possível para o investimento realizado por anos. Esse é o lucro máximo, é ganhar muito!”.

Contudo, a reestruturação da CooperGet, em 2013, restringiu o número de beneficiados do empreendimento e o resultado das medidas ainda não consegue ser claramente visto. O objetivo era a aquisição da qualidade produtiva e a consolidação da marca no mercado para depois expandir mais. Aparentemente isso está sendo obtido e a gestão está muito mais controlada e efetiva no cumprimento de metas e na obtenção de resultados na unidade central. Porém, nas demais unidades, revelam-se irregularidades de demanda produtiva, o que inviabiliza a efetivação de jovens e mantém uma baixa rentabilidade. Isso pode ser um problema transitório ou pode revelar um grande estrangulamento na ampliação organizativa do empreendimento, tornando-o uma empresa eventualmente competitiva no mercado, mas despotencializada em inclusão produtiva de jovens. Em todos os casos, as medidas de qualificação produtiva parecem ter sido necessárias para que o empreendimento tivesse novo impulso produtivo e novas medidas corretivas poderão ser adotadas no futuro.

As relações sociais internas da Cooperget serão analisadas junto com os demais casos em tópico específica da análise dos dados.

4.3 REDE INDUSTRIAL DE CONFECÇÃO SOLIDÁRIA: A CONQUISTA FEMININA DE UMA NOVA CHANCE DE INSERÇÃO PRODUTIVA

A pobreza e a criminalidade são fatores independentes nas sociedades, conforme já argumentado anteriormente. Contudo, são realidades com possibilidade de mútua potencialização, ampliando a vulnerabilidade e os riscos sociais. Da mesma forma, todos os públicos de determinadas realidades socioeconômicas são potencialmente vulneráveis à exclusão. Mas, há parcelas desse público que são mais vulneráveis pela somatória de fatores. É o que acontece com a população feminina, os jovens e as crianças. Por razões diferentes das apresentadas em relação aos jovens e às crianças da Vila Getúlio Vargas, no tópico anterior, as mulheres são mais vulneráveis do que os homens, por causa das condições e dos papéis sociais que elas cumprem na sociedade e nas unidades familiares. Um desses papéis é o da reprodução e de todos os desdobramentos de dependência que dela decorrem (BARROS *et al*, 2012).

O papel social de reprodução vulnerabiliza as mulheres pela necessidade da sustentação biológica dos filhos, pela relação afetiva e protetiva com eles, e pelos complexos vínculos de parentesco que estes estabelecem com os parceiros de reprodução (pais) e seus familiares. Esses vínculos relacionais são intensos e extensos, restringindo a autonomia decisória das mulheres por décadas, porque os filhos são fatores dependentes e amarradores, na condição natural e social da maternidade (NOVAES, 2010).

Cabe ressaltar que os vínculos, a que se referem as autoras, podem ser de solidariedade e de suporte familiar, apoiando eventuais dificuldades e servindo de referência sociabilizadora, por um lado; e/ou podem ser amarradoras em processos associativos ilícitos, criminosos e violentos, por outro. Isso depende, evidentemente, do perfil e das realidades relacionais dos indivíduos e dos grupos familiares dos vínculos. Dessa forma, constituir vínculos em territórios sociais com *habitus* de associação solidárias, reforçam os laços de

inclusão, enquanto que o inverso tende a acontecer em ambientes *hustling* e/ou de criminalidade.

O enfoque 'sociovinculante' feminino não é a única explicação para o crescimento da participação feminina nas atividades criminosas. Para Novaes (2010), essa realidade pode estar ligada ao crescimento da liderança feminina nas relações de trabalho e na gestão do poder político, econômico e social. Dessa forma, o protagonismo ascendente nas atividades lícitas estaria também traduzido nas ilícitas.

Assim, segundo o Relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2012, enquanto, na última década, teve um crescimento da população carcerária masculina de 4% (quatro por cento), a feminina foi de 11% (onze por cento), superlotando a já defasada estrutura existente no Brasil. Dentre as atividades criminosas que resultaram nas prisões, 65% (sessenta e cinco por cento) estão ligadas ao comércio de entorpecentes, em que as mulheres estariam assumindo o crescente protagonismo, como estruturadoras de redes e como herdeiras de redes dos seus parceiros com vínculos familiares ou afetivos (companheiros, pais ou filhos).

Do ponto de vista das Ciências Sociais e Jurídicas, as sociedades criam sistemas punitivos com a finalidade de educar, prevenir e proteger a sociedade dos indivíduos com comportamentos socialmente nocivos. Dessa forma, o aprisionamento deve ser um processo punitivo por condutas antissociais, protetivo da sociedade e educativo para o apenado. Entretanto, os sistemas prisionais, mais do que ressocializar os indivíduos, de modo geral, ampliam o fosso de distanciamento entre as relações sociais lícitas e as organizações e relações de criminalidade. Assim, ao entrar no sistema, criam-se ou ampliam-se as relações de associação voluntária ou compulsória ao universo criminoso, de difícil ruptura. Razão pela qual Foucault (1987) caracteriza as prisões como males inúteis, mas necessários às sociedades atuais.

Ademais, os sistemas prisionais servem para reforçar a segregação social na maioria dos países, com penas mais rigorosas para as populações mais pobres e etnicamente fora dos padrões do *status quo* social. Assim, na maioria dos países, há mais pobres e mais minorias étnicas nas prisões e com penas mais extensas, comparativamente a grupos favorecidos social, econômica e politicamente (WACQUANT, 2005).

No sistema prisional brasileiro, após a condenação dos indivíduos, os problemas começam com a classificação dos presos, por exame criminológico. A Lei de Execuções Penais dispõe que os presos devem ser classificados segundo o tipo de crime, os antecedentes criminais, a idade, o sexo e a personalidade, adequando-se a pena individualmente ao condenado e separando os presos reincidentes dos primários. Esse exame deveria ser realizado por uma comissão técnica existente nos estabelecimentos prisionais, composta por profissionais da Psiquiatria, Psicologia e Assistência Social. No entanto, tais juntas técnicas não existem por ausência de profissionais ou por desvio das funções. Dessa forma, o sistema acaba primando pelo enfoque punitivo para a população em geral e diferenciando a punição para aqueles que têm assistência jurídica diferenciada ou privilegiada (NOVAES, 2010).

Outro problema está na superlotação e na ausência real do Estado das galerias, privatizando os espaços e as relações. Assim, um conjunto de estruturas e serviços precisa ser custeado pelos indivíduos, enquanto estão sob a tutela de um Estado fragilmente presente. Como a ampla maioria da população aprisionada não tem previdência social ativa nos momentos da prisão, este custo se agrega aos da sobrevivência dos dependentes fora da prisão. Sendo assim, ocorre a massiva concentração de uma mesclagem de distintos delinquentes, influenciando-se mutuamente e estabelecendo organizações por adesão livre ou compulsória, com desdobramentos diretos com a vida e com as relações externas ao sistema prisional (WACQUANT, 2005; NOVAES, 2010).

Os instrumentos de reinserção social não são típicos do sistema prisional brasileiro. Eles se viabilizam por esforços públicos e privados geralmente de fora para dentro do sistema, com empreendimentos que visam a contribuir para a ruptura dos ciclos de ampliação das relações das atividades criminosas e desencadear processos de reinserção socioproductiva e cultural. Uma dessas iniciativas empreendedoras e bem sucedidas é a Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS), viabilizada pela ONG Guayí. Ela se destaca pela metodologia organizativa que vincula a capacitação profissional e atividade produtiva interna com a associação externa na mesma sistemática organizativa da rede de empresas.

A RICS é formada por cinco empresas solidárias de Porto Alegre e Cachoeirinha, viabilizando o trabalho e a renda para 68 mulheres, parte delas detentas ou ex-detentas do sistema prisional. Uma das empresas (a Liberdade) funciona dentro do Presídio Madre Teresa Pelletier, viabilizado por convênio da Guayí com a instituição prisional. As demais unidades

funcionam em comunidades da periferia, exceto uma, no centro de Porto Alegre, com a finalidade de viabilizar a logística e a gestão dos negócios e da organização da rede.

A Guayí, como organização empreendedora, capacitou as mulheres, captou os recursos para a maioria das máquinas e dos equipamentos, e viabilizou o contrato de fornecimento estável de produção como o do Grupo Hospitalar Conceição, ainda hoje o maior cliente da rede. Ela também criou uma empresa de assessoria integrada à rede, com profissionais de gestão, *design* e produção para garantir a regularidade e a qualidade dos fornecimentos. Com isso, a rede atingiu uma capacidade produtiva e inclusão socioprodutiva das associadas, sua metodologia de tecnologia social foi nacionalmente premiada e está em vias de expansão para outras regiões metropolitanas.

4.3.1 Iniciativas Empreendedoras e Dinâmica Produtiva e Relacional da RICS

A Rede Industrial da Confecção Solidária (RICS) é um empreendimento da Organização Não Governamental (ONG) Guayí (‘semente’, no idioma Guarani), de Porto Alegre e tem a finalidade de viabilizar trabalho e renda para mulheres em situações de múltiplas vulnerabilidades sociais. Ela surgiu no contexto das primeiras edições do Fórum Social Mundial¹¹ (FSM), em que a Economia Solidária e as empresas sociais estavam em pauta como alternativas mundiais ao desemprego e aos modelos econômicos excludentes. Segundo o coordenador geral da Guayí, trata-se da “Economia da Inclusão, onde o lucro não é centro dos sistemas produtivos. A referência é o ser humano e sua inclusão social”.

A RICS começou a ser organizada para atender a demanda da prestação de serviços de infraestrutura da segunda e terceira edições do FSM, realizadas em Porto Alegre, respectivamente, em 2002 e 2003, quando confeccionou as sacolas e as camisetas, além de contribuir na mobilização e contratação dos trabalhadores, nos serviços de montagem de estruturas e no fornecimento da alimentação, nos locais de eventos e nos acampamentos. Como a experiência foi bem sucedida, a Guayí buscou alternativas para viabilizar uma rede

¹¹ No primeiro FSM, em 2001, em Porto Alegre, foi realizado o primeiro Seminário Mundial de Economia Solidária, com a participação de representantes de 103 países. Esse seminário definiu como estratégia geral a estruturação de redes de empreendimentos para se tornarem economicamente viáveis e socialmente expressivas e definiu que os serviços de abastecimento das demais edições do FSM fossem viabilizados por redes de economia social, como formas de apoio e fomento. Dentre os idealizadores e coordenadores desse seminário estava o autor da presente tese de doutorado.

permanente, com a inclusão de mulheres em risco social. De acordo com o coordenador da Guayí, “A confecção é a atividade econômica que se apresentou como melhor para esse empreendimento, porque é intensa em trabalho e tínhamos adquirido estrutura e experiência em corte e costura básica no FSM”.

No entanto, a rede só poderia ser viabilizada com uma demanda efetiva e continuada, que possibilitasse a remuneração básica aos grupos de produção. Isso foi viabilizado, em meados de 2003, com o estabelecimento de um convênio com o Grupo Hospitalar Conceição para o fornecimento de toda a roupa, demandada nas unidades do Grupo, dentro dos padrões técnicos especificados por ele. A demanda inicial desse contrato foi de 17 mil peças mensais, exigindo uma estrutura capaz de produzir em torno de 800 peças por dia, com capacidade de fornecimento inicial em 60 dias.

O início da Rede foi altamente desafiador para a RICS e de alto risco para a Guayí. Segundo a gerente da RICS,

Foi uma caótica corrida atrás do tempo e da qualidade exigida, pois não podíamos falhar para não perder o contrato. Não tínhamos os locais da produção, as máquinas eram insuficientes, as mulheres estavam capacitadas apenas no básico do corte e costura e as empresas não estavam legalizadas.

Sendo assim, a Rede iniciou fazendo tudo ao mesmo tempo, com o suporte e a tutela do empreendedor. Enquanto a RICS ainda não existia judicialmente, a Guayí captou os recursos necessários para comprar as máquinas e os insumos, contratou os trabalhadores temporários, nas especialidades necessárias (projetistas e desenhistas), em sistema de mutirão, com o auxílio de voluntários, e garantiu as primeiras entregas, ao tempo em que as empresas pudessem ser viabilizadas.

De acordo com o coordenador da Guayí, a ONG canalizou quase todas as suas estruturas e energias na viabilização do empreendimento, nos primeiros quatro meses: “Tínhamos que fazer de quase tudo. Os instrutores dos cursos orientavam, cortavam e costuravam. Economistas e sociólogos que nem conheciam tecido, precisavam verificar e atestar qualidade por comparação com os modelos fornecidos pela contratante”. Nesses ‘atropelos’, a RICS teve que refazer entre vinte e trinta por cento (20-30%) das peças, nas primeiras entregas e, por isso, elevando os custos de produção e quase teve o contrato e o convênio suspensos.

Então, desde logo, as mulheres tiveram que lidar com duas realidades novas para elas. Uma realidade era o rígido padrão de qualidade da contratante, que fornecia o tecido, o insumo e a especificação técnica do produto a ser entregue, sem nenhuma falha de corte e costura, dobrado e organizado por quantia e perfil dos volumes, e na regularidade acordada. Não há espaço para discutir o padrão ou atendê-lo parcialmente em contratos dessa natureza. A outra, os erros ou atrasos na produção repercutiam na remuneração das mulheres, pois elas eram as sócias-solidárias das empresas e não empregadas da Guayí. Portanto, embora o risco sobre investimento inicial tenha sido do empreendedor, na medida em que as organizações se formalizaram, tornaram-se responsáveis pelo reembolso do capital investido, pelos novos investimentos e custeios, bem como, pelo desempenho produtivo da unidade. Ou seja, para não comprometer o contrato, o controle de qualidade verifica peça por peça e, ao identificar defeitos, devolve imediatamente para reparo. Ao identificar a irregularidade ou incapacidade de cumprimento da meta de produção semanal, a demanda é repassada para outra unidade da Rede, diminuindo automaticamente a meta para as semanas seguintes. Com isso, cada empresa necessita lidar com suas fragilidades para adquirir celeridade, regularidade e qualidade produtiva e, conseqüentemente, melhor remuneração individual.

Da mesma forma, a RICS, para se consolidar como rede autogestionária, precisava adquirir maior eficiência logística, maior controle de qualidade e autonomia administrativa. Isso a levou a criar a empresa Semente, em 2005, que passou a concentrar as atividades administrativas, o controle de qualidade, a logística, o desenho e a modulagem das peças e a assessoria contábil e financeira das empresas da Rede. Essa unidade também viabiliza a contratação dos profissionais de gestão, designer, estilista e projetista, em tempo parcial a serviço das empresas da RICS, dando mais qualidade e autonomia à rede.

Cabe ressaltar, que a RICS tem um arranjo jurídico e uma dinâmica de funcionamento que conjuga a autonomia com a integração orgânica das empresas. A Rede é administrada por um Conselho Gestor, formado por dois representantes de cada empresa e dois representantes da ONG empreendedora. Nas reuniões mensais desse fórum, são avaliados os processos organizativos e funcionais para corrigir fragilidades das empresas e da Rede, e são planejadas e distribuídas as demandas e metas produtivas.

A remuneração das mulheres é feita por desempenho das empresas, mas a RICS prima por manter uma renda não inferior ao salário mínimo regional. Isso dá às unidades a condição de estabelecer o seu ritmo de produção por expectativa e condições de desempenho.

Assim, as unidades que atenderam suas metas produtivas do mês podem diminuir o ritmo de produção ou ampliá-lo. E isso atende muito bem a realidades diferentes das empresas.

Uma empresa do Bairro Cavahada, por exemplo, escolheu manter o tempo e ritmo da produção dentro da demanda média da RICS, para poder atender melhor o acompanhamento dos filhos. Uma das sócias explica o posicionamento das integrantes da empresa: “precisamos ficar de olho na gurizada, ver se estão na escola e com quem andam fora dela. Aqui todas olham os filhos de todas. A gente brinca, dá conselho, se apoia. É como se todos fossem da empresa e a empresa das famílias”.

Outra sócia da mesma empresa diz que o cumprimento da meta permite uma remuneração estável, além de propiciar que trabalhe na tranquilidade, perto de casa, cuidando dos afazeres domésticos, proporcionando a elas muita qualidade de vida. Ela observa que, “onde mais poderia trabalhar de pantufa e enrolada num cobertor num dia frio? Aqui vivemos a cooperação plena, porque não cuidamos só do trabalho, mas da vida e do bem estar uma da outra e das nossas famílias”.

De fato, essa empresa trabalha entre quatro e seis horas diárias, de forma muito comprometida pelas sócias, e tem um bom desempenho em qualidade e produtividade. Não existe controle de horário nem dos dias trabalhados. Quando uma sócia falta, as demais assumem seu trabalho e sabem que terão a reciprocidade, quando necessário, pois a flexibilidade com compromisso coletivo é fundamental em empreendimentos sociais com esse perfil de público associado. Conforme afirma a gerente da RICS,

há casos em que as mulheres precisam dedicar um tempo grande para tratar de pendências judiciais delas e dos familiares, cuidar mais de perto dos filhos ou companheiros em situações de violência e criminalidade. A flexibilidade de horários e a atividade produtiva próxima da vida familiar facilita isso e não necessariamente atrapalha o desempenho da rede, desde que cada unidade atenda no tempo e na qualidade a demanda do período. Mas isso nem sempre é fácil, dá problemas, brigas, mas a maioria acaba se convencendo que é necessário ser assim.

Os problemas a que a gerente se refere podem estar ligados ao senso de produtividade e foco no desempenho das empresas. Há pessoas, nas empresas, que desejam produzir mais para ampliar sua renda para além das metas contratadas pela RICS. Isso é facultado pela autonomia que as empresas têm para viabilizarem outros negócios. Dessa forma, se a maioria das sócias escolhe por assumir outros negócios, a rentabilidade individual pode ser superior, elevando-se a jornada de trabalho e o ritmo de produção. Assim, no Bairro

Cavallhada, tem outra empresa da RICS, cujo foco está no desempenho produtivo, que tem jornada de trabalho que pode exceder a 12 horas diárias para atender a totalidade da demanda.

Quando essas decisões se dão pela opção da maioria e não pelo consenso, podem manter a divergência ativa no cotidiano das empresas. Isto porque há interesses e necessidades mutuamente irreconciliáveis de quem deseja produzir mais e pode dedicar-se integralmente à atividade da empresa, por um lado, e de quem necessita de tempo para lidar com situações e circunstâncias da vida, por outro. Dentre as mediações tentadas nas empresas, estão a remuneração por turnos trabalhados e a estratificação por tempo dos demais fatores de custos. Porém, a complexidade e a diversidade interpretativa desses dados acabam sendo geradoras de novas razões de divergências e conflitos destrutivos.

Dessa forma, a mediação externa dos conflitos é uma necessidade constante das empresas, até porque as realidades são dinâmicas e os elementos incluídos de uma associada podem ser excluídos de outra(s) por relações e vínculos familiares. Por exemplo, o ingresso de algum familiar na criminalidade ou a migração de uma organização criminosa para outra podem gerar o desequilíbrio relacional nas empresas da RICS, porque as vidas das sócias estão presas a estes vínculos. Sobre isso, a gerente da RICS afirma que “vive-se radicalmente na corda bamba o tempo inteiro com esse perfil de público e precisa-se equilibrar muitas realidades para manter uma estabilidade mínima. As divergências nas empresas podem virar conflitos nas galerias dos presídios e vice-versa”.

Uma iniciativa minimizadora de conflitos é a viabilidade de migração temporária ou permanente de sócias entre as empresas da Rede. Isso permite distanciar e minimizar elementos divergentes e aproximar elementos concordantes e qualificadores das empresas e da Rede. Assim, as fragilidades produtivas ou relacionais podem ser minimizadas com a inclusão de uma ou mais mulheres na empresa. Para o coordenador da Guayí, a estratégia da migração é de fortalecimento dos laços de cooperação entre os indivíduos e as organizações da rede. Em suas palavras,

As mulheres com determinadas habilidades diferenciadas auxiliam as empresas a obter maior e melhor produtividade. Da mesma forma que uma unidade coopera com a outra, quando se aperta nas condições de fornecimento de uma demanda, porque todas foram capacitadas no padrão de qualidade e, por isso, dominam profissionalmente os processos, mesmo quando exigem alguma flexibilidade produtiva.

Essa organicidade interativa da Rede também facilita a inclusão produtiva de mulheres ao migrarem do regime fechado para o semiaberto e/ou para a liberdade, após cumprirem suas penas, pois podem ingressar em uma e/ou em diversas empresas da RICS. No regime semiaberto, elas são incentivadas a trabalhar na empresa mais próxima do presídio, facilitando o deslocamento diário. Após o cumprimento da pena, busca-se a inclusão nas empresas mais próximas da residência das mulheres. Porém, essa lógica é testada e desafiada permanentemente pelas distintas realidades, pois nem sempre se viabilizam por razões objetivas e subjetivas das circunstâncias situacionais desse público. Por isso, antes da inclusão, é necessário verificar as condições da empresa e das mulheres associadas e de seus familiares em relação a essas ex-detentas. Nesses casos, pesam as relações internas do presídio e a capacidade da família obter e manter distanciamento e autonomia das relações e organizações criminosas.

Dessa forma, o empreendimento RICS da Guayí conseguiu criar uma rede de empresas, com uma metodologia organizativa inovadora, nacionalmente reconhecida e em vias de ser replicada em outras regiões metropolitanas, em convênio com o Ministério da Justiça e Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos do Governo Federal e de governos estaduais. A Guayí também foi incisiva no fomento a outros projetos de apoio às mulheres detentas, como os cursos de ensino superior e núcleos de assessoria jurídica das universidades, e no fomento à cidadania e inclusão produtiva, como os projetos de qualificação profissional de jovens e adultos, nos Territórios da Paz do Pronaci, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Essas iniciativas estão baseadas na concepção metodológica da Guayí de que, para resolver os problemas de exclusão e vulnerabilidades sociais, é necessário ter ações integradas e coordenadas de mudança das realidades.

4.3.2 Impacto na vida das Mulheres

A RICS é uma oportunidade de inclusão produtiva para dezenas de famílias, através da associação das cinquenta e quatro (54) mulheres e dos quatro (04) homens. A localização das empresas em vilas pobres e com altos índices de criminalidade, nas cidades de Porto Alegre e Cachoeirinha, proporcionaram um enraizamento comunitário do empreendimento e o estabelecimento de parcerias para ações de cidadania e socioinclusão no entorno territorial. Contudo, o que mais caracteriza esse empreendimento, em termos de

impacto de valor social gerado, é a capacidade de reinclusão socioproductiva de mulheres vinculadas ao sistema prisional.

Nesse sentido, a RICS representa a oportunidade da associação a uma vida profissional e de ruptura com a criminalidade para dezenas de mulheres. Nos seus cursos de formação e em suas empresas, elas encontram a rara e difícil oportunidade de reconstrução da vida econômica, social e familiar. Sem esse tipo de aporte, a reinclusão profissional é muito difícil e as condições sociais de ruptura dos ‘contratos de crime’ são quase impossíveis. Isso foi expresso por uma mulher no regime semiaberto, sócia da RICS e estudante de Sociologia, ao dizer que,

quando se é preso, já se começa devendo muito, principalmente, se não tiver familiares para cuidar dos seus. Quem cuida da família da gente cobra o preço dentro da prisão e após sair. A perda da liberdade é bem maior do que a cadeia e, quando não se tem a sorte de encontrar uma Guayí, a vida fica cada vez mais difícil.

De fato, a empresa Liberdade¹², no presídio Madre Teresa Pelletier, é uma chance disputada por uma parte das quase quatrocentas (400) mulheres presas. A demanda é bem maior do que a capacidade de atendimento no empreendimento e nos demais projetos de inclusão produtiva. A estrutura instalada viabiliza, no máximo, dez (10) trabalhadoras nas atividades de costura e o funcionamento está limitado ao horário regimental da instituição: das nove às dezessete horas (09-17h), com uma hora e meia (30min) de intervalo para almoço e atividades de convívio com as demais detentas. Segundo uma das detentas, o horário é limitador, uma vez que, se pudessem, passariam todo tempo na empresa, porque o trabalho é uma atividade de conforto e lazer e ainda gera renda: “Aqui temos o luxo do micro-ondas e da geladeira¹³ para uma comidinha melhor e um bom café. Trabalhar, ouvindo música e conversar é tudo de bom! Nem parece que estou presa”.

¹² A Empresa Liberdade é a única da RICS que não é integralmente autogestionária, pois as detentas não têm aptidões civis para serem proprietárias e signatárias de responsabilidades contratuais. Por isso, a propriedade da empresa é de pessoas vinculadas a Guayí e a gestão se caracteriza por ser pedagogicamente participativa, onde o poder e o processo decisório são compartilhados, até o limite das circunstâncias socioambientais.

¹³ A disponibilização desses aparelhos eletrodomésticos e a formação de um pequeno estoque de produtos alimentares têm gerado polêmicas e conflitos, uma vez que é o único empreendimento que os viabiliza e isso representa diferenciação e poder nas galerias. Eles continuam permitidos pela instituição prisional com a condição do seu uso discreto e restrito ao espaço da empresa, pois já fora usada como ferramenta de privilégios e poder nas galerias e celas.

De acordo com o convênio entre a Guayí e o presídio, o ingresso no empreendimento é conquistado pelo desempenho nos cursos de formação e pelo comportamento diferenciado das detentas. Segundo a gerente da RICS,

o fato do crivo de escolha passar também pela avaliação das integrantes da empresa Liberdade, dá a elas um poder significativo nas galerias e, o uso desse poder, nem sempre é solidário, inclusor ou humanitário, como a Guayí gostaria que fosse. Quando as pessoas conquistam poder, elas se revelam e, por vezes, de forma cruel e com pouca justiça e ou generosidade.

De fato, o acesso à empresa tem sido motivo de disputas e que, algumas vezes, acabaram nas galerias e no acirramento dos conflitos de grupos rivais na rua. O conflito também se estabelece com a Guayí quando lideranças migram da criminalidade para a atividade produtiva lícita. Como diz o coordenador da Guayí,

convivemos sempre com sobressaltos, angústias e a mediação de situações extremas. Nada ali acontece sem consequências! Por isso, a cautela é a maior parceira da ousadia em um empreendimento social como a RICS e, a disciplina pessoal e a formação de uma rígida disciplina de rotinas e normas, conjugadas com a participação consciente, são fundamentais para o êxito. Senão, além de não incluir, acaba dificultando ainda mais a vida das mulheres.

Dessa forma, a metodologia organizativa da RICS investe fortemente na formação de uma nova sociabilidade relacional, em que as pessoas renunciem ao uso controlador do poder em favor da cooperação solidária. E há evidências de avanços, nesse sentido, percebidas na postura individual das mulheres, nas relações internas e externas das empresas.

As mulheres beneficiadas são unânimes em reconhecer o efeito do empreendimento na vida delas, o que pode ser constado na afirmação uma sócia da empresa Costura Solidária da Vila Tuca: “A Guayí abriu as portas para todas nós. Com ela, a agente aprendeu a trabalhar em conjunto. Somos parceiras em uma empresa lucrativa para nós e que mudou nossa vida. Foi aqui que encontrei um caminho que me fez sentir que sou capaz, que consigo mudar minha vida e minha realidade”.

Outra associada da mesma empresa diz que é a primeira vez na vida que ela tem registro na Previdência Social e uma remuneração descente: “Aqui trabalhamos muito, mas com gosto e vontade, porque é tudo nosso. Antes eu não tinha nada meu. Hoje sou sócia de uma empresa, já mobilizei um apartamento e estou guardando dinheiro para comprar um terreno e construir minha casa aqui na comunidade, perto da empresa”.

De fato, a empresa na Comunidade da Tuca está empenhada em desenvolver uma *grife* própria para um leque de produtos, com loja própria, como pode ser observado na fala de uma sócia:

Nossa empresa, aos poucos, vai virar uma fábrica de confecção, com marca identificada com as comunidades da periferia. Já estamos produzindo bonés, camisetas, calças e acessórios para a gurizada do Hip Hop e outras tribos. Mas podemos também investir em bordados e na linha de produtos de bebê, como fizeram as mulheres do Morro da Cruz.

Um dos dois empreendimentos do Bairro Cavalhadas também está empenhado em ampliar a produção, embora ainda não esteja preocupado em definir um foco. Ali ainda se dá por atendimento a demandas terceirizadas de outras empresas, as quais especificam o padrão e a marca, e acabam ditando o valor que receberão pela produção. Essa relação coloca a empresa a concorrer em preço com as diversas organizações de corte e costura, inclusive com as que operam sem registros e na ilegalidade. Por isso, o agregado de valor é pequeno e exige compensar na quantidade, levando a mais tempo de trabalho das associadas. Dessa forma, a perspectiva estratégica é a mesma da empresa da Vila Tuca, definir e desenvolver uma *grife*, marca e um leque de produtos de maior valor agregado. Segundo a coordenadora da empresa, estão trabalhando nesse enfoque com a assessoria da empresa Semente e projetam redirecionar as atividades ainda em 2014.

De fato, o contrato com o Grupo Hospitalar Conceição viabilizou uma rentabilidade básica acima do salário mínimo regional para as associadas das empresas. Isso permite que cada empresa conjugue a sua estratégia produtiva com a expectativa e a possibilidade de dedicação das associadas. A possibilidade da escolha é um dos principais impactos viabilizados pela RICS, porque ela proporcionou essa autonomia, dentro de condições econômicas sociais muito superiores àquelas em que as mulheres se encontravam. E isso é percebido pelas mulheres quando afirmam que, sem a RICS, as escolhas profissionais delas seriam restritas, o que pode ser observado da seguinte fala de uma associada da Vila Tuca:

Qual é a escolha de uma mulher preta, favelada e sem estudo? Quase nenhuma! Ou faz faxina ou empacota produtos em supermercado [*pausa*]. Em ambos os casos, o que mais ganha é pé na bunda. Ganha pouco e é a primeira a ser dispensada. Aqui não, aqui temos oportunidades. Aqui fazemos moda, arte e produtos de qualidade.

Outra mulher da empresa Shalom Costura em Rede de Cachoeirinha afirma que a diferença com e sem a RICS é do dia para a noite: “De noite, a gente não vai a lugar nenhum e vive apavorada. Não tem claridade, nem rumo. De dia, a gente enxerga, tem mais recursos para ir onde quer. A Guayí é nosso dia, nossa luz”.

A maioria das mulheres associa o desempenho da Rede ao impacto na vida delas na capacidade de consumo e na nova condição social adquirida. Uma das mulheres de Cachoeirinha, ex-presidiária, falou sob forte emoção:

Você faz ideia do que é comer carne de segunda e só no domingo? Não ter leite para dar para as crianças [pausa] comer pão de dias passados, porque é mais barato [pausa] viver em barraco sem luz, sem água, sem banheiro [pausa] Você tem ideia? Você sabe o que é isso? Isso é viver sem a RICS. Com a RICS, a gente tem casa e comida de verdade. A gente tem respeito e dignidade! Não importa se tem muito para fazer, a gente faz! E se seguir como está, é bom demais! Se melhorar, é o céu pra gente! Deus queira que siga assim.

No presídio, a RICS proporciona a formação profissional e a inclusão produtiva, viabilizando a progressão da pena de cada três dias trabalhados, diminuindo um dia na pena e um retorno financeiro de um salário mínimo regional. Entretanto, o maior elemento inclusor é a possibilidade de ingresso em uma empresa na progressão de regime e na condição de liberdade. Isso é expresso por uma das detentas, ao dizer que

a RICS faz toda diferença, porque dentro e fora dos presídios não há perspectivas de vida sem crimes para a maioria das apenadas. Para as mulheres isso é ainda pior do que os homens, porque o trabalho delas está ligado a atividades que requerem mais confiança das pessoas. Ninguém confia em condenada, nem nós confiamos! Tá maluco, confiar em bandida, agente sabe que não presta! Só a Guayí acredita na gente e nos ajuda.

A maioria das mulheres apenadas não tem previdência social ativa, tem deficiências documentais, que dificulta ou inviabiliza o credenciamento em programas públicos e são arrimas dos núcleos familiares. Assim, as famílias não recebem o auxílio-reclusão e perderam a âncora de sustentação, tornando-se vulneráveis e propensas a associações criminosas de difícil ruptura. Segundo uma presidiária, “os problemas crescem quando na família há envolvidos no tráfico ou consumo de drogas [pausa] Aí é o inferno! Ninguém sai sem pagar todas as contas; e, nem quando sabe como a coisa funciona e o nome de quem manda; e, muito menos quando se sabe fazer algo especial para a organização”.

Dessa forma, os processos de resgate são longos, tensos e de alto risco para os empreendedores, uma vez que os fatores de retenção no mundo do crime são muitos e de difícil ruptura integral. Os processos parciais foram obtidos para centenas de mulheres, tendo viabilizada sua documentação e inclusão em programas públicos de assistência, assessoria jurídica, acesso à formação profissional e, com isso, a redução das penas e um agregado significativo de valor às suas vidas. Dessa forma, a inclusão produtiva tem viabilizado a metamorfose substantiva da vida de dezenas de mulheres e suas famílias.

Além dos resultados concretos na vida das mulheres e suas famílias, a RICS viabilizou para a Guayí e para outras organizações a formulação de uma metodologia pedagógica do resgate e da inclusão em ambientes sociais e econômicos da criminalidade. Nesses ambientes, o impacto resolutivo das realidades depende da capacidade de ruptura das relações de dependência e associação às relações *hustlers* ou criminosas. Por isso, os avanços conseguidos na emancipação econômica das mulheres e o seu afastamento dos ciclos excludentes são festejados pela Guayí e pelas suas organizações parceiras, mas avaliadas como altamente dispendiosos e lentos. O agregado de valor social, em processos de curto prazo, pensados originalmente, mostrou-se impossível e, no médio e longo prazos, muitos dos investimentos em pessoas se perderam pela incapacidade de ruptura delas ou dos indivíduos a que elas estão vinculadas.

Sendo assim, a Guayí consolidou uma metodologia de referência organizativa que a credencia a replicar os processos organizativos em outras regiões metropolitanas, cujo impacto poderá ter mais eficiência pela aprendizagem acumulada no processo da RICS. No entanto, assim como nas experiências do CataVida e da VillaGet, as condições de realizadoras precisam estar atendidas, porque o mero transplante de experiências não se viabiliza em processos de inovação e empreendedorismo social. O que pode ser difundido é o acúmulo metodológico organizativo e relacional.

O grande desafio da difusão da inovação e empreendedorismo social parece não ser a identificação de realidades com demandas oportunas e nem a complexidade da metodologia. Os desafios devem estar na inexistência de empreendedores interpelados pelas causas sociais, a ponto de mobilizar e alocar os recursos e as energias pessoais que projetos dessa natureza requerem e ainda correrem os riscos inerentes. Nesse sentido, o suporte institucional, no caso da prefeitura de Novo Hamburgo e do Grupo Hospitalar Conceição, dividiu os riscos com os empreendedores, enquanto indivíduos em suas condições de

dirigentes governamentais e não governamentais, mas não anula a ousadia das escolhas de risco e a intensa dedicação.

No caso da experiência da VillaGet, o risco foi muito pouco compartilhado e exige um compromisso muito intenso do empreendedor, inclusive com perda patrimonial pessoal, situação não recomendada por Yunus (2007), para não ocorrer o desestímulo com os processos socialmente inovativos. A difusão dessa experiência poderia ter os riscos compartilhados com a entrada de atores governamentais e não governamentais, desde que não compromettesse a metodologia, uma vez que a referência dos jovens e adolescentes no indivíduo empreendedor mostrou-se fundamental no desempenho da VillaGet e que, em outras formas organizativas, poderia ficar diluída ou inexistente.

Dessa forma, a difusão em outras realidades necessita viabilizar as condições de sucesso tipicamente necessárias naquelas situações e não o transplante de empreendimentos, o que já foi recomendado também nos trabalhos de Moulaert e Nussbaumer (2008) e Mulgan *et al* (2008), quando afirmam a singularidade das experiências de inovação e empreendedorismo social, e a difusão de metodologias e princípios, baseados em leituras da realidade.

Cabe destacar que, essa leitura das realidades inclui-se dentre as condições os atores sociais da transformação das relações a serem institucionalizadas nas novas realidades (BOURGOIS, 2012; GUIDDENS, 2008) e, nisso, os empreendedores enquanto atores sociais individuais são indispensáveis, sendo que sua ausência pode ser de difícil compensação com estruturas profissionais de organizações da sociedade civil ou instituições públicas (DEES *et al*, 2004), principalmente quando se trata de jovens e adolescentes ou de mulheres em contextos de violência e criminalidade.

Assim, os casos apresentados revelam intensa e extensa mudança da realidade, cuja percepção dos atores, em termos de comportamento empreendedor e de valor social gerado na mudança das realidades e da vida dos participantes, será discutida no próximo tópico.

5. O VALOR SOCIAL GERADO E PERCEBIDO NOS EMPREENDIMENTOS

Os empreendimentos estudados propõem a associação às organizações como condição de acesso às atividades produtivas, uma vez que nenhuma delas pratica relações assalariadas de trabalho. As relações fomentadas pelos empreendedores são de cooperação como prática consciente de vida e como relações de trabalho e, dessa forma, espera-se que os indivíduos adquiram crescente emancipação e autonomia, e tenham atitudes participativas, contribuindo para que as organizações sejam autogestionárias e tendo compromisso com a sustentabilidade dos processos.

Nesse sentido, as percepções manifestadas sobre as atitudes individuais e as relações existentes nos empreendimentos revelam os agregados de valor social, gerados e traduzidos em novos *habitus* e práticas sociais. Estes agregados são percebidos pelos empreendedores e investidores como o retorno dos investimentos realizados nas organizações e nos indivíduos.

Sendo assim, segue a análise dos dados obtidos no estudo, tendo como ênfase a manifestação das percepções dos indivíduos participantes sobre os processos organizativos e relacionais dos empreendimentos e o desempenho obtido, em termos de impacto transformador das suas vidas. As percepções captadas e interpretadas estão agrupadas em quatro temáticas referenciais, que facilitam a organização das manifestações: a Associação e

Cooperação; a Participação e Autogestão; a Emancipação e Autonomia; e a Sustentabilidade dos Processos.

Esses temas são entendidos como interligados e complementares entre si, e permitem identificar o desempenho organizativo e o agregado de valor nas organizações e na vida dos participantes obtidas pelos empreendimentos.

5.1 ASSOCIAÇÃO E COOPERAÇÃO

O ato associativo dos participantes aos empreendimentos não pode ser caracterizado como de adesão livre e consciente, conforme indicam os princípios do cooperativismo moderno e da economia da cooperação solidária. A associação foi compulsória para a participação do empreendimento e a adesão esteve condicionada à situação de múltipla exclusão, da qual os participantes desejavam sair. Logo, o que levou as pessoas a se associarem aos empreendimentos foi a necessidade e, mesmo que esta não possa ser confundida com a inevitabilidade, a condição está longe das razões associativas de pessoas emancipadas e autônomas que buscam realizar interesses comuns, como preconiza a economia da cooperação solidária.

A associação às organizações produtivas dos empreendimentos estudados seguem rituais diferentes, tendo em comum a prévia capacitação profissional. Nesse sentido, a escolha das pessoas é mediada pela oportunidade de aperfeiçoar as aptidões profissionais e de conhecer os empreendedores e os processos organizativos em proposição. Dessa forma, embora tivessem poucas alternativas ao ato associativo, este se dá conhecendo o empreendimento proposto e as relações desejadas nele.

Assim, para os trabalhadores na catação terem a possibilidade de participar do empreendimento CataVida e do novo sistema de coleta e triagem de resíduos sólidos, eles precisam se associar à Coolabore e trabalharem na Central de Reciclagem (CR) ou como agentes ambientais na coleta seletiva em uma das unidades em funcionamento na cidade. Eles não têm a possibilidade de seguir trabalhando como indivíduos e fornecerem o material nas mesmas condições dos associados, porque a remuneração da prefeitura se dá através da cooperativa. Dessa forma, a escolha pelo trabalho individual é pela renúncia de parte

significativa da remuneração dos trabalhadores, o que aguça a motivação associativa, mesmo sem ser a escolha pela prática de cooperação. Como afirmou um trabalhador na CR, “pensei antes de me associar porque sou meio resabiado com cooperativas,[pausa] mas vi que seria mais vantajoso, do que trabalhar sozinho e vender o material por conta. Hoje vejo que ficou bem melhor do que imaginava no início”.

Nesse sentido, a maioria dos catadores afirma ter aderido ao empreendimento, porque isto lhes favoreceu, sendo mais vantajoso do que o trabalho individual, na mesma ou em outra atividade profissional. Mesmo assim, dezenas de catadores, formados pelo empreendimento, optaram por manter-se na atividade sozinhos, inclusive dezesseis (16) dos que trabalhavam na antiga CR. Conforme a gerente do CataVida, “perdemos muita gente que não quis aderir ao novo processo. Alguns por medo, outros porque não conseguiam conviver com a nova dinâmica, outros ainda porque tinham atividades extras e escusas, às quais não queriam deixar”.

No empreendimento VillaGet, a associação à CooperGet é fomentada para os jovens com perfis profissionais necessários aos negócios e permitida aos demais que demonstrarem merecimento nos cursos de capacitação e nas oficinas de produção. A demanda de jovens é bem maior do que a capacidade associativa da cooperativa, por isso, esta oportuniza a associação por abertura de vagas e processos seletivos para tal fim. Ainda assim, os jovens podem colaborar e se beneficiar de outros espaços do empreendimento, tais como, a colocação em empregos formais de empresas parceiras e a abertura de empreendimento próprio, com a ajuda da rede de apoio.

Dessa forma, a associação à CooperGet é motivada pela necessidade, promovida pela VillaGet para uns e disputada por outros jovens, como uma oportunidade de ascensão profissional e inclusão socioprodutiva. Segundo o empreendedor social,

em boa parte o que define a associação e a permanência na CooperGet é o mercado de trabalho. Se esse proporciona oportunidades de trabalho em empresas consolidadas é muito difícil manter um jovem talentoso na cooperativa, porque a empresa proporciona muito mais possibilidades de ascensão profissional, remuneração estável e benefícios trabalhistas. Infelizmente ainda não conseguimos disputar isso com as grandes empresas e perdemos talentos formados e revelados por nós. Mas isso é bom para eles e o empreendimento busca isso, a inclusão das diversas maneiras possíveis, inclusive pela cooperativa para alguns.

Sendo assim, o ato associativo à CooperGet é definido mais por circunstâncias do contexto e da estratégia produtiva da organização do que pela possibilidade de escolha dos indivíduos. Por isso, os beneficiados costumam manifestar a condição de privilégio por ter conseguido se associar e trabalhar. Como afirma um dos jovens, “foi sorte eles terem me aceito. Me esforcei muito durante a capacitação e continuo trabalhando muito aqui, para ter a chance de continuar. Isso é bom porque o emprego anda difícil para quem tem pouca formação como eu”.

Outra jovem, estudante de Administração, diz ter sido escolhida e a cooperativa passou a ser sua opção de vida. Em suas palavras, “financeiramente ganho menos aqui e talvez trabalho mais, mas a recompensa de estar numa empresa que permite aprender sempre, é muito grande. Aqui fazemos o bem a outros jovens e contribuímos, na prática, para mudar o mundo e melhorar o meio ambiente. Isso não é tudo de bom?!”.

Dessa forma, a CooperGet molda sua estrutura e dinâmica pela capacidade, como qualquer empresa no mercado, buscando sua eficiência e viabilidade econômica e social. A associação dos jovens precisa seguir esta lógica, sob pena de inviabilizar produtivamente o empreendimento. Contudo, tal dinâmica pode estar acomodando a estratégia aos interesses de quem já está incluso, mantendo a CooperGet em uma zona de conforto de limitada expansão produtiva. Isso aparece na manifestação de jovens, que dizem ser melhor manter a cooperativa no tamanho que está, para se permanecer coerente e mais lucrativa para os associados.

A Rede de Confeção Solidária (RICS) segue uma dinâmica associativa semelhante à CooperGet, com maior ênfase nos processos seletivos de acesso e permanência. Isso porque a capacidade de geração de postos de trabalho nas empresas da RICS é reduzida frente à demanda crescente de mulheres capacitadas e com desejo de associação, por um lado, e pela complexidade dos contextos e relações envolvidas, por outro. A rigorosidade da escolha é parte integrante da pedagogia de inclusão das mulheres, principalmente das detentas e ex-detentas do sistema prisional, uma vez que a conquista é um árduo processo de libertação das amarras comprometedoras da autonomia pessoal e social para o ato associativo, sem comprometimentos das empresas e da rede.

Nesse sentido, a viabilização da associação produtiva de mulheres apenas é festejada como uma grande conquista, pois se trata de uma aceitação após longo processo de observação e análise. Como afirma uma das mulheres presas no regime fechado,

agarrei de unhas e dentes a chance de fazer o curso de corte e costura. Durante o curso fiquei sabendo da empresa e do que deveria fazer para entrar. Lutei muito e consegui, graças a deus! Foi mais de um ano tentando e agora estou aqui e quando sair, daqui a dois anos, quero ir para a empresa da Tuca. Tomara que me aceitem!

Outra mulher disse que deixou de briga na galeria para que pudesse trabalhar na empresa.

Como eu tinha má fama precisei me comportar bem e mostrar meu valor durante o curso. Quando me chamaram para trabalhar uns dias, pois tinha muito serviço, dei tudo de mim. Me joguei na costura, sem fazer um defeito sequer e prometi, para as gurias, que seria sempre assim, se fosse aceita. Muito trabalho e nenhuma briga. [Pausa] E eu fui chamada. Desde então, faço tudo pela empresa. Sou uma moça de comportada aqui e nas galerias. Deus me livre perder esta chance!

Nas comunidades onde as empresas estão instaladas e funcionando, a associação a elas é mais fácil, principalmente para as mulheres pobres e capacitadas. Segundo a gerente da RICS,

ali adota-se o critério da necessidade e capacidade das mulheres com a capacidade da estrutura produtiva das empresas. E a experiência nos ensinou que é necessário manter certo equilíbrio entre sócias ex-detentas e detentas para que não tenha um preconceito, por um lado e nem reprodução das relações de presídio, por outro.

Sendo assim, a associação de indivíduos nas empresas da RIC se caracteriza pela gestão pedagógica de fatores de equilíbrio, dos quais alguns são objetivos, tais como a capacidade instalada; e, outros são de posturas e relacionamentos das associadas. Nesse sentido, o coordenador da Guayí afirma ser necessário desassociar pessoas de uma empresa e associar em outra para administrar situações. Segundo ele,

é impossível criar e manter uma rede com esse perfil de público vulnerável, sem administrar os fatores de conflito e produção. Na medida do convívio e da confiança mútua, a cooperação começa a brotar nas empresas e o equilíbrio se estabelece, ela capacidade delas conviverem naturalmente com a divergência e os conflitos. No momento que isso ocorre, cabe à entidade de apoio se afastar mais e empoderar as empresas e suas gestões próprias.

Entretanto, mesmo que o ato associativo não possa ser caracterizado como de adesão consciente a uma organização de cooperação, relações solidárias são amplamente promovidas e fomentadas pelos empreendedores. A cooperação é reiteradamente apresentada como a prática relacional interna e externa desejada nas organizações. É, portanto, a prática instrutiva de postura e relacionamento que está à frente da cultura relacional dos indivíduos e

estes a adotam de forma mecânica ou pragmática, porque percebem que é o ‘jeito que querem que a gente se relacione’. “Eles não querem que aqui seja cada um por si. Querem que a gente se ajude no trabalho e na vida lá fora, pois somos mais fortes nos ajudando”, disse um trabalhador da catação.

Entretanto, parte dos trabalhadores parecem já adotar a prática da cooperação como programática e da organização e, de certa forma, naturalmente aceita por todos. Nesse sentido foi a manifestação de uma associada da Coolabore quando disse que “a gente ajuda sempre em tudo que pode porque esta é forma certa de fazer as coisas. Não como era antes aqui, onde um tirava do outro e o Joel ficava com tudo. Hoje somos todos iguais e trabalhamos juntos e o negócio vai para frente e assim a Prefeitura também fica satisfeita”.

Outra associada da mesma organização disse que aprendeu ali a cooperar, pois “desde os cursos e depois aqui, a coordenação nos ensina a um ajudar o outro. A um melhorar o trabalho do outro e assim todos ganham”.

Nos materiais de formação e nas manifestações dos empreendedores, costuma aparecer a cooperação como prática interna e externa das organizações e, coerente com isso, foi criado um ambiente de aprendizagem, motivação e fomento da cooperação solidária. Contudo, as noções de cooperação podem ser bem diferentes na percepção dos participantes dos empreendimentos. Enquanto que, para uns, é uma forma de viabilizar mais qualidade e quantidade de produção, aproximando-se das acepções da vantagem cooperativa; para outros, é uma doutrina de vida, com conotações maniqueístas opostas à competição. Dessa forma, a manifestação de uma jovem da CooperGet ilustra a forma doutrinária ao dizer que “nossas relações são opostas às da competição existentes em outras empresas. A competição destrói as relações e desqualifica a vida humana. [Pausa] cooperar é viver para fazer o bem aos outros e à natureza.[pausa] Só a cooperação leva à sustentabilidade”.

Compreensão distinta é manifestada pela sócia da empresa solidária da Tuca, integrante da RICS, dizendo que a cooperação “é a soma de esforços para tornar a empresa competitiva e ampliar a sua lucralidade. Quanto maior a cooperação mais fortes e competitiva a empresa fica e mais renda teremos”. Já para uma trabalhadora na catação do CataVida, cooperar significa “fazer certo tudo que a prefeitura quer que seja feito. Cada um faz sua parte bem feita e assim todos colaboram para o bem de todos”, o que pode ser entendido como uma visão intermediária ou um misto de cooperação mecânica com

pragmática, pois as tarefas são realizadas em conjunto e em função da solicitação do empreendedor. É uma visão que está muito presente nas vozes dos trabalhadores da catação, como resquício da vida e das relações sociais experimentadas. Há, nas manifestações deles, uma tendência adésista e resignada, por perceberem talvez que a nova realidade é superior àquela que viveram e isso dependeu muito de atores externos. Logo, quando estes atores solicitam determinada postura e comportamento relacional, tentam atendê-lo como forma pragmática de se incluir nas relações propostas. Por isso frequentemente se ouve dizerem “colaboramos porque eles querem que a gente seja assim. Fazemos juntos porque assim todos ficam satisfeitos e é o certo a fazer”.

No entanto, alguns dos associados afirmam que aprenderam a cooperar nos cursos de formação e na forma de funcionamento da Coolabore e que estão gostando dessa prática por ser mais compreensiva e humana de ser. Segundo uma trabalhadora, “é bem melhor como trabalhamos e vivemos hoje. Antes era cada um por si e nem deus era por todos. Ai era fácil de manipular todo mundo e roubar o material. [Pausa] Nos cursos ensinaram que a cooperativa é a vida e o trabalho com colaboração e esforço de todos para o bem de todos”.

De fato, parece estar havendo um intenso processo de aprendizagem organizacional do qual os indivíduos são participantes colaborativos, esforçando-se por assumir a prática proposta, mesmo que ainda percebida como de outros.

Na VillaGet, os jovens manifestam mais claramente a cooperação como um valor presente na natureza da organização, com certa conotação de mística que perpassa os cursos de formação, as atividades laborais das oficinas e nas relações da cooperativa. Como afirmou um jovem associado, “a CooperGet é o espaço de quem quer viver solidariamente. O bom desempenho na produção é resultado dessa relação de cooperação.[pausa] Claro que as empresas podem produzir tão bem quanto nós ou melhor, mas ninguém faz o que fazemos pela gurizada se não for pela colaboração solidária”.

Percebe-se que, em nenhum momento, os jovens afirmam ser a prática desejada pelo empreendedor e sim ser a forma de ser e fazer da organização, com a qual manifestam ter vínculo intenso de pertencimento. A origem religiosa do empreendimento pode estar presente no contexto e na orientação pedagógica dos relacionamentos, embora o acesso não tenha exigências vinculantes de credo. A religiosidade está presente na motivação dos voluntários e em algumas das atividades de integração e confraternização dos jovens. Nas demais

atividades e relações organizacionais, a motivação parece ser humanitária e universalmente acessível. Contudo, como afirma o empreendedor social,

não é possível manter a vivacidade, a energia, a alegria e a esperança em qualquer contexto e resultado, sem uma forte dose de mística. A nossa é um amor sobrenatural pelas pessoas. Confiamos nelas e na capacidade delas realizarem maravilhas quando empreendem juntas, colaboram e cooperam entre si. É isso que trabalhamos como valor pessoal e da organização, para auxiliar aos jovens e adolescentes a assumirem o controle de suas vidas e das suas capacidades. Isso ninguém consegue sozinho e individualmente. Para esses jovens, o 'sozinho' é a exclusão. A cooperação solidária, o coletivismo é a inclusão, é o que dá força, perseverança e solidez.[paus] Isso é místico e de uma concretude realística para nós.

As mulheres da RICS manifestam uma associação por conveniência, altamente vantajosa para elas, e entendem majoritariamente as relações de cooperação como da natureza das empresas da RICS. Nesse sentido, prevalece a percepção da cooperação programática das organizações e dos indivíduos participantes. As relações de associação e cooperação, quando envolvem mulheres em situações de criminalidade, representam também uma migração de valores éticos e morais. Para muitas delas, as experiências de associação e cooperação foram radicalmente intensas pela condição de pertencimento a organizações ilícitas. Nestas organizações, o desvio de conduta é identificado como infidelidade organizativa e pode ter desfechos fatais. Por isso, a adesão às empresas tende a trazer os laços intensos de pertencimento e fidelidade consolidados nas experiências de vida. Nesse sentido, as mulheres costumam manifestar seu vínculo associativo e de cooperação de forma muito intensa, como a ex-detenta que afirma ser capaz de fazer tudo pela empresa e pelas pessoas da Guayí: “Deus o livre, não é necessário fazer coisas ruins, mas se fosse, faria por essa gente e nossa empresa. Eles são nossos anjos, nossas famílias, nosso tudo! Mataria e morreria por elas [Pausa] mas como posso viver, vivo por elas, me dedico a elas com todo meu ser a minha vida toda!”

No entanto, merece atenção o fato de a cooperação ocorrer de forma mais eficaz quando está a serviço de um ser diferente do grupo de igualdade. As detentas e ex-detentas manifestam clara resistência a processos inovadores ou colaborativos, quando propostas por quem teve experiência com o mundo do crime. Dessa forma, é frequente a ocorrência de conflitos intensos, pelo fato de uma atentar sobre a forma de trabalho da outra, enquanto que as mesmas observações seriam assimiladas de bom grado quando feitas por alguém de fora desse universo. Isso explicitou uma detenta, ao dizer que

aqui todas se fazem, mas ninguém vale nada! Se fazem de virgens e são putas. Se dizem inocentes e são culpadas. Se fazem de entendidas e não sabem nada mais que ninguém. Aqui ninguém tem moral para ensinar nada e não merecem confiança! Para mostrar como fazer, precisa ter moral. Não como eu e essas daí.

De fato, a experiência ensinou aos empreendedores que, mesmo com talentos especiais, detentas e ex-detentas não conseguem obter êxito na coordenação de processos e empresas em que as ‘iguais a elas’ são maioria. Elas conseguem ser monitoras de cursos, gestoras de empresas, lideranças de organizações, quando em espaços sociais onde esse vínculo foi rompido ou não é identificado. Esta realidade mostra-se distinta às percebidas em outros espaços sociais, em que a condição de igualdade é razão de confiança e adesão a processos cooperativos, como visto na CooperGet e no CataVida, onde costumam afirmar o orgulho de serem todos iguais.

Dessa forma, as empresas da RICS necessitaram desenvolver mecanismos formais de controle e transparência do desempenho das empresas e da rede. Segundo a gerente da RICS,

a manutenção e aperfeiçoamento das relações de cooperação dependem da clareza sobre as contas. Qualquer ocultação de dados é razão de desagregação e rupturas radicais, porque a confiança não é elemento inerente a essas relações sociais. Isso ajuda porque desafia a qualificarmos os processos e os sistemas de informações, tornando a realidade transparente nos mais diversos detalhes. [Pausa] Também ajuda na responsabilização pela produção, porque se enxerga que não há mágica e que o desempenho depende do empenho e da cooperação de todas.

A lógica organizativa da RICS incorporou elementos de gestão racional, de cumprimento de metas de qualidade, quantidade e pontualidade, típicas de corporações empresariais e, de alguma forma, estranhas às organizações de cooperação solidária. Também incorporou a orientação jurídica para os contratos internos e externos para que estivessem ancorados na formalidade do Direito e não na eventual interpretação subjetiva, passível de contestações. Esses elementos dão traços de racionalidade e formalidade à RICS, ampliando a credibilidade interna e externa, e protegendo de custos transacionais e trabalhistas extras.

Assim, na RICS e na CooperGet, percebe-se uma crescente aceção de cooperação programática na maioria das manifestações e já consciente para alguns. Contudo, também nelas, e em especial no CataVida, ainda está em curso um processo de aprendizagem e assimilação da cooperação como *habitus* a ser consolidado com prática pessoal e social,

como valor escolhido em si. Essa acepção é enfatizada nos discursos dos empreendedores e nos materiais didáticos dos cursos de formação. Portanto, a expectativa dos empreendedores é que a cooperação se torne uma atitude e vivência pessoal e uma prática relacional constantes dos participantes das organizações.

Da mesma maneira, evidencia-se um consenso dos empreendedores de que a inclusão socioprodutiva deve ocorrer nas relações econômicas de mercado e, portanto, com indivíduos e organizações competitivas. Dessa forma, a capacidade colaborativa aparece como a oportunidade de acionar e potencializar vantagens cooperativas internas e interorganizacionais, como diferenciais de competitivos no mercado e, ao mesmo tempo, formas de incluir as pessoas e modificar as relações sociais.

No entanto, a consciência para si da cooperação, como prática consciente e autônoma, parece ainda não estar consolidada e a manutenção das práticas pode estar dependendo do acompanhamento empreendedor externo. Semelhante e contraditoriamente, esse ‘zelo externo’ pode estar contribuindo para retardar os processos de consciência, mantendo a cooperação como normativa, ao invés de uma escolha por convicção relacional autônoma.

Realmente, torna-se difícil prever as relações os associados das organizações adotariam, se tivessem total autonomia organizativa e relacional. A cooperação, como escolha consciente, parece ainda ser uma aprendizagem organizacional em curso e só um teste concreto da vida poderia explicitar o grau de convicção da transição do ‘ser e fazer porque querem’ para o ‘ser e fazer por identidade’.

As manifestações dos participantes parecem expressar, em graus diferentes de convicção, o despertar de consciência de duas realidades: a que viveram e a que vivem, tendo, na segunda, uma condição superior de qualidade de vida e de relações. Porém, a segunda realidade ainda aparece como dependente do vetor empreendedor externo como normatizador das relações, seja como orientador ou guia individual, ao qual se associaram os jovens da CooperGet, seja como ofertante de um serviço normatizado, no caso dos trabalhadores da Catação, do CataVida, seja ainda como o instrutor e viabilizador de negócios em rede de cooperação, no caso da RICS. A viabilização da continuidade das relações cooperadas e sua intensificação como prática social escolhida poderia eventualmente acontecer, se os

empreendimentos, nos seus sistemas atuais, fossem alterados, gerando um desequilíbrio, no qual os indivíduos precisam se posicionar deliberativamente.

O perfil da ação ou reação não pode ser prevista, pois, dentre outros fatores, depende da percepção integral da realidade existente e da noção coletiva de capacidades em modificá-la ou mantê-la. Nessa condição, ocorreria o descolamento da perspectiva fatalística da realidade, como expressão da tomada de *consciência para si*. Ou seja, quando os indivíduos ou um grupo de pessoas consegue perceber que uma realidade lhe é mais favorável e que possível de ser conquistada. Tal consciência dificilmente pode ser adquirida *per si* pelo grupo que vive nas contradições, pois os indivíduos tendem a integrar, assimilar e reproduzir as relações desse meio. Logo, necessita-se da ação de um ‘ator ou vetor externo’, que ativa as capacidades de ação prospectiva de modificações. A continuidade dessas relações *per si* só poderia ser testada sem a presença desse ator, demonstrando se de fato o valor desejado foi integralmente agregado ao grupo social. Teste este que inevitavelmente deverá ocorrer algum dia, mas nenhuma das experiências vislumbra esta condição a curto ou médio prazo.

No Quadro 5, estão retratados os principais elementos das referências de análise, conforme o Quadro 4 (p.87), que apareceram de forma diferenciada no estudo dos casos. Cada um dos níveis de manifestação daquele quadro foi transformado em dois elementos para viabilizar sua melhor identificação diferenciada.

Quadro 5: Categorias de Associação e Cooperação

Elementos referenciais	Níveis de manifestação ¹⁴ (da ausência à plenitude)		
	CATAVIDA	COOPERGET	RICS
Associação por necessidade dos indivíduos	Alta	Mediana	Alta
Associação por conveniência e interesse	Alta	Alta	Plena
Solidariedade mecânica e orientada	Alta	Mediana	Mediana
Solidariedade orgânica/por <i>habitus</i>	Baixa	Alta	Alta
Cooperação programática da organização	Plena	Plena	Plena
Cooperação por convicção pessoal	Mediana	Plena	Plena

¹⁴ Os níveis de manifestação entre a total ausência e a plenitude podem se percebidos em graus intermediários. Assim, adotaram-se as seguintes formas de identificação: Ausente (quando não é revelada); Baixa (quando se revela, mas é pouco expressiva); Mediana (quando se manifesta como expressão significativa, mas dividida); Alta (quando é manifestação majoritária); Plena (quando é manifestação absoluta).

O quadro mostra a predominância já destacada da associação compulsória para a integração das atividades produtivas nos três empreendimentos, mas com peso expressivo diferenciado frente às demais opções de associação ou inserção produtiva dos indivíduos. Da mesma forma que a associação se revela altamente conveniente e economicamente vantajosa e por isso é uma oportunidade disputada e, como a colaboração e a cooperação são atitudes e práticas sociais fomentadas e exigidas nos empreendimentos, tendem a ser assumidas pelos indivíduos como relações institucionalizadas, mas em intensidade e velocidade diferenciada. Dessa forma, a cooperação por convicção ou resultado de uma consciência para si é ainda manifestada como mediana no CataVida, enquanto está muito presente nos outros dois empreendimentos, embora com conotações diferenciadas e já discutidas anteriormente.

Contudo, embora seja um processo ainda em consolidação, parece ter havido significativo ganho de qualidade individual e relacional dos indivíduos e das organizações estudadas. O fato de haver contradições pelo grau diferenciado da assimilação da cooperação como prática social só confirma a existência de qualidade agregada à realidade e à vida dos participantes, uma vez que anteriormente a isso, a perspectiva colaborativa era inimaginável. E, com a continuidade das relações assumidamente pedagógicas dos vetores externos e de aprendizagem pelos participantes, presume-se uma maior consolidação dos valores da cooperação e da participação autogestionária, como está desenvolvido no tópico seguinte.

5.2 PARTICIPAÇÃO E AUTOGESTÃO

Os processos participativos por adesão consciente são, em linhas gerais, expressivos da consciência *para si* dos indivíduos, assumindo a condição de edificadores das realidades desejadas. Contudo, mesmo que a participação dos cooperados tenha sido fomentada como um pressuposto metodológico dos empreendimentos e esteja institucionalizada nas relações das organizações, ela precisa estar na ação cotidiana das pessoas como aprendizagem. As realidades vivenciadas anteriormente pelos participantes foram nas condições de **não-sujeitos**, uma vez que estavam ‘proibidos’ de (não lhes era ‘permitido’) ocupar lugares sociais de protagonismo expressivo ou dirigente e eram submetidos a relações desiguais, autoritárias e violentas de negação e anulação real da alteridade.

Nesse sentido, o protagonismo participativo e autogestionária tende a ser uma árdua conquista individual e coletiva para os associados dos empreendimentos, pois necessitam deixar a condição de sujeitos ‘silenciados’ ou ‘interditados’, para assumir o afloramento protagonista. Esta metamorfose da aprendizagem participativa parece ser percebida pela trabalhadora em catação do CataVida, quando diz:

Quem mandava aqui era o Joel. Ele se achava o dono de tudo e de todos e a gente trabalhava debaixo dos gritos dele. Gritava pra trabalhar ligeiro, pra produzir mais e mais [Pausa] que a gente não tinha direito nenhum, que a gente não era nada, que só servia para o lixo, que somos lixo. [Pausa e choro] Ele chegou a bater em alguns meninos que enfrentava ele. [Pausa] Ninguém sabia quanto de material entrava e saia. A gente via sair cargas e cargas; só que, na hora de pagar, era sempre a mesma miséria. Quando a gente pensava em fazer alguma coisa, ele gritava, ameaçava e a gente se intimidava. A gente se acalmava. [Longa pausa] Quando a Prefeitura assumiu aqui, começou a mudar tudo. Falaram que falar era importante, que participar era necessário, era bom para todos. [Pausa] Nos cursos, a gente já começou a se sentir gente, se sentir enxergada pela sociedade. Depois tinha sempre os projetos, as reuniões, as assembleias, as atividades nas comunidades. A gente começou a ir e já não era mais aquele ‘bicho do mato’, que não conversava com ninguém. Daí a gente mudou. Eu pensei: vou defender sempre a cooperativa! Vou dizer para eles o que penso, o que for melhor pra nós. Não sou mais uma pessoa tímida ou com medo.

A manifestação da trabalhadora revela percepção da condição de sujeito que ocupa um espaço ‘autorizado’, em condições de desiguais e o faz como uma fala de subordinada ‘a eles’ – portanto, aos outros e não a si ou aos seus iguais. É uma manifestação de reivindicação ou proposição a alguém que ela entende ter o poder de realizar o que ela entende ser bom, melhor ou necessário para ela, para seus iguais e para sua organização (a cooperativa). Nesse caso, a percepção dela parece colocar a cooperativa como organização dependente também, porque pretende ‘defendê-la sempre’ e ‘dizer para eles o que pensa, que é melhor’. Assim, cria-se um efeito de sentido de uma relação de mútua proteção – sujeito-trabalhadora e sujeito-cooperativa.

A condição de fala é percebida por ela como, ao mesmo tempo, permitida e solicitada. A permissão pode trazer-lhe uma conotação de possibilidade de manifestação a quem tivesse necessidade ou desejo em fazê-lo. Entretanto, a solicitação posiciona-se de forma mais desafiadora, pois convoca os participantes a terem uma atitude protagonista até então desconhecida e, para o qual, a mulher se percebe como inabilitada e receosa em exercê-la. Mas, na medida em que aceita o desafio de participar e falar em público, percebe a

ocorrência metafórica da sua habilitação e, com ela, o crescimento da responsabilidade para com a organização dos seus iguais.

Por outro lado, há participantes da mesma organização, que se sentem desafiados a participar e dispostos a contribuir, mas não se sentem capacitadas para tal. Nesse sentido, uma trabalhadora disse: “Eu não entendo muito dessas coisas, mas a gente vai lá e participa. A gente vai mesmo no esforço porque eles querem [*Pausa*] a gente sem estudo, não sabe falar e não sabe das coisas”. De fato, para muitos trabalhadores da catação, assumir a participação em eventos, a realização de oficinas em escolas e, mesmo a abordagem de pessoas na rua ou em suas casas, como atividades de difusão da coleta seletiva, necessitou a superação de medos e viabilizou um engrandecimento pessoal e a elevação da autoestima. Certamente estas atividades foram mediadas por processos preparatórios e o acompanhamento de assistentes sociais e gestores públicos experientes.

O exercício de fala restrita dos trabalhadores da catação representa a revivência de situações penosas e do processo reconstrutivo da realidade. Dessa forma, costumam falar, com pesar, do passado e, com orgulho, da vida presente e dos sonhos futuros. Manifestações que guardam semelhanças com os outros dois casos estudados, mas que se revelam mais intensos no CataVida, como se o processos vivenciados estivessem ainda mais presentes ou tivessem ficado marcados mais fortemente na memória, pela intensidade da vivência. Chama a atenção, nesse sentido, que os relatos de situações mais sofridas das realidades anteriores costumam ser apresentadas como se tivessem testemunhado a ocorrência com outros partícipes. Talvez como alguma forma de distanciamento de autoproteção ou expressão de alguma vergonha atual da sujeição e resignação vividas. Dessa forma, costumam afirmar que ‘teve gente passando fome’; ‘as filhas de mulheres se prostituíam’; ‘tinha gente que apanhava aqui’; ‘gritavam e todos se aquietavam com medo e covardia’; ‘as pessoas passavam na rua, esbarravam neles e não viam as crianças doentes, chorando, com fome e frio’; ‘estacionavam os carros e mandavam eles sair dali (da calçada ou do terreno baldio), às duas, três horas da manhã, senão *tracariam* fogo em tudo, no material e eles juntos, pois para eles não tinha diferença entre o lixo e aquelas pessoas’; dentre outros dizeres.

De forma semelhante, os jovens da Villaget também costumam dizer que ‘teve gurizada se drogando e roubavam tudo para bancar o vício’; ‘as meninas de 12, 14 anos faziam programa direto em qualquer lugar’; ‘os pais deles exigiam receber algum em casa,

não importava como conseguiam’; ‘quebravam a pau a gurizada quando uma gangue rival encontrava’, dentre outras.

Sobre essa questão, as mulheres da RICS mantêm a mesma lógica, mas assumem-se, mais vezes, como partícipes em várias manifestações. Em suas falas, parece haver um misto de orgulho, pesar e arrependimento, até porque as realidades vivenciadas foram na condição de sujeitos condicionados pelas realidades e seus vínculos sociofamiliares, mas ainda assim como atores dos eventos. Assim foi possível ouvir delas afirmações como: ‘trafiquei, mas logo me ferrei; outras se deram bem’; ‘aí a gente faz as coisas ruins e de forma mal feita’; ‘para nós tínhamos dois caminhos: o roubo ou a prostituição. Prefiro mil vezes o roubo’; ‘a gente sempre dava baile nos tira, até que alguém nos ferrou (traiu)’, dentre outras.

No entanto, quando envolve a vida dos filhos, as mulheres assumem a mesma posição protetiva de testemunha e não de sujeito ou vítima, como o fazem os jovens e os trabalhadores da catação, dizendo: ‘ela tinha filhas na prostituição’; ‘o filho dela tinha fumado tudo com o maldito crack’; ‘chegaram e meteram bala nos filhos deles’; ‘queimaram a casa dela e os filhos sumiram. Isso acontece muito com quem quer sair do tráfico’; além de outras falas.

Dessa forma, há uma tentativa de negação da condição de sujeito da vivência, para assumir a condição de testemunha nas experiências mais dolorosas. Em alguns casos, isso ficou evidente na própria fala e, em outros, pela indicação de testemunhas, no envolvimento direto dessas pessoas com as realidades. A posição de testemunha é identificada, na bibliografia, como uma ferramenta de autodefesa, ocultando no anonimato a condição de vitimização.

Por outro lado, quando falam da realidade atual, os sujeitos afloram nas expressões e se identificam nas realizações, tais como, ‘hoje eu trabalho com gosto’; ‘mudei de vida, mudei de vila’; ‘comprei’; ‘participo’; ‘colaboro’; ‘como e bebo o que quero bem hoje em dia’; ‘tenho tudo hoje: casa, saúde, dentes’; ‘tirei meu filho do convívio da bandidagem’, ‘coloquei meus filhos na escola’; ‘entrei no Senai’; ‘consegui um emprego bom’; ‘assumi a formação de uma turma de gurizada’; ‘somos outras pessoas agora’; dentre outras afirmações realizadoras.

Assim, essa condição de sujeito é evidente e costuma ser assumida com uma mudança de perfil comunicacional. Há entusiasmo e vigor, nas afirmações, como se

quisessem saborear mais intensa e extensamente as vitórias conquistadas. Em alguns casos, os enunciados das conquistas vêm seguidas de afirmações de precaução e, por vezes, de temor sobre a continuidade das condições de conquista e realização, tais como: ‘ainda há muito a conquistar’; ‘se continuar assim’; ‘se tiver condições’.

Para os jovens da CooperGet, o ato participativo e a fala em público parecem ter sido mais tranquilos e naturais, por integrarem os processos preparatórios em escala crescente de responsabilização. Da mesma forma, a idade e o convívio principal com o público da mesma geração podem ter facilitado as mediações de viabilização. Contudo, as atribuições de responsabilidades e as solicitações participativas individuais são inicialmente pontuais, tais como o de auxiliares de oficina de produção, abordagem de tema específico em cursos motivacionais e abordagem de jovens e adolescentes em situações de risco social. Com a associação à CooperGet, os jovens têm o desafio e a oportunidade de lidar com relações comerciais, nas lojas e feiras, cuja abordagem é antecedida de treinamento técnico específico.

Sendo assim, o protagonismo participativo em questões da gestão ou das inovações necessárias tende a ocorrer naturalmente, nos limites das suas percepções e capacidades contributivas. Entretanto, também neste empreendimento, as falas revelam uma responsabilidade pouco compartilhada com o empreendedor. São poucos os jovens que efetivamente se sentem integrantes e corresponsabilizados paritariamente com o empreendedor sobre a cooperativa. Para a maioria deles, há uma relação de subordinação e dependência. Ou então, como afirma uma das jovens, “ele é nosso guia, nosso orientador no trabalho e na vida. Devemos tudo a ele e vamos ajudar ele sempre. Cada um contribui com o que consegue, naquilo que ele solicita nossa participação”. Esta manifestação retrata a confiança no empreendedor e a ação participativa subordinada ao juízo e à orientação dele. Isso é bem diferente daquilo que o próprio empreendedor diz querer de cada um dos jovens: “nosso esforço está em formar sujeitos empreendedores, autônomos e cooperativos entre si e competitivos no mercado. Queremos jovens com iniciativa e protagonismo, que não dependam de ninguém, muito menos de mim”. É evidente que a expressão da jovem identifica o empreendedor como uma instituição, porque ela vê nele a concretização de um conjunto de iniciativas e organizações, que ela não percebe inviáveis sem a atuação providencial dessa pessoa. Logo, ele representa uma causa, da qual ela participa como subordinada e dependente.

No CataVida, a confiança no empreendedor e no gestor da Coolabore também é elemento estruturante de equilíbrio e aprovação, porque é baseada na transparência

pedagógica. Uma trabalhadora se diz satisfeita com o funcionamento da cooperativa, porque “agora a coisa funciona: a gente trabalha e toda semana tem uma planilha exposta do material vendido. A gente pode olhar quanto deu e quanto dá em dinheiro para dividir entre a gente. Daí dá para todos saberem dos negócios”. De fato, a transparência, mediada por signos compreensíveis por todos e traduzidos didaticamente sempre que necessário, mostrou-se elemento qualificador das relações participativas e contribui para as conquistas autogestionárias.

De forma distinta, as mulheres da RICS se manifestam de duas maneiras diferentes. Para algumas empresas, a manifestação integra o cotidiano, porque são mantidas na liberdade da espontaneidade e os momentos deliberativos formais são organizados para formalizar deliberações já consertadas entre as associadas, como é o caso da empresa da Cavallhada. Para outras, as decisões são mais formais e precedidas de debates organizados, em que cada integrante tem a oportunidade de explicitar as concepções e proposições. Segundo uma das mulheres da comunidade da Tuca: “Aqui a gente discute muito antes de decidir. Todas têm oportunidade de falar e defender seu ponto de vista. A gente escuta também a assessoria técnica, faz cálculos e depois decide pelo voto da maioria, planeja e executa”.

Em outra empresa da Cavallhada, com enfoque produtivo, as associadas assumem que a base das decisões são os estudos de viabilidade e não as vontades das pessoas. Segundo a gerente, “a gente corre atrás do mercado para obter maior rentabilidade, por isso as escolhas da empresa devem seguir os critérios técnicos e não o que mais convém a uma ou outra. Mesmo assim, todas participam das decisões”.

Os debates formais, principalmente na empresa Liberdade (em funcionamento no presídio feminino), tendem a ser geradoras de conflitos, porque as autorias das proposições podem gerar o afloramento de outras disputas pessoalizadas. Por isso, as deliberações são mediadas, de forma informal, por assessores da Guayí, usando dinâmicas de coleta anônima de proposições que são discutidas com a participação das mulheres, mas deliberadas pelos proprietários da empresa em conjunto com a Guayí e o Comitê Gestor do Convênio pelo Presídio.

De modo geral, a RICS tem processos participativos que mobilizam o protagonismo das associadas em nível das empresas e na instância deliberativa da Rede, o Comitê Gestor. Segundo uma das representantes de empresa no Comitê, “a RICS peca mais

por promover a participação nas decisões do que por alguém decidir sozinho. Tem situações importantes que a gente discute várias vezes e só decide quando todas concordam. Com isso já perdemos negócios, mas é muito mais democrático”. Pode se dizer que há uma preocupação maior, dada a peculiaridade dos sujeitos beneficiados pela RICS, com o processo participativo e decisório do que propriamente com o resultado econômico.

Essa mobilização participativa é intensa por estar sendo ocasionada, visto que as empresas têm um número pequeno de participantes e as atividades produtivas parecem ser do domínio de todas. Dessa forma, as relações pessoais no trabalho de corte e costura tendem a antecipar as convicções, diminuindo as surpresas das reuniões, e a contemporizar as divergências resultantes de processos decisórios difíceis.

Outro elemento que favorece o processo participativo na RICS é a evidente propriedade societária do patrimônio das empresas. Como falou uma mulher da Tuca: “aqui não há empregadas, somos donas de tudo e tudo que conquistarmos, será nosso e de nossos filhos”. Essa percepção está presente também na manifestação de várias das mulheres quando destacam a participação como elemento inovador e vantajoso para as empresas. Segundo uma associada de Cachoeirinha, “cada ideia nova é uma oportunidade de negócio e mais ganho para todas. As críticas também ajudam a melhorar o trabalho e o funcionamento da empresa. [Pausa] No fim, todas ganham com a participação de todas, gostando ou não de como isso acontece”.

Essa relação dos indivíduos com o processo de produção aparentemente é mais massivo no CataVida e na VillaGet, e o senso de propriedade parece não ser tão evidente. Embora o empreendimento CataVida destina, na medida do possível, todo o patrimônio para a Collabore (mesmo àquele originado com projetos públicos), os associados da cooperativa manifestam um distanciamento dessa posse e propriedade, como se não fosse deles, mas permitido seu uso. Essa percepção de cedência patrimonial dificulta a consolidação de uma consciência participativa e autogestionária mais efetiva, porque mantém uma noção de separação entre a propriedade do capital e do trabalho. Embora ela seja irreal, ela se mostra evidente nas posturas participativas dos associados, como afirmou um trabalhador da catação: “aqui tem um grande investimento da prefeitura. Veja bem: o galpão, as máquinas, os tratores e o caminhão da rua. Nós temos sorte em ter essa estrutura toda disponível para nosso trabalho”.

Na realidade, apenas as instalações físicas são da prefeitura e o resto é patrimônio da cooperativa. Mas não é assim percebido pelos associados, apenas pela direção da cooperativa e pela gerência do CataVida. Dessa forma, ao participarem de atividades internas e externas, os trabalhadores também manifestam tal condição de participantes de um processo proposto por outrem e que lhes favorece. Nessa medida, é uma participação agradecida em contrapartida ao investimento realizado e da condição de vida que alcançaram com ele. Não é, portanto, a participação de um sujeito que se percebe como edificador da realidade alcança, atestando um processo do qual é protagonista central. Mas percebe-se ainda como ator beneficiado e testemunha de um empreendimento realizador do qual faz parte por ter sido incluído.

Considerando as diversas entrevistas, pode-se observar que isso é recorrente, na medida em que apenas duas pessoas se referiram à Coolabore e as demais, ao CataVida e à prefeitura, como os edificadores da cooperativa. O mesmo ocorreu nos momentos de observação direta, em que, muito raramente, os associados falam da sua cooperativa, embora ela gerencie participativamente todos os processos organizativos do trabalho e torne transparentes os fluxos financeiros e o desempenho alcançado. Assim, a cooperativa aparece, no imaginário das pessoas, não como a organização econômica dos catadores, mas como uma estrutura jurídica vinculada à prefeitura. E isso não é estranho ao processo de implantação do empreendimento e do arranjo instituído. Os trabalhadores conseguem fazer a leitura do processo realizado e do papel que a cooperativa representa no arranjo contratado. O que elas ainda não conseguem fazer é a requalificação imaginária e real, proposta pelo empreendimento, de empoderar os trabalhadores e a cooperativa como protagonistas centrais do processo do devir presente e futuro.

Em realidade e em graus distintos, essa percepção de colaboradores de um processo de outrem é percebida também na CooperGet. Embora tenham ciência do fato de pertencerem a uma cooperativa e, como tal, sabem que o patrimônio é distribuído por cotas de associação e a remuneração, por critério social e não de propriedade do capital, eles não expressam a percepção dessa forma. Para a maioria deles, o empreendedor tem direitos reais diferenciados sobre o capital e o rendimento da cooperativa por merecimento. Segundo uma associada, o empreendedor “investiu em dinheiro próprio mais do que é o patrimônio atual da CooperGet, acrescido do estoque. Seria necessário destinar todo rendimento da cooperativa por anos para pagá-lo”.

No entanto, ao verificar os documentos e indagar sobre os contratos, essa dívida não está especificada em contrato real de execução. Trata-se de uma dívida em contrato de confiança, sem especificação de termos e prazos de quitação. Isso parece contribuir para que haja essa ausência da percepção de posse e propriedade dos bens da cooperativa, fundamental para que a participação avance para uma condição real de autogestão e a consciência dessa relação. Nesse sentido, ser e perceber-se proprietário patrimonial das organizações tendem a formar um senso de maior responsabilidade, compromisso e engajamento com suas estruturas, suas relações e seu processo decisórios.

Sendo assim, o exercício participativo nos empreendimentos estudados revela identidades tomadas de contornos de distintas influências, dentre as quais destacam-se: (1) os processos históricos vivenciados pelos participantes, dos quais os resultados são fatores psicossociais favoráveis ou inibidores da manifestação da alteridade; (2) a estrutura e as relações organizacionais e funcionais internas e externas, que podem empoderar ou limitar o exercício participativo; (3) a propriedade patrimonial real das organizações, que podem limitar ou ampliar condições e o conduto comprometido das expressões; e (4) o amadurecimento metodológico relacional e organizativo dos empreendimentos, que permite contornar estrategicamente elementos sociorrelacionais, potencialmente desagregadores e maximizar os agregadores de qualidade.

Nesse sentido, os dados captados no estudo permitem identificar alguns dos elementos substanciais da construção histórica dos empreendimentos. Primeiro, cabe ressaltar os significativos e substanciais avanços conquistados no resgate da alteridade dos indivíduos participantes. De fato, há uma capacidade relacional e participativa adquirida nas organizações pelos processos em curso, se comparada à realidade que os motivou ou à hipotética comparação da sua ausência atual. Nos três empreendimentos, houve um resgate da dignidade humana e um significativo agregado de valor social, na medida em que os beneficiados foram tirados da múltipla exclusão socioeconômica e cultural, e empoderados com a ocupação de espaço de fala participativa e cidadã.

Tais habilitações e aptidões alcançadas pelos participantes podem e devem se expandir em termos de autogestão real das organizações e em termos de participação cidadã. Para isso, os empreendimentos necessitam manter uma dinâmica pedagógica de superação das fragilidades pessoais, historicamente acumuladas, ao mesmo tempo em que avancem na implantação dos processos de autogestão real. Nesse sentido, a RICS tem uma sistemática

organizacional mais consolidada em termos metodológicos, estruturais das empresas e da Rede, nas instâncias e deliberativas e nos exercício democrático do poder. Cabe ressaltar que essa experiência tem mais tempo de execução e a organização empreendedora tem décadas de dedicação a projetos de inclusão socioeconômica.

Os empreendimentos CataVida e a CooperGet, embora apresentem processo participativos e autogestionários menos consolidados, estão ainda em um curso histórico e de intensa aprendizagem metodológica. Há evidentes paradoxos que precisam de superação ou escolha resolutiva, para que o agregado de valor social se amplie. Um desses paradoxos é a relação de dependência estrutural e emocional dos empreendedores, que está destacado no tópico seguinte. Sem essa superação, os processos dificilmente avançarão em termos de participação democrática e autogestiniária, como é vontade enunciada dos empreendedores. Entretanto, pelo outro viés do paradoxo, a democracia participativa, sem uma cultura relacional e organizacional consolidada, a ausência da tutela externa pode gerar o retrocesso, ao invés do avanço e, nesse caso, a participação fomentada pode ser destrutiva dos avanços conquistados, principalmente no caso do CataVida.

No Quadro 6, apresenta-se os elementos de participação e autogestão mais evidentes na análise dos casos. Também aqui se transformou as três referências de análise do Quadro 4 em quatro elementos para evidenciar a diferença entre participação nas instâncias deliberativas e a autogestão. Ressalta-se que a participação autogestionária pressupõe a total responsabilização dos participantes sobre os processos das organizações e seu desempenho.

Quadro 6: Categorias de Participação e Autogestão

Elementos referenciais	Níveis de manifestação (da ausência à plenitude)		
	CATAVIDA	COOPERGET	RICS
Dependência deliberativa das organizações em relação ao empreendedor	Alta	Alta	Mediana
Participação comunitária dos indivíduos	Alta	Alta	Baixa
Participação interna com isonomia e isegoria nas instâncias deliberativas	Mediana	Baixa	Alta
Autogestão	Baixa	Baixa	Alta

O quadro demonstra esse as contradições e paradoxos existentes nas organizações, onde a participação existe e é fomentada pelos empreendedores, mas os elementos socioculturais são inibidores e, por vezes, desqualificadores dos processos participativos. Por outro lado, a dependência dos participantes em relação aos empreendedores é evidente. Como já visto anteriormente, trata-se de uma dependência estrutural e imaginária ao mesmo tempo, pois parte significativa do desempenho das organizações depende dos negócios viabilizados pelos empreendedores e, ao mesmo tempo, os indivíduos se percebem majoritariamente despreparados para realizar novas atividades, principalmente no caso do CataVida e da CooperGet. Nas empresas da RICS essa ousadia parece estar se evidenciando na medida em que algumas empresas se projetam estrategicamente com maior autonomia e expressão da alteridade coletiva.

Contudo, parece existir coerência entre os processos de participação autogestionária propostos pelos empreendedores e a realidade em construção nas organizações dos empreendimentos. As contradições se revelam mais nos níveis de emancipação e autonomia que os indivíduos efetivamente conquistaram até o momento dentro dos processos. Isso é discutido no tópico seguinte.

5.3 EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DOS PARTICIPANTES

A emancipação dos participantes é o objetivo central da maioria dos empreendimentos sociais e é reveladora da capacidade de valor agregado à vida e à realidade dos beneficiados. Ela revela a ruptura com as condições e as relações de dependência dos indivíduos e seus grupos familiares com as realidades opressoras e de múltipla vulnerabilidade social. Os graus de emancipação estão vinculados às condições objetivas da autonomia adquirida pelos indivíduos em termos de mobilidade integral, capacidade de consumo, qualidade de vida, direito e capacidade real de escolha, dentre outras. Essas condições estão diretamente ligadas às realidades modificadas e ao impacto obtido na vida das pessoas. Nesse sentido, a autonomia diz respeito, inclusive, à capacidade de escolha sobre a permanência ou saída do empreendimento, uma vez que o empoderamento adquirido pelos participantes deve levá-los a escolher a vinculação que lhes é integralmente mais favorável.

No entanto, a emancipação e a autonomia têm também um caráter mais subjetivo e estão ligados à mudança das pessoas, em termos de *habitus* pessoais e relacionais, percebidos e demonstrados nas posturas e nas relações internas e externas das organizações às quais se vinculam. Nesse sentido, as proposições de Bourdieu e Bosi dão conta de que os indivíduos não se separam das suas realidades e, ao modificá-las, uma alterará inevitavelmente a outra. Dessa forma, os empreendimentos estudados pretendem modificar as condições econômicas e sociais dos participantes, e têm a expectativa de gerar a modificação também dos indivíduos, munindo-os de um grau maior de autonomia, resultado das conquistas emancipatórias nas realidades transformadas e do imaginário das pessoas envolvidas direta e indiretamente.

Nesse sentido, os participantes são unânimes em dizer que os empreendimentos mudaram suas vidas econômicas, sociais e culturais. Uma trabalhadora da catação disse eufórica: “Mudou tudo! Hoje a gente pode comprar, porque tem dinheiro e tem crédito. Agora tenho casa e tudo que preciso dentro dela. Ainda não comprei carro porque não sei dirigir e meu filho não tem juízo para isso. Assim que aprender a ler e dirigir ou meu filho criar juízo, compro carro”.

De fato, a capacidade de consumo e o custeio de projetos de vida são uma das formas mais evidentes com que os participantes identificam a autonomia adquirida. Como disse uma jovem da CooperGet, estudante de Administração: “Hoje pago minhas e ainda ajudo minha família. Fiz vários cursos de qualificação profissional e hoje estou fazendo faculdade e tenho uma carreira aqui. Posso querer algo mais?”. Outro jovem comemora o fato de que produz, fora do horário do trabalho, boa parte do que ele usa e, com a renda que recebe na CooperGet, está estruturando a vida. “Gosto de me vestir diferente e aqui consigo criar a minha moda. Faço meu tênis, minha mochila, minha cinta, minha carteira. É tudo personalizado, cara!”.

Esse talvez seja um dos exemplos mais vigorosos do perfil social e profissional que o empreendedor quisesse formar no empreendimento VillaGet, pois manifesta a condição de autonomia e controle conquistados em sua vida. A manifestação é quem, mais do fabricar calçado e confecção, se percebe como capaz de construir a sua moda como expressão de alteridade. Por outro lado, destaca também essa capacidade como associada à capacidade de consumos, como se fosse uma renda extra por não precisar adquirir esses produtos e poder destinar a renda para estruturação das bases de vida, como imóvel e veículo de transporte.

Uma mulher da RICS corrobora com essa visão, ao dizer que agora tem poder aquisitivo suficiente para viver com dignidade e não depender mais dos favores de pessoas ligadas a atividades ilícitas. Ela diz que “hoje vivemos bem, com o que eu ganho. Os filhos estudam. O mais velho trabalha de dia e estuda a noite. Moramos bem, nos alimentamos bem e dá para pensar no futuro. Na minha casa ninguém mais depende do crime. *Graças a Deus!*”.

A melhoria do poder aquisitivo é percebida pelos participantes como acréscimo na qualidade de vida e nos cuidados com a saúde. Uma trabalhadora do CataVida diz que a vida mudou muito, porque “agora a gente tem dente, tem plano de saúde, usa óculos. [Pausa] Agora a gente tem tudo! Tem colega com carro bom, outro com moto boa. Isso é muito importante para eles. Eu escolhi morar em lugar melhor, porque na vila onde estava tem muita bandidagem que influencia os filhos. Eu quero eles estudando.”

Essa melhoria da qualidade da qualidade de vida, retratada na manifestação da trabalhadora na catação traz dois elementos, frequentemente enunciados pelos participantes, como contínua a da alimentação: a maior autonomia na mobilidade urbana e a escolha de localização. A mobilidade urbana é elemento central da autonomia dos sujeitos, uma vez que viabiliza realizar em menor tempo um conjunto de atividades de acréscimo de renda ou de qualidade de vida. Segundo um dos trabalhadores do CataVida, antes de ter a moto, ele necessitava de duas horas para se deslocar, com o uso de três linhas diferentes de ônibus, o que lhe tirava quatro horas diárias de vida profissional ou pessoal. A moto lhe permite fazer os trajetos em aproximadamente vinte minutos. Por isso, os carros e motos na vida dos trabalhadores tem um componente maior de utilidade do que de status social, como poderia parecer numa leitura superficial da questão. É evidente que nessa questão existe também a fragilidade dos serviços de transporte coletivo, cuja melhoria agregaria autonomia e qualidade de vida ao conjunto da população usuária. Nesse sentido, por não existir uma solução geral, tão logo o poder aquisitivo permite procura-se soluções individuais, como elemento de primeira necessidade.

No caso da RICS, existe um esforço de inclusão das mulheres na empresa mais próxima da sua moradia, porque o fluxo da mobilidade urbana e o enraizamento comunitário das associadas e das empresas estão presentes nas formulações estratégicas da rede. Segundo o coordenador da Guayí, “a ideia é localizar as empresas dentro dos espaços comunitários da exclusão social para que contribuam com a transformação do espaço social e facilite o acesso,

sem necessidade de grandes deslocamentos, por razões de economia e sustentabilidade ambiental”.

Dessa forma, as empresas nas comunidades permitem a economia de tempo e a redução dos custos. Contudo, é visto pelas mulheres como fator de qualidade e autonomia por viabilizar o acompanhamento dos filhos. Segundo uma das mulheres da empresa em Cachoeirinha, “o fato dos filhos saberem que a gente está por perto e de olho, já inibe uma monte de problemas. Quando algo acontece, a gente vai ali resolve e volta para o serviço e as demais dão cobertura.[*Pausa*] Já teve situações em que todas tiveram sair e ajudar. A gente é como leões que defendem juntas dos filhos de qualquer uma de nós!”

Em outras palavras, nos contextos de superação das realidades de múltipla exclusão, a emancipação humana e social pode ser viabilizada ou dificultada por um conjunto diverso e conjugado de fatores, dentre eles, a localização dos empreendimentos e/ou a mobilidade dos indivíduos mostram-se centrais. Se as empresa da RICS não fossem nas comunidades, dificilmente se viabilizariam porque as mulheres necessitariam se deslocar frequentemente para atender realidades familiares e, com isso, perderiam muito tempo e comprometeriam as metas por um lado, ou desistiriam da atividade, por outro.

A vantagem da localização na comunidade dos participantes também é percebida pelos jovens da CooperGet, pois as atividades de capacitação e produção são concentradas na Vila Getúlio Vargas e no Bairro Santo Afonso, como unidades independentes. A maioria absoluta dos jovens são moradores dessas comunidades e o deslocamento cotidiano apenas precisa ocorrer para quem atende as atividades comerciais das lojas no centro, em fluxo simplificado. Dessa forma, assim como no caso da RICS, um conjunto de escolhas e iniciativas dos indivíduos e das organizações são viabilizados, porque tendem a se localizar naquele espaço social da comunidade e tendem a comprometer e enraizar o empreendimento tornando-o mais orgânico, legitimado e resolutivo. Assim como as mulheres da RICS, os jovens da VillaGet desejam constituir residência em suas comunidades e contribuir para que essas tenham mais qualidade nas estruturas e serviços públicos e comunitários.

No caso do CataVida, cuja unidade econômica principal fica localizada a sete quilômetros do centro da cidade, o deslocamento é uma necessidade dispendiosa cotidiana, que foi facilitada para, a maioria dos trabalhadores, com uma rota de ônibus específica do empreendimento. Cabe ressaltar que a instalação dos interpostos regionais de coleta seletiva e

triagem de materiais pode contribuir para viabilizar a capilaridade organizacional nas comunidades e a participação priorizada de trabalhadores locais. Entretanto, na formulação estratégica de expansão do empreendimento, esta questão ao está presente. Ademais, na medida em que a Central de Reciclagem viabiliza a maior remuneração, a tendência é buscar inclusão nela, mesmo que exija o deslocamento.

A localização tende a seguir os critérios e necessidades dos indivíduos. Assim, vários dos trabalhadores deslocaram suas residências, migrando para fora de territórios de alta criminalidade, tão logo as condições econômicas o viabilizasse. Alguns levaram em conta a facilitação do deslocamento (roteiro do ônibus do CataVida). Porém, a maioria optou por uma comunidade de melhor sociabilidade e atendimento dos serviços públicos de saúde e educação, como manifestado orgulhosamente por uma trabalhadora:

Ninguém quer viver onde eu vivia com meus filhos. Só vive lá quem precisa. Eu consegui alugar uma casa em outra comunidade e agora tenho casa própria, financiada da prefeitura e caixa federal. Valeu cada esforço para sair de lá.[Pausa] Filho na escola, neta na creche. Quer coisa melhor? Fico tranquila aqui.

De fato, as escolhas dos indivíduos, viabilizadas pela crescente autonomia, tendem a seguir os critérios tipificados na clássica escala de Abraham Maslow, levando à segurança, ao conforto, ao bem-estar e à realização pessoal, após terem atendidas as condições de base fisiológica. Dessa forma, nos três empreendimentos, a capacidade de consumo superou as necessidades fisiológicas e se percebe na atualidade uma preocupação com questões que envolvem a segurança das famílias, associado à necessidade de propriedade de imóvel e educação dos filhos. É visível o desejo providencial dos pais em viabilizar uma vida melhor e mais segura aos filhos. O termo ‘segurança’ parece uma obsessão nos três empreendimentos e está muito ligada às experiências vivenciadas nas realidades excluídas que compartilharam de forma muito intensa, mas que ainda não estão inteiramente superadas.

Realmente, a segurança dos familiares era e continua sendo uma preocupação constante. Os trabalhadores da catação manifestam sabe que a ‘cidade e suas vidas são ligadas e que toda ação tem suas reações’. Por isso, até a atualidade, a Prefeitura e a Coolabore acompanham com muita atenção as situações de conflito e de afastamento de associados, pois, assim como na RICS e na CooperGet, podem se transformar em conflitos passionais. Essa metodologia pôde ser verificada na observação direta, quando um associado foi afastado ‘temporariamente’ por alcoolismo e conflito de rua com moradores e motoristas. O

coordenador da unidade explicou que não é possível “manter pessoas que canalizam agressões de rua para o CataVida, pois já está difícil conseguir a aceitação e o respeito da comunidade pela atividade profissional”. Entretanto, o afastamento ‘temporário’ é uma forma menos drástica de afastar e inibe o rancor e a raiva imediata, explica a assistente social da Prefeitura. Ela diz que “Fica sempre a esperança de que, se o comportamento fora for adequado, poderá um dia voltar. Embora essa volta seja muito difícil para quem saí e impossível para quem comete infrações graves”.

Dentre as infrações mais graves, expressas nos documentos, está o desvio de material; o assédio e o constrangimento sexual de associadas; o consumo de bebidas e substâncias entorpecentes nos horários de trabalho; o porte de arma no ambiente de trabalho; as atitudes de risco para os colegas e a comunidade.

A RICS e a VillaGet também têm metodologias protetivas organizacionais e individuais para as situações de risco e insegurança, as quais foram explicitadas nos tópicos anteriores e, assim como no CataVida, revelam-se necessárias para manter e ampliar as condições de emancipação dos indivíduos e o afloramento real da sua autonomia. Isto porque a autonomia só se dá em condições reais de direitos e deveres universalmente assegurados. Segundo, a gerente do CataVida, “se permitirmos a um fazer valer a sua vontade por imposição da força ou constrangimento, toda autonomia da organização e das pessoas vai para o espaço”.

Contudo, a pauta constante da segurança tem dividido as preocupações e pautas em torno de outros temas qualificadores da vida dos participantes dos empreendimentos. No caso do CataVida, uma das pautas recorrentes de reuniões e assembleias é a discussão de questões típicas da escala de bem-estar, tais como, a colônia de férias, um plano de saúde privado, os residenciais cooperativos e a busca de informações sobre investimentos de poupança pessoal e coletiva. Pautas semelhantes ocorrem na RICS e na CooperGet, porém com menor frequência e intensidade bem mais baixa. Isso talvez porque o poder aquisitivo dos trabalhadores do CataVida é muito superior e permita destinar parte maior da renda ao custeio de projetos dessa natureza.

Essa realidade tem sido uma das razões da elevação da autoestima dos trabalhadores da catação do CataVida. Eles costumam manifestar o orgulho profissional e o desejo de se identificar com o empreendimento. São elementos que podem ser identificados

como característicos do processo de emancipação econômica e da autonomia social proporcionada, ao menos, em termos comparativos ao passado vivenciado por eles.

Assim, os empreendedores e os participantes costumam comparar seus rendimentos e as condições de trabalho com outras categorias profissionais e se percebem relativamente bem remunerados, o que pode ser um dos elementos centrais do orgulho profissional e da elevação da autoestima. Para os empreendedores, o desempenho econômico e os rendimentos dos participantes estiveram nas bases iniciais dos empreendimentos, pois sem essas não poderia haver sucesso. Para o prefeito empreendedor do CataVida, “não há projeto de inclusão social sem a emancipação econômica das pessoas. Ela está no alicerce das demais conquistas dos catadores, pois ao viabilizarmos uma renda regular estimulamos eles a se associarem e a viabilizarem outras conquistas. Sem ela não haveria CataVida!”

Entretanto, a emancipação conquistada pelos participantes ainda não se reflete uma percepção de autonomia e liberdade, principalmente no caso do CataVida e em uma parte das mulheres da RICS. De fato, com a inclusão obtida, os indivíduos parecem acomoda-se na condição profissional restrita à atividade do empreendimento e, no caso dos catadores, às atuais condições de viabilidade de continuidade. Nesse sentido, a qualificação pessoal e profissional é um dos principais desafios do empreendimento, uma vez que ainda persiste a condição de analfabetismo de grande parte de seus associados. Essa realidade vincula sua condição a um leque muito restrito de atividades profissionais, inibindo a expansão dos negócios da Colabore e limitando a cidadania e a autonomia pessoal dos seus associados. Eles percebem isso quando afirmam estar bem na organização, que desejam continuar nela, mas que temem pelo seu futuro, porque podem ocorrer descontinuidades no empreendimento e isso inviabilizaria sua atual condição de vida. Segundo um dos trabalhadores, “essa é minha vida. Não sei fazer muita outra coisa e, na idade que estou, 52 anos, estudar não dá mais. O negócio é seguir aqui enquanto dá e tentar aposentadoria depois.”

Nesse sentido, causa estranheza que a Coolabore não abra o leque de atuação para a área da construção civil e a prestação de serviços em diversas áreas, em que ela tem profissionais habilitados, estrutura de atendimento e finalidade jurídica da cooperativa. Ao contrário disso, a expectativa dos negócios permanece restrita ao atendimento da triagem de materiais e à coleta seletiva, nos dois municípios dos atuais convênios, Novo Hamburgo e Campo Bom. Da mesma forma, os associados parecem se colocar a perspectiva de manutenção dentro dessa ‘zona de conforto’ obtida no empreendimento. O avanço

profissional eles estimam para seus filhos e netos, os quais insistem que estudem e tenham uma profissão fora das atividades da catação. Mesmo uma das trabalhadoras mais recentes na atividade, com idade inferior a 30 anos e ensino médio incompleto, se diz confortável na atividade “pois viabiliza o sustento do filho e o registro na previdência. Ganho mais aqui do que muita profissão com faculdade. O trabalho é duro, mas o convívio é bom, aí logo acostuma, né!”.

No caso da RICS, parece haver uma tentativa de mobilidade maior dentro da atividade profissional da Confecção. Nesse sentido, várias mulheres estão fazendo cursos de capacitação em áreas afins da atividade principal e algumas das empresas ampliaram o leque dos negócios, buscando uma expansão fora do contrato e das metas da atividade principal. No caso das mulheres da comunidade da Tuca, o lançamento das grifes com um leque de produtos, poderá viabilizar um faturamento próprio da empresa, muito superior ao viabilizado nos contratos da rede. Uma das mulheres disse animada:

A Guayi nos ensinou a ser empresárias e criativas. [Pausa] Não se pode ficar dependendo da colher de chá de ninguém. Nós aqui estamos correndo atrás [Pausa] Pode ser que a gente ‘quebre a cara’, mas será tentando realizar um sonho. [Pausa] Isso é melhor do que dar certo pela mão dos outros, não é mesmo?!

Em menor projeção inovadora, mas com maior escala de produção, uma das empresas do Bairro Cavalhadas, também está diversificando a produção, como atividade complementar e que pode chegar, em médio prazo, a se tornar o faturamento principal. Segundo a coordenadora da empresa, “essas atividades nos dão uma renda extra e nos tornam mais independentes. A Guayi insiste que a gente corra atrás de negócios porque ninguém sabe do futuro. [Pausa] Se souber fazer mais coisas e tiver clientes, a gente sobrevive e ganha mais”.

As demais empresas parecem ter acomodadas a sua expectativa ao faturamento viabilizado pelos negócios da RICS e, com isso, mantêm o ritmo de produção e a jornada de trabalho acomodado ao exigido para o cumprimento das metas. Cabe ressaltar que essa estratégia pode ser resultado da escolha de maior dedicação ao cuidado dos núcleos familiares e pela necessidade de dedicação à resolução de pendências com o sistema judiciário. Contudo, expressa também a expectativa do universo da conquista econômica e social dessas mulheres.

De forma um tanto distinta, os jovens da Villaget e CooperGet parecem se espelhar no empreendedor e poucos se acomodam à atividade profissional do negócio principal. De fato, houve uma maior rotatividade de associados e um leque diversificado de atividades assumidas fora da CooperGet. Isso pode estar revelando um perfil mais autônomo dos jovens e/ou menor expectativa de vinculação profissional definitiva com a cooperativa. Em todos os casos, o enunciado programático do empreendimento é no sentido de gerar a autonomia, inclusive profissional. E, isso parece estar sendo obtido para centenas de jovens capacitados. Entretanto, cabe ressaltar que esse desempenho não necessariamente tem a ver só com a metodologia do empreendimento, mas com a idade dos participantes. Trata-se de uma fase distinta da dos participantes dos outros dois empreendimentos, cujos jovens, via de regra, ainda não têm a responsabilidade de prover o sustento de uma família iniciada por eles. Embora a maioria destes contribua com o sustento da família dos pais, a responsabilidade pelo sustento dos filhos é mais intensa e tende a interferir na autonomia das escolhas.

Outro aspecto relevante na percepção da autonomia conquistada nos empreendimentos é a relação com os empreendedores, como vetores externos. Nesse sentido, nos três casos estudados, os empreendedores manifestam ter um papel indutor e fomentador temporário, até que os participantes tenham a autonomia e a habilitação para a condução independente das organizações. Nas formulações, há referência explícita em relação a tempos e prazos. O referencial de temporalidade parece referir-se ao processo, no qual os vetores externos se percebem vitais no início, mas funções que deveriam ser transitórias. Para o prefeito, gestor público do empreendimento CataVida,

o papel dos agentes público é de promover a qualificação da auto-organização dos trabalhadores. É possível que um dia eles possam ser deixados sozinhos, se tiverem acumuladas as capacidades relacionais necessárias. Mas é provável que de alguma eles sempre dependam da política pública e dessa presença institucional, porque não é fácil romper as amarras de opressão de que foram vítimas e acabam por se transformar em práticas nocivas à organização coletiva. Então, eu diria que o acompanhamento da prefeitura terá que ser um mal necessário e que deveria ser possível afastar um dia, embora eu acredite que isso não vá acontecer.

Em posição concordante com o prefeito, o empreendedor da VillaGet afirma que a transição seria boa, mas difícil “porque é um eterno projeto de inclusão de jovens.[Pausa] Nós desejamos não ser necessários, mas talvez sempre seremos. Isso vai depender do quanto eles consigam andar com as próprias pernas e do que resultará da CooperGet como empresa.”

Dessa forma, os dois empreendedores manifestam uma concepção que a gerente da RICS e o coordenador da Guayí chamam de pedagogia libertária da autogestão, na qual a emancipação dos indivíduos é necessária para ter as condições de escolha consciente pela prática social coletiva. Segundo o coordenador,

é necessário que eles queiram este tipo de organização e relação de autonomia não opressiva, mas solidária. Que saibam e possam exercer o poder dentro e fora da empresa, mas optem por não fazê-lo autoritariamente. [Pausa] Nisso já estamos falando de um outro jeito de viver em sociedade, que precisa ser assimilado conscientemente. [Pausa] Embora isso seja um processo árduo e difícil, eu realmente acredito, que um dia, elas consigam isso sozinhas, porque eu confio na metodologia da RICS e nos mecanismos de aperfeiçoamento da democracia nas empresas e na rede.

O que os empreendedores parecem estar manifestando é o desejo e a necessidade de gerar um agregado de valor social suficiente para que os participantes migrem de uma condição ‘beneficiados’ dos empreendimentos, para a de sujeitos protagonistas autônomos e autogestionários. Metamorfose que não é de fácil realização e que pode ter diversos reflexos desqualificadores dos processos organizativos, quando a intervenção pedagógica demorar a ocorrer. Essa intervenção ainda é majoritariamente do vetor externo, porque o capital pessoal e social acumulado internamente ainda é frágil ou pouco legitimado e, com isso, acaba por ser pouco eficiente.

Dessa forma, revela-se confiança no processo, porque está ancorado em empreendedores, que zelam pela transparência, fomentam a participação autogestionária e a busca das condições emancipatórias para a de autonomia pessoal e organizacional. Contudo, ainda parece evidente a percepção do ser ‘externo’ como o agente realizador ‘interno’, no qual todos confiam e se subordinam, porque sabem que, de alguma forma, dependem deles e estão mostrando que fazem o melhor por eles. Essa ‘subordinação’ pode ser importante na formação da sociabilidade e das condições de sujeitos, uma vez que há um sistema que se revela melhor, mais vantajoso e humanizado do que os anteriores e, segundo os participantes, torna-os pessoas melhores. Essa subordinação pode conviver com processos participativos, enquanto as contradições não se revelarem e não existir a consciência **para si** e a percepção da autonomia realizadora.

Todavia, verifica-se, no nível da linguagem, a manifestação de uma subordinação conveniente que pode ser fruto de um ‘estágio’ organizativo e de formação da consciência participativa em emancipação, mas ainda dependente. Talvez a evolução qualitativa dessa

consciência ocorreria, se o equilíbrio e a harmonia das relações se rompessem, como em situação da quebra de confiança ou da troca dos referenciais de relação. Nesse caso, seria exigida a ativação de uma cultura participativa para um processo efetivamente autogestionário e orientado por consciências **para si**, e que reconhecem o poder realizador na forma efetivamente participativa.

Embora os empreendimentos persigam e desejem a autonomia e a consciência **para si** dos participantes e as condições reais da autogestão (como conquista qualificadora do processo), os empreendedores a veem como muito difícil no curto prazo, até pela constância de novos entrantes no CataVida e na RICS. Processo que a CooperGet tenta viabilizar com a constituição de um grupo estável de referência e a entrada de novos participantes em unidades autônomas.

Com isso, mantém-se o paradoxo de um processo que fomenta a autonomia, mas considera prudente fixar a condição de certa ‘tutela externa’ para manter a coerência organizativa interna, sem a reprodução de relações potencialmente opressivas. Sendo assim, a autogestão emancipatória e a autonomia dos sujeitos aparentam ser uma orientação metodológica a ser perseguida como processo pedagógico e como modelo relacional, mas não necessariamente será alcançada com a qualidade organizativa e a solidez comportamental de indivíduos optantes de uma cooperação por conveniência consciente.

No Quadro 7 estão apresentados os elementos de emancipação e autonomia mais evidentes na análise dos casos, de acordo com as Referências de Análise indicadas no Quadro 4. Destaca-se principalmente de autonomia adquirida pelos indivíduos dentro dos empreendimentos, como processo de agregação de valor social às suas realidades e vidas.

Quadro 7: Categorias de Emancipação e Autonomia

Elementos referenciais	Níveis de manifestação (da ausência à plenitude)		
	CATAVIDA	COOPERGET	RICS
Necessidades básicas atendidas – ganho significativo de qualidade de vida	Alta	Alta	Alta
Percepção de estabilidade econômica e social da organização	Mediana	Alta	Alta
Percepção de autonomia profissional em relação ao empreendimento	Baixa	Mediana	Baixa

Os achados neste tópico são complementares e coerentes com os tópicos anteriores, demonstrando uma emancipação socioeconômica e cultural e curso, mas ainda limitada às condições das organizações e à autopercepção das possibilidades dos indivíduos ousarem realizar mais. Ressalta-se que os elementos subjetivos, frutos da vivência das experiências de múltipla exclusão, ainda estão muito presentes no posicionamento dos indivíduos, demonstrando o que Freire (1996; 2013) já indicava como necessidade de longos processos de superação da mentalidade integralmente opressora na consciência dos oprimidos. Processo esse parece estar em curso, mas limitado e talvez mais extenso do que o estimado pelos empreendedores, mas fundamental para que possam levar adiante os processos por sua condição e prática social emancipada. É nesse sentido que segue o tópico seguinte, analisando como os participantes entendem a sustentabilidade dos processos.

5.4 SUSTENTABILIDADE DE PROCESSO

A sustentabilidade dos empreendimentos sociais está dentre os principais referenciais de desempenho juntamente com o valor social agregado às realidades e às vidas das pessoas. Ela é entendida como a capacidade de se manter em funcionamento em termos de estrutura, metodologia e funcionamento em condições desejáveis.

Ressalta-se que os empreendimentos estudados foram viabilizados pelo investimento externo, em termos de capitalização inicial e do custeio de estruturas de apoio e fomento à criação e ao desenvolvimento de organizações de inclusão socioprodutivas de populações em múltiplas vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, a sustentabilidade diz respeito à viabilização da continuidade dos processos com o alcance gradativo (parcial ou total) dos resultados desejados, na missão dos empreendimentos: a inclusão social e econômica das pessoas participantes.

Nesse sentido, as percepções da sustentabilidade e suas condições são diferenciadas em termos de leituras dos atores envolvidos (empreendedores e participantes) e nos fatores de sua viabilização. Ou seja, as percepções da sustentabilidade são naturalmente divergentes sobre a mesma realidade existente e sobre os caminhos viabilizadores dos processos de continuidade com eficiência e eficácia resolutiva.

No caso do CataVida, como empreendimento de gestores públicos, há variáveis de sustentabilidade externas, de baixa governabilidade interna, pois as condições de continuidade podem ser diminuídas ou ampliadas de acordo com as convicções dos gestores públicos eleitos. O grau de dependência da Coolabore em relação ao contrato de prestação de serviço público é grande. Dele depende a continuidade das operações do único negócio da cooperativa na cidade. Assim, existem razões para as frequentes manifestações de temor dos catadores pela continuidade, pois a organização se torna vulnerável aos cenários políticos. Entretanto, a sustentabilidade do empreendimento pode depender mais das condições internas do que dos cenários políticos, pois, embora os trabalhadores da catação tenham dificuldades em perceber e tenham um temor natural pela perda do status quo, a Coolabore pode adquirir maior autonomia em relação à prefeitura. Nesse sentido, a gerente do CataVida afirma que “o leque de negócios possíveis da cooperativa é enorme e pode fechar contratos com outras cidades, desde que ela esteja preparada e capitalizada para tal”. De fato, os projetos de captação de recursos externos capitalizaram a Coolabore para diminuir a dependência das estruturas públicas e sua razão social permite o desenvolvimento de outras atividades e a operação em outras cidades.

Em todos os casos, a sustentabilidade do convênio com a prefeitura parece estar garantida, ao menos, para o curto e médio prazos, e a vulnerabilidade da cooperativa é menor que percebida pelos associados, por algumas condições e medidas do empreendimento, tais como: (1) o empreendimento se viabilizou em uma inovação que melhora a prestação do serviço de limpeza sem onerar seus custos; (2) o empreendimento criou e reforçou os laços dos catadores com a cidade, tendo crescente visibilidade e aprovação públicas; (3) o processo está capitalizando a cooperativa com os principais equipamentos adquiridos, mesmo com recursos públicos, o que dificulta a decisão de ruptura; e (4) a preocupação e a instabilidade estão servindo para a busca de alternativas de ampliação territorial da prestação do serviço em outras cidades e a ampliação dos ramos de atividade, como a construção civil e os serviços de limpeza.

No caso da CooperGet, a sustentabilidade do processo depende fundamentalmente da viabilidade econômica interna, uma vez que o empreendedor, antes externo, aderiu ao quadro interno de associados como medida radical de qualificação. Nesse sentido, a ampliação dos mercados e a consolidação de um processo autônomo de produção aparecem como os principais desafios contemporâneos. Em momentos anteriores, somavam-se outros

fatores, como a perda de qualidade pela alta rotatividade e pelo descompromisso dos associados, sanados com a reforma recente.

Em termos imediatos, a sustentabilidade da RICS depende da continuidade do contrato de exclusividade no fornecimento das roupas do Grupo Hospitalar Conceição ou de outros, com um volume e uma regularidade de pagamento similar. A Rede depende disso de forma imediata, embora possa viabilizar outros negócios com as capacidades produtivas instaladas e a credibilidade obtida no mercado. Segundo a gerente da RICS,

o convênio com o GHC viabiliza a estabilidade da RICS e, certamente, teríamos abalos e crises na rede, se esse terminasse de forma abrupta. Mas não seria o fim das empresas e nem da rede porque há um conjunto de oportunidades de negócios e que não foram assumidos pela capacidade limitada de produção da rede e a autonomia das empresas.

O convênio, com contrato regular de fornecimento e com pagamentos mensais e indicadores de reajuste automático dos valores é vantajoso para ambas as organizações e, aparentemente, nenhuma delas tem razões ou vontade de ruptura. Ademais, se isso vier a acontecer um dia, a tendência é ter um prazo razoável de substituição de clientes, salvo se a ruptura ocorresse por determinação judicial, uma vez que o GHC é uma instituição de direito público, sujeito a esse tipo de interferência, se alguma fragilidade processual fosse identificada. Nesse caso, como as empresas da operam com autonomia nos negócios complementares, poderiam se viabilizar individualmente, com alguma perda de receita.

Sendo assim, a vulnerabilidade existente, nas organizações produtivas dos empreendimentos sociais estudados, é similar a de outras organizações, inclusive as empresariais, que necessitam ter uma atenção constante e intensa de continuidade. No caso da RICS e do CataVida, existe, inclusive, um sólido suporte institucional público, dando mais estabilidade do que as relações em condições de mercado.

Apesar dessa condição diferenciada de estabilidade e relativa solidez, há uma angústia dos participantes temendo a continuidade das organizações, principalmente no CataVida. Na mesma frequência com que costumam manifestar a satisfação das conquistas alcançadas, também expressam a preocupação com o desaparecimento ou com mudanças substanciais no empreendimento. Essa preocupação está expressa na fala de um dos trabalhadores quando diz que “dependemos da vontade dos políticos e isso nem sempre é bom porque a vontade e os políticos podem mudar”. Outra trabalhadora diz que fazem tudo bem

feito para que ninguém possa ter queixas deles, pois “não queremos que nos tirem daqui. A gente trabalha com gosto, mas sempre preocupada porque pode terminar o contrato e a gente ficar sem nada”.

Esse temor dos trabalhadores da catação tem algumas razões de ser. Eles se percebem com um elo frágil de poderosos negócios dos serviços de limpeza urbana, em que a automação mecanizada dos processos é uma constante ameaça à inclusão das pessoas. São também integrantes dependentes de relações, cujas disputas políticas costumam operar com promessas, ameaças e chantagens. Ademais, a grande maioria deles viveu as agruras da múltipla exclusão, cuja memória está latente no seu imaginário e desperta constantemente o temor da volta, ao que costumam chamar de ‘inferno’.

No entanto, o temor natural dos participantes deveria desafiar a direção da cooperativa a promover mais a qualificação pessoal e profissional para potencializar as capacidades de maior sustentabilidade. Como destacado anteriormente, há leque grande de oportunidades de negócios que poderia viabilizar a inclusão de mais profissionais e reconverter a profissão de associados atuais. Uma dessas áreas altamente aquecidas é a da construção civil e cujos processos são intensos em trabalho de formação básica e que não demandariam o suporte de estruturas extras.

Os registros de discussão estratégica dão conta apenas da ampliação da área atendida em serviços já em realização. Essa atitude de adoção de uma ‘zona de conforto’ por parte das lideranças da cooperativa é amplamente apoiada pelos associados, porque enxergam nesse serviço uma remuneração estável e acima da percebida por trabalhadores em outras atividades. Sendo assim, torna-se um temor inócuo, porque não mobiliza para nenhuma iniciativa ativa, até porque o perigo não é iminente e a expectativa de crescimento profissional praticamente não existe para eles. Logo, a capacidade reativa só poderia ser testada se a relação fosse realmente rompida, o que não deverá ocorrer em curto ou médio prazo, até porque o empreendimento ainda está em fase de expansão.

Por outro lado, a continuidade pode ser abalada também pela desqualificação organizativa interna. Nesse sentido, embora a RICS tenha uma consistente metodologia de monitoramento e tratamento de crises, as empresas são vulneráveis aos contextos socioterritoriais onde se localizam e aos perfis das associadas e suas vinculações parentais.

O ingresso na criminalidade ou a migração de algum familiar de uma organização criminosa para outra pode gerar desequilíbrios estruturais e relacionais nas empresas e na rede. Isso porque os elementos de autonomia e dependência são muito flexíveis e implicados em redes com a criminalidade e suas organizações. Segundo o coordenador da Guayí, as pessoas são embrionariamente ligadas às redes de relacionamentos e nelas formam-se cadeias de dependência, onde a inclusão socioproductiva nem sempre capacita e habilita os indivíduos a renunciar às relações com organizações e indivíduos em atividades ilícitas. Por isso, o empreendimento precisa primeiro viabilizar que as pessoas sobrevivam e sejam fortalecidos, como indivíduos e como organizações, e, assim possam distanciar-se gradativamente.

A experiência da RICS é rica em exemplos dessa natureza, principalmente com ingressos e reingressos de familiares de associadas na criminalidade e isso abalar as estruturas relacionais da rede. Segundo a gerente da RICS, “vive-se na corda bamba o tempo inteiro com esse perfil de público e precisa-se equilibrar muitas realidades para manter uma estabilidade mínima. As divergências nas empresas podem virar conflitos nas galerias dos presídios e nas vilas e vice-versa.” Outros fatos ocorrem quando o trabalho na empresa inviabiliza o tempo para a realização de visitas íntimas a companheiros e estes acionam a organização criminosa como revanche contra a empresa e a RICS. “Por pura sorte, já conseguimos evitar massacres na eminência de acontecerem por capricho, raiva ou decepção amorosa de criminosos. Dependemos de uma ampla rede de apoio e informações e a agilidade das autoridades policiais para isso”, acrescenta a gerente da RICS.

Dessa forma, argumenta-se aqui que sustentabilidade das organizações de inclusão socioproductiva de populações em múltiplas exclusões depende de muitos fatores, para além da sua viabilização econômica. Dentre os fatores, parece estarem os que permitem realizar, com sucesso, as rupturas com as diferenciadas cadeias vinculantes da exclusão. Nos casos da RICS e da CooperGet, isso pode passar por criar formas de afastamento das unidades familiares das realidades amarradoras do universo *hustling* ou criminoso e, no caso do CataVida, da miserabilidade e dependência, para que a ousadia criadora possa aflorar e se sustentar como expressão da alteridade pessoal e profissional.

No Quadro 8, apresenta-se as evidências de percepção sobre a sustentabilidade dos processos em curso mais presentes nos casos analisados. Também aqui se transformou as três referências de análise do Quadro 4 em quatro elementos para evidenciar a diferença entre

as visões sobre a viabilidade futura da atividade econômica e a capacidade de inovar dos participantes para melhorar o desempenho e ampliar a sustentabilidade dos empreendimentos.

Quadro 8: Categorias de Sustentabilidade dos Processos

Elementos referenciais	Níveis de manifestação (da ausência à plenitude)		
	CATAVIDA	COOPERGET	RICS
Percepção da viabilidade da organização nas atuais relações	Alta	Alta	Alta
Percepção da sustentabilidade da organização sem o empreendedor	Baixa	Ausente	Mediana
Percepção da viabilidade econômica, social, ambiental da atividade produtiva no futuro	Mediana	Mediana	Alta
Capacidade de inovar por própria iniciativa	Baixa	Mediana	Mediana

O quadro retrata em boa parte a atitude dos indivíduos em relação ao presente e futuro dos empreendimentos. Parece haver certa unanimidade de que, mantidas as atuais condições, as atividades produtivas continuam viáveis e sustentáveis. O mesmo não se evidencia tanto na possibilidade da não participação do empreendedor, uma vez que tal figura parece ainda estar muito presente, como o viabilizador do empreendimento, mesmo quando estão evidentes outras possibilidades de negócios tão ou mais vantajosas para a organização, como é o caso do CataVida. E se mostra na condição plena no caso da CooperGet, onde a presença do empreendedor beira à condição do absoluto no imaginário dos jovens associados.

De fato, a maior autonomia em relação ao empreendedor está manifestada nas empresas da RICS, o que pode não ser expressivo da condição de menor presença e dependência real, mas da metodologia da presença e do empoderamento autogestionário dos indivíduos e da responsabilização da sustentabilidade às empresas, desde o início. Assim, mesmo que a sobrevivência das empresas dependa constantemente da mediação e ancoragem contratual da Guayí, as relações de cooperação e a autogestão dos processos parecem mais evidentes aos indivíduos e os processos podem se apresentar a eles de forma mais simples e operacional por sua governabilidade, ao menos no universo mais imediato da produção. São também empresas com poucos integrantes, todos sócios de propriedade paritária do capital, o que pode auxiliar na metodologia de corresponsabilização dos indivíduos. Situação que é diferente nos demais casos - onde a complexidade dos processos, no caso da CooperGet e o tamanho da organização, no caso do CataVida - podem estar inibindo a ousadia inovadora

estrutural dos indivíduos. Contudo, podem existir lacunas objetivas e subjetivas nos processos, que os impeçam efetivamente de avançar e que só se revelarão quando as condições para tal se apresentarem.

Contudo, cabe ressaltar que houve um efetivo processo de qualificação das realidades sociais dos grupos sociais beneficiados pelos empreendimentos e tiveram significativos agregados de valor em suas vidas, cujos processos emancipatórios estão em curso e, como todos os processos humanos e sociais, estão sujeitos a avanços ou retrocessos no futuro. E essas variáveis de continuidade tendem a ser mais exitosas quando passam a depender menos dos empreendedores e mais dos participantes beneficiados, uma vez que o interesse pela continuidade tende a ser sempre mais de quem muito depende dela.

Nesse sentido, os empreendimentos estudados acumularam capacidades e empoderaram os indivíduos participantes, de formas a adquirirem boa parte das condições de viabilização da continuidade dependente dos empreendedores. Com isso, estima-se que haja um processo de ampliação dos elementos qualificadores e minimizadores das fragilidades ainda existentes. Parece mesmo que a conquista em curso é a aquisição das novas práticas sociais, conforme indica Cajaiba-Santana (2013) como indicador de qualidade para a inovação social e como mudança da realidade e das pessoas como valor social gerado, segundo Dees (2001) e Moulaert, *et al* (2007). Assim, pelas reflexões aqui repertoriadas, parece haver argumentos significativos para indicar a existência de valor social gerado e é como tal percebido pelos participantes e pelos empreendedores. Os limites e as fragilidades dos processos parecem indicar desafios para a continuidade e eventuais limites no desempenho dos empreendimentos e seus processos organizativos e funcionais, as não a condições de eficiência e efetividade das realizações, uma vez que as transformações observadas parecem bem amplas e profundas.

Por fim, cabe ressaltar, que, embora tenha tido enormes avanços nas realidades empreendidas, buscou-se manter uma leitura criteriosa sobre o valor social criado, até porque a medida de desempenho, proposta por Mulgan (2006) é sempre comparativa a outras que poderiam ser realizadas as mesmas realidades e não em relação a não existência de empreendimentos. Por isso, cabe a indicação de eventuais fragilidades e limites dos processos, porque a referência é o agregado possível de ser gerado. E, como não costumam existir diversos empreendimentos sociais nas mesmas realidades, o esforço comparativo precisa ser com as resultados obtidos e as fragilidades percebidas.

Sendo assim, mesmo com as fragilidades, as três experiências revelaram-se bons casos de processos exitosos de inovação e empreendedorismo social e com significativo valor social gerado em realidades de múltiplas, intensa e extensa exclusão social. Dessa forma, o valor social pode ser percebido como resultado dos empreendimentos, nos seus processos organizativos, nos impactos gerados nas realidades e nas significativas mudanças nas atitudes e das práticas sociais dos participantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a inovação e o empreendedorismo social não sejam concepções e práticas novas – visto que se fazem presentes ao longo da história da humanidade, nos mais distintos formatos e pelas mais diversas iniciativas – elas emergem de forma inovadora e revigorada nas últimas décadas. Nessa emergência, tentam consolidar-se como reações criativas e resolutivas aos crescentes processos de exclusão social, na medida em que se consolidam os processos econômicos orientados em dinâmicas de mercado global.

Estas históricas realizações de inovação e empreendedorismo social podem estar revelando uma natureza humana com vínculos de reciprocidade (POLANYI, 1970) e capaz de promover engajamentos colaborativos e cooperativos para além do autointeresse e realizar escolhas para além da racionalidade econômica restritiva (HORKHEIMER, 2013). De fato, Sen (2010) afirma a oportunidade da economia, enquanto ciência, ampliar sua racionalidade de leitura, para se tornar mais eficiente e efetiva em universos mais abrangentes das realidades e das necessidades humanas, tais como o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental dos produtos e processos. Para isso, o autor recomenda a superação dos enfoques especializados, que distanciariam artificialmente os campos de conhecimento.

Assim, os estudos dessa temática levam a concordar com o pensamento econômico e social que compreende a sociedade e a economia como mutuamente enraizadas e essencialmente imbricadas entre si (GRANOVETER, 1980). Acepções essas que encontram respaldo na clássica e contemporânea Sociologia Econômica e na Economia Social, quando

reconhecem as naturezas especializadas dos fenômenos, mas sua compreensão não pode ser isolacionista, por um lado e nem sub ou sobre posicionadas, por outro, mas mutuamente enraizadas e imbricadas. Ou seja, as realidades econômicas e sociais se implicam mutuamente e a capacidade de ser efetivamente resolutivo nelas exige a capacidade da mútua interação.

Os contextos econômicos e sociais que marcam o ressurgimento do empreendedorismo socialmente orientado se caracterizam pelas profundas contradições estruturais, onde persiste a múltipla exclusão de grandes parcelas populacionais, enquanto cresce o acúmulo social da riqueza. Realidades estas definidas por Bourdieu *et al* (2012) como a miséria humana e do mundo, porque o conhecimento e as escolhas racionais ainda se revelam incapazes de produzir soluções inclusivas e de superação destas contradições.

A inovação e empreendedorismo social se apresentam como uma perspectiva programática de mudança nas realidades excludentes e a viabilização de novas práticas sociais, uma vez que se opõe ao modelo econômico neoliberal, mas se recusa a fazer formulações basicamente utópicas e agir apenas nas estruturas socioeconômicas (MOULAERT *et al*, 2007). Dessa maneira, as iniciativas para serem inovadoras, buscam ser resolutivas de realidades específicas e/ou abrangentes dos sistemas socioeconômicos, gerando nelas agregados de valor social (DEES, 2001 e 2008).

Assim, as inovações sociais se manifestam pela produção de mudanças nas realidades e nas atitudes, nos comportamentos e nas percepções dos indivíduos participantes e que resultam em novas práticas sociais (CAJAIBA-SANTANA, 2013) ou em novos *habitus* relacionais reestruturadores da constituição social, frutos de novas consciências da realidade (BOURDIEU, 2004; GIDDENS, 2009). E essa capacidade inovadora e empreendedora depende fundamentalmente do acúmulo de capital social acumulado nas sociedades (MOULAERT E NUSSBAUMER, 2008), pois mesmo nas mais diversas instâncias das organizações e das instituições, as iniciativas socialmente empreendedoras dependem dos indivíduos interpelados por causas sociais (BORNSTEIN, 2006). Compreende-se, dessa forma, os empreendedores na tradição de geradores da inovação de Schumpeter (1988), do aproveitamento otimizado das oportunidades de Drucker (2003) e da aceitação integral dos riscos sobre a mobilização, alocação dos recursos e a gestão dos processos.

Com essas referências conceituais centrais, desenvolveu-se a pesquisa em três experiências de inovação e empreendedorismo social, com foco na inclusão produtiva de

populações em múltipla exclusão social. Estas foram viabilizadas e mantidas pela iniciativa empreendedora externa às realidades, na mobilização e alocação dos recursos investidos e na orientação normativa das relações sociais, dos processos decisórios e da organização e gestão das atividades produtivas.

O estudo foi viabilizado pela metodologia dos estudos de caso, com a captação de evidências em entrevistas e estudos documentais e a observação de fatos, de relações e acontecimentos, acumulando uma ampla bagagem de dados empíricos sobre as realidades e os processos do fenômeno em questão. A análise destes dados foi realizada usando-se majoritariamente a metodologia da Análise de Conteúdo e complementarmente a Análise do Discurso, para entender melhor os enunciados simbólicos e as condições sociais e subjetivas que geraram as linguagens.

A análise dos empreendimentos permitiu estabelecer algumas reflexões teóricas e empíricas sobre a metodologia organizativa das iniciativas e os perfis característicos dos empreendedores sociais ao promover a inclusão produtiva de populações em múltipla exclusão social. Notabiliza-se que, mais do que o brilhantismo de uma genialidade criativa, os empreendedores sociais se caracterizam pela persistência e tenacidade com que investem recursos e energias nas realidades e pessoas que pretendem modificar. Eles são os centros irradiadores das energias que geram as transformações. Isso está evidente no ex-prefeito de Novo Hamburgo, ao recusar as saídas convencionais e assistenciais, e correr os riscos em promover um enquadramento diferenciado dos catadores na releitura dos contratos do sistema de coleta da cidade, implantando um sistema não mecanizado, mas socioambiental. Está igualmente no trabalho incansável e apaixonado da gerente do Projeto CataVida, cuja energia colocou em movimento centenas de trabalhadores da catação. Verificou-se o mesmo perfil no empresário e designer empreendedor da VillaGet e da CooperGet, cuja dedicação o levou a renunciar a uma exitosa sociedade empresarial, para se dedicar integralmente à cooperativa de jovens e colocá-la estrategicamente no mercado e consolidar sua marca. Da mesma forma, pode-se constatar na criação, no desenvolvimento e na manutenção da RICS, a partir da qual empresas se viabilizaram e se mantêm pelo empenho, pela dedicação incansável e abnegada do coordenador geral da Guayi e da gerente da Rede. Estes colocaram não só recursos materiais em risco ao apostarem na transformação de realidades e pessoas dos territórios de criminalidade, mas, por vezes, o máximo do risco empreendedor pouco calculável: suas próprias vidas e a dos seus familiares.

De fato, o estudo dos casos demonstra a condição evidente e o papel dos empreendedores como vetores externos de provimento das condições materiais e imateriais que viabilizam as organizações. Sua existência é o fator central na difusão do empreendedorismo social e na replicagem das experiências, pois as realidades transformadas podem ser localizadas e identificadas em diversos territórios metropolitanos, porém os empreendimentos resolutivos, dependem dos empreendedores interpelados pelas causas sociais específicas, a ponto de mobilizar os recursos e correr integralmente os riscos sobre as realizações.

A leitura feita no estudo identifica o perfil empreendedor nos indivíduos, como afirmam Bornstein (2006) e Dees (2001), ao referenciar os clássicos conceitos de Schumpeter e Drucker dos universos empresariais, para as missões sociais. De fato, os indivíduos se revelaram os impulsionadores das organizações e instituições e as mantiveram empenhadas nas realizações socialmente resolutivas.

Por outro lado, o estudo também possibilitou identificar as formas como o valor social é gerado nas realidades e analisar como ele percebido pelos empreendedores e pelos participantes beneficiados. Estas questões de valor social gerado representam uma contribuição importante, pois se afastam das visões do *mainstream* econômico, uma vez que é entendido como a mudança gerada na realidade e na vida das pessoas envolvidas, agregando qualidade e sustentabilidade a essas. Isso pode ser verificado pelo crescimento do poder aquisitivo e a capacidade de consumo, do aumento da mobilidade socioterritorial e da autonomia realizadora de projetos pessoais e dos grupos familiares. A metamorfose da realidade socioeconômica está mais evidente no caso do CataVida, onde os trabalhadores obtiveram um crescimento médio de renda superior a dez vezes o que recebiam em 2008 e em condições de trabalho e relações sociais humanizadas e integralmente inclusivas. Porém são visíveis também na CooperGet e na RICS, onde as atividades produtivas incluem jovens e mulheres em múltiplas vulnerabilidades dos territórios *hustling* de criminalidade.

Contudo, uma das contribuições teóricas que a pesquisa se propôs foi demonstrar os processos como o valor social é gerado e percebido na mudança das atitudes e práticas sociais dos indivíduos participantes. Nesse sentido, foi possível identificar e caracterizar os processos organizativos e funcionais, revelando peculiaridades metodológicas dos empreendedores e do público beneficiado, na dinâmica de institucionalização das proposições normativas dos empreendedores em novos *habitus* dos participantes. Mas também a

caracterização relacional de especificidades relacionais e circunstâncias dos grupos sociais que compõe as organizações, cujas condições podem favorecer ou dificultar a adoção de novas práticas sociais.

No outro propósito do estudo, estava em captar as diversas vozes que emergentes, como memórias coletivas em meio às relações produtivas e organizacionais se viabilizaram. Relativamente a isso, percebeu-se a manifestação vozes expressivas da complexidade de uma metamorfose em curso nos empreendimentos. Manifestações que ainda carregam as dores ressentidas e a baixa autoestima pessoas, social e profissional, frutos da história de humilhações e invisibilidades a que foram vítimas e as quais continuam vivas nas memórias coletivas e, por vezes, são bloqueadoras da condição inovadora de sujeitos da sua alteridade. São, portanto, as vozes emergentes da diversidade e da complexidade cumulativa das condições de múltipla exclusão e seus complexos e lentos processos de superação, somando-se e confundindo-se com as vozes alegres, esperançosas e eufóricas das conquistas alcançadas, cuja felicidade parece só não estar completa porque persiste o medo do retorno ao que um dia foi um mundo de males para eles.

O estudo também objetivou caracterizar os elementos de mudança nas posturas e nas práticas sociais. Para isso, a pesquisa adotou os referenciais de análise da associação e cooperação, da participação e autogestão, da emancipação e autonomia e da sustentabilidade dos processos, buscando identificar e caracterizar as realidades relacionais observadas e as percepções manifestadas pelos indivíduos participantes. De fato, nas três experiências a associação se dá premida pela necessidade da inclusão produtiva e é a única forma de participação dos empreendimentos. Sendo assim, ela não pode ser caracterizada como de livre adesão para o atendimento a um interesse, como preconiza a economia da cooperação. Contudo, a prática social fomentada nos empreendimentos é a da cooperação voluntária e consciente como *habitus* pessoal e relacional e, na medida em que isso se efetiva, é percebido como valor social gerado.

Assim, o estudo identificou traços de mudanças nas atitudes e nas práticas sociais de cooperação nas três experiências. Entretanto, os níveis de cooperação são diferentes nas três experiências e assumidas diferenciadamente pelos indivíduos de cada empreendimento. Enquanto que no CataVida ainda se revela majoritariamente um senso de cooperação orientado na percepção da vontade do empreendedor, manifestando que ‘eles querem que a gente seja assim e faça assim’, na CooperGet há evidências da cooperação como valor

humano, e, na RICS, fica evidente a cooperação por interesse de inclusão socioproductiva e ampliação dos ganhos econômicos e qualidade de vida.

Nas demais referências de análise, a pesquisa localizou fatos e identificou manifestações análogas a da prática da cooperação, num mesclado caracterizado de solidariedade mecânica e subservente com a cooperação solidária orgânica e consciente. Da mesma forma, a participação, que é amplamente fomentada nos empreendimentos, ainda é percebida por muitos como algo que lhes é concedido, enquanto que outros estão assumindo efetivamente as práticas da autogestão. Condição essa claramente diferenciada de um empreendimento para outro. O CataVida se caracteriza majoritariamente pela cooperação mecânica e pela participação permitida de indivíduos que ainda não se percebem como sujeitos. Já na CooperGet e na RICS ocorre majoritariamente a cooperação consciente, mas a autogestão parece ser apenas uma realidade para a rede de empresas.

Sobre a emancipação e a autonomia dos indivíduos, esta se traduz em manifestações e posturas participativas e associativas em processo de consolidação, pois, embora os trabalhadores tivessem atingido patamares razoáveis de remuneração pessoal nos empreendimentos, eles ainda não se percebem com autonomia pessoal, profissional e cidadã para todos. A condição de autonomia é percebida mais fortemente na RICS, onde as empresas tem uma dinâmica mais visível, permitindo o engajamento mais imediato e concreto das mulheres em dinâmicas escolhidas por elas e que podem ser ampliadas se assim o escolherem. Na CooperGet a dependência do empreendedor é muito forte e eles percebem a autonomia muito mais como capacidade de criar nos limites do que o empreendimento proporciona. Já no CataVida, a autonomia é percebida como condição de consumos e mobilidade social, mas ainda não profissional, uma vez que as expectativas estão voltadas a realizar os sonhos nos limites do empreendimento e temem pelo seu futuro, sem perceber a amplitude de oportunidades econômica que poderiam ter fora da atividade e da organização em si.

Em relação à sustentabilidade dos processos, é importante destacar a existência de um estado de temor e de preocupação constante quanto à sustentabilidade e à ampliação do empreendimento CataVida, ainda que as condições para tal existam na realidade atual e as perspectivas futuras sejam promissoras a curto e médio prazo. Nesse sentido, algumas iniciativas recentes, como a qualificação básica e profissional podem ampliar o leque dos negócios da Cooperativa e, ao mesmo tempo, contribuir para elevar a confiança e a consciência para si dos associados. Nos demais empreendimentos, o temor pela continuidade

é pouco manifestado, aproximando-se do estado natural da percepção de sobrevivência das organizações no mercado. Isso provavelmente está associado ao fato dos catadores terem experimentado uma metamorfose radical da realidade muito recentemente e a memória da realidade anterior se traduza em temor pelo futuro.

A observação empírica relevante é que os empreendimentos sociais propiciaram a uma população socialmente invisível e excluída a possibilidade da mudança de suas realidades e vidas, com significativa ascensão social. Entretanto, as memórias dos tempos de exclusão e da condição de **não-sujeitos** permanecem presentes como indícios de uma realidade em superação.

Os empreendedores sociais, como vetores externos, tornaram-se essenciais no processo de organização das pessoas excluídas, uma vez que as condições nas quais estes se encontravam não possibilitavam iniciativas empreendedoras internas com vistas a sua emancipação socioeconômica e cultural. Imersos nessa realidade, encontravam-se em estado de consciências alienadas e subservientes que os incapacitavam de perceber e agir sobre as relações opressoras. Diante disso, a atuação do ator externo é fundamental para a ruptura com aquelas realidades e a edificação de novas relações socioinclusivas, desempenhando o papel referenciador em termos de concepção, estruturação das novas dinâmicas de trabalho e de autogestão organizativa.

Entretanto, a atuação dos empreendedores, como normatizadores externos das relações internas e como zeladores de provimento de toda natureza, pode estar gerando uma grande contradição ou até um paradoxo processual. Se, por um lado, sua atuação é necessária e geradora de condições da cooperação, da participação autogestionária e da crescente autonomia dos participantes; por outro, pode estar impedindo a ocorrência das rupturas objetivas e subjetivas necessárias para que estas se viabilizem plenamente. A consolidação de tais condições, como práticas individuais e relações organizacionais, depende das escolhas de sujeitos com consciências para si das realidades. E essas escolhas podem depender da ausência normatizadora externa, exercida e representada pelos empreendedores nas experiências estudadas.

Sendo assim, ficou inviabilizado de se estudar e concluir se as contradições e algumas dicotomias presentes nas relações podem ser condições típicas do estágio dos empreendimentos e da tomada diferenciada de consciência em si e para si das realidades e das

novas práticas sociais em institucionalização; ou se podem ser estruturais de processos e inevitáveis de processos de empreendedores externos, onde a autogestão e a autonomia permanecessem limitadas, embora altos graus de emancipação e participação tivessem sido conquistados. Talvez a carga da expectativa do protagonismo dirigente e autogestionário das suas e das atividades produtivas de sua emancipação estejam pesando muito nas consciências alienadas e para si de muitos participantes, o que não significa que não estejam fazendo os seus processos emancipatórios. Talvez precisem mais tempo, mais energia e investimento empreendedor. De qualquer forma, podem ser contradições inerentes dos processos que mantêm os participantes dependentes dos empreendedores externos.

Como se observa, as experiências estudadas ilustram casos de geração de valor em comunidades de excluídos. Os resultados e as conclusões, evidentemente, merecem estudos de ampliação e enfoques mais abrangentes e mais detalhados. Espera-se que as questões relativas à geração de valor social e às formas de sua avaliação, tendo como pano de fundo a pesquisa aqui relatada, possam ser debatidas de forma mais aprofundada no âmbito do fórum de pesquisadores sobre empreendedorismo e inovação social.

Nesse sentido, um dos limites da pesquisa está em não ter uma perspectiva longitudinal e, por isso, a dinâmica emancipatória dos indivíduos e a consolidação das novas práticas sociais, sem a presença ativa e cotidiana dos empreendedores, não se revelaram. De fato, os indivíduos só poderiam revelar sua condição de autonomia quando realmente testados nas suas organizações, o que requer acompanhamentos longitudinais ou estudos de casos em que tal processo se realiza. Ou ainda, por estudos que confrontem resultados obtidos em organizações em que o *auto-emprego* tenha se viabilizado, no qual o gerador externo e, ao mesmo tempo, inibidor da autogestão esteja ausente.

Outra proposição de estudo futuro poderia estar relacionado à busca da mensuração mais aplicada do valor social gerado, adotando as categorias deste estudo como molduras aplicadas a realidades distintas, no sentido de testar sua replicação em estudos de metodologias mais objetiva.

Por fim, cabe salientar que, apesar dos limites indicados, a presente pesquisa viabilizou o alcance dos objetivos propostos e acredita-se ter contribuído para o avanço das pesquisas acadêmicas na temática da inovação e do empreendedorismo social, cujo acúmulo desafia às ciências administrativas a direcionarem as capacidades e aptidões acumuladas para

a resolução dos grandes problemas e contradições sociais do mundo. Assim, far-se-á justiça ao clássico pensamento de Marx quando diz que, além de entender, a ciência precisa levar a transformar o mundo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M.; [et al]. *Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Cadernos da UNESCO, Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Trad. W. L. Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ANDRADE, M. C. de. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. Pp.213-220. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998.
- ANDREW, C.; KLEIN, J-L. Social Innovation: What is it and why is it important to understand it better. In: *CRISES. Études théoriques*. April, 2010.
- ANTEAG. *Economia Popular Solidária – Cadernos de Formação*. Porto Alegre: CORAG, 2002.
- ANTUNES, J.; BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. (Orgs.). *Práticas de Gestão de Redes de Cooperação*. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- ARANTES, O.; VEINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consenso*. São Paulo: Vozes, 2002.
- ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. Trad. M. W. B. de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro, 2002.
- AURESWALD, P. Creating Social Value. In: *Stanford Social Innovation Review*. Stanford Graduate School of Business. Pp.51-55, Spring, 2009.
- AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and Commercial Entrepreneurship: Same, Different, or Both? In: *Entrepreneurship Theory and Practice*. Pp. 1042-2587, January, 2006.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARNARD, C. *As Funções do Executivo*. Trad. F. M. de T. Piza. São Paulo: Atlas, 1971.

- BARROS, A. M. [et al]. *Criminalidade e Análise de Gênero: A Mulher e o Crime*. Recife: Unieducar, 2012.
- BARROS, A. M. [et al]. Filtragem Racial: a cor na seleção do suspeito. In: *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Nº 3, pp.134-155, jul/ago de 2010.
- BARROSO, J. R. (Org.). *Globalização e Identidade Nacional*. São Paulo: Atlas, 1999.
- BAUER, M. A popularização da ciência como imunização cultural: a função de Resistência das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 4ª ed., São Paulo: Vozes, 1998.
- BAUMAN, Z. *Vida em Fragmentos: Sobre a Ética Pós-Moderna*. Trad. A. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. *Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos*. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. *A Arte da Vida*. Trad. C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- _____. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. *Globalização: As consequências Humanas*. Trad. M. Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BERGER, P. L; LUCKMANN, T. B. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- BERTERO, C. O; CALDAS, M. P; WOOD JR, T. (Orgs.) *Produção Científica em Administração no Brasil: O Estado-da-arte*. São Paulo: Atlas, 2005.
- BIGNETTI, L. P. (Coord.) O Processo de Inovação Social em Programas de Qualificação Profissional Voltados à Inserção Produtiva de Jovens em Situação de Vulnerabilidade Social. *Projeto de Pesquisa - Submetido pelo PIESO ao Edital Universal do CNPq/2012*.
- _____. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, Nº 47 (1), pp. 3-14, janeiro/abril, 2011.
- _____. A Evolução da Inovação como processo aberto: O caso de uma empresa intensiva em conhecimento. *Adm. MADE* (Universidade Estácio de Sá). V. 12, pp. 51-75, 2008.
- BLAU, P.; SCOTT, R. *Organizações Formais*. São Paulo: Atlas, 1970.
- BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia*. Trad. Marco A. Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000(a).
- _____. *Teoria Geral da Política: A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Trad. D. B. Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000(b).
- _____. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.
- BOISIER, S. *El Vuelo de una Cometa: Una Metáfora para una Teoría del Desarrollo Territorial*. Santiago: ILPES, 1997.
- _____. *Modernidad y Territorio*. Cuadernos del ILPES, Nº42. Santiago: ILPES, 1996.
- BORNSTEIN, D. *Como Mudar o Mundo: empreendedores sociais e o poder das novas ideias*. Trad. A. Raposo; M. B de Medina, 3ª ed. Rio de Janeiro: Recorde, 2006.
- BOSI, E. *Cultura de Massa e Cultura Popular*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. 10º ed. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

- BOURDIEU, P. (Coord.). *A Miséria do Mundo*. 9ª ed. Trad. M. S. S. Azevedo; J. A. Clasen; S. H. F. Guimarães; M. A. Penchel; G. J. F. Teixeira; J. V. Vargas. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 7ª ed. Introdução, organização e seleção S. Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- _____. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 3ª ed. Trad. G. J. de F. Teixeira; M. G. J. Setton. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____. *Coisas ditas*. Trad. C. R. da Silveira; D. M. Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *Las Estructuras Sociales de La Economía*. Trad. H. Pons. Buenos Aires: Manantial, 2001(a).
- _____. *Contrafogos 2: Por um Movimento Social Europeu*. Trad. A. Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001(b).
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *O Desencantamento do Mundo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- BOURGOIS, P. Homeless in El Barrio. In: BOURDIEU, P. (Coord.) *A Miséria do Mundo*. 9ª ed. Trad. M. S. S. Azevedo; J. A. Clasen; S. H. F. Guimarães; M. A. Penchel; G. J. F. Teixeira; J. V. Vargas. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BUBER, M. *Sobre a Comunidade*. Trad. M. Dascal; O. Zimmermann. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. *Eu e Tu*. Trad. e notas de N. A. Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.
- CAJAIBA-SANTANA, G. *Social innovation: Moving the Field forward*. A conceptual framework. Technol. Forecast. Soc. Change. France, 2013.
- CAILLÉ, A. Sobre los Conceptos de Economía en general y de Economía Solidaria en particular. In: CAILLÉ, A.; [et al]. *?Qué es lo económico?: materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. Pp.13-46. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2009.
- CAMUS, A. *O Homem Revoltado*. Trad. V. Rumjanek. Rio de Janeiro: Recort, 2008.
- CARDOSO, R. Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHP, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- CARVALHO, N. V. *Autogestão – o nascimento das ONGs*. Trad. L. R. S. Malta; M.C.Galati. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CASTELLS, M. *Fim de Milênio*. Trad. K. B. Gerhardt; R. V. Majer. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- _____. *O Poder da Identidade*. K. B. Gerhardt. 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. O Campo Econômico. *Política & Sociedade*. Nº 6, pp. 15-57, abril/2005.
- _____. *A Sociedade em Rede*. Trad. R. V. Majer. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTORIADIS, C. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. G. Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CATTANI, A. D.; LAVILLE, J-L.; GAIGER, L. I; HESPANHA, P. (Orgs.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009
- CATTANI, A. D. *Processo de Trabalho e Novas Tecnologias*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1995.

- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. A Ética da Política. In: GUIMARÃES, J. *Leituras da Crise: Diálogos sobre o PT, a Democracia Brasileira e o Socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de Estudos Organizacionais*. V. I. São Paulo: Atlas, 1999.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de Estudos Organizacionais*. V. II. São Paulo: Atlas, 2001.
- CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de Estudos Organizacionais*. V. III. São Paulo: Atlas, 2004.
- COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. *Empresários e empregos Nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- COLEMAN, J. S. *Foudation of Social Theory*. Pp. 300-321 Cambridge: Hadvard University Press, 1990.
- CONSEIL de la science et de la technologie. *Social innovation and technological innovation: The contribution of research in the social sciences and the humanities*. Advisory Report/2000, Gouvernement du Québec: Bibliothèque nationale du Québec, 2000.
- COMTE, A. *Curso de Filosofia; Discurso Preliminar sobre o Conjunto do Positivismo; Catecismo Positivista*. 5ª ed. Trad. J. A. Giannotti; M. Lemos. São Paulo: Nova Cultura, 1991.
- CORAGGIO, J. L. *Desenvolvimento Humano e Educação*. Trad. S. Valenzuela. São Paulo: Cortez, 1996.
- COSTA, F. B. *Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis*. Biblioteca de Teses. São Paulo: USP, 2008.
- CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G.; VALE, D. *Discovery Argument and Action: How Civil Society Responds to Changing Needs*. Young Foundation, 2008.
- COURTINE, J-J. Quelques problèmes et méthodologiques en analyse du discours; à propôs du discours communiste adressè aux chrétiens. In: *Langages* – N° 62, pp.9-127. Paris, juin/1981.
- CHRISTIAENS, E.; MOULAERT, F.; BOSMANS, B. The End of Social Innovation in Urban? Development Strategies. In: *European Urban and Regional Studies*. V. 14, N° 3, pp.238-251, 2007.
- CROPPER, S.; EBES, M.; HUXHAM, C.; SMITH RING, P. *The Oxford Handbook of Inter-Organizational Relations*. Oxford University Press, 2008.
- CURRIE G.; [et al]. Entrepreneurial leadershi in the English public sector: paradox or possibility? In: *Public Administration*. N° 86(4), pp. 987-1008, 2008.
- DACIN, M. T.; DACIN, P.; TRACEY, P. *Social Entrepreneurship: a critique and future directions*. In: *Organization Science/2011*. Vol. 22(5), pp. 12003-1213, 2011.
- DEES, J. G. *The Meaning of "Social Entrepreneurship"*. Original Draft: October 31, 1998; Reformatted and revised: May 30, 2001.
- _____. Social Ventures as Learning Laboratories. In: *Innovatinos*, pp.11-15, 2009.
- DEES, J. G.; ANDERSON, B. B. For-Profit social ventures. In: *International Journal of Entrepreneurship Education* (special issue on social entrepreneurship). N° 2, pp. 1-26, 2003.
- DEES, J. G.; ANDERSON, B. B.; WEI-SKILLERN, J. *Scaling Social Impact: strategies for spreading social innovations*. Stanford Social Innovation Review. Spring/2004.

- DEES, J. G.; OBERFIELD, A. [et al]. HBS – Case N° 9. In: *Harvard Business School Publishing*. March 5, pp. 391-169. Boston, 1991.
- DENHARDT, R. B. *Teorias da Administração Pública*. Trad. F. G. Heidemann. São Paulo: Cebgabe Learning, 2012.
- D'IRIBARNE, F. Gestión y política pública. *Apud*: GODIM, S. M. G.; FISCHER, T. O Discurso, a Análise de Discurso e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. In: *CGS-Cadernos Gestão Social*. V. 2, N° 1, pp.09-26, set/dez de 2009. Disponível em: www.cgs.ufba.br
- DORFMAN, A. As escalas do território e sua articulação. In: *Territórios do Cotidiano: uma Introdução a novos olhares e experiências*. Pp. 99-108. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS/UNISC, 1995.
- DOSI, G. *Mudança Técnica e Transformação Industrial: A Teoria e uma aplicação à indústria dos semicondutores*. Trad. C. D. Szlak. Campinas: Unicamp, 2006.
- DRUCKER, P. *Sociedade Pós-Capitalista*. 3ª ed. Trad. M. F. Jesuino. Lisboa: Actual, 2007.
- _____. *Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios*. Trad. C. Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.
- _____. What business can learn from nonprofits. In: *Harvard Business Review*. N° 67, pp. 88-93, 1989.
- _____. *Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles*. New Yourk: Thomson Learning, 1985.
- DURKHEIM, É. *Educação e Sociologia*. Trad. S. Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. *Sociologia e Filosofia*. Trad. F. D. Andrade. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- _____. *Fato Social e Divisão do Trabalho*. Trad. R. Musse. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. *O Suicídio*. Trad. A. Marins. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- _____. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. P. Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- DUSSEL, E. D. *Por um: mundo diferente alternativas para o Mercado Global*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *Ética da Libertação na idade de globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. *Para uma Ética da Libertação Latino - Americana, Vol. IV - Política*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- _____. *Libertação Latino - Americana, Vol. II - Eticidade e Moralidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1977(a).
- _____. *Filosofia de La Liberación*. México: Edicol, 1977(b).
- _____. *Método para uma Filosofia de La liberación: Superación analética de La dialética hegeliana*. Salamanca: Sígueme, 1974.
- EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. In: *Academy of Management Review*. V. 14, N. 4, pp. 532-550, 1989.
- FARR, R. M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: www.fbes.org.br Acessado em 06/04/2014.
- FEDELE, M. *As administrações públicas*. Ijuí/RS: UNIJUÍ, 1999.

- FERNANDES, R. C. O que é Terceiro Setor? In: IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005
- _____. Privado porém público: O Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERRARINI, A. V. Pobreza: *Possibilidades de construção de políticas emancipatórias*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- FGV/MEC. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- FILGUEIRA, C.; PERI, A. *América Latina: los rostros de la pobreza y sus causas determinantes*. Série población y desarrollo. CELADE. Santiago, junio de 2004.
- FILION, J. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. In: *Revista Administração/São Paulo*. V. 34(2), pp.05-28, 1999.
- FIORI, J. L (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *Globalização, Hegemonia e Império*. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Orgs.). *Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis: vozes, 1997.
- FISCHER, R. M. [et AL]. Monitoramento de Projetos Sociais: um Desafio para as Alianças Intersetoriais. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), XXVII. *Anais*. Atibaia: ANPAD, 2003.
- FOLLET, M. M. *Mary Parket Follet: profeta do gerenciamento*. Organização P. Grahman. Trad. E. Chiocheti; M. L. A. Lima. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. São Paulo: Martins Livreiro, 1987.
- FREEMAN, C.; SOETE, L. *A Economia da Inovação Industrial*. Trad. A. L. S de Campos; J. O. P. da Costa. Campinas: Unicamp, 2008.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crises of adjustment business, cycles and investment behaviour. In: DOSI, G.; [et al]. *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.
- FREEMAN, C. Prométhée désenchaîné. *Futuribles*. N° 96, pp. 18-36, Paris, fev/1986.
- FREGONESI, M. S. F. A.; [et al]. Metodologia SROI: Uma proposta para cálculo do valor socioeconômico das organizações do terceiro setor. In: *UnB Contábil*. V. 8, N° 2, pp.239-266. Brasília: UnB, Jul/Dez 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 54ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FSM – Fórum Social Mundial: a construção de um mundo melhor. Organização A. D. Cattani. Porto Alegre: Vozes, 2001.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- GACHET, S. *A massa invisível*. Cadernos on line.
- Disponível em: www.discutireducação.blogspot.com Acessado em 14/11/12.
- GAIGER, L. I. (Org). *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. I.; CORRÊA, A. S. O diferencial do empreendedorismo solidário. In: *Ciências Sociais Unisinos*. V. 47. N° 1, p. 34-43, São Leopoldo, jan/abr 2011.

- GARCIA, N. G.; [et al]. Valor Social. Pol. ind. *Calaméo*. V. 4516, Nº 3, 2010.
- GEROMETA, J.; HAUSSERMANN, H.; LONGO, G. Social Innovation and Civil Society in Urban Governance: Strategies for an Inclusive City. In: *Urban Studies*. V. 42, Nº 11, pp.2007-2021, 2005.
- GIDDENS, A. *A Constituição da Sociedade*. Trad. Á. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Para Além da Esquerda e da Direita*. São Paulo: UNESP, 1996.
- _____. *As consequências da Modernidade*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- GIDDENS, A.; HUTTON, W. (Orgs.). *No Limite da Racionalidade: Convivendo com o Capitalismo Global*. Trad. M. B. de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. Trad. G. C. C. de Souza. São Paulo: UNESP, 1999.
- GIEHL, P. R. Olhando e entendendo as realidades. In: MACHADO, M. L. S.; MOURA, P. G. M. (Orgs.). *Educador Social: uma construção profissional*. Canoas: Ed. ULBRA, 2011(a).
- _____. Gestão de processos sociais. In: MACHADO, M. L. S.; MOURA, P. G. M. (Orgs.). *Educador Social: uma construção profissional*. Canoas: Ed. ULBRA, 2011(b).
- _____. *FUNDOPEM: Instrumento para Descentralizar ou Concentrar a Indústria no Rio Grande do Sul?* Ijuí: Unilivros, 2002.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODIM, S. M. G.; FISCHER, T. O Discurso, a Análise de Discurso e a Metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo na Gestão Intercultural. In: *CGS-Cadernos Gestão Social*. V. 2, Nº 1, pp.09-26, set/dez de 2009. Disponível em: www.cgs.ufba.br
- GONZÁLEZ, P. (Org.). *Empresa Social e Globalização – Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente*. São Paulo: Edições ANTEAG / YANGRAF, 1998.
- GRAHAM. P. (Org.). *Mary Parket Follet: profeta do gerenciamento*. Trad. E. Chiocheti; M. L. de A. Lima. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- GRAMSCI, A. Concepção Dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. In: *American Journal of Sociology*. V. 91, Nº 3, pp. 481-510, 1985.
- GUAYÍ – Notícias. Disponível em: www.guayi.org.br Acessado em 10/05/2012.
- GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 4ª ed., São Paulo: Vozes, 1998.
- GUIMARÃES, G. T; EIDELWEIN, K. (Orgs.). *As Políticas Sociais Brasileiras e as Organizações Financeiras Internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- HABERMAS, J. *Consciencia Moral y Acción Comunicativa*. Madrid: Trotta, 2008.
- _____. *A Ética da Discussão e a Questão da Verdade*. Trad. M. B. Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. *Pensamento Pós-Metafísico*. Trad. F. B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

- _____. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda., 1984.
- HAIR JR, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOEL, P. *Fundamentos de Métodos em Administração*. Porto Alegre: Bookmann, 2005.
- HALL, D. (Org.). *Reclaiming Public Water*. Porto Alegre: Novaprova, 2005.
- HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Criando Valor Sustentável. Trad. P. F. Bendassolli. In: *RAE Executivo*. V. 3, Nº 2, pp. 65-79. São Paulo: 2004.
- HARVEY, D. *Para entender o capital*. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEALEY, P. Creativity and urban governance. In: *Policy Studies*. V. 25, Nº 2, pp. 87-102, 2004.
- HEILBRONER, R. *The Nature and Logic of Capitalism*. New York: Norton & Company, 1985.
- HELLER, A.; [et al.]. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- HENRY, P. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: São Paulo, Editora da UNICAMP, 1992.
- HESPANHA, P. Microempreendedorismo popular e Economia Solidária: o sentido de uma mudança. In: *Outra Economia*. V. IV, Nº 7, pp. 111-130, 2010. Disponível em: www.riless.org/otraeconomia
- HOBBSBAWM, E. *Como Mudar o Mundo: Marx e o marxismo*. Trad. D. M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HORKHEIMER, M. *Eclipse da Razão*. Trad. S. U. Leite. São Paulo: Centauro, 2013.
- _____. *Teoria Crítica I*. Trad. H. Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Trad. W. Dutra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.
- IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- IASI, M. *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. *O dilema de Hamlet: o ser o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no RS. In: GAIGER, L. I. (Org). *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- IOSCHPE, G. *A Ignorância Custa o Mundo*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- JOHNSON, P. *Tempos Modernos: o mundo dos anos 20 aos 80*. Trad. G. de B. Mac-Dowell; S. M. da Motta. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- JONES, C.; LICHTHEISTEIN, B. Temporary Inter-organizational Projects: How Temporal and Social Embeddedness Enhance Coordination and Manage Uncertainty. In: CROPPER, S.; [et al.] *The Oxford Handbook of Inter-organizational Relations*. New York: Oxford University Press, 2008.

- JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- KIMBERLY, J. R.; EVANISKO, M. J. Organizational innovation: The influence of individual, organizational, and contextual factors on hospital adoption of technological and administrative innovations. In: *Academy of Management Journal*. Nº 24, pp.689-713, 1981.
- KIM, L.; NELSON, R. R. (Orgs.). *Tecnologia, Aprendizado e Inovação: as experiências das economias de industrialização recente*. Campinas: Unicamp, 2005.
- KIM, L. *Da imitação à Inovação: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coreia*. Trad. M. P. G. da Rocha. Campinas: Unicamp, 2005.
- KOLLER, S. Violência doméstica: uma visão ecológica. In: AMENCAR (Org.). *Violência Doméstica*. Brasília: UNICEF, 1999.
- KOWARICK, L. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. (Orgs.). *Economia Industrial: Fundamentos Teóricos e Práticos no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ªed., São Paulo: Atlas, 1991.
- LAVILLE, J-L. Definiciones e Instituciones de La Economía. In: CAILLÉ, A. [et al]. *¿Qué es lo económico?: materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. Pp.47-71. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2009.
- LAVANGA, M.; SCHÜTZLE, S. Social Innovation and the Arts. Artist alone are not enough! In: *Taifor Journal*. Nº 62, Roma, Agosto/2013.
- LENOIR, R. Desordem entre os agentes da ordem. In: BOURDIEU, P. (Coord.) *A Miséria do Mundo*. 9ª ed. Trad. M. S. S. Azevedo; J. A. Clasen; S. H. F. Guimarães; M. A. Penchel; G. J. F. Teixeira; J. V. Vargas. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LEVESQUE, B. *Une gouvernance partagée et un partenariat institutionnalisé pour la prise en charge des services d'intérêt général*. ARUC-RQRP, Cahier C-13-2006.
- _____. *Pour une démocratie plurielle*. Cahiers de l'ARUC-ÉS. Collection Intervention, Nº I, 2004.
- LIBÓRIO, R. M. C.; KOLLER, S. H. (Orgs.). *Adolescência e Juventude: risco e proteção na realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.
- LIBÓRIO, R. M. C.; SOUSA, S. M. G. (Orgs.). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil - reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais*. V. 1. São Paulo/Goiânia: Ed. Casa do Psicólogo, 2004.
- LYORTARD, J-F. *O Pós-Moderno*. Trad. R. C. Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. Trad. J. Guimarães; S. F. Léwy. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- _____. *Método Dialético e Teoria Política*. 2ª ed. Trad. R. D. Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MANCE, E. A. *Redes de Colaboração Solidária – Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- MANDELL, M.; KEAST, R. Voluntary and Community Sector Partnerships: Current Inter-organizational Relations and Future Challenges. In: CROPPER, S.; [et al]. *The Oxford Handbook of Inter-organizational Relations*. New York: Oxford University Press, 2008.
- MARCH, J.; SIMON, H. *Teoria das Organizações*. Trad. H. Wahrlich. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MARTES, A. C. B. (Org.) *Redes e Sociologia Econômica*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- MARTILELLI, A. C. Empresa-cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- MARX, K. *O Manifesto Comunista*. Trad. M. L. Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. V. I. Trad. R. Barbosa; F. R. Kothe. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.
- _____. *Salário, Preço e Lucro*. Trad. O. Beckkerman. 5ª ed. São Paulo: Global, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MELO, V. P.; FISCHER, T.; SOARES JR, J. S. Diversidades e Confluências no Campo do Terceiro Setor: Um Estudo de Organizações Baianas. In: Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração (ENANPAD), XXVII. *Anais*. Atibaia: ANPAD, 2003.
- MENDELL, M. *The Three Pillars of the Social Economy: The Quebec Experience (1996-2007)*, 2008.
- MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Orgs.). *Territórios do Cotidiano: uma Introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: UFRGS; Santa Cruz do Sul: UNISC, 1995.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Trad. I. Tavares. São Paulo, São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição*. Trad. P. C. Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- _____. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 16ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *O Desafio do Conhecimento*. 6ª ed., São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.
- MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The cost of capital, corporation finance and the theory of investment. In: *American Economic Review*. V. 48, Nº 3, pp. 261-297, 1958.
- MOWERY, D. C; ROSEMBERG, N. *Trajetórias da Inovação: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no Século XX*. Trad. M. Knobel. Campinas: Unicamp, 2005.
- MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLEZ, S.; SWINGEDOUW, E. Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities: Urban Development Between Path Dependency and Radical Innovation. In: *European Urban and Regional Studies*. Nº 14, pp.191-209, 2007.
- MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. La logique sociale du développement territorial. In: *Presses de l'université du Québec*. Québec, 2008.
- MULGAN, G. The Process of Social Innovation. In: *Innovations*. Pp.145-162. Spring/

- 2006.
- MULGAN, G.; ALI, R.; HALKETT, R.; SANDERS, B. In and out of sync - The challenge of growing social innovations. NESTA - *Making Innovation Flourish*. Research report: September/2007.
- MULGAN, G.; CAULIER-GRICE, J.; VALE, D. *Discovery Argument and Action: How Civil Society Responds to Changing Needs*. Young Foundation. Disponível em: <http://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2013/02/Discovery-argument-action-how-civil-society-responds-to-changing-needs-March-2008.pdf> Acessado em 19/05/2014.
- NASCIMENTO, L. F. Z. do. “O Bonde tá Formado”: *Gangues, Ambiente Urbano e Criminalidade Violenta*. Tese de Doutorado em Sociologia. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- NELSON, R. R. *As fontes do crescimento econômico*. Trad. A. G. Freitas. Campinas: Unicamp, 2006.
- NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. Pp. 270-282. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998.
- NORTH, D. C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. 10ª ed. Londres: Cambridge University Press, 1999.
- NOVAES, E. D. Uma reflexão teórico-sociológica da inserção da mulher na criminalidade. In: *Revista sociologia jurídica*. 2010.
Disponível em <http://www.sociologiajuridica.net.br/numero-10/228-novaes-elizabete-david-uma-reflexao-teorico-sociologica-acerca-da-insercao-da-mulher-na-criminalidade>. Acessado em 14/02/2014.
- ORLANDI, E. P. *Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2012.
_____. *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2003.
- OLIVEIRA, A. *Marx e a Exclusão*. Pelotas: Seiva, 2004.
- OLSON, M. A *Lógica da Ação Coletiva*. Trad. F. Fernandez. São Paulo: USP, 2011.
- ONU – *Relatório do Desenvolvimento Humano/2012*. Disponível em: www.onu.org.br
- ORFEUIL, H. R. D. *Economia Cidadã: Alternativas ao neoliberalismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ORTIZ, R. (Org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d’Água, 2013.
- PARENTE, C.; [et al]. Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. *Anais do XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Emprego e coesão social: da crise de regulação à Hegemonia da globalização*. Lisboa, 26 e 27/05/2011.
- PARSONS, T. *Sociedades: Perspectivas Evolutivas e Comparativas*. Trad. D. M. Leite. São Paulo: Pioneira, 1969.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. E. Orlandi [et al.], 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1997(a).
_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: HAK, T.; GADET, F. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. B. Mariani [et al.], 3ª Ed., Campinas: Unicamp, 1997(b).
_____. La Sémantique et la Coupure Saussurienne: langue, language et discourse (1971). In: MALDIDIER, D. (Org.). *L'inquiétude du discours*. Paris: Ed. Des Cendres, 1990.

- PERONI, V. M. V. Políticas sociais em tempos de redefinições no papel do Estado. In: GUIMARÃES, G. T.; EIDELWEIN, K. (Orgs.). *As Políticas Sociais Brasileiras e as Organizações Financeiras Internacionais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.
- PENROSE, E. *A Teoria do Crescimento da Firma*. Trad. T. Szmrecsányi. Campinas: Unicamp, 2006.
- PHILLS JR.; [et al]. Redescoving Social Innovation. In: *Stanford Social Innovation Review*. V. 6(4), pp. 34-43, 2008.
- PINTAUDI, S. M. (Org.). *Economia Solidária: um setor em desenvolvimento*. São Paulo: Prefeitura de Rio Claro, 2002.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Trad. F. Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTER, M. E. *Competição*. Trad. A. C. C. Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- REALE, G.; ANTISERI, D. *História da Filosofia: Antiguidade e Idade Média*. 8ª ed. Trad. H. Dalbosco; L. Costa. São Paulo: Paulus, 2007(a).
- _____. *História da Filosofia: Do Humanismo a Kant*. 8º ed. Trad. H. Dalbosco; L. Costa. São Paulo: Paulus, 2007 (b).
- _____. *História da Filosofia: do Romantismo até nossos dias*. 8ª ed. Trad. H. Dalbosco; L. Costa. São Paulo: Paulus, 2007(c).
- REDF – *The Roberts Enterprise Development Fund. SROI Methodology*. 2001. Disponível em: www.redf.org Acessado em 06/08/10.
- RIFKIN, J. Identidade e Natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. *The end of work*. Washington: Makron Books, 1996.
- ROANET, S. P. *As Razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- ROBERTSON, R. *Globalização: Teoria Social e Cultura Global*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- RODRIGUES, J. A. (Org.). *A Sociologia de Durkheim*. São Paulo: Ática, 1995.
- ROGERS E. M.; SHOEMAKER F. F. *Communication of innovations: a Cross-cultural approach*. New York: Free Press, 1971.
- Disponível em: <http://garfield.library.upenn.edu/classics1991/A1991FT75500001.pdf> Acessado em 09/03/2014.
- ROSENBERG, N. *Por dentro da Caixa-Preta: Tecnologia e Economia*. Trad. J. E. Maiorino. Campinas: Unicamp, 2006.
- SÁ, C. P. de. *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Edeuerj, 1998.
- SADER, E. (Org.). *O mundo depois da queda*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- SANDFORT, J.; MILWARD, H. B. Collaborative Service Provision in the Public Sector. In: CROPPER, S.; [et al]. *The Oxford Handbook of Inter-organizational Relations*. New York: Oxford University Press, 2008.
- SADLER, R. J. Corporate entrepreneurship in the public sector: the dance of the chameleon. In: *Australian Journal of Public Administration*. Nº 59 (2), pp. 25-43, 2000.
- SAHLMAN, W. A. Some thoughts on business plans. In: SAHLMAN, W. A.; STEVENSON, M. J.; BHIDE, A. V. (Orgs.). *The entrepreneurial venture*. Pp.138-176. Boston: Harvard Business School Press, 1996.

- SANDRINI, P. *Dicionário de Economia do século XXI*. São Paulo: Record, 2005.
- _____. (Org.) *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.
- SANTOS, B. de S. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2010(a).
- _____. *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2010(b).
- _____. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. (Org.) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: 'um discurso sobre as Ciências' revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. O retorno ao território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA M. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. Pp.15-21. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1998.
- SAY, J-B. *Tratado de Economia Política*. Coleção 'Os Economistas'. Rio de Janeiro: Nova Cultura, 1983.
- SCARPARO, H. B.; HERNANDEZ, A. Políticas sociais no Brasil: das relações de dominação às minorias ativas. In: GUIMARÃES, G. T.; EIDELWEIN, K. (Orgs.). *As Políticas Sociais Brasileiras e as Organizações Financeiras Internacionais*. Porto Alegre: EDEIPUCRS, 2010.
- SCHENKES, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de Risco e de Proteção para o Uso de Drogas na Adolescência. In: *Ciência e Saúde Coletiva*. V. 10(3), pp.707-717, 2005.
- SCHNEIDER, J. O. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 1999.
- SCHNEIDER, M. [et al]. *Public entrepreneurs: agents for change in American government*, Princeton: Princeton University Press, 1995.
- SCHUMPETER, J. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Sydney: G. Allen & Unwin, 1976.
- SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. Trad. L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Sobre a Ética e Economia*. Trad. L. T. Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SHAW, E.; BRUIN, A. de. Reconsidering capitalism: the promise of social innovation and social Entrepreneurship. In: *Internacional Small Business Journal*. V. 31(7), pp. 737-746, 2013.
- SHORT, J. C.; MOSS, T. W.; LUMPKIN, G. T. Research in social entrepreneurship: Past contributions and future opportunities. In: *Strategic Entrepreneurship Journal*. Pp.418-434, 2009.
- SILVA, A. B. da; GODOI, C. K.; MELLO, R. B. de. *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.

- SILVA, A. C. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. Pp.257-260. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1997.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Coleção Economia. São Paulo: Contexto, 2000.
- SIMON, H. *Comportamento Administrativo*. Rio de Janeiro: FGV, 1965.
- _____. *A racionalidade do processo decisório em empresas*. V. 1, Nº 1. Edições Multiplic, 1980.
- _____. Theories of decision-making in economics and behavioral science. In: *The American Economic Review*. V. 49, Nº 3, pp.53-283, jun/1959.
- SPIEGEL, P. *Muhammad Yumus, o banqueiro dos pobres: sua vida, visão e atuação*. Trad. S. F. Costa. São Paulo: Cidade Nova, 2010.
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. (Org.). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano - aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999(a).
- _____. O Estudo empírico das Representações Sociais. In: SPINK, M. J. (Org.). *O Conhecimento no Cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999(b).
- SOJA, E. W. *Postmodern Geographies - The reassertion of space in critical social theory*. Londres: Left Books, 1993.
- STERN, J. M.; SHIELY, J. S.; ROSS, I. *The EVA Challenge: implementing value added change in an organization*. New York: John Wiley & Sons, 2001.
- STEVENSON, H. H. A perspective on entrepreneurship. *Harvard Business School Working Paper*. Nº 9. Pp. 384-131. Boston: Harvard Business School, 1983.
- STEVENSON, H. H.; JARILLO, J. C. A new entrepreneurial paradigm. In: ETZIONI, A.; LAWRENCE, P. (Orgs.). *Socio-economics: Toward a new synthesis*. Pp. 185-208. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 1991.
- SWEDBERG, R. *Max Weber e a ideia de sociologia econômica*. Trad. D. Azevedo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- TEIXEIRA, R. F. Discutindo o terceiro setor sob o enfoque de concepções tradicionais e inovadoras de Administração. *Caderno de Pesquisas em Administração*. V. 11, Nº 1, pp.1-15. São Paulo: FEA-USP, 2004.
- THOMPSON, A. A. Do Compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, E. B. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- THOMPSON, J. The world of the social entrepreneur. In: *International Journal of Public Sector Management*. Nº 15(5), pp. 412-431, 2002.
- TIGRE, P. B. *Gestão da inovação: a economia da tecnologia do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- TOFFLER, A. *A Terceira Onda: a Morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização*. Trad. J. Távora. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A Institucionalização da Teoria Institucional. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. *Handbook de Estudos Organizacionais*. V. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

- TOURAINÉ, A. *Crítica da Modernidade*. Trad. E. F. Edel. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Iguais e Diferentes: Podemos Viver Juntos?* Trad. C. A. Brito. Lisboa: Instituto Piaget, 1997(a).
- _____. *Igualdade e Diversidade: O sujeito democrático*. Bauru: EDUSC, 1997(b).
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 1987.
- TUFANO, D. *Guia Prático da Nova Ortografia*. São Paulo: Melhoramentos, 2008.
- VELHO, G.; DUARTE, L. F. D. (Orgs.). *Juventude Contemporânea: Culturas, gostos e carreiras*. Rio de Janeiro: Letras, 2010.
- VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. *Pesquisa Qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- VOLKERY, A.; [et al]. Coordination, Challenges, and Innovations in 10 National Sustainable Development Strategies. In: *World Development*. V. 34, Nº 12, pp.2047-2063, 2006.
- WACHEUX, F. *Méthodes Qualitatives et Recherche en Gestion*. Paris: Economica, 1996.
- WACQUANT, L. A Zona. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A Miséria do Mundo*. 9ª ed. Trad. M. S. S. Azevedo; J. A. Clasen; S. H. F. Guimarães; M. A. Penchel; G. J. F. Teixeira; J. V. Vargas. Petrópolis: Vozes, 2012.
- _____. (Org.) *O Mistério do ministério: Pierre Bourdieu e a política democrática*. Trad. P. C. Castanheira. Rio de Janeiro: Renavan, 2005.
- WEBER, M. *Política como Vocação*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- _____. *Textos selecionados de Economia, Sociedade e Política; Parlamentarismo e Governo*. Trad. M. Tragtenberg; W. Dutra; C. A. Pajuaba; M. I Szmrecsányi; T. J. M. K. Szmrecsányi. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, 1997.
- _____. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Vol. II. Trad. K. E. Barbosa. Brasília: UNB, 1999.
- WEBLER, D. A. Processamento de Fontes Diretas e Análise do Discurso. In: *Curso de Extensão Pesquisa de Campo em 'Ciências Sociais'*. Conferência. Rio Grande: PROPESP/FURG, 2011.
- _____. *A Autogestão na Perspectiva da Análise do Discurso*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010(a).
- _____. Os discursos de trabalhadores autogestionários. In: Organon/UFRGS. *A pesquisa em Análise do Discurso no PG-Letras/UFRGS e sua expansão institucional*. Nº 48, Vol. 24, pp. 121-135. Porto Alegre: UFRGS, jan-jun/2010(b).
- WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Trad. T. G. G. Langlada. Seleção e apresentação de E. Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- WOOD, C.; LEIGHTON, D. *Measuring Social Value: The gap between policy and practice*. London: Demos, 2010. Disponível em www.demos.co.uk Acessado em 06/08/2012.
- YIN, R. K. *Case Study Research: Design and Methods*. 2ª ed. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 1994.
- _____. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YUNUS, M. *Um Mundo sem Pobreza - Audiolivro*. Rio de Janeiro: Nossa Cultura, 2007.
- _____. *Um Mundo Sem Pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. Trad. Juliana A. S.; H. A. R. Monteiro. São Paulo: Ática, 2008.
- ZALTMAN, G.; DUNCAN, R.; HOLBEK, J. *Innovations and Organizations*. New York: Wiley, 1973.

8. ANEXOS

8.1 – LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Resumo de Aplicação do Estudo	016
Quadro 2 – Características dos Tipos de Consciência	073
Quadro 3 – Ferramentas e Resultados na Pesquisa de Campo	079
Quadro 4 – Referências de Análise para Aferimento de Valor Social	087
Figura 1 – Práticas Sociais como Resultado	088
Quadro 5 – Categorias de Associação e Cooperação	137
Quadro 6 – Categorias de Participação e Autogestão	147
Quadro 7 – Categorias de Emancipação e Autonomia	158
Quadro 8 – Categorias de Sustentabilidade do Processo	164

8.2 – LISTA DE ENTREVISTAS

8.2.1 ENTREVISTAS INDIVIDUAIS COM EMPREENDEDORES:

- BORGES, Ilma. **GUAYÍ/RICS**. Entrevista realizada em 13/10/2012.
- PANTALEÃO JR., Milton. **GUAYÍ/RICS**. Entrevista realizada em 15/07/2012.
- PEREIRA, Mário. **VILLAGET/COOPERGET**. Entrevistas realizadas em 13/07/2012, 14/01/2013 e 23/02/2013.
- RAMBO, Vera. **CATAVIDA**. Entrevistas realizadas em 10/07/2012 e 06/05/2013.
- ZIMMERMANN, Tarcísio. **CATAVIDA**. Entrevista realizada em 26/02/2012.

8.2.2 TRABALHADORES DOS EMPREENDIMENTOS ESTUDADOS¹⁵:

- CATAVIDA – Centro de Reciclagem-NH. Entrevistas individuais realizadas nos dias 26, 27 e 28/08/2012 (11 trabalhadores).
- CATAVIDA – Centro de Reciclagem-NH. Entrevistas em grupos realizadas, em duas seções, nos dias 22 e 23/10/2012 (11 trabalhadores).
- COOPERGET/VILLAGET. Entrevistas individuais realizadas nos dias 28 e 30/01/2013 (dois jovens).
- COOPERGET/VILLAGET. Entrevista em grupo realizada no dia 06/02/2013 (quatro jovens).
- RICS – Grupo “Liberdade”/Presídio Madre Teresa/Porto Alegre. Entrevistas individuais realizadas no dia 11/05/2013 (duas mulheres).
- RICS – Grupo “Liberdade”/Presídio Madre Teresa/Porto Alegre. Entrevista em grupo realizada no dia 11/05/2013 (quatro mulheres).
- RICS – Grupo “Semente”/Porto Alegre (Centro). Entrevistas individuais realizadas nos dias 14 e 15/05/2013 (quatro mulheres).
- RICS – Grupo “Shalon”/Cachoeirinha. Entrevista em grupo realizada no dia 22/05/2013 (cinco mulheres).
- RICS – Grupo “da Tuca”/Porto Alegre. Entrevista em grupo realizada no dia 30/04/2013 (cinco mulheres).
- RICS – Grupo “Cavallhada I”/Porto Alegre. Entrevista em grupo realizada no dia 02/05/2013 (quatro mulheres).
- RICS – Grupo “Cavallhada II”/Porto Alegre. Entrevista em grupo realizada no dia 03/05/2013 (cinco mulheres).

¹⁵ Optou-se por não informar as identidades de nenhum dos entrevistados por uma questão de isonomia no tratamento dos diferentes empreendimentos, visto que esta foi condição para a realização das entrevistas junto aos grupos da RICS. Cabe observar que, nos arquivos das entrevistas transcritas, constam os nomes de muitos.